

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



**OS DIREITOS HUMANOS E A
DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:**

uma análise da gestão e do conteúdo da programação
das rádios comunitárias de Pernambuco

JOSÉ MARIO AUSTREGÉSILO DA SILVA LIMA

Recife - 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSE MARIO AUSTREGÉSILO DA SILVA LIMA

**OS DIREITOS HUMANOS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
uma análise da gestão e do conteúdo da programação das rádios comunitárias
de Pernambuco**

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof^o. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

L732d Lima, José Mário Austregésilo da Silva

Os Direitos humanos e democratização da comunicação: uma análise da gestão e do conteúdo da programação das rádios comunitárias de Pernambuco / José Mário Austregésilo da Silva Lima. – Recife: O Autor, 2013.

313 p.: il.

Orientador: Marco Antônio Mondaini de Souza.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA. Serviço Social, 2013.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Comunicação. 2. Direitos humanos. 3. Cidadania. 4. Rádio comunitária. 5. Radiodifusão. I. Souza, Marco Antônio Mondaini de (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2013-117)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO

Ata da Defesa de Tese do Curso de Doutorado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às nove horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, no anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de tese intitulada: “**Os Direitos Humanos e Democratização da Comunicação: uma análise da gestão e do conteúdo da programação das rádios comunitárias de Pernambuco**” de autoria do Doutorando, **José Mário Austregésilo da Silva Lima** o qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Doutor em Serviço Social**. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.051768/2013-96**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Marco Antônio Mondaini de Souza, Doutor em Serviço Social**, Orientador e Examinador Interno; **Mônica Rodrigues Costa, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Interna; **Helena Lúcia Augusto Chaves, Doutora em Sociologia** Examinadora Interna; **Paula Reis Melo, Doutora em Ciências da Comunicação**, Examinadora Externa; **Dacier de Barros e Silva, Doutor em Sociologia do Desenvolvimento**, Examinador Externo; **Miriam Damasceno Padilha, Doutora em Serviço Social**, Suplente Interna; **Paulo Carneiro da Cunha Filho, Doutor em Artes e Ciências da Arte**, Suplente Interno. Na qualidade de Orientador, o **Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou o candidato a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a apresentação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu aprovar a tese com as seguintes menções: **Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza**: aprovado.; **Dr^a. Mônica Rodrigues Costa** aprovado; **Dr^a. Helena Lúcia Augusto Chaves**: aprovado; **Dr^a. Paula Reis Melo**: aprovado; **Dr. Dacier de Barros e Silva**: aprovado; E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 22 de novembro de 2013.

BANCA:

Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza

Prof^a. Dr^a. Mônica Rodrigues Costa

Prof^a. Dr^a. Helena Lúcia Augusto Chaves

Prof^a. Dr^a. Paula Reis Melo

Prof. Dr. Dacier de Barros e Silva

DOUTOR:

José Mário Austregésilo da Silva Lima

Esta tese é dedicada à memória do Professor Denis Antônio de Mendonça Bernardes:

pela didática sutil de nos fazer ter prazer em estudar e amar a História;

pelo que fez, como educador, para o desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco;

pelo que lutou, como homem do seu tempo, pelas mudanças sociais de que carece o Brasil;

pelo que, no silêncio de sua maneira de ser, nos deixou, como legado de amor e de esperança, a certeza de que a verdade ainda é a senhora absoluta da História.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e meu mestre, Jota Austregésilo e à minha mãe, Solange Ribeiro, que me ensinaram a fazer e amar o rádio.

Ao meu Professor e Orientador, Marcos Antônio Mondaini de Souza, pelos momentos de maestria nessa caminhada e pelo que sugeriu de caminhos para o futuro, lastreando na História as possibilidades dos direitos que podem fazer das pessoas, verdadeiros seres humanos.

À Professora Ana Vieira, pelo ombro certo na hora incerta e que arremeteu esta pesquisa à possibilidade de um novo pouso, mais firme e suave ao mesmo tempo.

À Professora Ana Arcoverde, pelo rigoroso amor na sala de aula e que nos fez compreender o quanto é necessário exigir, como parte da proteção segura, na arte de ensinar.

À Professora Alexandra Mustafá pelo equilíbrio, em nos mostrar os graves problemas de nosso País, sem nos deixar no oxigênio das incertezas, pelo contrário, como testemunho de sua vida, nos legou a coragem de procurar a superação daquilo que impede o ser humano na sua transformação em ser social e ator de sua própria história.

Ao Professor Giuseppe Staccone pela filosofia vivida em todas as suas aulas, trazendo para a sala de aula os encontros e desencontros do mundo lá do lado de fora.

Ao Professor Ivandro da Costa Sales, pelos primeiros socorros, na busca de uma orientação para esta tese e, mais que isso, por nos abrir a sua casa, a sua alma e o seu coração, nos ensinando a escrever, além do medo e da esperança.

Aos meus colegas de turma na certeza do quanto aprendi com todos, dentro e fora da sala de aula.

Aos meus filhos, Ana Gabriela Austregésilo, Sumaia Austregésilo e Jomar Austregésilo Neto, como já disse antes, que sempre esperaram o melhor de mim e que nem sempre lhes pude dar.

À minha filha Clara e Maria Isabel, minha mulher, por me darem uma à outra, sem que eu não me perdesse no amor que tenho por uma e pela outra, iluminado pela luz que vem de cada uma.

Às professoras Sandra Santiago e Ângela Santos pelo muito do saber que repartiram comigo.

Aos professores Ari Cruz e Mariano Arouche que me apontaram o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE como lugar de *escuta*.

À Diretoria da Associação de Rádios Comunitárias de Pernambuco (ABRAÇO-PE), em especial a Jonh (Bigu) José de Lima, a José Flávio Marques e a Sávio Cabral, pela confiança nesta pesquisa, como possibilidade de apoio na superação dos problemas da radiofusão comunitária em nosso Estado.

A todos os que fazem o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, por fazerem me sentir aluno, com direito a carteira de estudante, biblioteca, restaurante universitário, cantina e a felicidade - que não sei explicar - de aprender.

Esta tese representa um significativo reencontro com o rádio e comigo mesmo, como profissional da radiofonia pernambucana.

Parafrazeando Moraes e Lyra (1975) e Rangel e Fernandes (2000), digo que sou apenas um homem de rádio. Sempre fui e sempre serei um homem de rádio. Quem é capaz de dedicar toda a vida à humanidade e à paixão existente nestes metros de estúdio e nesse microfone, esse é um homem de rádio. Nós achamos que é preciso cantar, mais que nunca, é preciso cantar.

É preciso cantar e alegrar a cidade
Porque são tantas coisas azuis
Há tão grandes promessas de luz
Tanto amor para dar e que a gente nem sabe.
Por isso,
operário do canto me apresento
sem marca ou cicatriz, limpas as mãos,
minha alma limpa, a face descoberta,
aberto o peito e - expresso documento -
a palavra conforme o pensamento.
Fui chamado a cantar e para tanto
há um mar de búzios no meu canto...
Trabalho à noite sem revezamentos.
Se há mais quem cante, cantaremos juntos;
Não canto onde não seja a boca livre.
Onde não haja ouvidos limpos
e almas afeitas a escutar sem preconceito.
Para enganar o tempo
ou distrair criaturas já de si tão mal atentas,
não canto [...]
Canto apenas quando dança,
nos olhos dos que me ouvem, a esperança (CAMPOS, 2003, p. 127).

RESUMO

Os direitos humanos e a democratização da comunicação compõem o tema desta pesquisa referenciado a partir da visão do rádio como um aparelho de comunicação, conceito criado por Bertolt Brecht na sua *Teoria do Rádio*; esse conceito permanece atual e capaz de promover entre *fala* e *escuta*, o diálogo necessário à questão da democratização da comunicação. O escopo desta pesquisa tem sua origem no imbricamento dos campos dos direitos humanos e das ciências da comunicação, abrangendo, através das análises do discurso e do conteúdo, como objeto as ações das rádios comunitárias pernambucanas voltadas para a *gestão* e a sua *grade de programação* dessas emissoras. Para fundamentar essas ações, são tratados: os aspectos fundantes da radiofusão e suas relações como a comunicação social e o direito administrativo; complementarmente foram aprofundadas as questões relativas aos direitos sociais e aos marcos regulatórios, relacionando-os com o desenvolvimento da comunicação brasileira; a comunicação como direito e a radiofusão como serviço público; o conceito de público e sua aplicação no campo da radiofusão. A partir desses fundamentos, são analisadas, doze rádios comunitárias pernambucanas, sistematizando na pesquisa a interpretação do tipo de *gestão* e a *grade de programação* dessas emissoras. Procuramos, ainda, tangenciar as contribuições dos movimentos sociais e o papel do Conselho de Comunicação Social (CCS) em torno da democratização da comunicação. Para exemplificar um processo positivo de atuação da comunidade em relação às rádios comunitárias, analisamos do ponto de vista da dialogicidade da comunicação, uma experiência integrada de rádio educativo no Vale do Goitá, em Pernambuco. Os fundamentos da radiofusão e o desenvolvimento dos marcos regulatórios no Brasil remetem às duas últimas aproximações, estas, interdependentes entre si, que tratam da *gestão*, procurando identificar o tipo mais adequado de gerenciamento dessas emissoras; e, como resultante da *gestão*, a análise das categorias, gêneros e formatos que compõem a *grade de programação* das rádios comunitárias pernambucanas.

Palavras-chave: Comunicação. Direitos Humanos. Territorialização. Cidadania deliberativa. Gestão. Categorias radiofônicas.

ABSTRACT

Human Rights and the democratization of communications combine to constitute the theme of this research from the perspective of the radio as a communications device, a concept developed by Bertolt Brecht in his *Theory of the Radio*; this concept remains up-to-date and able to promote, between speech and listening, the dialog needed for the democratization of communications. The range of this research stems from the interrelation between the fields of human rights and communications science, comprehending, through the analysis of discourse and content, the activities of Pernambuco community radio stations with regard to their *management and time slot*. In order to provide support for these activities, let us address the founding aspects of radio broadcasting and its connection with social communications and administrative law; in addition, in depth studies into questions related to social laws and to regulatory benchmarks were conducted, connecting them to the development of Brazilian communications; communications as a right and radio broadcasting as public service; the concept of public and its applicability in the realm of radio broadcasting. Based on these fundamentals, twelve community radio stations from Pernambuco are analyzed, and the interpretation of their *management and time slot* in the research is systematized. We also try to address the contributions of social movements and the role of the SCC – Social Communications Council – concerning the democratization of communications. To illustrate a positive process of community engagement in relation to community radio stations, we analyze an integrated experience of educative radio in Glória do Goitá, Pernambuco, from a two-way communications perspective. The fundamentals of radio broadcasting and the development of regulatory benchmarks in Brazil will lead us onto the last two approaches, which are interdependent and deal with management, seeking to identify the most adequate management style for these stations; and, as a result of management, the analysis of categories, genres, and formats that compose the time slot of community radio stations in Pernambuco.

Key words: Communications. Human Rights. Territorialization. Deliberative citizenship. Management. Radio categories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Os três tipos de Coronelismo	83
Gráfico 1 –	Relação do crescimento percentual entre os veículos de comunicação e as rádios comunitárias	214
Quadro 2 –	Radio Litoral FM	215
Gráfico 2 –	Categorias por emissora: Rádio Litoral FM	216
Quadro 3 –	Radio Litoral Meridional FM	217
Gráfico 3 –	Categorias por emissora: Rádio Litoral Meridional FM	218
Quadro 4 –	Radio Amparo FM	219
Gráfico 4 –	Categorias por emissora: Rádio Amparo FM	220
Quadro 5 –	Rádio Camará FM	221
Gráfico 5 –	Categorias por emissora: Rádio Camará FM	222
Quadro 6 –	Rádio Cidadania FM	223
Gráfico 6 –	Categorias por emissora: Rádio Cidadania FM	224
Quadro 7 –	Rádio Digital FM	225
Gráfico 7 –	Categorias por emissora: Rádio Digital FM	226
Quadro 8 –	Rádio Jovem CAP FM	227
Gráfico 8 –	Categorias por emissora: Rádio Jovem CAP FM	228
Quadro 9 –	Rádio Goitacaz FM	229
Gráfico 9 –	Categorias por emissora: Rádio Goitacaz FM	230
Quadro 10 –	Rádio Petrolina FM	231
Gráfico 10 –	Categorias por emissora: Rádio Petrolina FM	232
Quadro 11 –	Rádio Santana FM	233
Gráfico 11 –	Categorias por emissora: Rádio Santana FM	234
Quadro 12 –	Rádio Tabocas FM	235
Gráfico 12 –	Categorias por emissora: Rádio Tabocas FM	226
Quadro 13 –	Rádio Sol FM	237
Gráfico 13 –	Categorias por emissora: Rádio Sol FM	238
Gráfico 14 –	Categorias com o perfil de todas as emissoras	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Análise da estrutura organizacional das rádios comunitárias de Pernambuco	180
Tabela 2 –	As categorias radiofônicas	196
Tabela 3 –	Categoria: entretenimento Gênero: musical Formatos: programa musical, programa especial e seleção musical	199
Tabela 4 –	Categoria: informação Gênero: radiojornalismo Formatos: radiojornal, programa de serviço, programa de debate, programa esportivo, programa policial e programa social	205
Tabela 5 –	Categoria: variedades Gênero: MIX de: musical, informativo e serviço Formatos: show ao vivo (música, notícia, serviço, etc.)	206
Tabela 6 –	Categoria: educação Gênero: educativo Formatos: programa educacional, programa instrucional, programa cultural, programa de cultura popular	210
Tabela 7 –	Categoria: religião Gênero: cultos religiosos Formatos: programa evangélico, programa católico, programa afro-nagô, seleção musical goospel.....	212

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ABRAÇO-PE	Associação das Rádios Comunitárias de Pernambuco
ADC	Agentes de Desenvolvimento e Educação
ANATEL	Associação Nacional de Telecomunicações
ARPPE	Associação das Rádios Populares de Pernambuco
ARPUB	Associação de Rádios Públicas
CCS	Conselho de Comunicação Social
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Propaganda
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FOPECOM	Fórum Pernambucano de Comunicação
FRENTECOM	Frente parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação
GIRAL	Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas
STF	Supremo Tribunal Federal
PET	Programação de Erradicação do Trabalho Infantil
PNO	Plano Nacional de Outorgas
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE – O <i>DEVER SER</i> DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	16
INTRODUÇÃO	16
1 A COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: os interesses do capital, seu reconhecimento como um direito social e as demandas pela sua humanização	41
1.1 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA	44
1.1.1 O poder das agências de publicidade	47
1.1.2 As agências de notícias: os atravessadores da informação	49
1.2 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E A EVOLUÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS DA COMUNICAÇÃO	53
1.2.1 As políticas públicas para a radiofusão - (1924 a 1945)	54
1.2.2 A liberdade pensamento, as garantias individuais e o direito a propriedade e os direitos conexos	57
1.3 AS DEMANDAS POR UMA RADIOFUSÃO HUMANA E O PODER POLÍTICO DAS GRANDES CORPORAÇÕES DE MÍDIA	71
1.3.1 Um campo de forças	75
1.3.2 A radiofusão comunitária: uma história de luta	77
1.3.3 Os entraves: obstáculos antigos e novos	81
1.3.4 Uma programação que reflita as demandas da comunidade	86
1.3.5 Transformar o rádio em aparelho de comunicação	88
2 AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS E OS ASPECTOS FUNDANTES DA RADIOFUSÃO PÚBLICA	96
2.1 A COMUNICAÇÃO HUMANA: do grunhido à livre expressão do pensamento	96
2.2 A COMUNICAÇÃO COMO DIREITO OU SERVIÇO PÚBLICO	103
2.2.1 O serviço público de sua evolução histórica	104
2.2.2 Foco no usuário cidadão	106
2.2.3. O direito comunitário	106

2.2.4 As dificuldades em torno do conceito de público	109
2.3 AS ESFERAS PÚBLICA, PRIVADA E SOCIAL	111
2.4 AS FEIÇÕES CONSTITUCIONAIS DA RADIOFUSÃO	114
2.5 OS FUNDAMENTOS DA RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA	115
2.5.1 A radiofusão comunitária e a esfera pública	115
2.5.2 As rádios comunitárias: de clandestinas a regulamentadas	117
2.5.3 Os princípios fundantes da radiofusão comunitária	118
2.6 O CONTROLE SOCIAL	118
2.6.1 O Conselho de Comunicação Social (CCS)	119
2.6.2 O controle social pelas Associações Comunitárias	121
2.6.3 A Associação Comunitária como entidade mantenedora	122
2.6.4 A participação dos associados e da diretoria das emissoras comunitárias	123
2.6.5 O papel do Conselho Deliberativo	125
2.7 A SUSTENTABILIDADE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	125
2.7.1 Recursos financeiros	125
2.7.2 Manutenção do quadro de pessoal	126
2.7.3 A publicidade	126
2.8 A LEGITIMAÇÃO	129
2.9 A GESTÃO	134
2.10 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO	139
SEGUNDA PARTE – O SER DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	145
3 A ANÁLISE DA GESTÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	145
3.1 A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES DE RADIOFUSÃO	145
3.2 A HISTÓRIA DA GESTÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIO: da experimentação amadorística ao associativismo com fins culturais	147
3.3 A TEORIA GERAL DOS SISTEMAS	156
3.4 A GESTÃO SOCIAL	158
3.5 A GESTÃO SOCIAL E AS EMISSORAS COMUNITÁRIAS	163
3.6 CONSTRUINDO O PLANO DE GESTÃO SOCIAL	169

3.7 ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS EMISSORAS COMUNITÁRIAS	179
4 A ANÁLISE DA GRADE DA PROGRAMAÇÃO DA RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE PERNAMBUCO	187
4.1 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO: um problema de gestão	187
4.2 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO COMO RESULTADO DO PROCESSO DE GESTÃO	188
4.2.1 As categorias, os gêneros e os formatos radiofônicos	193
4.2.2 As categorias radiofônicas	195
4.2.2.1 O entretenimento	196
4.2.2.2 A informação	201
4.2.2.3 As variedades	205
4.2.2.4 A educação	206
4.2.2.5 A religião	211
4.2.3 Os gêneros radiofônicos	212
4.2.4 Os formatos radiofônicos	215
4.3 A RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA E O PROTAGONISMO JUVENIL NA BACIA DO GOITÁ: uma experiência integrada de rádio educativo	240
4.3.1 Um espaço de transição geográfica e humana	241
4.3.2 A realidade local e a parceria com Projeto Maleta Futura: comunicação ou extensão?	244
4.2.3 Os autores de sua própria história	250
4.3 O PAPEL EDUCATIVO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO VALE DO GOITÁ	252
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
5.1 RADIO: um novo e mais amplo olhar	261
5.2 RADIO: um antigo novo olhar	263
5.3 RADIO: onde a <i>Fala</i> encontra-se na <i>Escuta</i>	265
5.4 UMA EXPERIÊNCIA INTEGRADA DE RADIO EDUCATIVO	266
5.5 RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO SOCIAL: uma mesma finalidade	267

5.6 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO: o <i>espelho</i> da emissora comunitária	271
5.7 O CONTROLE SOCIAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	274
5.8 AS PROPOSTAS DA I CONFECOM REVISTAS E PRIORIZADAS	284
5.8.1 Regulamentação geral. Regulamentação – Direitos humanos e diversidade. Órgãos competentes e participação social	285
5.8.2 Formação. Educação para a mídia. Espaços públicos e comunitários	285
5.8.3 Banda larga. Internet. Telecomunicações. TV por assinatura. Rádio e TV. Desenvolvimento industrial, tecnologia nacional e políticas de incentivo. Software livre. Novas tecnologias	286
5.9 O FUTURO DO RADIO: entre tensões e incertezas	288
5.10 FLEXIBILIZAÇÃO E NOVAS INCLUSÕES NO PROCESSO DE OUTORGAS	289
REFERÊNCIAS	295

PRIMEIRA PARTE – O *DEVER SER* DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

INTRODUÇÃO

“Pode haver direito sem democracia, mas não há democracia sem direito, pois esta exige normas definidoras dos modos de aquisição e exercício de poder” (BOBBIO, 2004, p. VII).

Os Direitos humanos e a democratização da comunicação - uma análise da gestão e do conteúdo da programação das rádios comunitárias de Pernambuco, foi o tema desenvolvido nesta tese e referenciado, a partir da visão do rádio como um aparelho de comunicação, conceito criado por Brecht (2005) pela sua teoria do rádio, desenvolvida entre 1927 e 1932.

O escopo desta pesquisa tem sua origem no significativo imbricamento do campo dos direitos humanos com o campo das ciências da comunicação. Nesse sentido, esta investigação abrangeu, através da metodologia da análise do conteúdo, as ações das rádios comunitárias, localizadas em Pernambuco, voltadas para a gestão dessas emissoras e a construção de suas grades de programação.

Esta pesquisa está dividida em duas partes: a primeira composta do *dever ser* das rádios comunitárias, detalhado nos capítulos I e II; e a segunda, composta do *ser* das rádios comunitárias, estudado nos capítulos III e IV. No primeiro capítulo, procuramos, nas relações entre a comunicação social e a sociedade, identificar os interesses do capital voltados para a radiodifusão, inclusive a comunitária; o reconhecimento da comunicação como um direito humano e estudar as demandas da sociedade civil pela humanização de tal direito. Nesse sentido, buscamos uma interdisciplinaridade desenvolvida no segundo capítulo, através de uma análise dos aspectos fundantes da radiodifusão pública. Esses dois primeiros capítulos desenvolvem, de um modo geral, os pressupostos e os fundamentos através dos quais pudemos lastrear a análise do *ser* das rádios comunitárias, expressos em dois capítulos interdependentes e complementares: capítulo III - análise da gestão das emissoras comunitárias e capítulo IV - a análise do conteúdo da grade de programação dessas emissoras. Consideramos esses dois últimos capítulos interdependentes, baseados no fundamento de que a grade de programação (produto) reflete o modelo de gestão (estrutura produtiva) adotado para gerenciar a emissora.

Podemos ainda observar que o próprio título desta tese revela de que modo a horizontalidade do tema os direitos humanos e a democratização da comunicação serão verticalizados quanto aos aspectos do modelo de gestão e os conteúdos da grade de programação das emissoras analisadas.

O imbricamento, ao qual nos referimos inicialmente, dos campos dos direitos humanos e da democratização da comunicação, torna-se uma consequência, quando a livre expressão do pensamento não consegue alcançar o sentido amplo do coletivo humano das comunidades rurais e urbanas, onde, na sua maior parte, estão instaladas as emissoras comunitárias. Desse modo, o reconhecimento e positivação, na prática, dos direitos humanos no Brasil, no que se refere à radiodifusão, tem acumulado, ao longo do tempo, uma volumosa dívida social. Esse processo de exclusão tem deixado à margem um expressivo número de comunidades que aspiram a uma comunicação verdadeiramente representativa de suas demandas, onde a radiodifusão tem papel importante, tais como informação, cultura, representatividade comunitária e, até mesmo, a preservação da identidade cultural das periferias urbanas e rurais do Estado.

Com o processo de redemocratização do Brasil, na passagem dos anos 1970 aos anos 1980, assistimos a uma série de demandas pela sociedade civil em torno da publicização dos espaços monopolizados pelas grandes corporações privadas da mídia, na produção e difusão de informações, através dos meios de comunicação atuantes no país. Nesse período, as rádios comunitárias, (até então) se achavam sob um forte e truculento controle, vigilância e punições, pelo Governo brasileiro respaldado pela falta de uma legislação específica para o setor e pela forte pressão exercida pelas grandes corporações de mídia atuantes no País. Esse cenário reforça o surgimento e expansão do movimento das rádios comunitárias, caracterizadamente diferente, na sua origem, das tradicionais emissoras públicas e privadas, gerando uma produção que objetivava aproximar-se dos setores subalternos da sociedade brasileira, reduzindo assim, as assimetrias da informação; mesmo que esse tipo de ação resultasse na criminalização, pelo Governo, dos radiofusores comunitários, o movimento continuou a crescer e a pressionar os governantes pela legalização dessas emissoras. Tal tipo de exclusão contraria princípios fundantes dos direitos humanos, como nos adverte Bobbio (2004, p. 53) ao referir, sobre os problemas que atingem os direitos do homem:

[...] a função primária da lei é a de comprimir, não a de liberar; a de restringir, não a de ampliar os espaços de liberdade; a de corrigir a árvore torta, não a de deixa-la crescer selvagememente. Com uma metáfora usual, pode-se dizer que direito e dever são como o verso e o reverso de uma mesma moeda. Mas qual é o verso e qual é o reverso? Depende da posição com que olhamos a moeda. Pois bem: a moeda da moral foi tradicionalmente olhada pelo lado dos deveres do que pelo ladodos direitos.

A história dos direitos humanos tem apontado para um **campo conflitual**, onde os seres humanos buscam a conquista de novos direitos, a efetivação de direitos já conquistados, bem como a manutenção e proteção dos direitos positivados. Nesse sentido, as mais importantes declarações de direitos humanos e de cidadania, bem como as Constituições democráticas modernas apontam para indicativos de que os governantes não devem usar do poder arbitrariamente, pelo contrário, terão de governar limitados pelo conjunto de leis que estabelece os direitos e deveres do cidadão. Dessa maneira, num contexto onde democracia e direitos humanos deveriam ser sinônimos, esse campo aparece como um **devir**, dentro de um **campo de forças**, resultando no surgimento de demandas, inclusive, pela democratização do processo de comunicação, dos direitos públicos, para todos e em todos os espaços.

Em relação a uma epistemologia da comunicação, consideramos que trata-se de “uma personagem à procura de um autor”, portanto, buscamos uma aproximação das ciências transdisciplinares à comunicação. Nesse sentido, Duarte (2003) em relação a “uma possível epistemologia da comunicação”, adverte que a ideia da construção dessa epistemologia esbarra inevitavelmente em dúvidas naturais quanto ao que se entende por comunicação e afirma:

Esse termo, enquanto um campo de pesquisa e estudo científico, ainda é muito recente e por esse motivo ainda passa por tentativas de redefinições ou reposicionamentos conceituais no intuito de construir uma ou mais imagens comuns que representem um conceito. [...] Pensar uma epistemologia da comunicação implica tentar circunscrever mais precisamente o termo, encontrar um conjunto de ideias que se interliguem e expressem o que se tenta tomar como tema de estudo e pesquisa de princípios teóricos e metodológicos. Uma epistemologia é uma forma de indagar a realidade (DUARTE, 2003, p. 41).

A palavra epistemologia, segundo Cunha (1999, p. 308 apud DUARTE, 2003, p. 42) é definida como: “o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já construídas e que visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o

alcance delas”. Assim sendo, Duarte (2003, p. 46, grifo do autor) vê a comunicação como um encontro de fronteiras, ao afirmar que:

Há uma linha sutil que atravessa as ideias de *pertencimento a muitos ou a todos, comunhão, tornar comum e estar em relação*. Uma linha que está contida entre esses termos e traz uma nova ideia a esse conjunto a partir da observação de um fato: para que algo seja comum a um grupo, para que haja comunhão, para tornar um pensamento comum, os envolvidos inevitavelmente têm de estar em relação. Estar em relação implica a emergência de uma superfície comum de troca, ou uma zona de encontro de percepções dos emissores e dos receptores.

Admitindo no estudo da comunicação um **objeto e um campo possíveis**, Duarte (2003, p. 50) reconhece que o “exercício que direcionamos aqui é o de olhar mais uma vez para o mesmo tema que já foi e ainda será diversas vezes visitado e analisado ao longo do tempo, enquanto a comunicação como pesquisa ainda mantiver o interesse para os seres humanos”. E esclarece:

Um exercício que estabelece uma tentativa de reenfocar o objeto da comunicação para distender a compreensão sobre ele. Um exercício que nos permite mais que a ilusão de explicar o objeto, **ele nos permite também compreender o percurso do nosso olhar**. Passamos a conhecer mais sobre aquele que pergunta do que sobre o que é perguntado. Cada tempo um olhar sobre o mesmo objeto e assim compreendemos mais sobre o espírito do momento em que a pergunta é feita. Isso é o que Paul Ricoeur propõe como uma hermenêutica da cultura (RICOEUR, 1983, p. 122 apud DUARTE, 2003, p. 51, grifo nosso).

Nesse sentido, Duarte (2003) admite que se torna objeto da comunicação “o que emerge, o terceiro plano que não havia antes do encontro de todas as partes dialogantes. Torna-se objeto a comunicação o *estar em relação*, ou melhor, a troca”. E admite, ainda que o **campo da comunicação pode ser teórico**,

quando este analisa a ontologia desses encontros, quando se preocupa com os processos que *tornam comum* um pensamento a um grupo que troca informações. **O campo pode ser também empírico** quando a mesma discussão ontológica considera a relação com os suportes nos quais os planos cognitivos são atrelados. É preciso chamar a atenção para o fato de que esses suportes não são necessariamente objetos de mídia (DUARTE, 2003, p. 51, grifo nosso).

Por fim, Duarte (2003) conclui que a redimensão do campo da comunicação permite “uma varredura mais ampla do espectro temático da cognição do homem

sem perder de vista um critério que defina e pontue seu objeto.” Nesse sentido, o autor afirma:

O objeto delimitado pelo estabelecimento de relação de trocas que geram um plano de entendimento, ou um plano comum às partes, ganha uma zona de fluidez transdisciplinar. Ou seja, **o campo se assume transdisciplinar a partir da zona de contato das disciplinas**. Uma zona fluida, mas com um campo claro de indagação da realidade. Um objeto visível que emerge pontualmente do fluxo invisível de contrabando das cognições, estabelecendo uma tensão que já faz eco nas ciências com a crise da modernidade. Essa tensão nos tira da zona segura de explicação do mundo das metanarrativas e nos põe na zona de risco de vida que sempre esteve entre o cristal e a fumaça (ATLAN, 1992 apud DUARTE, 2003, p. 53, grifo nosso).

Sobre o método desta pesquisa, retivemos em Gramsci, (1999, v. 1, p. 1221 apud SALES, 2006, p. 15-16):

Deve-se deixar estabelecido que toda a investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente com o desenvolvimento e a elaboração daquela determinada investigação e ciência formulando com ela um todo único. Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outras investigações ao qual estava relacionada, é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência.

Nessa linha de raciocínio, em relação à livre expressão versus a crítica, pensamos como Nachmanovitch (1993, p. 155-156):

a livre expressão precisa ser temperada com a visão crítica, e a visão crítica temperada com a liberdade de expressão. Desempenhamos inúmeros atos de equilíbrio – uma dança entre polos opostos – todos eles necessários à existência da vida e da arte. Temos que viver exatamente no ponto de equilíbrio de uma *equi-valência* entre o livre fluxo do impulso criativo e o constante questionamento em busca da qualidade. Sem visão crítica, criamos lixo. Com excesso de crítica, criamos bloqueio. Para nos expressarmos livremente precisamos desaparecer. Para nos expressarmos livremente precisamos dominar a técnica. É um diálogo constante entre imaginação e disciplina, paixão e precisão. Precisamos harmonizar a materialidade da prática diária com a volatilidade da fuga diária em busca do desconhecido.

A cada passo na aplicação do método fomos nos permitindo dialogar com autores como Nachmanovitch (1993) e, também com Wickes (apud NACHMANOVITCH, 1993, p. 43) quando esse autor refere-se ao processo mental intuitivo: “O processo mental intuitivo parece funcionar de trás para frente. As

conclusões antecedem as premissas. Isso não ocorre porque os passos que ligam conclusões e premissas tenham sido omitidos, mas porque esses passos são dados pelo inconsciente”.

Nossas dificuldades conceituais encontraram mais conforto quando nos indagamos sobre as *formulações*. Ou seja: quase todos os conceitos que se referem aos grupos comunitários cabem nas *formulações*, cujo eixo central é a comunidade? Desse modo, procuramos o esclarecer em Krieg-Planque (2010, p. 9), quando a autora, em relação a esse novo conceito de análise do discurso, define e exemplifica:

Por fórmula, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregados em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir. Assim, podemos considerar que formulações como mundialização/globalização, ‘mundializar/globalizar’, ‘antimundialização’, ‘antimundialistas’, ‘altermundialização’ etc. constituem as variantes de uma mesma *fórmula* – ‘mundialização’ -, cujo estado seria útil para compreender o modo pelo qual os debates sobre o estado das relações sociais se desenvolveram na virada do Século XX para o século XXI.

Poderíamos, portanto, concordando com Krieg-Planque (2010), acrescentar comunidade/comunitarismo como uma das possíveis formulações em torno do conceito de comunidade. Nesse sentido, essas inquietações nos levaram, como resultado positivo, ao conceito de *territórios de cidadania* que ao contemplar a comunidade de pertencimento, interliga esses espaços e os conecta a outros territórios (urbanos, rurais, periféricos, litorâneos, etc.) elevando-os à condição de um desenvolvimento social mais amplo, onde cada território, pela condição da cidadania, soma-se a outros territórios, criando um só espaço de intervenção da gestão social.

Estudiosos e pesquisadores de diversas áreas, notadamente a área dos *Estudos Culturais*, ao buscarem a compreensão da identidade, dos lugares, dos não-lugares e dos entre-lugares, têm observado, nesse sentido, como afirma Canclini (2005, p. 131, grifo nosso), as teorias do contato cultural:

As teorias do ‘contato cultural’ têm estudado (quase sempre) os contrastes quase sempre apenas pelo que os diferencia. O problema reside no fato de que a maioria das situações de interculturalidade se configura, hoje, não só através das *diferenças* entre as culturas desenvolvidas separadamente, mas também pelas maneiras *desiguais* com que os grupos se apropriam de

elementos de várias sociedades, combinando-os e transformando-os. Quando a circulação cada vez mais livre e frequente de pessoas, capitais e mensagens nos relacionam cotidianamente com muitas culturas, nossa identidade já não pode ser definida pela associação exclusiva a uma **comunidade nacional**. O objeto de estudo não deve ser então, apenas a diferença, mas também a hibridização.

Conforme Giddens (1990 apud HALL, 2005, p. 72) podemos pensar a noção de lugar e espaço de uma outra forma: nos termos daquilo que esse autor chama de separação entre espaço e lugar. Para Giddens (1991, p. 27):

O 'lugar' é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas': [...] O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a 'forma visível' do local oculta relações distanciadas que determinam sua natureza.

Sendo assim, para Hall (2005, p. 18) "os lugares permanecem fixos; é neles que temos "raízes". Entretanto, o espaço pode ser "cruzado" num piscar de olhos – por um avião a jato, ou por satélite; Harvey chama isso de destruição do espaço através do tempo" (HARVEY, 1989, p. 205 apud HALL, 2005, p. 72-73).

A *comunidade* como *lugar* e *espaço*, vista como uma possibilidade de cidadania, inclusa de forma mais ampla num *território de cidadania*, reduziu nossa inquietação quanto às questões sobre comunidade e cidadania; portanto, nos propusemos a trabalhar dentro desse conceito: territórios de cidadania, ou seja, conexão de comunidades; lugares interconectados num espaço capaz de produzir elementos propulsores de convivência social mais ampla, de trocas simbólicas e culturais, desenvolvimento sustentável e tudo o mais que o conjunto dos lugares possa produzir no espaço da cidadania, em todas as suas nuances: cultural, nacional, ativa, participativa, deliberativa e democrática.

Quando concebemos territórios de cidadania, como conexão de comunidades de pertencimento, torna-se importante chamar a atenção para a advertência esclarecedora de Giddens (1991, p. 27) quando observa:

A separação entre o tempo e o espaço não deve ser vista como um desenvolvimento unilinear, no qual não há reversões ou que é todo abrangente. Pelo contrário, como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços dialéticos provocando características opostas. Além do mais, o rompimento entre tempo-espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social. Isto é facilmente demonstrado tomando-se o exemplo do horário. Um horário, tal como uma tabela que marca as horas em que correm os trens, pode parecer a primeira vista meramente um mapa

temporal. Mas na verdade é um dispositivo de ordenação tempo-espaço, indicando quando e onde chegam os trens. Como tal, ele permite a complexa coordenação de trens e seus passageiros e cargas através de grandes extensões de tempo-espaço.

Objetivamente, optamos pelo conceito de *território de cidadania* como elemento alavancador do processo comunitário, colocando-o em contato com o desenvolvimento conjunto de outras “comunidades” que fazem parte do mesmo território de cidadania estudado.

Entre o *dever ser* e o *ser* da radiofusão comunitária, verificamos um grande abismo. Dessa forma, para contemplar as aproximações previstas, tanto nos pressupostos e fundamentos da teoria da comunicação crítica, como no levantamento, sistematização e análise dos dados referentes à gestão e a grade de programação das emissoras pesquisadas, foi necessária uma metodologia adequada ao campo comunicacional. Nesse sentido, adotamos uma abordagem com pluralidade disciplinar, que mantivesse diálogo com análise de conteúdo (BARDIN, 1977; 1983; BRECHT, 1967; DIAZ BORDENAVE, FREIRE, 1983; MINAYO, 1998) entre outros autores voltados para a comunicação dialógica; por outro lado, recorrendo a uma análise da teoria crítica construída pela Escola de Frankfurt, esperamos ter contribuído, de forma objetiva, para a compreensão e o questionamento do papel da rádio-fusão comunitária de Pernambuco, dentro de um processo que inclui discurso e ação.

A metodologia de pesquisa foi desenvolvida no sentido de revelar, com base nos fundamentos e pressupostos da comunicação democrática, nas ações da gestão e nas narrativas discursivas, contidas na grade de programação, a relação entre *dever ser* e o *ser* dessas emissoras, a partir da realidade observada dentro do universo selecionado.

No sentido da capacidade de superação dos problemas com os quais se debatem as emissoras comunitárias, Gramsci (2000, v. 3, p. 36) nos alerta, em relação à sociedade civil, que:

É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações [...].

O desenvolvimento do nosso objeto de estudo, sua análise, observações e conclusões geraram, pela observação crítica dos conteúdos, aspectos da área da comunicação social, imbricados com as áreas dos direitos humanos e da democratização da comunicação. Esse fato demonstrou que ampliaríamos o universo de questões, de tal modo, que não poderíamos dar conta de suas respostas. Assim, foi necessário adotar a cautela necessária na observação dos diversos modelos de rádio, chamadas de comunitárias, uma vez que essa tipologia já pode ser considerada ampla, dada a variedade de perfis que apresentam. Não há, a rigor, um modelo de rádio comunitária que se enquadre nos manuais propostos pelo Ministério das Comunicações; e os motivos são, na sua maioria, justificáveis.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa social, dessa forma, ao priorizarmos os aspectos *qualitativos*, não significa que subalternizamos os dados *quantitativos*, principalmente quando fizemos o levantamento, nas grades de programação, das categorias, gêneros e formatos de programas. Ao contrário disso, combinamos de forma complementar, os aspectos dos conteúdos ao número de horas de cada categoria, gênero e formato dos programas, em relação ao total de horas, por emissora e no conjunto das doze rádios pesquisadas. Nesse aspecto, o marco teórico deste estudo está voltado para a teoria crítica e a economia política da comunicação, baseado na teoria da comunicação dialógica, com ênfase em Freire (1983).

Como preocupação inicial, em relação ao método adotado para essa pesquisa, tornou-se necessário entender como se configura o campo das comunicações no Brasil e, dentro dele, o modo de produção voltado para o mercado que, na atualidade, envolve a maior parte do processo de radiodifusão, desde a sua concepção até a distribuição de conteúdos levados diuturnamente às populações do País. Nesse sentido, deveriam ser exceções a essa regra, as rádios públicas e comunitárias.

Através de uma incursão ao estudo dos direitos humanos, em relação à comunicação social e seus aspectos interdisciplinares, bem como aqueles transdisciplinares, buscamos de forma mais adequada a análise da programação das rádios comunitárias, na busca desse direito, contextualizado por Bobbio (2004, p. 7) como “[...] uma construção, um artefato humano fruto da política e requer razão para pensar, projetar e ir transformando este artefato em função das necessidades da convivência coletiva”.

Os direitos humanos são reconhecidos e positivados sobre um terreno marcado pela produção e reprodução incessantes de contradições sociais, constituindo-se, dessa forma, num autêntico **campo de conflito**. Portanto, dentro desse campo, as áreas das ciências sociais e das humanidades com seus aspectos transdisciplinares, representam um traço que cruza significativamente com a comunicação social.

As teorias críticas, nas quais a experiência da comunicação como discurso tende a ser interpretada, recriada e qualificada à luz de normas derivadas ou inventadas, refletem um modelo de abordagem, com o qual trabalhamos, na análise de conteúdo da programação das rádios comunitárias, como respostas às demandas simbólicas das comunidades onde foram geradas essas emissoras. Nesse sentido, Barros (2003, p. 228) nos alerta para o fato de que a inserção da comunicação social na categoria de **ciências sociais aplicadas** “se vê refletida no plano da investigação científica e dos referenciais teóricos e metodológicos adotados em seu estudo”. Essa observação nos remete à compreensão de que tanto a questão dos objetivos como a do objeto de pesquisa, envolvem os fatores geradores e as finalidades da atividade científica, por um lado, e os limites do problema que se pretende estudar, por outro. Importante notar que o objetivo de se fazer pesquisa e o objeto da pesquisa que se faz em nossa área de estudo, precisam ser pensados no contexto das ciências sociais aplicadas.

Ao estudar a relação entre o texto e o contexto, entre os meios/mensagens e as mediações socioculturais, podemos articular, de maneira crítica e responsável, o universo da produção da mensagem e sua veiculação com o universo da recepção. Neste caso, o receptor não foi encarado como mero objeto de sua ação, mas como parte integrante da comunidade, da qual o comunicador também faz parte. Nesse sentido, buscamos a interpretação dos dados colhidos sobre o objeto de estudo, com a finalidade de investigar seu sentido, dentro dos princípios da análise de conteúdo; assim, fomos agrupando e observando os discursos da radiofonia comunitária, uma vez que o discurso aparente sempre esconde por trás do simbólico e da polissemia, um sentido a desvendar.

A metodologia da pesquisa qualitativa foi entendida, aqui, como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas, sendo estas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Bardin (1977) afirma que a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Entretanto, tanto no sentido do entendimento do processo histórico, como da prática social do sujeito em sociedade, ou seja, um sujeito em relação com o mundo, sabemos que a realidade, na sua totalidade, não se comporta dessa forma.

A conceituação da comunicação, dentro da esfera pública, como zona de discurso, espaço para o exercício da cidadania e ação para transformações, aponta para o contexto da democracia, dos direitos humanos e a preocupação com o controle social dos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação. Nesse sentido, a necessidade dos novos marcos regulatórios, reclamados na Conferência Nacional de Comunicação (2009), engloba a preocupação no sentido de como os direitos humanos veem sendo tratados nos veículos de comunicação. Bobbio (2004, p. X) nos alerta que “[...] hoje o cerne da problemática dos direitos humanos não reside na sua fundamentação, mas no desafio da sua tutela”.

Sendo assim, buscamos trabalhar com os elementos da pesquisa qualitativa, provocadores da mudança, considerados como a dinâmica do processo de convivência humana em sociedade, operando pelo método das aproximações sucessivas e, nesse percurso desvendar, a exemplo de Bobbio (2004, p. 11), “multidisciplinarmente os nexos entre democracia e direito, direito e razão, razão e paz, direitos humanos e cidadania e cidadania e comunicação”.

A comunicação social, no Brasil, requer mudanças que possam torná-la democrática, acessível às populações subalternas. Longe de requerer instituições ou categorias estáticas, o objetivo maior deste estudo, como pesquisa qualitativa, foi debruçar-se sobre a transformação, como condição histórica da construção do social. Dessa maneira, os fatos sociais são atos comunicativos, portanto, concretos, vinculados à realidade social dos seus agentes. Nessa questão prescinde-se da abstração, deslocando o vetor da observação para os fatos históricos, construtores da realidade observada. Freire (1983, p. 40), já chamava a atenção para o fato de que “o homem é um sujeito em relação, implicando nisso reciprocidade e dialogismo, que o mundo humano é um mundo de comunicação e que o homem não é apenas o que é, mas também o que já foi”. Assim, só podemos falar de consciência histórica se nos referirmos aos homens. Nesse sentido, Minayo (1998, p. 242) afirma que o interesse central das ciências sociais é o fato de que: “os seres humanos não são

apenas objeto de investigação, mas pessoas com as quais agimos em comum: são sujeitos em relação. Na perspectiva da dialética marxista, tudo que ultrapassa o indivíduo para atingir a vida social constitui acontecimento histórico”.

No sentido da história da radiofusão, procuramos entender o objeto deste estudo, compreendendo o nível de consciência histórica da sociedade e da radiofonia brasileiras que surgiram e desenvolveram-se com características sociais similares. Daí a pertinência e a relevância do estudo da história da radiofonia e, dentro dela, a comunitária, relacionando-a (SODRÉ, 1966) com o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Os estudos que já foram desenvolvidos na área da comunicação social, principalmente aqueles voltados para a radiofusão, podemos citar a pesquisa coordenada por Jacks (2008, p. 129), salientando o registro:

Entre teses e dissertações, o rádio constituiu-se em objeto de estudo de 50 pesquisas produzidas na década de 90. Desse total, 40 tratam de diferentes aspectos da comunicação radiofônica e 10, da recepção do meio. Os que não tratam da recepção, dez teses e 30 dissertações, exploram objetos de estudo muito diversificados.

Portanto, em termos conceituais e abordagem do real, a questão da audiência tornou-se crítica. Vista a partir da própria emissão, uma vez que no tocante à legitimação da grade de programação das emissoras comunitárias espera-se uma resposta às demandas da comunidade, obtidas na escuta como lugar do diálogo. Nesse sentido, Brecht (2005, p. 42) nos aconselhava, como ouvintes, a “organizar nosso ouvir”, portanto, consideramos pertinente buscar no discurso, além da importância da *fala*, o seu conseqüente processo de *escuta*, onde o *diálogo* torna-se um aspecto fundante da comunicação democrática. Nesse sentido, buscamos estabelecer, no diálogo entre Barros (2003) e Santaella (2001), ambos, pesquisadores de comunicação social, um mapeamento que permitiu a construção de questionamentos em torno da dinâmica do processo de comunicação, aplicado na análise das programações das rádios comunitárias e que facilitasse a compreensão do objeto de estudo.

Considerando os elementos componentes do processo de comunicação e suas relações com o sistema aberto, Santaella (2001, p. 107) indica o estabelecimento de um mapeamento para servir como “um primeiro traçado sobre o qual desenhar o mapa da área da comunicação”. Desse modo, a autora considera

esse esqueleto como um núcleo constante da comunicação que deve funcionar apenas como uma espécie de roteiro básico dos territórios, a que também chama de campos da comunicação.

A metodologia adotada proporcionou o levantamento de aspectos históricos e informações sobre a radiofusão comunitária, com aprofundamento de dados e observações das atividades das emissoras abordadas na amostra selecionada para este fim, através das seguintes etapas:

a) levantamento bibliográfico-documental objetivando: discorrer de forma crítico-analítica sobre a radiofonia comunitária, suas origens e atualidade; suas relações com o direito à livre expressão do pensamento e o direito humano à comunicação; buscar elementos constitutivos do *estado da arte* desenvolvido sobre o objeto de estudo desta pesquisa, através de artigos, monografias, dissertações, teses e estudos já realizados sobre o tema.

Nesta fase foram agregados elementos bibliográficos e documentais, procurando verificar, no *estado da arte*, os avanços proporcionados pelo conhecimento da comunicação social, desenvolvido pela academia. Por outro lado, procuramos construir, com o conhecimento dos trabalhos desenvolvidos por autores voltados para a este tipo de pesquisa, um *corpus teórico* que servisse de referência para as constatações e análises que foram feitas ao longo do processo de investigação, uma vez que pretendíamos avançar em relação ao que já foi estudado sobre o tema.

b) a definição do objeto de pesquisa voltou-se para as ações de gestão e construção da grade de programação das emissoras selecionadas como o aspecto empírico do estudo, em que pese fundamentar toda a observação empírica nos pressupostos dos direitos humanos e da democratização da comunicação em seus aspectos teóricos.

c) a operacionalização do projeto de pesquisa foi realizada através do contato direto com as fontes primárias e secundárias do universo pesquisado. Nessa fase, foram obtidos dados a partir de fontes primárias, cujas informações foram coletadas junto aos sujeitos da investigação. Entendemos como fontes primárias desta pesquisa, os radiofusores envolvidos diretamente com a gestão e a operacionalização da programação das emissoras selecionadas; contemplamos também os diretores da ABRAÇO-PE e, por último, os educadores envolvidos com a radiofusão comunitária no Vale do Goitá, em Pernambuco.

Através de visitas, *in loco*, às emissoras comunitárias selecionadas,- Rádio Litoral FM, de Paulista; Rádio Litoral Meridional, de Nova Descoberta, Recife; Rádio Amparo FM, de Olinda; Rádio Camará FM, de Camaragibe; Rádio Cidadania, de Jaboatão dos Guararapes; Rádio Digital FM, de Escada; Rádio Jovem CAP FM, de Capoeiras; Rádio Goitacaz FM, de Glória do Goitá; Rádio Petrolina FM, de Petrolina; Rádio Santana FM, de Ribeirão; Rádio Tabocas FM, de Vitória de Santo Antão e Rádio Sol FM, de Ouro Preto, Olinda - objetivamos investigar e compreender: como se comporta a grade de programação das emissoras comunitárias pesquisadas; o nível de participação da comunidade nas atividades das emissoras e a relação entre a comunidade e as emissoras, no sentido da prática da comunicação democrática. Objetivando fidelizar as informações e dados coletados, foi desenvolvido um **estudo de campo**, com as funções de investigar e analisar várias questões; entretanto, nas sucessivas aproximações feitas em função de cada questão levantada, percebemos a amplitude do universo, o que nos levou a selecionar duas questões que verticalizam o tema dos direitos humanos e a democratização da comunicação: a análise da gestão adotada pelas rádios pesquisadas e a análise da grade de programação dessas emissoras.

As técnicas e os instrumentos para coleta de dados e informações foram os seguintes: entrevistas com roteiro semiestruturado; observação sistematizada e observação participante. Para tanto, participamos de encontros nacionais (ABRAÇO NACIONAL), em Brasília; encontros regionais (ABRAÇO BAHIA), em Salvador; encontros estaduais (ABRAÇO PERNAMBUCO) em Escada, Garanhuns e Glória do Goitá; I CONFECO-PE - I Conferência Estadual de Comunicação de Pernambuco, em Recife, sobre as propostas regionais para apreciação dos grupos de trabalho da I CONFECOM.

Numa primeira aproximação, detalhada no **Capítulo I - A Comunicação Social no Brasil: os interesses do capital, seu reconhecimento como direito social e as demandas pela sua humanização**, observamos, ao longo das constituições brasileiras (do Império em 1824 à Constituição de 1988), que o direito à livre expressão foi tomando forma e conteúdo, cada vez mais abrangentes, de modo a atingir, com a redemocratização do País, uma legislação que elevou esse campo do direito ao amplo, embora complexo, campo da comunicação social, compondo, inclusive, o seu título na *Carta Magna* no seu Capítulo V - *Da Comunicação Social*. Nesse período, a nova sociedade civil, através da articulação

dos mais representativos segmentos, passa a viver um Brasil, ainda marcado pelas desigualdades sociais, cujo cenário de luta pelos espaços públicos, até então ocupados pelo setor privado, caracterizando um combate contra o patrimonialismo.

O rádio, como meio de comunicação, cresceu e expandiu-se, rapidamente, pelo mundo inteiro. No Brasil, surgiu por iniciativa de pessoas interessadas em implantar a radiofonia como tecnologia da comunicação a serviço da arte e da informação, embora de forma incipiente e amadora. Pernambuco, como Estado pioneiro, teve o seu período amadorístico e chegou a constituir uma grande emissora, a Rádio **Clube** de Pernambuco; entretanto, o entusiasmo do amadorismo não iria muito longe; a radiofusão seria percebida por um lado pelos governos, no sentido do controle de sua influência sobre a formação da opinião das classes populares e, por outro, pelo capital que via no rádio uma nova e eficaz forma de expansão.

No que se refere às Constituições brasileiras, a evolução dos marcos regulatórios da comunicação, da Constituição de 1824 à Constituição de 1988, percorreu um itinerário histórico crescente, embora, no governo da ditadura militar, esses marcos tenham recuado, sob severo regime de controle e arbítrio de Estado.

A Nova República surge com a Constituição de 1988 que, em seu preâmbulo ressalta e enfatiza a volta ao Estado de Direito; consagra a cidadania; e continua, a exemplo do percurso histórico desde 1824 a debater-se com os problemas em torno da liberdade de pensamento, das garantias individuais, do direito à propriedade e os direitos conexos.

Nesse campo de conflitos, onde as transformações são possíveis, as emissoras comunitárias trabalham com fatos, os quais são atos comunicativos, portanto, concretos, vinculados à realidade social dos seus protagonistas.

Conforme veremos no **Capítulo II – As rádios comunitárias e os aspectos fundantes da radiofusão pública**, os marcos regulatórios na história dos direitos sociais no Brasil, mantêm **as garantias e a proteção à propriedade**, do Império (1824) à Constituição da redemocratização (1988), quase intocáveis, não fosse o acréscimo durante esse período do conceito de **função social da propriedade**. Nessa segunda aproximação, procuramos revelar, com base na evolução de nossas Constituições, os avanços e recuos dos marcos regulatórios, intensamente reclamados pelos segmentos organizados da sociedade civil, nos debates públicos em torno da democratização da comunicação.

Com base nos pressupostos do direito administrativo, procuramos relacionar as feições constitucionais do serviço público, à radiofusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), dando ênfase ao rádio brasileiro; desenvolvemos os temas: a comunicação com o serviço público; as dificuldades em torno do conceito de público; as esferas pública, privada e social; os princípios fundantes da radiofusão comunitária; o controle social das emissoras comunitárias e sua legitimação pela comunidade, os quais nos parecem aspectos históricos fundantes para a compreensão do contexto atual no qual estão inseridas as emissoras comunitárias e seus problemas quanto aos aspectos de uma gestão adequada e uma programação que reproduza conteúdos capazes de contribuir para a cultura, a cidadania, a diversidade e o respeito aos direitos humanos, entre outros temas de importância para a elevação social das comunidades.

Os movimentos sociais em torno da legitimação da radiofusão comunitária têm atravessado períodos difíceis para o desenvolvimento das emissoras pertencentes à comunidade; da sua origem, na clandestinidade, à legalização pelo Estado, as emissoras populares, livres e comunitárias estiveram durante muito tempo limitadas ou impedidas em suas ações devido à falta dessa regulamentação específica para esse tipo de radiofusão.

Em 1983, fundada no Canadá, surgiu a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), uma organização não governamental internacional, de caráter laico, sem fins lucrativos e que agrupa mais de 4.000 emissoras, Federações e aliados das rádios comunitárias em mais de 115 países. Segundo o seu site, a AMARC tem a missão de “promover a democratização da comunicação para favorecer a liberdade de expressão e contribuir para o desenvolvimento equitativo, socialmente justo e sustentável de nossos povos. Democratizar a palavra para democratizar a sociedade” (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS, 2013). Essa associação conta com seccional no Brasil, atuando diferentemente da ABRAÇO, uma vez que entre seus associados, além das emissoras comunitárias, conta com centros de produção e ativistas do movimento pela democratização da comunicação. Entre os centros de produção associados à AMARC, encontram-se a Centro de Mulheres do Cabo de Pernambuco; a UNIRR – União e inclusão em redes de rádio de São Paulo, em São Paulo; CRIAR BRASIL – Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro; e a Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A nível estadual, com o surgimento, em 1993, da Associação das Rádios Comunitárias da Região Metropolitana do Recife tinha início um movimento que buscava nas ondas do rádio a solução para os problemas de comunicação das comunidades recifenses. O processo de surgimento e expansão da radiofusão comunitária tomou cada vez mais corpo e, segundo Rochol (2004), com a constituição da Associação das Rádios Comunitárias e Livres de Pernambuco, ainda em 1993, o movimento expandiu-se em todo o Estado. Passados mais de dez anos do início do movimento, a consolidação vem com o surgimento Associação das Rádios Populares de Pernambuco (ARPPE), buscando os mesmos objetivos que deram origem ao movimento, ou seja, articulação entre as comunidades e possibilidades de as organizações populares ganharem chances em espaços públicos, entre outros benefícios que a democratização da comunicação proporciona às camadas sociais excluídas da grande mídia. A ARPPE contava, em 2004, com cerca de 170 rádios populares afiliadas, espalhadas pelo Recife (34), Região Metropolitana (34), Zona da Mata Sul (10), Zona da Mata Norte (15), Região Agreste (38), e Sertão (25). Atualmente, estima-se em, aproximadamente, 400 rádios comunitárias instaladas e funcionando no Estado de Pernambuco.

Nesse sentido, a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) mantém seccionais nos Estados brasileiros, inclusive em Pernambuco. A ABRAÇO-PE, pelo que percebemos nos encontros e seminários dos quais participamos, tem enfrentado, entre outros problemas, o seu maior desafio: resgatar o sentido do associativismo nas emissoras comunitárias pernambucanas e conseguir, com isso, uma maior aglutinação com o objetivo de obter maior poder de pressão sobre o Governo, em função das modificações na legislação da radiofusão comunitária; captar recursos de forma mais ampla e distribuí-los com as associadas, objetivando a sustentabilidade das emissoras; treinar o pessoal ligado ao processo de produção, locução, manutenção técnica e gestores no sentido de alcançar uma maior eficácia nos seus processos internos de gerenciamento, bem como nos seus processos externos de comunicação com seus parceiros.

A radiofusão comunitária vem se defrontando, ao longo do tempo, com sucessivos problemas de enfrentamento com órgãos do Governo ligados ao setor das comunicações e a própria sociedade civil, representada pelo segmento empresarial da comunicação, onde encontram-se os detentores privados das concessões públicas de canais de rádio e televisão e que já foram caracterizados

ora como coronéis eletrônicos (LIMA; LOPES, 2007), ligados à grande mídia, ora como coronéis eletrônicos de novo tipo, ligados às rádios comunitárias.

A Lei nº 9.612, de 19/02/1998, que regulamentou a radiodifusão comunitária, depois de um longo processo de luta, não conseguiu atender às demandas de desenvolvimento e expansão desse tipo de emissoras; pelo contrário, com o surgimento dessa Lei, foi estabelecido um maior controle sobre as emissoras comunitárias, dificultando as suas outorgas e, por outro lado, facilitando a entrada, no setor, de representantes da iniciativa privada, disfarçados de organizações não governamentais, educativas e/ou religiosas, como já foi amplamente demonstrado pelo estudo e pesquisa de Lima e Lopes. Segundo Lima e Lopes (2007, p. 4):

Os novos coronéis eletrônicos, como os anteriores, continuam tendo no controle do voto a sua “moeda de troca” básica com o estado e a própria União. Só que agora com a mediação de representantes em posição hierarquicamente superior, tanto no Legislativo quanto no Executivo – deputados estaduais e federais, senadores e governadores – sejam eles velhos coronéis eletrônicos ou não. As rádios comunitárias, na sua grande maioria, são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais – vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos, líderes partidários – vindo num distante segundo lugar o vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica.

O problema do controle social da radiodifusão sonora (radio) e de sons e imagens (televisão) torna-se complexo com a Constituição de 1988, quando foi criado o Conselho de Comunicação Social (CCS)¹, respondendo hierarquicamente ao Senado, como **órgão auxiliar**. Nessa condição hierárquica, o CCS não tem conseguido mudar significativamente o quadro de problemas que enfrenta o movimento pela democratização da comunicação no País. Dessa forma, o enfrentamento torna-se mais desvantajoso para os legítimos representantes da radiodifusão comunitária, uma vez que os empresários, detentores de concessões públicas, encontram-se fortemente organizados, a nível local, nos Estados, com suas associações e sindicatos e, a nível nacional, com a poderosa Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Por seu turno, as rádios comunitárias contam com a ABRAÇO, a nível nacional, e com suas Associações a nível estadual, a exemplo da ABRAÇO-PERNAMBUCO. Nesse sentido, mesmo em desvantagem, a comunicação tem contado com a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação (FRENTECOM), uma iniciativa

¹ Capítulo V, Art. 224 da Constituição de 1988.

de deputados federais, entre eles a Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que participa de sua coordenação, juntamente com outros deputados. A FRENTECOM segundo o seu Manifesto de 2011, aponta dois tipos de obstáculos que justificam e reforçam a necessidade dessa Frente Parlamentar:

O primeiro está na existência de ações de órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e de entes privados que visam a cercear o exercício dessa liberdade pelos seus beneficiários, ou seja, os cidadãos e cidadãs brasileiros. [...] O segundo obstáculo está na ausência de regulação e políticas públicas que promovam e garantam a liberdade de expressão e o direito à comunicação. [...] Assim, enquanto houver dificuldades ou impedimentos econômicos, culturais, sociais, técnicos e políticos para o exercício deste direito, é dever dos Poderes Executivo e Legislativo desenvolver ações no sentido de garantir que o maior número de cidadãos possa produzir, disseminar e acessar informações e cultura (MANIFESTO..., 2011).

Por outro lado, dentro do atual Governo brasileiro, constata-se uma total incoerência e falta de articulação entre os Ministérios das Comunicações e o Ministério da Cultura, quando o segundo apoia e incentiva a radiofonia comunitária, tendo em vista que promove as manifestações culturais populares, enquanto que o primeiro, claramente, está focado na radiofonia privada e pouco tem feito para desenvolver e expandir as rádios comunitárias, a não ser fiscalizá-las do ponto de vista técnico com rigor.

Em 2005, o Fórum Pernambucano de Comunicação (FOPECOM), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a Articulação de Entidades na Zona da Mata, a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e mais algumas dezenas de entidades ligadas aos mais diversos setores de direitos humanos, sindicalismo, comunidades, mulheres, índios, estudantes e, entre outros, diversas rádios comunitárias fizeram parte do Seminário “**O Direito à Comunicação e os Movimentos Sociais**”. Desse encontro, originou-se uma “Carta Aberta à Sociedade” apresentando recomendações aos governos, aos meios de comunicação de massa e aos movimentos sociais, considerando que:

[...] os direitos humanos, em princípio, são indivisíveis, universais e interdependentes. Um não existe sem os outros. [...]. Cabe ao poder público garantir esses direitos, a partir de demandas que partem da população. [...]. Cabe à população cobrar. [...]. Para fazer-se plena, toda pessoa humana precisa comunicar-se, fazer-se entender. Falar e ser ouvida (CARTA..., 2006).

Quatro anos depois, em dezembro de 2009, o Fórum Nacional pela Democratização Comunicação (FNDC) numa ação conjunta com os governos estaduais e o governo federal realizou em quase todo o País, fóruns estaduais, com o objetivo de discutir propostas para a primeira Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro do mesmo ano, em Brasília.

O documento básico da I CONFECOM para discussões e propostas englobou três eixos temáticos: a) produção de conteúdo; b) meios e distribuição e c) cidadania: direitos e deveres. Nesse sentido a Conferência Nacional de Comunicação (2009) propôs uma ampla discussão, envolvendo representantes do Poder Público, representantes da Sociedade Civil e representantes da “Sociedade Civil Empresarial” (**sic**).

O documento do FNDC para a CONFECOM, contendo as propostas, expressas, aqui, de modo sintético, e segundo a própria entidade, considerando que elas abrigam os interesses básicos das dezenas de entidades que o integram e de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, devendo ser ampliadas, desdobradas e aperfeiçoadas nos debates democráticos.

[...] A 1ª CONFECOM permitiu o debate coletivo de interesses diversos e, por vezes, contraditórios. Observa-se que há no cenário da comunicação brasileira, questões fundamentais ainda não resolvidas. Algumas foram tangenciadas. Outras, abordadas de modo incompleto ou ignoradas de forma premeditada e recorrente. Elas dizem respeito, por exemplo, às problemáticas advindas da convergência tecnológica, **da radio difusão comunitária**, das outorgas de rádio e televisão, das possibilidades sinérgicas da digitalização, da expansão da internet como veículo de comunicação, do incentivo à leitura. Dizem respeito, enfim, ao desconhecimento, pela sociedade brasileira, das dimensões estratégicas da comunicação. Neste sentido a CONFECOM compreende a luta pela democratização da comunicação vinculando-a aos esforços de reestruturação da sociedade brasileira, com o **estabelecimento de garantias para o acesso a serviços públicos**, ao trabalho e a condições de vida dignas para todos os brasileiros. Por outro lado, O FNDC reafirma a política de conjugar a busca de diálogo entre autoridades, empresários de setor, governantes e movimentos sociais, com a busca incessante de mobilização social em favor de teses que signifiquem um avanço na formulação de **políticas de comunicação marcadas pelo interesse público** (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 2009, grifo nosso).

Observa-se, nos conteúdos das propostas feitas pelo FNDC e nos discursos utilizados nos debates em torno da comunicação social, dos direitos humanos, da cidadania, enfim, da democratização, que o real comporta-se de forma ampla, desencontrada, polarizada e complexa, necessitando, dessa forma, de uma análise

que vincule, nesses discursos as diversas falas, seus lugares de produção e constatação de que a *escuta* não tem sido considerada como o lugar onde diálogo pode proporcionar a melhor condição para o entendimento entre aqueles que encontram-se, em debate, nesse campo de forças.

Após o estudo dos aspectos fundantes e os pressupostos da radiofusão comunitária, desenvolvemos a terceira aproximação, com base no *dever ser*, até então exposto.

Sobre a *gestão*, detalhamos esta questão no **Capítulo III: Análise da gestão das rádios comunitárias**, onde procuramos dar conta desse problema, relacionando-o de forma interdependente com a construção da grade de programação: qual o modelo de gestão adotado pelas emissoras comunitárias e quais os efeitos positivos e/ou negativos no conteúdo da grade de programação dessas rádios: suas categorias, gêneros e formatos.

Nessa terceira aproximação buscamos entender como se organizam as rádios comunitárias, sua regulamentação, dificuldades e problemas, salientando que a questão fundamental, nesse ponto, refere-se ao modelo de gestão das emissoras. Essa aproximação voltada para o modelo de gestão, tem um ponto em comum com a questão da audiência; como pressuposto, todo o sistema de gerenciamento da emissora, em última análise, deve estar voltado para a eficácia do seu sistema de comunicação; o gerenciamento da emissora deve estar sintonizado com o retorno da audiência, objetivando revelar na sua retroalimentação, as demandas da comunidade como matéria prima para a construção da dinâmica que se reinicia a todo momento na radiofonia.

Na análise da gestão das rádios comunitárias, em relação ao processo de construção e o seu gerenciamento dessas emissoras, partimos do princípio de que a comunicação é um direito fundamental de todos os cidadãos, tornando-se necessário estimular um processo que permita às camadas sociais subalternas participarem legitimamente da radiodifusão, através de **emissoras criadas, organizadas, gerenciadas e controladas** pela própria comunidade, inclusive na construção e emissão de uma grade de programação voltada para carências e problemas dessa mesma comunidade.

A radiofusão tornou-se, por sua feição constitucional, um serviço público. Portanto a criação das emissoras comunitárias, com uma estrutura de organização social, é tarefa da Associação Comunitária, que funciona nesse processo como

Entidade Mantenedora e, por isso, tem as suas prerrogativas legais e hierárquicas em relação à emissora de sua comunidade; **a gestão** da emissora é um papel reservado à diretoria da rádio, escolhida pela Associação Comunitária para tal fim; e, no sentido de legitimar as ações de produção, programação, emissão e audiência dos conteúdos da rádio comunitária, cabe ao **Conselho Deliberativo** da Associação Comunitária avaliar os resultados, através de relatórios, no sentido de reconhecer os objetivos para os quais a emissora foi criada pela sua comunidade. É, justamente, nesse quadro de construção das rádios comunitárias que encontraremos, entre outros, os problemas que afetam uma real participação da comunidade, tanto na gestão quanto na construção da grade de programação.

Este estudo tem como objetivo contribuir com uma análise crítica das ações de criação, gerenciamento, produção, programação e emissão, cujos conteúdos são expressos através das grades de programações das rádios comunitárias de Pernambuco. Torna-se importante ressaltar que, no real das emissoras analisadas, nem sempre o *dever ser* encontrou simetria absoluta com o *ser*.

Como consequência direta dos pressupostos e fundamentos da radiofusão comunitária, a quarta aproximação desta pesquisa, está detalhada em seu **Capítulo IV – A análise de conteúdo da grade de programação das rádios comunitárias**. Mais do que uma consequência, esta análise tornou-se uma resultante do que foi exposto, até agora, tendo em vista que a grade de programação de uma emissora espelha, em seus conteúdos: o respeito aos pressupostos da comunicação democrática; o tratamento adequado aos direitos humanos; a preservação da cultura; a difusão da diversidade cultural; os serviços de informação do interesse da coletividade, entre outros aspectos que identificam esta ou aquela emissora como uma rádio comunitária.

O perfil pesquisado foi identificado, através das *categorias*, dos *gêneros* e dos *formatos* componentes da grade de programação das emissoras comunitárias, localizadas no Estado de Pernambuco. Nesse sentido as categorias pesquisadas foram as seguintes: (E) Entretenimento (I) Informação (Ed) Educação (O) Religião (V) Variedades (informação e divertimento). Quanto aos gêneros da programação das emissoras pesquisadas, procuramos sistematizar aqueles que se apresentaram nas referidas grades. Entre os gêneros mais comuns ao rádio, estão: ligados ao entretenimento, a dramaturgia, o humorismo, o musical; ligados à informação, o radiojornal, à entrevista, o debate etc.; ligados à educação, o programa educativo e

o instrucional; ligados à religião, o culto, o musical gospel; ligados à categoria variedades há uma infinidade de combinações de gêneros (informativo e divertimento, por exemplo).

A nossa análise das categorias, gêneros e formatos pesquisados nas doze emissoras comunitárias, as quais compõem o nosso universo de investigação, está detalhada em gráficos e tabelas que demonstram os aspectos quantitativos e qualitativos dos conteúdos programados pelas rádios pesquisadas. Acreditamos que, nesse sentido, demos uma contribuição à análise da realidade das emissoras comunitárias, tomadas pela sua prática - *o ser* – e confrontada com os fundamentos e pressupostos da radiodifusão e comunicação democrática - *o dever ser*.

Em princípio, as rádios comunitárias são emissoras cujo objetivo deve ser o de atender, com sinal de pequeno alcance, a comunidade que a cerca. Assim, a audiência restrita torna-se relevante uma vez que é formada por pessoas próximas umas das outras, de uma mesma comunidade, o que pode gerar integração entre a emissora e as demandas ali existentes, concedendo-lhe vez e voz e, mais, combatendo um dos principais problemas da mídia que são as assimetrias da informação. Por conseguinte, em função de suas características de sensorialidade, penetração, regionalismo, intimidade, imediatismo, simplicidade, mobilidade, acessibilidade e baixos custos, o rádio atua como agente de informação e formação do coletivo segundo Barbosa Filho (2003, p. 50, grifo nosso): “Mediante as funções sociais do rádio [...] Resta-nos perceber **quais seriam os interesses de uso e alcance do rádio no contexto do trabalho em comunidade**”.

Outro problema vinculado à questão da mobilização refere-se à conceituação das rádios comunitárias (BRECHT, 2005) como **aparelhos de comunicação** da sociedade civil, embora essa representação ainda não tenha alcançado um nível de hegemonia que permita uma participação expressiva das classes subalternas no processo de democratização da comunicação; portanto, torna-se crítico que as comunidades, de forma deliberativa, sejam representadas pelas suas associações. Essa questão tem passado ao largo, se não ignorada, nos debates em torno da radiodifusão comunitária.

Portanto, pergunta-se: existe uma mobilização capaz de estabelecer o desenvolvimento da conscientização das comunidades sobre a importância e eficácia desse tipo de emissoras, no sentido de democratizar a comunicação, e possibilitar o alcance de níveis de elevação social? Essa questão, a nosso ver, não

pode ser compreendida se não passar pelo questionamento do **modelo de gestão** das emissoras comunitárias que deveria partir da fundamental compreensão da Associação Comunitária como **entidade mantenedora**; da hierarquização do comando de sua diretoria; e de sua legitimação pela avaliação do **conselho comunitário** que, em última análise, representa a comunidade no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos aos quais se propôs a emissora.

Ressalte-se que a presente pesquisa procurou trabalhar também com os problemas que a radiofonia comunitária tem enfrentado em relação à sua expansão e desenvolvimento, devido aos obstáculos criados pelo segmento empresarial, através de seus representantes no parlamento brasileiro e, por outro lado, a carência de maior articulação dos representantes das rádios comunitárias com os diversos segmentos sociedade civil. Diante desse quadro, que se apresenta como um **campo de forças**, as rádios comunitárias devem exercer um papel mobilizador dos diversos segmentos da sociedade civil e, entre eles, os movimentos sociais organizados, no sentido de desenvolver uma comunicação contra hegemônica, exercendo seu papel de aparelho de comunicação das comunidades das periferias urbanas e rurais de Pernambuco.

No percurso deste trabalho, ao abordar a estrutura de *gestão* das rádios comunitárias e sua respectiva *grade de programação*, realizamos dentro da quarta aproximação, uma análise das atividades das emissoras do Vale do Goitá, em Pernambuco; tomando por *território de cidadania* o Vale do Goitá, onde se localizam os municípios de Feira Nova, Lagoa de Itaenga, Pombos e Glória do Goitá, procedemos nessa região um levantamento das relações que as rádios comunitárias mantêm com organizações não governamentais, prefeitura e órgãos do Governo Estadual em projetos, onde a parceria é o ponto mais importante para a consecução de objetivos que buscam melhoria de qualidade de vida da população do Vale. Situa-se ainda, nesse contexto, o Projeto Maleta Futura, do Canal Futura, cuja parceria é realizada através da doação de materiais audiovisuais, utilizados de forma sistemática pelas ONGs e pelos órgãos já citados, tendo as rádios comunitárias como polo irradiador dos conteúdos de áudio. Essa intervenção gerou um rico material informativo sobre o saberes e fazeres nas áreas em que atua o projeto: informática, educação, agricultura informal, ecologia e democracia. Portanto, os procedimentos metodológicos exploratórios aqui relatados contribuiriam de forma efetiva para a compreensão do objeto desta pesquisa e, conseqüentemente, das

relações deste com o contexto e demais variáveis que caracterizam e compõem as relações sociais estudadas como atos comunicativos, originados nas comunidades urbanas e rurais de Pernambuco.

Esperamos, por fim, utilizando uma metáfora de Albuquerque Júnior (2001, p. 317), que nosso objeto de estudo “antes de ser coberto pelas cinzas de uma resolução teórica, deve ser soprado para que apareça em todo seu ardor de brasa” e estimule, cada vez mais, o debate pela democratização da comunicação no Brasil e, ainda, advertidos por Bauman (2003, p.10) somos sabedores de que:

a tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar solução correta e ficar frustrado com a solução adotada não nos levará a abandonar a busca – mas a continuar tentando. Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la.

Entretanto, pela nossa vivência de mais de 50 anos, labutando na radiofusão pernambucana, ora em emissoras privadas, como a Rádio Clube de Pernambuco e a Rádio Tamandaré, ora em emissoras públicas como as Rádios Universitárias AM e FM da Universidade Federal de Pernambuco e, agora, nessa intensa relação de proximidade com as emissoras comunitárias, cabe-nos revelar o nosso sentimento sobre toda a problemática que analisamos nesta investigação e que pode ser expresso pelo pensamento: nada melhor do que **trocar a esperança pela experiência**, por menor que seja, daquilo que desejamos para o presente e o futuro dos seres humanos.

PRIMEIRA PARTE – O DEVER SER DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

1 A COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: os interesses do capital, seu reconhecimento como um direito social e as demandas pela sua humanização

A teoria do rádio de Brecht (2005), elaborada através de análises e apontamentos durante o período de 1927 a 1932, traz em seu conteúdo, uma série de constatações e sugestões que podem ser transpostas para os dias de hoje, sem nenhuma preocupação no que tange à sua atualidade; aliás, essa teoria representa o fundamento de maior importância para a radiofusão democrática da atualidade. A concepção brechtiana mantém-se atual no sentido de que o rádio deveria transformar-se (ao invés de um aparelho de distribuição) em aparelho de comunicação, e aponta para os fundamentos da comunicação democrática, cuja missão social é objetivada pelo acesso da audiência, até então passiva, transformando-a em escuta, em elemento participante do discurso radiofônico. Nesse sentido, a **escuta** é colocada como lugar onde as *narrativas discursivas* encontram a *esfera do diálogo*.

Nessa época, o rádio estava dando os seus primeiros passos; entretanto Brecht (2005) já percebia o potencial da radiofusão e desenvolveu a sua teoria do rádio, apontando os fundamentos de uma comunicação comprometida com o social, explicitada em ações culturais, pela participação dos ouvintes de forma ativa, como parte integrante da produção dos conteúdos transmitidos pelas ondas radiofônicas; parte integrante significando: sujeitos e atores, produtores e participantes da produção dos conteúdos a eles dirigidos; ouvintes-falantes, em diálogo, no processo de compartilhamento das mensagens radiofônicas. Por fim, o ouvinte que fala, é sujeito e objeto no processo de comunicação pelo rádio.

O rádio, como meio de comunicação, cresceu e expandiu-se, rapidamente, pelo mundo inteiro. No Brasil, surgiu por iniciativa de pessoas interessadas em implantar a radiofonia como tecnologia da comunicação a serviço da arte e da informação, embora de forma incipiente e amadora. Considerando outros países como os Estados Unidos, por exemplo, Estado brasileiro demorou em percebê-lo, tanto em suas potencialidades quanto a percebê-lo como serviço público de grande importância na formação da opinião da sociedade. Portanto, o associativismo,

através de clubes e sociedades radiofônicas, encontra-se na base das origens e desenvolvimento do rádio, caracterizando-se como ação da iniciativa privada, da sociedade civil. Este aspecto teria ressonância muito forte, quando do aparecimento das rádios piratas, revolucionárias, livres, populares ou clandestinas e, por fim, das comunitárias. Nesse sentido, Luz (2004) esclarece sobre as rádios revolucionárias, exemplificando com a rádio *A Voz do Vietnam* que entrou no ar em 7 de setembro de 1945, cinco dias após a proclamação da independência lida por Ho Chi Minh. A emissora ficou no ar atuando na resistência do povo vietnamita à ocupação francesa (1946-1954) e contra o imperialismo norte-americano (1954-1975). Com o fim da guerra, a emissora mudou seu nome para *Voz Unida da República Socialista do Vietnam*. Sobre os demais tipos de rádio, o autor define:

Rádio pirata: inicialmente o termo foi empregado para as emissoras pagas pelos Estados Unidos que operavam fora do mar territorial britânico, para fugir das leis da Inglaterra. No Brasil a expressão é utilizada pela ABERT e grande imprensa para caracterizar aquelas que operam sem a concessão oficial, aí incluindo as comunitárias; **rádio livre** é aquela montada por uma pessoa ou grupo com interesses próprios. Pode ser de direita, esquerda, comercial, anarquista, católica. Foram elas que deflagraram o processo de democratização dos meios de comunicação no país e no mundo; **rádio clandestina** ou ilegal é aquela que opera às escondidas. As emissoras comunitárias jamais são clandestinas, porque não há como ser clandestina uma comunidade ou as pessoas que ocupam o microfone da emissora; **rádio comunitária** é uma emissora administrada por um conselho da comunidade, sem fins lucrativos; não pertence a religião, partido ou empresas; seu objetivo maior é o desenvolvimento da comunidade (LUZ, 2004, p. 140, 155, 156, grifo nosso).

Esse movimento representou, e ainda representa, embora de forma menos audaciosa, uma ação da sociedade civil que busca nesse campo da radiofusão, uma retomada da participação do caráter público dessa área, constitucionalmente concebida como serviço público.

Pernambuco, na posição de estado pioneiro, teve o seu período amadorístico e chegou a constituir uma grande emissora, a Rádio **Clube** de Pernambuco; depois transformada com o Diário de Pernambuco, numa das células do conglomerado de mídia dos Diários e Emissoras Associados, pertencente ao empresário, diplomata e senador da República, Assis Chateaubriand (1892-1968). É interessante perceber o conceito de *associação*, no nome de fantasia, embora o seu verdadeiro significado já denotava o surgimento das redes de mídia: associava-se o rádio à mídia impressa, para depois, incluir a televisão. Assim, os Grupos Diários e Emissoras Associadas,

com o Diário de Pernambuco, a Rádio Clube de Pernambuco, a Rádio Tamandaré e a TV Rádio Clube já anunciava que as grandes redes de mídia estavam sendo formadas, inclusive no Rio de Janeiro e São Paulo. Quanto ao pioneirismo dos pernambucanos em relação à radiodifusão brasileira, o historiador Luiz Maranhão Filho, afirma:

Para não ir mais longe, sem suscitar dúvidas, o Estado de Pernambuco é, sem contestação, o berço do Rádio no Brasil, com a instalação da Radio Clube de Pernambuco, em 06 de abril de 1919, através de um grupo de amadores e estudantes de Física, integrantes da Escola de Eletricidade do Recife, em Ponte D'Uchoa. Foi artesanal, com certeza, porque os curiosos obtiveram a fonia, utilizando um transmissor de Telegrafia Sem Fio, de fabricação LUCIEN LEVY, da França, que o jovem inventor juvenil Oscar Dubeux Pinto (Oscarzinho) adaptou para transmitir vozes, através de um microfone, feito com uma lata de Goiabada Marca Peixe, com muitos furos de pregos e carvões magnéticos, estendidos em seu interior (informação verbal)².

O historiador vai mais longe, ao afirmar que, em termos experimentais, a primeira “rádio pirata” do Brasil, surgiu em Pernambuco, referindo-se ao grupo de pioneiros, verdadeiros amadores da radiodifusão, entre eles o primeiro locutor pernambucano, Abílio de Castro.

Segundo depoimento do radialista Abílio de Castro, era preciso se tomar uma distância de 3 metros para evitar a ressonância. Do mesmo grupo, fazia parte o funcionário dos Correios e Telégrafos, Tito Xavier, que ensinava a montar rádios receptores, com cristais de galena, que eram conhecidos como ‘baixos falantes’. Esta experiência foi comprovada por ouvintes de Jaboatão e do Alto da Conceição, em Casa Amarela, onde Tito instalou ‘a primeira rádio pirata do Brasil’, embargada pela Polícia Civil, por conta de galhofas que transmitia (informação verbal)³.

O entusiasmo do amadorismo não iria além das sociedades e dos clubes de amantes do rádio; embora, no Brasil, apesar do retardo a radiodifusão seria percebida por um lado pelos governos, no sentido do controle de sua influência sobre a formação, principalmente, da opinião das classes populares e, por outro, pelo capital que via nas ondas do rádio uma nova e eficaz forma de sua expansão. Esses pressupostos envolveriam as relações da sociedade brasileira, em seu desenvolvimento capitalista com o próprio desenvolvimento da imprensa escrita e, conseqüentemente da radiodifusão sonora (o rádio) e, mais tarde, a radiodifusão de

² Entrevista concedida ao autor, 2013.

³ Entrevista concedida ao autor, 2013.

sons e imagens (a televisão). Como observamos acima, as emissoras de rádio eram profissionalizadas e passavam a fazer parte das organizações que já trabalhavam com a mídia impressa. Salientamos também em Pernambuco, que o surgimento da *Rádio Jornal do Commercio* veio associado ao *Jornal do Comércio*, *Diário da Noite* e, em seguida, à *TV Jornal do Comércio*, cuja rede pertencia ao empresário, diplomata e, depois, Senador Francisco Pessoa de Queirós, - sobrenome de origem, na grafia arcaica - mais conhecido como F. Pessoa de Queiroz (1890-1980).

Apesar de ter criado a rede de emissoras em AM, atuando de forma independente no Recife, Limoeiro, Pesqueira, Garanhuns e Caruaru é, ainda, importante observar que F. Pessoa de Queiroz, quando percebeu a formação das redes de mídia em termos nacionais, principalmente de televisão já era tarde demais; chegou a comprar o transmissor para uma emissora de televisão que seria instalada em Salvador, no Estado da Bahia. O *Sistema Jornal do Commercio* começava a desmoronar e teve que, nos seus mais críticos momentos na década de 1970, dar início ao processo de afiliação às cabeças-de redes, instaladas no centro-sul do País. O tempo era outro e processo de centralização da produção de conteúdos começava e causaria, com o tempo, danos à diversidade cultural, ao mercado de profissionais de rádio e televisão, os quais deram início ao grande êxodo rumo ao centro-sul do País.

1.1 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

“Só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente, em nação independente – e não há nação verdadeiramente independente em que o seu povo não seja livre” (SODRÉ, 1966, p. 9).

Como vimos, acima, a imprensa escrita brasileira trouxe no seu desenvolvimento a formação de redes, incluindo inicialmente o rádio e, depois a televisão. Para Sodré (1966, p. 1), “por razões, fáceis de referir e demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”.

Torna-se necessário recorrer à história para compreender as transformações

da imprensa e seus reflexos no desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a luta da sociedade civil pela liberdade de expressão foi consagrada por carta de intenções, pactos e constituições democráticas. Trata-se de um direito humano de largo espectro no seu reconhecimento, positivação e prática. Não há dificuldades no entendimento da comunicação como direito, quanto ao dever ser; entretanto o real, a prática da liberdade de expressão, em relação ao ser, deslocou esse direito humano para o centro dos problemas sociais, transformando-se em demandas que permeiam vários campos de forças (BOURDIEU, 1997). Assim, para falar de liberdade de expressão, torna-se indispensável recorrer ao surgimento e desenvolvimento da imprensa escrita, como fundamento da democratização da comunicação, fato que repercutiria, mais tarde, em todos os outros meios que se destinaram a servir como suporte da emissão do pensamento e da formação de opinião. O que começou com Gutemberg, estabeleceu, segundo de Sodré (1966, p. 1-2)

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa. [...] O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também, na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar. Assim, não devido ao rudimentarismo dos meios – que, na maioria dos casos, eram orais – carece de sentido recordar os sistemas de divulgação anteriores à invenção de Guttenberg e seu generalizado uso: a transmissão de notícias das tribos primitivas. [...] Como todas as invenções, a de Guttenberg resultou de necessidade social, que o desenvolvimento histórico gerou e a que estava vinculada a ascensão da burguesia, em seu prelúdio mercantilista. Como as trocas interessavam apenas a elementos de classes e camadas numericamente reduzidas, entretanto, o desenvolvimento da imprensa foi muito lento naquela fase, e ela foi facilmente controlada pela autoridade governamental. [...].

Sodré (1966) identifica uma ligação dialética estabelecida no nascedouro da comunicação como meio da livre expressão e, ainda, um traço ostensivo, que comprova a estreita relação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, chamando a atenção para o fato de que essa ligação é, de fato, dialética e não simplesmente mecânica. E enfatiza que “a ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão da imprensa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço consiste na tendência à unidade e à uniformidade” (SODRÉ, 1966, p. 1).

O que observamos em Sodré (1966), em relação à história da imprensa, tem

o objetivo de abrir no tempo uma maior amplitude, estendendo-o à comunicação social como um todo, buscando refletir sobre a comunicação e suas relações com a sociedade civil. Referenciando Sodré (1966, p. 2) na constatação de que essa atividade

[...] tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e de circulação – tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. As inovações técnicas, em busca da mais ampla divulgação, acompanham e influem na tendência à uniformidade. É interessante verificar o paralelismo entre o esforço técnico de produção, na imprensa, e o progresso dos meios de comunicação e de transporte, afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação tem oportunidade.

Liberdade de informar e o seu vínculo com a ordem capitalista aparece e evolui, dentro da análise de Sodré (1966), resultando no problema da liberdade de informar e de opinar, um conflito dentro desse campo de forças, o qual perdura até os dias de hoje na comunicação social como um todo, além da imprensa escrita, atingindo também o rádio e a televisão.

As revoluções tecnológicas inevitavelmente levaram a imprensa e a comunicação de um modo geral, inclusive o rádio, a indústria fonográfica e, depois a televisão, ao início da produção em massa (para a imprensa escrita e para a indústria fonográfica) que permitia reduzir o custo e acelerava extraordinariamente a circulação. O rádio serviu, inicialmente, como satélite da indústria fonográfica, divulgando as gravações em 78 rotações; e, com o aprimoramento dos sistemas de transmissão a longas distâncias, **o rádio chegou aos dias de hoje, inclusive à televisão e à internet, na era da convergência digital**. Dessa maneira com o início da reprodutibilidade em grandes quantidades, longas distâncias no alcance dos sinais das emissoras, estava criado o primeiro pilar de montagem da empresa de comunicação, mantido até hoje, como fundamento da viabilidade lucrativa: a abrangência, ou seja, como o rádio e os outros meios, a maior audiência possível, no jornal impresso, o maior número de leitores.

Surge, daí, a publicidade como o segundo pilar da empresa de comunicação capitalista, o qual pode ser visto como consequência da abrangência, ou seja, maior número de leitores, ouvintes, assinantes etc., proporciona a capacidade de veiculação comercial. O anunciante, patrocinador, busca nesse processo de alcance,

levar a mensagem comercial do seu produto a um número cada vez maior de leitores, ouvintes e/ou assinantes. A conclusão é simples e objetiva: na visão do modo de produção voltado para o mercado capitalista quanto maior a abrangência, maior será a possibilidade de retorno comercial e/ou institucional. Para Sodré (1966), o aparecimento da publicidade significou outra prova da interligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista. E acrescenta o historiador:

o desenvolvimento das bases da produção em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana; paralelamente, a produção ascensional provocou a abertura de novos mercados, a necessidade de conquistá-los conferiu a importância à propaganda, e o anúncio apareceu como traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias. [...] A luta pela rapidez exigiu da imprensa sucessivos inventos, conduzindo à velocidade na impressão, acompanhando o enorme e crescente fluxo de informações, devido ao telégrafo, ao cabo submarino e, depois, ao telefone e ao rádio. Em toda a área capitalista do mundo, essas transformações se alastraram rapidamente [...] (SODRÉ, 1966, p. 3).

Entretanto, o rádio ainda permaneceria durante algum tempo, de certa forma, sem a devida valorização em relação ao seu alcance, entretanto o poder dos gêneros e formatos radiofônicos seria, mais tarde, considerado não só pelas empresas do setor privado, mas, e principalmente, pelos Estados e seus governos, preocupados com o controle da radiofusão sonora, sob a alegação de proteger a formação cultural dos cidadãos, quando, na verdade, esse controle preocupava-se com a informação e a formação de opinião em larga escala. Nesse sentido, para entender os momentos, acima assinalados, Maranhão Filho (2000,) estabelece a seguinte cronologia em relação ao desenvolvimento do rádio: Fase pioneira, 1919-1936; fase exploratória, 1937-1940; fase de consolidação, 1940-1950; anos 50, a era de ouro do rádio e anos 60 – o ocaso, com a chegada da televisão.

Dentro desse campo de forças, portanto, permeado de conflitos, a luta entre a informação e a opinião, por um lado e a luta entre a opinião e a publicidade por outro, seria inevitável.

1.1.1 O poder das agências de publicidade

Nos jornais impressos, o anúncio começava a imperar sobre a apresentação

gráfica, criando a supremacia do fabricante sobre o comerciante; da produção sobre a circulação, peculiar ao capitalismo plenamente caracterizado e desenvolvido. Ainda, segundo Sodré (1966, p. 5, grifo nosso).

surgiu o **intermediário especializado**, escritório ou agência, assumindo, em nossos dias, proporções de empresas gigantescas, encarregadas de organizar a publicidade para numerosos produtores e de distribuí-las à imprensa. Essa divisão de trabalho concentrou nas agências de publicidade enorme poderio, ascendência natural sobre a imprensa: delas passou a depender a prosperidade dos jornais. Como as agências de notícias, especializadas em colher e distribuir informações, as agências de publicidade, especializadas em colher e distribuir anúncios, cedo se entrosaram na estrutura da economia de monopólio, gerada pelo desenvolvimento capitalista nos fins do século XIX. Essas organizações fizeram da imprensa simples instrumento de suas finalidades: o desenvolvimento da imprensa, em função do desenvolvimento do capitalismo, as gerara; depois de servir à imprensa, serviram-se dela.

O modo de produção voltado para o mercado capitalista já atuava, na época, de forma eficiente, no campo das comunicações, elegendo seus fundamentos como negócio: abrangência, leitores e/ou radio ouvintes, (nos dias de hoje telespectadores); retorno comercial e, conseqüentemente, o lucro. A informação transformava-se em valor de troca, historicamente tida como valor de uso. Como conceituou Marx (1982, p. 24)

A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. Toda a coisa útil, tal como o ferro, o papel etc., deve ser considerada sob um duplo aspecto: a qualidade e a quantidade. Cada uma é um conjunto de qualidades numerosas e pode ser útil às mais diversas finalidades. É a utilidade de uma coisa que lhe dá um *valor de uso*. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, trigo, o diamante etc., é, pois, um valor de uso, um bem.

O *valor de troca* aparece de início como a relação quantidade pela qual os valores de uso de uma espécie se trocam pelos valores de uso de outra. Uma quantidade tal de mercadoria troca-se regularmente por outra tal quantidade de outra mercadoria: é seu valor de troca – relação que varia com tempo e lugar. O valor de troca parece pois ser alguma coisa acidental e puramente relativo, isto é (como escrevia Condillac), parece ‘residir unicamente na relação das mercadorias com nossas necessidades’. Um valor de troca imanente intrínseco, à mercadoria parece ser então uma contradição. [...].

Os conceitos de *valor de troca* e *valor uso* tomariam uma grande importância no que se refere aos fundamentos da Economia Política da Comunicação e da Cultura, no sentido de entender não somente que as demandas por esses valores seriam atravessadas pelos aspectos simbólicos que condicionam o consumo de

bens, mas, por outro lado, os limites existentes entre a cultura e a comunicação.

Não há, a rigor, uma epistemologia própria da comunicação. A reflexão epistemológica necessária aponta para a consideração de vários aspectos: certas analogias entre o campo científico e o campo da arte; a articulação entre o homem econômico e o homem social, conseqüentemente a articulação entre o indivíduo e sistema social; a determinação de um dado momento histórico, nesse caso, o capitalismo avançado.

1.1.2 As agências de notícias: os atravessadores da informação

A utilização em larga escala da informação pelo potencial da reprodutibilidade, que as tecnologias voltadas para a comunicação proporcionavam, foram criando novos papéis que, por sua vez, encontraram rapidamente os atores que se encaixavam no desenvolvimento da imprensa escrita voltada para o mercado capitalista de consumo.

As agências notícias, ainda hoje existentes, e cada vez mais sofisticadas tecnologicamente, foram responsáveis pelo abismo que se criou entre a fonte de informação e o seu destinatário; leitor, na imprensa escrita; o ouvinte, no rádio; o telespectador, na televisão. Essa prática gerou uma assimetria da informação entre as fontes e os meios de comunicação. Nesse sentido, Costa (2005, p. 42) define o processo de **assimetria da informação** partindo da compreensão do fluxo entre a fonte e o leigo, que procura pela informação tal como foi originada nessa fonte:

A fonte, um ambientalista, por exemplo, sabe mais do que o jornalista que o procura para reportar as queimadas da Amazônia; o jornalista que colheu as informações sabe mais do que o editor que vai stampa-las; o editor sabe mais do que o diretor do seu veículo; o diretor sabe mais do que o leigo que vai lê-las; e o leigo vai buscar mais informações [...].

Por conseguinte, a assimetria da informação vai provocar, recorrentemente, distorções nas narrativas discursivas da mídia. Costa (2005, p. 43, grifo nosso), explica:

A informação publicada poderá conter menos informação do que o ambientalista consideraria vital e o veículo poderá descartar dados importantes, distorcê-los, retirar declarações do contexto, mudar significados e, muitas vezes, sem que o jornalista se dê conta da grotesca vulgarização e distorção que a limitação de tempo e de espaço, inerentes à

atividade da indústria da comunicação fizeram-no perpetrar; assimétricas, as informações dançam conforme os entendimentos, as necessidades e manipulação das forças em tensão no espaço do **príncipe eletrônico** e; o nivelamento praticado pela indústria da cultura assim o exige e assim realimenta a cadeia da informação sistematicamente nivelada sempre a um nível mais abaixo.⁴

Essas interpretações do pensamento crítico referem, ainda, muitos dos pressupostos da Escola de Frankfurt (1923); por exemplo, a análise incide sobre problemas de outro tempo histórico, mas a preocupação é a mesma: quais são as causas produtoras desses problemas? Fundado nessa observação, Sodré (1966) estabelece em rela o   imprensa escrita um paradigma inteiramente válido, hoje, para o r dio, a televisão e outros meios vinculados   indústria da comunica o.

Sodré (1966) refere-se às agências de notícias, como a terrível força de uma engrenagem com influência política, com capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspira oes. No que se refere   concentra o hegemônica da informa o, essa engrenagem se compõe de agências de notícias, incluindo as agências de publicidade e as grandes corpora oes de m dia: emissoras de rádio, de televisão e produtoras e distribuidora de cinema. Essa gigantesca engrenagem, na observa o de Sodré (1966, p. 6), “  simples parafuso de uma engrenagem maior, a que pertence: o capitalismo monopolista, com seu alcance e poder”. Assim, ressaltamos a afirma o do historiador, no sentido de que “sem considerar esses dados, que a fria realidade apresenta,   impossível, entretanto, discutir problemas como o da liberdade de imprensa, aspecto parcial do problema da liberdade de pensamento” (SODRÉ, 1966, p. 6).

O problema, por analogia, torna-se atual, quando Sodré (1996, p. 6, grifo nosso) afirma:

são inseridas no quadro as novas técnicas de mobiliza o da opinião, **como a televisão e o rádio**, t b m submetidas, em muitos países,   iniciativa privada e associadas, inclusive,   imprensa, e t b m submetidas a

⁴ O príncipe eletrônico não   nem a figura do líder político, na acep o clássica a partir de Maquiavel, o condottiere, e muito menos, o todo poderoso partido político que fez revolu oes socialistas e deu novo sentido ao capitalismo, ao trabalhismo e ao liberalismo. O príncipe eletrônico engloba líder e partido e não apenas realiza, como deixa para tr s não são a perspicácia, mas todas as atividades das duas institui oes.   uma “entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua”, que permeia todos os níveis da sociedade. Essa entidade “expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes em escala nacional, regional e mundial”. Ela está presente t b m localmente, ela   a média, e a grande corpora o da m dia   aquela que “realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania” (IANNI, 2003 apud COSTA, 2009, p. 214).

organizações em cadeia, verifica-se quanto aquele problema fundamental se apresenta complexo e depende do regime predominante.

Aqui, levanta-se a questão do controle social, já no seu nascedouro, apontando para um marco regulatório, debatido na atualidade como um dos principais problemas para rever a questão das concessões públicas, feitas pelo Governo a empresários da iniciativa privada. O campo de forças permanece no conflito que se estabelece na relação entre as esferas pública e privada, envolvendo a comunicação social, na qualidade de uma atividade caracterizadamente da esfera pública. Nesse sentido o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (1994, p. 3) reivindica que a mídia deveria ser colocada sob controle público.

Os principais problemas envolvendo sistema de comunicação na contemporaneidade apresentam traços universais. O desenvolvimento destes meios foi acelerado a partir da década de 50 [...] A cultura, a política e a economia sofrem suas determinações de forma cada vez mais intensa e radical. Com os meios de comunicação de massa criaram-se novas formas de socialização e intensificou-se o seu papel estruturador do cotidiano e de geração de efeitos sobre os indivíduos. São instrumentos de potência que se automatizam, crescentemente, escapando ao controle da sociedade.

Em relação às afirmações, acima referida, Zucoloto (2005) identifica nas preocupações de Brecht (2005) as raízes do que hoje se reivindica como colocar a mídia sob o controle público. Logo, O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (1994), ao explicar que um dos principais objetivos da sua elaboração das bases de um programa para a democratização da comunicação, é a construção do controle público sobre o conjunto dos sistemas de comunicação, defende e esclarece:

Para se compreender o conceito que se quer constituir é preciso superar o sentido adjetivo e uso vulgar da palavra controle no senso comum, seguidamente usada com uma conotação negativa e associada ao autoritarismo. Tal como propomos, controle representa uma resposta estratégica ao problema da relação do homem com sua própria essência (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 1994, p. 4).

Zucoloto (2005, p. 51) observa, ainda que, na sua elaboração, “o Fórum’ expressa mais preocupações semelhantes as de Brecht, evidentemente que já bem mais avançadas na formulação sobre como, na era contemporânea, os meios de

comunicação se tornaram constitutivos da realidade”. Nesse sentido o O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (1994, p. 5) explicita o objetivo principal do controle público:

No que se refere aos sistemas de comunicações, o principal objetivo do controle público será o seu conteúdo, a essência do que os meios produzem e veiculam. O controle será exercido para desbloquear a política como o trânsito das essências. [...] Vale ressaltar que o controle público constitui instrumento para o enfrentamento de questões e problemas que não encontram representação e não são acolhidos pelas formas institucionais próprias da era moderna e da tradição republicana. Pretende ser, portanto, uma resposta contemporânea aos problemas da contemporaneidade, como PE o caso das determinações dos meios de comunicação sobre a cultura, a política e a economia.

Nessa correlação e diálogo com o pensamento brechtiano sobre o rádio, Zucoloto (2005, p. 51) observa que o controle social já estava presente entre outras preocupações, na teoria do rádio de Brecht pela sua percepção aguda da função social da radiofusão:

Sem ainda utilizar e tão pouco aprofundar o conceito de controle público, Brecht, entretanto, já tinha como maior inquietação o uso social que se faria no então novo veículo de comunicação. E na sua ‘teoria do rádio’ já defendida, sim, o meio a serviço da sociedade. Isso se evidencia especialmente pela sua preocupação com o conteúdo da programação radiofônica, expressa após ele desejar que a burguesia, além de inventar o rádio, também inventasse o que transmitir através do veículo.

Na sua pesquisa sobre a história da imprensa brasileira, lamenta-se Sodré (1966, p. 9, grifo nosso) sobre a possibilidade que o seu trabalho teria em termos de clareza se tivesse considerado com mais vagar e detalhes, problemas como:

[...] os demográficos; os do desenvolvimento da vida urbana; os das técnicas de transmissão sistemática da cultura, a educao principalmente; os das **técnicas de transmissão do pensamento, como o telégrafo, o cabo submarino, o telefone, o rádio**; os dos meios de transporte, navegao, ferrovias, aeronavegao; [...] as influências estrangeiras, desde as do comércio aqui estabelecido com a abertura dos portos até a **das grandes corporaes monopolistas hoje presentes entre nós**; [...] o papel dos órgãos de instituies culturais ou especializadas; [...] o estudo do público, na diversidade de suas camadas sociais; o papel do folhetim romântico; **a funo do noticiário do exterior, da fase dos paquetes  do rádio**; [...] as relaes ente governo e imprensa e a legislao sobre a censura; [...] o interessantíssimo estudo da imprensa clandestina; No que se refere  imprensa, mais talvez do que em outro qualquer gênero de trabalho intelectual, cabe recordar as palavras do grande economista⁵, que foi

⁵ Em sua primeira edio de 1966, Sodré, apesar de não citar Marx como autor do trecho entre aspas, deixa claro, nas entrelinhas, de quem se trata. Uma possível razão seria o período em que o

também homem de pensamento: ‘Houve tempo, como na Idade Média, em que não se trocava senão o supérfluo, o excedente da produção sobre o consumo. Houve, também, tempo em que não somente o supérfluo, mas todos os produtos, toda a existência industrial, passaram ao comércio, em que a produção inteira dependia da troca. Veio, finalmente, tempo em que tudo o que os homens tinham visto como inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico, e podia ser alienado. Este foi o tempo em que as próprias coisas que, até então, eram transmitidas mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. - em que tudo, enfim passou ao comércio. Este foi o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de Economia Política, o tempo em que tudo, moral ou físico, tornando-se valor venal, é levado ao mercado para ser apreciado no justo valor.

1.2 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E A EVOLUÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS DA COMUNICAÇÃO

Os rebatimentos da influência colonial portuguesa, em nossa atual conjuntura sócio, política e cultural não são tão novos. O conceito de periferia, hoje não mais identificado com a questão geográfica, e o conceito de comunidade também não mais apreendido nem pela geografia e, muito menos pela identidade cultural, não podem ter negadas as suas origens, como fruto, dos resquícios da colonização portuguesa, da visão exterior do que “deveríamos ser.” Essa aguda observação pode ser constada em Sevcenko (apud RAMALHO, 2000, p. 22):

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

Há uma variedade de documentos históricos que podem auxiliar na compreensão das muitas causas, do passado, que geraram, no presente, as mesmas e novas causas, reelaboradas permanentemente no cotidiano da sociedade civil brasileira, representada pelas suas identidades culturais e localizadas nas mais diversas comunidades que já não respondem mais somente pelo aspecto do pertencimento. E, nesse sentido, a diversidade cultural, tão reclamada como algo a ser protegido, apresenta-se, na contemporaneidade, como algo difuso, dissolvendo

livro foi editado, quando o Brasil vivia o regime da ditadura militar. Em edições subsequentes Sodré assumiria, em citação, a leitura da economia política de Karl Marx.

no pertencimento a ideia de aglutinação. Sendo assim, as constituições brasileiras representam um referencial objetivo de como a demanda por direitos sociais, além de resultarem em marcos regulatórios, no que se refere à comunicação, retratam a evolução da sociedade civil brasileira representada na Carta Magna do Estado.

A compreensão da formação dos marcos regulatórios da comunicação, da Constituição de 1824 à Constituição de 1988, percorreu um itinerário histórico crescente, embora, no governo da ditadura militar, esses marcos tenham recuado e, mesmo com sua positivação, continuaram sob severo regime de controle. Enquanto os mundos americano e europeu travavam suas lutas sociais, o Brasil era influenciado por esse processo histórico de mudanças. No entanto, o País procurava acompanhar o desenvolvimento das tecnologias da comunicação que surgiam nos Estados Unidos da América e, principalmente na Europa devido, basicamente, influência cultural herdada da colonização portuguesa. Entre outros atos fundantes, a história constitucional brasileira revelou direitos sociais tais como: o acesso ao real, o registro de um Estado, da sociedade, a projeção do futuro na construção da proteção social. Conceitos de nação, liberdade, acesso ao voto bem como atos relativos à abolição da escravatura; o papel da imprensa desde o Império, passando pelas duas repúblicas revelavam o mundo que iluminava e combatia a ignorância; o combate às doenças, o surgimento dos cursos de medicina e direito, entre tantos outros fazem parte da história constitucional do País.

1.2.1 As políticas públicas para a radiodifusão - (1924 a 1945)

O papel estratégico do rádio, como meio de comunicação, foi percebido pelos governos de forma significativa, tanto que alguns países autorizaram, apenas, a instalação de emissoras estatais. Já em 1924, o Decreto nº 16.657, assinado pelo presidente Arthur Bernardes, que aprovou a regulamentação, além dos serviços civis e radiotelegrafia radiotelegrafia, a radiodifusão (broadcasting) teve as suas emissoras classificadas como do tipo experimental. Com efeito, o Decreto de 1924 determinava que só fossem feitas concessões a sociedades nacionais, legalmente constituídas e que a língua portuguesa seria obrigatória nas transmissões. Conforme Calabre (2003, p. 2):

A capacidade de falar para diversas pessoas e para muitas localidades

simultaneamente tornava o veículo um aliado estratégico na questão da formação de uma unidade cultural. Ainda que sem ter discutido o papel do rádio na sociedade, o decreto determinava que a programação deveria ter fins educativo, científicos, artísticos e de benefício público. Ficava expressamente proibido propagar 'notícias internas de caráter político' sem a prévia permissão do governo. Estava ainda previsto que, no caso de guerra ou qualquer tipo de convulsão política, o governo tinha direito de suspender o funcionamento de qualquer emissora particular, utilizá-la ou mesmo cassar sua concessão.

As origens legais da radiofusão já apontavam, desde a existência da imprensa escrita, para um controle exercido pelo Estado e que iria, nesse sentido, sendo aprimorado em subseqüentes Decretos: nº 20.047, de 27/05/1931 e nº 21.111, de 1º/03/1932; por outro lado, o Decreto nº 24.665 de 11/07/1934 permitiam que, legalmente, que o tempo destinado à publicidade (os reclames) passasse a ser de 20% e cada mensagem tivesse a duração de 60 segundos; esses decretos que deram à radiofusão de sons a capacidade de realizar a ruptura com a era do rádio experimental vai ser definido como “relativo às radiocomunicações **de sons ou imagens a serem livremente recebidas pelo público**” (BRASIL. Decreto nº 24.665, 1934, grifo nosso); será permitida a propaganda comercial; a propaganda comercial terá seu tempo inserido, em percentuais exigidos por lei, dentro da grade de programação das emissoras. Esse intenso e conturbado período em que radiofusão é concebida, instalada, reconhecida e positiva como direito pelo Estado brasileiro ofereceu rico material aos pesquisadores da área, os quais temos abordado neste estudo, procurando dialogar com o pensamento crítico em relação à legislação que estabelece as leis, normas e regras no sentido de estabelecer um controle Estatal sobre esses serviços públicos. Calabre (2003) desenvolveu estudo onde detalhou, nesse recorte, a cronologia da regulamentação dos serviços de radiofusão, desde os primórdios do telégrafo, estabelecendo uma análise dos resultados e efeitos que essas medidas causaram à sociedade civil bem como revelando o comportamento dos diversos governos da época na manipulação e controle na tentativa, muitas vezes bem sucedidas, dos conteúdos irradiados, formadores de opinião e ao gosto das classes populares. Nesse sentido será criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939. Segundo Calabre (2003, p. 6),

[...] era o órgão responsável pela elaboração da legislação referente a todas as atividades culturais, fiscalizando e supervisionando os meios de comunicação. Cabia ao DIP a produção material de propaganda

governamental – filmes, prospectos, livros, programas de rádio etc. Segundo o Decreto nº 1.915 de 27/12/1939, esse departamento tinha poderes para centralizar, coordenar, organizar, censurar, premiar e incentivar as atividades do conjunto de empresas e de seus respectivos empregados.

Desde os primeiros tempos no poder, Getúlio Vargas demonstrou preocupação especial com as atividades culturais, principalmente com aquelas ligadas às classes populares ou ao grande público. [...] O governo Vargas foi, ao longo da década de 1930, se envolvendo maquis profundamente com as questões culturais e aprimorando os órgãos par ao controle das mesmas. [...] Em 2 de julho de 1931, o Governo provisório criou o Departamento Oficial de Publicidade – DOP [...] Em 1934 o DOP foi reorganizado, dando lugar ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC; [...] Nova mudança em 1938 quando o DPDC foi reorganizado, absorvendo também as funções do da Agência Nacional e transformado em Departamento Nacional de Propaganda. [...]

Toda a experiência acumulada pelo governo, a partir do funcionamento dos diversos órgãos acima citados serviu para a criação de um poderoso e eficaz instrumento de controle e produção cultural, o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. [...].

Todo esse percurso histórico, registrado pela legislação brasileira, continua, até hoje, representando a mais importante base dos debates na sociedade civil e suas relações com o Estado, na construção de novos marcos regulatórios que continuam a ser reclamados por uma concepção democrática de comunicação social. Esse fato tem despertado interesse de muitos pesquisadores, no sentido de embasar a academia nas suas discussões sobre a regulamentação das comunicações, atualmente em pauta e quase sem nenhum avanço. Nesse sentido, Rebouças e Martins (2007), após uma detalhada revisão da legislação sobre os meios de comunicação, em diálogo com Calabre (2003, grifo nosso), chegam ao que os próprios pesquisadores chamam de **uma imponderável conclusão**.

[...] A abertura do debate das bases legais e das políticas públicas que venham a quebrar com o oligopólio dos interesses comerciais em detrimento dos interesses públicos é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Só que esta abertura esbarra em uma **questão quase estrutural**. As relações entre parlamentares e grandes corporações de comunicação também são peculiarmente intensas, configurando uma grande força dos políticos-radiodifusores e dos radiodifusores-políticos. Evidentemente, essa realidade dificulta a aprovação de **uma nova base legal que tenha como perspectiva a democratização dos meios de comunicação**.

Mesmo com a Constituição de 1988, que timidamente tem alguns avanços no que diz respeito à função da comunicação, na garantia do direito à informação e da 'livre expressão', na prática **não há um marco regulatório claro para o setor**. As concessões continuam sendo quase automáticas e praticamente inviáveis os mecanismos para sua cassação, a quebra dos oligopólios e a falta de compromisso com a proposta inicialmente educativa,

regional e com produção independente de todas as emissoras passa longe de ser cumprida.

As leis base que tratam das comunicações ainda datam da Ditadura Militar ou são anteriores, como é o caso do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. As leis elaboradas naquele período pouco ou nada têm a ver com a realidade colocada para as comunicações atualmente. Mesmo depois da Constituição Federal de 1988 rever alguns conceitos básicos da comunicação, as leis não foram atualizadas para permitir a garantia e regulação de alguns direitos previstos por ela, deixando **um abismo entre o defendido na Constituição e a prática das políticas de comunicação no país.**

A questão do abismo a que se referem Rebouças e Martins (2007, p. 10 grifo nosso), em diálogo com Calabre (2003) encontra eco na afirmação de Bernardes (2008, grifo nosso), em relação ao respeito que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não têm demonstrado em relação à Constituição de 1988:

[...] Esse é outro grande problema; aliás, esse é um problema de toda Lei, de toda nação: como fazer a Lei chegar a sua concretização. O caminho é complicado, o caminho é sempre complicado. Acho que têm dois elementos essenciais. As consciências pública, cívica e republicana do agente público – do Executivo, Judiciário e Legislativo –, mas, também, **a efetiva possibilidade da cobrança da sociedade sobre isso; e aí nós temos, ainda, muito a fazer.** [...]. Houve avanços importantes. Não é a Constituição que merece crítica, o que merece crítica é a não aplicação da Constituição; é o desrespeito à Constituição.

Entre o ser e o dever ser, as conquistas de direitos, inclusive a comunicação, as Cartas Magnas vão deixando em seu percurso histórico exemplos de que não basta positivar o direito e que a sociedade civil precisa desenvolver ações permanentes e sistemáticas de controle sobre os conteúdos constitucionais.

O preâmbulo do nascimento da primeira Constituição Brasileira é atravessado por fatos da ordem mundial que influenciaram, a longo prazo, o desenvolvimento social brasileiro, mesmo que de forma lenta; as revoluções, mecanização do trabalho, o surgimento das massas trabalhadoras, a demarcação urbana e rural, os fluxos migratórios; o capitalismo trazendo no seu movimento a miséria, a subalternidade econômica e males sociais que repercutirão durante muito tempo no País.

1.2.2 A liberdade de pensamento, as garantias individuais, o direito à propriedade e os direitos conexos

Os marcos regulatórios referentes à comunicação social no Brasil devem ser contextualizados de forma ampla, no sentido da compreensão e análise das Constituições do País, de modo a permitir o conhecimento de atos fundantes na história constitucional brasileira os quais resultaram no reconhecimento e na positivação dos direitos conquistados na área, e, com isso, estabelecer um importante parâmetro para a análise crítica dos pontos que tocam a comunicação social. As Cartas Magnas podem possibilitar, entre outros aspectos, entender a importância do controle social da comunicação. Portanto, o debruçar sobre as constituições brasileiras, permite estabelecer no que se refere a este estudo o primeiro, e o mais importante, parâmetro de análise desses marcos regulatórios: o controle social da comunicação. Nesse sentido, segundo Bernardes (2008),

O Brasil tem uma longa história constitucional, mal conhecida e desprezada, que precisa ser posta ao conhecimento de todos e que precisa ser assumida com orgulho e como referência de uma luta. A luta do Brasil por direitos não começou ontem nem anteontem; a luta do brasileiro por direitos começou com o surgimento da nação, e é esse horizonte que deve estar presente no entendimento da nossa história e das nossas lutas de hoje e do futuro.

Vale salientar que o Brasil Império começa a ter contato com a história mundial como resultado da revolução da imprensa escrita e o contato com os primeiros impressos vindos da França e dos Estados Unidos. Esse processo, mais tarde, vai acelerar-se com a independência, e a imprensa escrita passa a refletir, de forma crítica, a busca de uma comunicação, cuja função social comportava-se como provocadora de mudanças. Nesse sentido, torna-se necessário destacar a importância do Correio Brasiliense na formação do pensamento político do Brasil na época (1808-1822). Na Constituição Brasileira (1824), precedida da carta da Lei de 25 de Março do mesmo ano, que “mandava observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por sua Majestade o Imperador”, já se observa dois aspectos importantes que permearão as demais Cartas Magnas brasileiras até 1988:

[...] no Art. 179 – A inviolabilidade dos direitos Cívicos e Políticos dos cidadãos brasileiros, que por base a liberdade, a segurança individual e a **propriedade**, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...].

IV- Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no

exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar (BRASIL. Constituição, 1824, grifo nosso).

As Constituições brasileiras, desde o Império, vão revelando no seu tecido social, político e econômico, uma trajetória que vai procurar legitimar a construção da Nação através de um legado constitucional, com rupturas com a Monarquia Portuguesa e a criação de direitos, até então reconhecidos internacionalmente, como a cidadania, por exemplo; a legitimidade do legado constitucional seria, mais tarde, o instrumento fundamental na construção do Brasil, que passava de Monarquia a Estado-Nação. Torna-se importante ressaltar que na imprensa escrita foram desenvolvidas as campanhas políticas em relação à Abolição, à República, ao Civilismo, entre tantos outros momentos marcantes da evolução da comunicação, exercendo naqueles momentos históricos a sua função social em narrativas fundantes para a história dos direitos sociais no País.

Assim, a comunicação social, através da imprensa escrita, dava os seus primeiros passos, em que pese a sua presença nas cartas de direitos e constituições da Europa e Estados, contendo a afirmação de que todo ser humano tem direito à liberdade de manifestação do pensamento. Constata-se assim que a imprensa escrita brasileira, o meio mais forte de comunicação social na época do Império, no que tange à formação de opinião, não alterou a sua participação significativamente comparando esse novo momento histórico com o período da Regência. Na análise de Sodré (1966, p. 7):

[...] A nossa imprensa no que tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo e ao papel desempenhado. [...] Isso permitiu ligar sempre a situação da imprensa ao quadro geral do tempo, suas características, suas necessidades. Tal ligação não foi sempre fácil como costuma ocorrer quando se destaca um fenômeno do conjunto dos outros fenômenos.

A proclamação da República, não trouxe maiores avanços em relação aos direitos sociais e à evolução da legislação regulatória sobre a imprensa, salvo o significativo movimento de Império a República. Entretanto, os novos marcos vão acrescentar o controle dos espetáculos de diversão pública, sob a forma de censura. A Constituição Republicana (a República Velha - 1889-1891) de 24 de fevereiro de 1891, na *Declaração de Direitos - Art. 72*. assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país,

[...] a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à **propriedade** nos termos seguintes: [...] § 12º. Em qualquer assunto é **livre a manifestação do pensamento pela imprensa**, ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato (BRASIL. Constituição, 1891, grifo nosso).

A recorrência, no que tange aos direitos à segurança individual e de propriedade, além da livre manifestação do pensamento pela imprensa, começa a estender-se, porém **com a censura**, aos espetáculos e diversões públicas no Art. 113 da Constituição da República Brasileira (1934, grifo nosso),

[...] assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à **propriedade** nos termos seguintes: [...] Em qualquer assunto é **livre a manifestação do pensamento**, sem dependência de censura, **salvo quanto a espetáculos e diversões públicas**, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social. [...] Art.131. É vedada a propriedade de **empresa jornalística, políticas ou noticiosa sociedades anônimas por ao portador ou estrangeiros**. Estes e as pessoas jurídicas não podem ser acionistas das sociedades anônimas proprietárias de tais empresas. A responsabilidade principal e de orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa só por brasileiros natos pode ser exercida. A lei orgânica de imprensa estabelecerá regras relativas ao trabalho dos redatores, operários e demais empregados, **assegurando-lhes estabilidade, férias e aposentadoria**.

Nota-se na citação acima do Art.131, da Carta Magna de 1934, a presença de uma **lei orgânica de imprensa** estabelecendo “regras relativas ao trabalho dos redatores, operários e demais empregados, assegurando-lhes estabilidade, férias e aposentadoria” (BRASIL. Constituição, 1934). Nesse sentido pode-se observar que o Estado institucionalizava, a passos largos, o controle estatal da comunicação.

Em relação à censura Marx (2009, p. 59) desenvolveu vários escritos sob o título *Liberdade de Imprensa e Comunicação*, onde, entre muitas observações fortes e incisivas, refere- ao problema, ora irônico ora, podemos dizer até, poético, como veremos adiante.

Considera-se injusta a captura de pássaros. Mas a gaiola não é uma medida preventiva contra aves de rapina, balas e temporais? Considera-se bárbaro enceguecer rouxinóis, e não se considera bárbaro cravar nos olhos da imprensa a ponta das canetas dos censores? Considera-se despótico

cortar o cabelo de um homem contra a sua vontade, mas todos os dias a censura corta a carne de indivíduos intelectuais, e deixa passar somente corpos sem coração, corpos sem reações, corpos santificados, apresentando-os como saudáveis!

O País vai, ao longo desses períodos de vigência de suas constituições, acumulando conceitos que permanecem, até hoje, pelos seus aspectos fundantes: liberdade de imprensa e do pensamento; proteção à propriedade; controle dos meios de comunicação; Nação e Povo; direitos e deveres; Estado, Governo e Sociedade Civil, entre outros, recorrentes nos discursos políticos da época pela conquista ou manutenção do Poder. A *Era Vargas* (1930-1954) recobriria um extenso e intenso processo de conflitos políticos, atingindo a comunicação pelo incentivo ao seu desenvolvimento, entretanto o controle passaria a ser exercido de forma centralizada em órgãos do governo cuja função precípua era,, parafraseando Foucault, vigiar e punir os meios de comunicação.

A Constituição Brasileira de 1937 foi redigida por Francisco Campos, a pedido de Getúlio Vargas, desconhecendo completamente a Constituição de 1934. Entretanto, além do que já observamos anteriormente sobre o direito de propriedade, de manifestação do pensamento, a imprensa passa a ser regulada por lei especial, é considerada uma função de **caráter público** e terá a sua propriedade também regulada pelo Estado.

[...] *Art. 122.* A Constituição assegura aos brasileiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à **propriedade**, nos termos seguintes: [...] 15- Todo cidadão tem o **direito de manifestar o seu pensamento**, oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. [...] **A imprensa regular-se-á por lei especial**, de acordo com os seguintes princípios: a) **a imprensa exerce uma função de caráter público**; b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei; c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente, nos jornais que o infamarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação; d) é proibido o anonimato; e) a responsabilidade se tornará efetiva por pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à empresa; [...] g) **não podem ser proprietários** de empresas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, sendo vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos [...]. (BRASIL. Constituição, 1937, grifo nosso).

Nas circunstâncias que se observam acima, o direito à propriedade será

virtualmente cruzado com a “propriedade indireta”, através de concessões e outorgas, dos meios de comunicação para sua exploração pela iniciativa privada. Nesse sentido a Constituição Brasileira de 1946, provoca novas rupturas, que merecem destaque: a criação da cidadania, a legitimidade do instrumento constitucional de direito, ressaltando que os textos constitucionais são produto das forças políticas. Relativamente à comunicação social, o controle amplia-se e continua recorrente para com os direitos de propriedade, livre manifestação do pensamento sem que dependa da censura, entretanto esse direito não é estendido aos espetáculos e diversões públicas, os quais passam a depender de autorização (censura) do Governo. Seria interessante, embora não caiba nesse momento, ressaltar o papel do teatro crítico da época, inclusive as revistas musicais e suas críticas ao governo, que tanto preocupavam a censura do Governo. Note-se que a imprensa escrita passa a não depender de autorização do Poder Público, fato que vai manter-se até a Carta Magna de 1988. A questão da propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão preocupa o Estado que declara **vedada a propriedade** de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiro.

[...] *Art. 141.* A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à **propriedade**, nos termos seguintes: [...] § 5º **É livre a manifestação do pensamento**, sem que dependa de censura, salvo quanto a **espetáculos e diversões públicas**, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. **A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público.** Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de **processos violentos para subverter a ordem pública e social**, ou de preconceitos de raça ou de classe. [...] *Art. 160.* É **vedada a propriedade** de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa (BRASIL. Constituição, 1946, grifo nosso).

O golpe militar de 1964 instalou o arbítrio de Estado; com a elaboração da Constituição de 1967 (que não sai do papel), os conteúdos dessa Carta Magna, não foram respeitados pelo governo da ditadura militar que não estabelecerá nenhuma relação com o Estado de Direito.

A comunicação social, através da imprensa escrita, de radiodifusão sonoras

(rádio) e sons e imagens será dura e cruelmente controlada. O abismo entre o dever e o ser, a moeda de duas faces (poder e direito), enfim, o arbítrio de Estado colocará em “cheque” os conteúdos fundantes dos direitos humanos, não somente aqueles ligados à comunicação.

[...] *Art. 153.* Assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País **a inviolabilidade dos direitos** concernentes: à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, tolerados a propaganda de guerra, de subversão da ordem (grifo nosso) ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. [...]

Art. 174 – A propriedade e administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiofusão, são vedadas: I - a estrangeiros; II - a sociedades por ações ao portador; e III – a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos.

§ 1º A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas neste artigo caberão somente a brasileiros natos.

§ 2º **Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação** a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiofusão, **no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção** (BRASIL. Constituição, 1967, grifo nosso).

O panorama que já vinha delineando-se, desde a era Vargas, ao longo da década de trinta, será aprimorado e intensivamente aplicado pela ditadura militar: controle rígido e sanções cruéis em relação aos direitos de imprensa e da livre expressão do pensamento. Nesse sentido, Melo (1986, p. 11) afirma que:

[...] Talvez não exista exagero em dizer-se que no Estado de Direito se estampa com grande exatidão a confluência de duas vertentes de pensamento: a de Rousseau e a de Montesquieu. A de Rousseau firmando o princípio da igualdade de todos os homens e a soberania popular como decorrência disso. [...] Claro está que a concepção política de Rousseau implicava admitir que todos os homens deveriam estar no Poder, por serem verdadeiros titulares, visto que eram senhores, cada qual, de sua liberdade. [...] Esta fórmula iria residir na representação. [...] Ao lado do pensamento de Rousseau, o de Montesquieu – mais pragmático, mais técnico – advinha, segundo proclamou da análise do sistema inglês, circunstância, aliás, sempre negada pelos ingleses. Afirmava Montesquieu: ‘Esta é uma verdade histórica nunca dantes desmentida (e até hoje persiste não sendo desmentida) a de que todo aquele que detém Poder tende a abusar dele. O poder vai até onde encontra limites’, dizia ele. ‘Cumpra, então, que o poder detenha o poder.’ [...] Daí a sua conclusão: ‘Cumpra, então, que aquele que faz as leis, não execute nem julgue; cumpra que aquela que julga não faça as leis nem as execute; cumpra que aquele que executa nem faça as leis

nem julgue'. E assim se firma a ideia da tripartição do exercício do Poder.

No arbítrio de Estado, os princípios que deveria legitimar o Poder serão exercidos sob o disfarce do que a ditadura militar batizou de “revolução de 1964”. Tratava-se de tentar legitimar a substituição de um de um Estado, tido como nocivo à sociedade civil, por outro “revolucionário” que promoveria as mudanças necessárias no sentido de superar os problemas do sistema anterior e, posteriormente substituí-lo por outro capaz de atender às demandas que geraram o conflito. Não era o caso do Brasil, em 1964; a sociedade civil assistia um golpe militar, na tomada pela força do Poder legitimamente constituído pelo povo.

O Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, dentro do mais amplo arbítrio de Estado, cerceia as liberdades individuais e a imprensa falada, escrita e televisionada serão alvos d mais intenso controle, através da censura prévia, com consequências que feriam os direitos fundamentais como, por exemplo, o direito à vida. Em 13 de dezembro de 1968, sob o regime militar, Presidência da República, Casa civil e Subchefia para Assuntos Jurídicos, determinam o Ato Institucional no. 5, desfecham o golpe na imprensa e na liberdade de expressão. Segundo o texto do ato, enumeramos os seguintes artigos:

[...] *Art. 1º*- São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional. [...] *Art. 5º*- A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I- cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II- suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III- proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV- aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) **liberdade vigiada**; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado [...] (BRASIL. Ato institucional nº 5, 1968, grifo nosso).

O jornal O Estado de São Paulo, publicou, em 14 de dezembro de 1968, em sua primeira página a manchete principal: **Nôvo ato; Congresso em recesso**. Na mesma página, outras manchetes, dando conta dos acontecimentos envolvendo o arbítrio de Estado: **“Estado” é apreendido; Apreensão dos jornais é censurada pela ABI; As detenções; Cassação de mandatos; Contra a auto-censura e Nota de Sodré**. Segundo o jornal (2011, grifo nosso) Estado de São Paulo:

[...] na tarde/noite da sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, sentados à mesa de jantar do Palácio das Laranjeiras, sede da Presidência da República no Rio, 25 membros do Conselho de Segurança Nacional – 15 militares e 10

civis – aprovaram o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um golpe da linha-dura do regime militar que assassinou a liberdade e jogou o País nas trevas. Cerca de 1500 pessoas foram punidas após o AI-5, censurados mais de 950 filmes e peças, e milhares sofreram torturas. No mesmo dia da edição do ato, as edições do **Estadão** e **Jornal da Tarde** foram apreendidas. [...] (www.estadao.com.br/.../ai-5-40-anos-de-um-atentado-a-liberdade,39693, 1968, grifo nosso).

A edição histórica do Estadão destaca a fala de Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho e da Previdência, na reunião que resultou na elaboração do AI-5: **“Às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência”** (www.estadao.com.br/.../ai-5-40-anos-de-um-atentado-a-liberdade, 39693, 2011, grifo nosso).

Marx (2009, p. 20), ao tecer seu pensamento sobre a liberdade de imprensa e a comunicação, refere-se a momentos da história, (a exemplo do que tivemos nos chamados “tempos de chumbo” da ditadura militar no Brasil), empenhando não somente como cientista político, mas como jornalista que era:

[...] Porque em nenhum lugar o espírito específico dos Estados manifesta-se mais claramente que nos debates sobre a imprensa. Na oposição a liberdade de imprensa, bem como na oposição à *liberdade geral* da mente em qualquer esfera, os interesses individuais dos Estados particulares, a natural unilateralidade dos seus caracteres, aparecem em forma franca e brutal, mostrando simultaneamente seus dentes.

Bobbio (2007, p. 161-162) tece considerações sobre a ditadura, principalmente a moderna no sentido de esclarecer os sentidos bem com os significados que assume o arbítrio de Estado.

Como surge claramente da história desta magistratura e das clássicas interpretações de que dela foram dadas, o ditador exerce poderes extraordinários, mas apenas no âmbito da função executiva (não da legislativa). Tanto Maquiavel quanto Rousseau captam exatamente este limite, escrevendo um, como se viu, que o ditador não podia fazer nada que implicasse ‘a diminuição do Estado’, e o outro que ‘a suspensão da atividade legislativa’, que compete ao ditador, ‘não a abole de modo algum’, pois ‘o magistrado que a faz calar, não a pode fazer falar’ (ROUSSEAU, 1762 apud BOBBIO, (2007, p. 161). [...] Em sua conhecida obra sobre a ditadura (1921), Carl Schmitt (apud BOBBIO, 2007, p. 161) distingue a ditadura clássica – por ele denominada, a partir de uma citação de Bodin (apud BOBBIO, 2007, p. 161-162), de ‘comissária’ (no sentido de que o ditador desempenha o próprio dever extraordinário nos limites da ‘comissão’ recebida) – da ditadura dos tempos modernos ou revolucionária, que ele chama de ‘soberana’, a qual ‘vê em todo o ordenamento existente um estado de coisas a ser completamente removido pela própria ação’, e assim ‘não suspende uma constituição vigente apoiando-se num direito por ela completado, e por isso mesmo constitucional, mas busca criar um estado de

coisas no qual seja possível impor uma constituição considerada como autêntica.

A sociedade civil tem desenvolvido uma luta intensa no sentido de redemocratizar o País, através de debates públicos e a participação de políticos progressistas, onde a comunicação exerce um papel importante, mesmo sob um dos mais rigorosos controles de censura prévia. Sobre os fatos mais importantes que influenciaram a composição da Carta Magna de 1988, Bernardes (2008) afirma:

[...] o fim da ditadura. A luta pela recuperação do Estado de direito e tudo aquilo que a nação tinha sofrido durante o período em que vigorou o poder da ditadura civil-militar – a ausência de direitos, restrição dos direitos civis, restrição dos direitos políticos e, sobretudo, o enorme desrespeito aos direitos da pessoa humana, que se manifestava através do sistema de tortura, através da exclusão política dos movimentos, das prisões arbitrárias. Tudo isso criou uma necessidade, um desejo da sociedade, de um novo ordenamento e esse novo ordenamento toma a forma na Constituição de 1988.

A Nova República surge com a convocação de uma nova Constituinte que constrói a Constituição de 1988 da redemocratização do País. O seu preâmbulo ressalta e enfatiza a volta ao Estado de Direito.

[...] os representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais de individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. **Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I- a soberania; **II- a cidadania (grifo nosso)**; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- o pluralismo político. [...] **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes: [...] IV- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] V- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; **Art. 220.** A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir **embaraço à plena liberdade de informação jornalística** em qualquer veículo de comunicação social, observado no disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer **censura de natureza política, ideológica e artística**. § 3º Compete a lei federal: I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias

a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada; II – estabelecer os **meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão** que contrariem o disposto no ar. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. § 4º **A propaganda comercial** de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos incisos II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os maléficis decorrentes de seu uso. § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de **monopólio ou oligopólio**. § 6º A publicação de veículo impresso de comunicação **independe de licença de autoridade**. **Art. 221.** A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes **princípios**: I- preferência a **finalidades educativas**, artísticas, culturais e informativas; II- promoção da **cultura nacional e regional** e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III- **regionalização da produção** cultural, artística e jornalística, **conforme percentuais estabelecidos em lei**; IV- respeito aos **valores éticos e sociais** da pessoa e da família. **Art. 222.** A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual. § 1º É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresas jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros. § 2º A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento. **Art. 223.** Compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens**, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. § 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem. § 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal. § 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. § 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para emissoras de rádio e de quinze para as de televisão. **Art. 224.** Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como **órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei** (BRASIL, Constituição, 1988, grifo nosso).

A Constituição do Brasil de 1988 procurou no seu conteúdo atender aos anseios do povo brasileiro, mantendo os direitos retirados pela ditadura militar e, por outro lado mostra-se ambígua em relação aos itens que se referem ao capital e itens que se referem aos trabalhadores. Nesse sentido Bernardes (2008) observa que:

[...] no sentido de que ali está expresso, um momento especial, que foi justamente tudo o que estava suspenso durante a ditadura, que a população, a sociedade disse: “eis o que queremos”. Agora, ela é uma constituição compósita, digamos assim, porque as presenças de forças sociais foram díspares. Mas é normal, é um jogo democrático, como eu disse. Estão lá, tanto itens que favoreceram ao capital financeiro como itens que favoreceram ao trabalhador; ambiguidades da constituição. [...] O processo de formação da Nação se dá não como totalidade, mas pela

soberania territorial, a concepção de Estado, as classes dominantes, o povo e problemas que foram surgindo, ao longo da história do Brasil [...].

Assim sendo, e a partir da visão aristotélica, buscamos na observação empírica, além de um questionamento mais teórico; dissemos *visão aristotélica* tendo como base o fato de que Aristóteles pesquisava depoimentos sobre a vida das pessoas e das diferentes cidades gregas, desenvolvendo um esforço analítico e comparativo de mais de uma centena de constituições políticas de cidades gregas. O filósofo grego já percebia, na época, tal paradigma; o seu aporte interessa, na medida em que os documentos internacionais (Europa e Estados Unidos) e, principalmente nas bases das constituições brasileiras, do Império à Redemocratização (1824/1988) a história política do Brasil, com ênfase na questão dos direitos sociais, entre eles, a livre expressão do pensamento e o direito de imprensa, são entendidos aqui como a base da comunicação social no País, revelando a construção da Nação.

Julga-se importante perceber que o direito de proteção à propriedade, positivado por todas as constituições brasileiras, desde o Império até à Constituição Cidadã de 1988, fato que legitima a afirmação de Sodré (1966, p. 7), como já citamos acima: “[...] as influências estrangeiras, desde as do comércio aqui estabelecido com a abertura dos portos até a das grandes corporações monopolistas hoje presentes entre nós inclusive na comunicação”.

O direito à livre expressão do pensamento humano, reconhecido e consagrado em constituições, declarações, direitos e proteção social e textos que, de alguma maneira, recorrem aos fundamentos da comunicação, expressos em diversos meios de divulgação e que foram, ao longo da história, construindo um repertório de princípios que, ainda hoje, norteiam a atividade de informar e difundir o pensamento através do jornal impresso, da revista, do rádio, da televisão, enfim, da mídia presente no dia-a-dia das pessoas no mundo inteiro. Neste sentido, recorreremos a alguns documentos e deles extraímos os aspectos relacionados à comunicação humana e o direito de livre expressão dos cidadãos, numa sociedade que se quer democrática. Sobre a liberdade de imprensa e comunicação, deixaríamos uma lacuna em não destacar o pensamento de Marx (2009, p. 11-12), nos seus debates, onde - sobre o tema, verifica-se no pensamento marxiano as condições sob as quais a liberdade está ligada à consciência do indivíduo quando esclarece que “a primeira condição que precisa ter a liberdade é a autoconsciência,

e a autoconsciência é impossível sem um auto-exame prévio”. Nesse sentido Marx (2009, p. 13) afirma que:

a primeira atividade teórica da razão, ainda oscilante entre o pensamento e o sentimento, é a de *contar*. Contar é o primeiro ato teórico livre da razão. [...] A liberdade é a tal ponto a essência do homem que mesmo seus opositores o reconhecem, posto que a⁶ combatem; querem apropriar-se da joia mais cara, que eles não consideram a joia da natureza humana. [...].

Em sua dialética em torno da liberdade, Marx (2009) observa que ninguém luta contra a liberdade; no máximo, luta-se contra a liberdade dos outros. Por isso todos os tipos de liberdade existiram sempre, algumas vezes com uma prerrogativa particular, outras como um direito geral. Nesse sentido, Marx (2009, p. 46) é incisivo ao afirmar que:

[...] Não perguntamos se a liberdade de imprensa deveria existir, porque ela sempre existe. Perguntamos se a liberdade é o privilégio dos indivíduos ou se é o privilégio do espírito humano. Perguntamos se a falta de direitos de um lado deve corresponder ao direito do outro. Perguntamos se a ‘liberdade da mente’ tem um maior direito que a ‘liberdade contra a mente’.

Interessa-nos, ao longo do detalhamento das constituições brasileiras e documentos históricos conexos, a questão da liberdade de imprensa, visto que esse parece ser o ponto fundante na formação da opinião, com a qual os governos intolerantes estão sempre preocupados em reprimir e, para isso, procuram estabelecer um amparo legal, no sentido de vetar um direito cuja legalidade faz está sintonizada com o espírito humano; a liberdade imanente ao ser humano. Nesse sentido recorreremos a Marx (2009, p. 50-51, 56-57, 60-61, 87-88, grifo nosso), quando afirma de forma enfática:

[...] A essência da imprensa livre é a essência característica, razoável e ética da liberdade. [...] **A liberdade de imprensa como lei da imprensa prevalece contra atentados contra si mesma, isto é, contra o abuso da imprensa.** Uma lei da imprensa declara que a liberdade é a natureza do transgressor. Portanto, [...] **deveríamos ver a falta de uma legislação sobre a imprensa como a exclusão da liberdade de imprensa da esfera da liberdade legal, pois a liberdade legalmente reconhecida existe no**

⁶ Debates sobre a liberdade de imprensa e comunicação. Uma série de seis artigos foi publicada no *Rheinische Zeitung*, em 5, 8, 10, 12, 15 e 19 de maio de 1842. O *Landtag*, ou Assembléia Provincial, no qual foi realizado o debate, efetuou-se em Düsseldorf, de 23 de maio a 25 de julho de 1841.

Estado como lei. [...] As leis são normas positivas, claras e universais, nas quais a liberdade ganhou uma existência impessoal e teórica, independente do capricho de qualquer indivíduo. Um texto legal é a Bíblia da liberdade de um povo. [...] **A lei da imprensa é portanto o reconhecimento legal da liberdade.** É lei, porque é o ser positivo da liberdade. Torna-se lei ativa apenas quando é transgredida, pois a lei é verdadeira quando, dentro dela, a lei natural da liberdade torna-se lei consciente do Estado. [...]. A censura transforma todos os escritos proibidos, bons ou ruins, em artigos extraordinários, enquanto a liberdade de imprensa priva todos os artigos de uma importância especial. [...] **A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria. É a mente do Estado que pode ser vendida em cada rancho, mais barata que gás natural. É universal, onipresente, onisciente. É o mundo ideal que flui constantemente do real e transborda dele cada vez mais rico e animado.** [...] Portanto, perguntamo-nos novamente se a imprensa está muito longe dos Estados e se tem muito poucos pontos de contato reais com eles, e questionamos se eles poderiam defender a liberdade de imprensa com o mais completo e sério interesse exigido para a ocasião. [...] A falta de liberdade é a regra e a liberdade é a exceção da sorte e do capricho. Portanto, nada é mais perverso que pensar que o caso de um ser *particular* de liberdade seja uma *questão particular*. Trata-se de uma questão geral dentro de uma esfera especial. A liberdade continua sendo liberdade, seja ela expressada através da imprensa, do mercado imobiliário, da consciência, ou duma assembleia política; mas o amigo leal da liberdade, aquele cujo sentido de honra sente-se ferido quando deve votar sobre a questão: “*Deve ou não existir liberdade?*”, este amigo fica desconcertado pelo material específico no qual a liberdade aparece, ele confunde o gene com a espécie, ele esquece a liberdade de imprensa, ele acredita estar julgando outro ser e sentencia seu próprio ser. Desta forma, a Sexta **Assembleia do Reno** sentenciou a si mesma, emitindo seu julgamento sobre a liberdade de imprensa.

Ao final das observações acima, temos a impressão de que Marx, apesar do brilhantismo e objetividade, ao escrever sobre censura e liberdade de imprensa, não esgotou a questão; a compreensão que determinados setores da imprensa privada fazem da liberdade de imprensa, levou a um abismo conflitual entre as concepções de **liberdade de expressão e liberdade de imprensa**. Nesse sentido, Lima (2010, p. 30) afirma:

Não parece haver dúvida, portanto, de que a liberdade de imprensa clássica como extensão da liberdade de expressão individual não guarda qualquer relação com o que se pretende por liberdade de imprensa no mundo contemporâneo dos grandes conglomerados globais de comunicação e entretenimento, muitos deles, com orçamentos superiores àqueles da maioria dos Estados membros das Nações Unidas.

O desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, portanto, provocou na comunicação brasileira, a partir da imprensa escrita, as condições que transformaram a comunicação num campo de forças e, dentro dele, vários outros campos. No tecido dessas relações de força, pode-se perceber que a presença da esfera privada imbricando-se nesse campo torna a questões, que envolvem os atores do campo comunicacional, críticas e conflitos, fatos que remetem a discussão para a esfera social, visto que na esfera pública, em pese o primado do público sobre o privado, a convivência democrática indica o diálogo como forma de encontrar a solução para os conflitos aí existentes. Na esfera pública, há limites; na esfera privada os limites aumentam; entretanto na esfera social, campo onde o público e o privado estão imbricados, abrem-se as possibilidades da aplicação no campo da comunicação de um dos princípios fundantes das Ciências Jurídicas: a supremacia do interesse público sobre o interesse particular e, por outro lado, a indisponibilidade do interesse público pela Administração. Esse é o desafio permanentemente colocado para o campo da comunicação social.

1.3 AS DEMANDAS POR UMA RADIOFUSÃO HUMANA E O PODER POLÍTICO DAS GRANDES CORPORAÇÕES DE MÍDIA

Há uma significativa distinção, embora pareça simples e óbvia, entre os meios de comunicação e o campo da comunicação em si, geralmente conceituada como Ciências da Comunicação; levada ao plural deve-se à inter/intradisciplinaridade que permeia a comunicação com as ciências humanas. Nesse sentido, quando falamos em meios de comunicação estamos nos referindo aos instrumentos tecnológicos de transmissão que foram evoluindo, ao longo da história do homem (do tambor tribal aos mais sofisticados equipamentos eletrônicos) hoje, entendidos, também, como suportes. Esse aperfeiçoamento dos meios sempre teve como meta tornar mais claras e eficazes as mensagens, alcançar grandes distâncias e manter-se dentro dos parâmetros da eficiência. Como consequência dessa evolução, os meios passaram a ser vistos, segundo McLuhan (2007, p. 21), como as próprias mensagens.

Numa cultura como a nossa, há muito acostumada a dividir e estilhaçar todas as coisas como meio de controlá-las, não deixa, às vezes, de ser um tanto chocante lembrar que, para efeitos práticos e operacionais, o meio é

a mensagem”. Isto apenas significa que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos.

McLuham (2007), partindo da tese central de que os meios são as mensagens desencadeou duas operações conexas, estudando, primeiro, a evolução dos meios comunicativos usados pelos homens ao longo da sua Históriae, em segundo, identificando as características específicas de cadameio de comunicação e suas extensões relacionadas com o ser humano. De acordo com Pombo (1994, p. 42 apud McLUHAN, 2007, p. 3, grifo nosso), nessa evolução dos meios de comunicação, distingue três grandes períodos, culturas ou galáxias:

A cultura oral ou acústica, própria das sociedades não-alfabetizadas, cujo meio de comunicação por excelência é a *palavra oral (dita e escutada)*, **a cultura tipográfica ou visual (Galáxia de Gutenberg)** que caracteriza as sociedades alfabetizadas e que, pelo privilégio atribuído à *escrita* e, conseqüentemente, à *leitura*, se traduz na valorização do sentido da *vista* e **a cultura eletrônica**, de que se podem já hoje pressentir alguns sinais e que determinada pela velocidade instantânea que caracteriza os meios elétricos de comunicação e pela integração sensorial para que esses meios apelam. A cada uma destas configurações ou galáxias corresponde um modo próprio de o homem pensar o mundo e de nele se situar.

Ser da falta e, também, fundado na oralidade, segundo Pombo (1994, p. 3):

na sua capacidade de modulações infinitas e na sua proximidade aos fatos de consciência, sentimentos e paixões, o homem de cultura oral está próximo de si e das coisas, preparado para discriminar as sutis variações dos seus afetos e para ter acesso a uma rica, densa e multiforme experiência do mundo.

Nesse sentido, Domingues (1999, p. 232-235) considera que como um ser da falta,

[...] uma nova antropologia se instala, a antropologia do *homo oeconomicus*, onde a ideia de falta é relativizada e há um remédio para a mesma: o trabalho. Filho da Pobreza, a exemplo do homem platônico, o *homo oeconomicus* é um ser de carência e de desejo definido pela falta; filho de Recurso, é um ser de artifício e de invenção que, pelo trabalho procura remediar a falta, infinita, e a escassez da natureza, finita (penúria de bens). Daí o caráter ambivalente do trabalho – falta e remédio: fundado na falta, é definido negativamente como uma pena, uma fadiga, um sofrimento, uma tirania que embrutece os homens; remédio da falta, é recuperado positivamente como o instrumento pelo qual o homem se liberta das forças cegas da natureza, constrói um plano artificial: a cultura, e cria um mundo forjado à medida de si mesmo: a história, mecanismo compensador da falta e lugar de afirmação do seu ser. Esta filiação do *homo oeconomicus* a

Pobreza e Recurso aparece em Smith, por exemplo, o qual vê no trabalho, na escassez da natureza e na infinita condição do homem de ser da falta o motor da economia da sociedade e da história. A mesma filiação aparece em Ricardo e Marx, que, na esteira de Smith, que vão buscar nestas notas que qualificam o homem (ser da falta e ser de artifício e ser de invenção) aqueles elementos *a priori* capazes de pensar uma disciplina que àquela época procurava instalar-se no sistema do saber: a economia política. Eis a natureza do *homo oeconomicus*: filho de Recurso e de Pobreza, é a um tempo um ser de carência e de desejo definido pela falta e um ser de artifício e de invenção definido pela positividade do trabalho. Eis o remédio para a falta ou a privação do ser (homem): em Platão, o amor; em Santo Agostinho, Deus; em Smith, o trabalho e eis o homem de quem nos fala Smith n' *A Riqueza das Nações*: ser lacunar da falta e da positividade do trabalho.

Ser da falta, o homem construiu, desde a pré-história à contemporaneidade, um campo de relações comunicacionais, hoje constituído de forma complexa, tanto no seu entendimento quanto na sua função em relação aos mais diversos e determinados grupos de pessoas que formam o grupo chamado: humanidade. Quanto aos suportes, ou meios, de comunicação que compõem a tecnologia da comunicação - recorrentemente temos que chamar a atenção para o fato de que o seu **uso deve estar sob a guarda da ética** – devem evitar que a tecnologia, criada para o desenvolvimento humano, gere, ao contrário, condições desfavoráveis, constituindo-se numa disfunção comunicacional; é evidente que a relação dos meios com o campo resulta de aspectos fundantes em relação à da função social da comunicação; por outro lado, os aspectos negativos - por exemplo, a manipulação de valores e opiniões – também transitam nesse campo, respaldando a identificação de que a luta, os aspectos (negativos e positivos), mantém uma dinâmica que aponta para a ética como princípio capaz de estabelecer as distinções no uso dos meios de comunicação.

Nesse sentido, Santen (2006) considera que da mesma forma que temos estruturas humanas positivas temos também aquelas que, em contraposição, estabelecem relações negativas com a inteligência da humanidade, A humanidade tem uma inteligência positiva e protetora que nem sempre é apoiada; não é incomum constatarmos a existência de predadores do país e da nação. Santen (2006, p. 38) pergunta:

O que é a Nação? É a humanidade organizada. A Nação, em princípio, está para nos proteger, para abrir estrada, cuidar das pessoas [...] Mas há pessoas que se alojam na Nação e roubam aquilo para elas, privadamente, Isto é enfraquecer e estabelecer relação negativa com a humanidade, com esta inteligência protetora. Estamos na etapa maravilhosa, de termos

Estados que nos protegem, de termos leis, de termos uma inteligência coletiva nos facilitando tudo. Mas, ainda assim, existem porções substanciais de seres humanos que se articulam e predam a própria energia do grupo, que se apossam dela. Em diferentes países temos tido exemplos devastadores que enfraquecem o sentido da nação, a crença na humanidade, o senso de cidadania, a imagem externa [...].

Surge, daí, uma questão significativa para a compreensão da comunicação democrática: a radiofusão quando contempla a evolução do ser humano, absorve o seu fundamento como direito humano à comunicação. A questão, então, desloca-se para o centro da esfera social - híbrida da esfera pública e da esfera privada - que envolve os seres humanos e sua necessidade de comunicar-se; mais, ainda, o direito de comunicar e comunicar-se.

Observa-se, contudo que, enquanto tecemos o *dever ser* da comunicação, embasado nos direitos reconhecidos e positivados pelo Estado, o campo comunicacional imbrica-se de forma contundente com a ética e os fundamentos ontológicos do ser social. Nas palavras de Barroco (2008, p. 58), “considerada do ponto de vista ontológico, a moral é uma mediação potencialmente capaz de promover uma individualidade livre, ou seja, uma particularidade capaz de transformar exigências sociais em exigências internas livres [...]”. Segundo Mészáros (apud BARROCO, 2008), as normas existem muito antes de sua codificação; são necessidades positivas, do ponto de vista da emancipação humana. No entanto, se a sociedade possibilitasse a participação ativa dos indivíduos na elaboração das normas, se elas representassem concretamente, exigências internas codificadas, não precisaria haver coerção, não precisaria haver regras e sanções institucionais punitivas. Para Mészáros (apud BARROCO, 2008, p. 58-59), a existência da lei prova que

as necessidades do homem como membro da sociedade não se tornaram necessidades interiores no verdadeiro indivíduo, mas permaneceram externas a ele, como necessidades da sociedade [...]. se fossem ‘necessidades interiores’ do homem, não haveria qualquer necessidade de impô-las externamente [...].

Sendo assim, o papel a ser desempenhado pelas emissoras surgidas no seio das comunidades é de fundamental importância, como disse Barroco (2008), que o livre desenvolvimento de cada leve à condição do livre desenvolvimento de todos. O associativismo, nas origens do rádio, estendido à condição de comunitarismo, na radiofusão comunitária, elege os atores de um processo onde a comunidade é o

campo determinado por aspectos contrários aos aspectos do individualismo presentes no liberalismo. Dessa maneira, para a ideologia comunitarista o liberalismo desde a sua ascensão, devido aos seus valores individualistas, não confere a profundidade necessária às análises de temas como o multiculturalismo, a liberdade de expressão, entre outros.

1.3.1 Um campo de forças

Uma análise da radiofusão pernambucana, à luz do conceito de “campo de forças”, de Bourdieu (1997) foi de fundamental importância para revelar os problemas de fora para dentro e de dentro para fora do campo da comunicação social. Mesmo os opositores ao modelo de produção de mercado das grandes corporações de mídia e, entre eles os atores da radiofusão pública e comunitária encaixam-se nesse campo de forças pelos mais diversos motivos. Para Bourdieu (1997, p. 57):

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. A concorrência entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias do mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanecer sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas.

O conceito de *campo de forças* indica que a permanência das rádios comunitárias, como agentes de participação direta na construção da comunicação democrática, estará sempre ameaçada e/ou em confronto com o poder dominante e pela forma de produção, voltada para o mercado e utilizada pelas empresas componentes das **grandes corporações** de mídia internacional, das quais as empresas da grande mídia brasileira são satélites. Segundo o Instituto DNA/Brasil (apud COSTA, 2005, p. 3-4, grifo nosso), a concentração da mídia no Brasil, deslocou-se do local para o nacional e, na atualidade, o deslocamento ampliou-se

para a escala internacional; entretanto a concentração da mídia replica o modelo que vai do local ao internacional:

Existiam cerca de **50 empresas** transnacionais de mídia em meados dos anos 80 do século passado; em meados dos anos 90 **eram 27 as empresas** de mídia multinacionais; e, no final de 2000 eram **apenas 7 gigantes** globais da mídia: Time Warner, Disney, Vivendi-Universal, Viacom, Bertelsmann, Sony e News Corporation; empresas que provêm de países ricos: Estados Unidos da América, Japão e da Europa.

Para localizar a participação brasileira em relação à concentração da mídia, Costa (2005, p. 6) esclarece que “como satélites dos sete grandes grupos internacionais existem cerca de 70 empresas de mídia direta ou indiretamente relacionadas com eles; são potências nacionais ou regionais e controlam nichos de mercado”. Como exemplos de satélites, Costa (2005, p. 7, grifo nosso) relaciona as empresas que funcionam ligadas às macro organizações de mídia:

Entre as norte-americanas: Tribune Vompany, Dow Jones, Gannett, Kning-Ridder, Hearst e Advance Publicações; **Entre as europeias:** KirchGroup, Hachette, Mediaset, Prisa, Reuters, Socpresse e Reed Elsevier; **Entre as latino-americanas:** Televisa do México, Globo do Brasil, Clarin da Argentina e Cisneros da Venezuela.

As organizações-satélite veem funcionando ligadas aos sete gigantes, que provêm de países ricos tais como: Estados Unidos da América Japão bem como países da Europa, afirma Costa (2005, p. 4)

As Multinacionais AOLA, Terra, Reutrs, Bloomberg: apuram, editam e publicam notícias em solo nacional, via internet, como qualquer campanha de mídia brasileira. Fronteiras não são mais geográficas. Fronteiras cada vez menos culturais. Time Warner, Disney, Vivendi- Universal, Viacom, Bertelsman, Sony e News Corporation. [...] Mudança na Constituição em 2002 permite sócios estrangeiros (até 30%) para empresas de mídia e também sócios pessoa jurídica. Novidades não prevista em lei: empresas 10% estrangeiras praticam jornalismo no país via comunicação eletrônica.

Observa-se, portanto, que a questão da concentração de mídia é muito mais ampla do que o nível que tem tomado conta dos debates, no Brasil, em torno da democratização da comunicação. Nesse sentido, a identificação, mapeamento e observação das ligações da mídia com o poder, remetem, recorrentemente, ao conceito de Bourdieu (1997, p. 81-82):

O campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica

comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos. Através da pressão do índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre o jornalismo, ele se exerce sobre os outros jornais, mesmo sobre os mais 'puros', e sobre os jornalistas, que pouco a pouco deixam que problemas de televisão se imponham a eles. E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pés sobre todos os campos de produção cultural. [...] Tudo isso pode parecer bem abstrato; vou repeti-lo mais simplesmente. Em cada um dos campos, o campo universitário, o campo dos historiadores etc., há dominantes e dominados, segundo os valores internos do campo.

Assim pensando, nesse campo de forças listamos mais de uma dezena de questões que precisam ser respondidas, afirmativa ou negativamente; entretanto optamos por trabalhar com duas questões, cujas respostas são críticas para contextualizar o sentido teleológico da radiofusão comunitária, através da análise da gestão e do conteúdo da grade de programação das emissoras. Todo o aporte teórico desenvolvido, até este ponto, procurou no *dever ser* das emissoras comunitárias um arcabouço capaz de, em confronto com a realidade do *ser*, identificar os problemas e o encaminhamento de suas soluções. Todavia, torna-se necessário detalhar mais esse percurso.

A legislação que regulamentou a radiofusão comunitária, Lei nº 9.612 e Decreto nº 2.615, ambos de 1998, nasceu desatualizada e, ao mesmo tempo em que concede o direito do seu exercício, nega-lhe o que concede à radiofonia privada da grande mídia, como por exemplos: uma maior abrangência de sinal que permitisse atingir uma significativa fatia da população e, por outro lado, a possibilidade de prover a sustentabilidade das emissoras, através da veiculação de comerciais, além do apoio cultural à sua programação. Nesse sentido, a legislação da radiofusão comunitária beneficia a iniciativa privada, que pode ter alta abrangência de sinal, audiência e a comercialização resultante desses dois elementos fundantes da empresa privada de comunicação. Portanto, essas são as razões para a luta por um novo marco regulatório que propicie por em prática sistemas de captação de recursos com os quais as emissoras poderiam manter uma infraestrutura digna e capaz de poder arcar com a responsabilidade de desenvolver uma radiofusão que merece ser enaltecida; a legitimação da radiofusão comunitária deve acontecer, não somente pelas suas dificuldades e limites, pelo contrário, esse reconhecimento deve ser efetivado pela capacidade das comunidades de fazer do empoderamento, o instrumento de afirmação e emancipação do coletivo.

1.3.2 A radiofusão comunitária: uma história de luta

Ousar. Resistir. Transmitir Sempre, foi o slogan do Congresso Nacional da ABRAÇO NACIONAL, em Brasília, em 2010 e que demonstra o sentido da história das emissoras comunitárias brasileiras; começaram ousando, enfrentando problemas com resistência, conseguem hoje transmitir em todo o Brasil, em número superior às emissoras comerciais.

O surgimento das rádios comunitárias ficou marcado por dificuldades que permanecem até hoje, mesmo depois da regulamentação. Momesso (2008, p. 51) recorda o percurso histórico da radiofusão comunitária:

historicamente o uso de tecnologias aplicadas à comunicação pelas organizações de trabalhadores, pelos movimentos sociais e mesmo pelo povo de forma geral tem se caracterizado por ser marginal ou subversivo, ou ambos simultaneamente. Marginalidade em parte decorrente da desigualdade na distribuição da riqueza, o que dificulta o acesso aos meios técnicos, e em parte pelo seu domínio, ou pela falta de compreensão de sua importância. Subversiva porque o seu acesso, quando possível especialmente a partir de organizações de trabalhadores ou populares, é sistematicamente dificultado pela ação direta e indireta das classes dominantes, através de suas organizações classistas, de suas empresas, principalmente de comunicação, que desenvolvem persistentes campanhas ideológicas objetivando criminalizar esse acesso aos meios tecnológicos. Mais contundentemente e violento é o ataque que essas classes promovem através do Estado, que para isso utiliza a legislação e o sistema repressivo, além da constante ação ideológica e dos grupos de pressão sobre as instâncias de governo.

Momesso (2008, p. 82-91), em diálogo com Bourdieu (1997), observa de forma enfática e direta:

Tudo isso pode parecer bem abstrato; vou repeti-lo mais simplesmente. Em cada um dos campos, o campo universitário, o campo dos historiadores etc., há dominantes e dominados, segundo os valores internos do campo. [...]. Chego bem depressa ao exemplo da política. O próprio campo político tem certa autonomia. Por exemplo, o parlamento é uma espécie de arena no interior da qual se vai regular, pela linguagem e pelo voto, segundo certas regras, certo número de disputas entre pessoas que supostamente exprimem interesses divergentes ou mesmo antagônicos.

Apesar dos problemas e entraves ao seu desenvolvimento, as rádios comunitárias são mais representativas, hoje, do que na sua origem clandestina, em termos numéricos; a radiofusão comunitária expandiu-se, como vamos verificar no quarto capítulo desta pesquisa, em tabelas e gráficos. Entre outras informações, o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006) afirma que **as rádios comunitárias cresceram.**

O rádio no Brasil, segundo a pesquisa, continua constituindo um importante veículo de informação e cultura, com diferenças marcantes entre regiões e estados. A novidade é a existência das rádios comunitárias, encontradas, conforme a pesquisa, em 48,6% dos municípios brasileiros, superando as estações comerciais de rádio FM (34,3%) e AM (21,2%).

É importante notar que no Brasil e, com maior destaque para Pernambuco, em relação ao número de veículos (incluindo rádios FM/AM, entre outros) as emissoras comunitárias representam, relativamente a cada um deles, um maior percentual. Ao compreender esse quadro constatado pelo IBGE (2006), percebe-se a força da radiofusão comunitária em termos de cobertura do Estado de Pernambuco. Portanto é com facilidade que entende-se o (os) porque(s) da invasão desse campo pelos políticos, grandes empresários e instituições religiosas.

No ponto em que se encontra a radiofonia nacional, é impossível negar o sentido que resulta da ação das grandes corporações de mídia sobre os meios de comunicação, tem revelado, de forma recorrente, que a política de concessões, apesar de ter dados alguns passos na direção de melhorias, ainda é incipiente para o desenvolvimento da radiofusão comunitária. Entre as melhorias o Governo criou, 2011, o Plano Nacional de Outorgas da Radiofusão Comunitária (PNO).

O Plano Nacional de Outorgas 2012-2013, em consonância com a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, tem um duplo objetivo: contemplar, em avisos de habilitação, tanto as cidades onde ainda não existem emissoras outorgadas, quanto aquelas em que há uma demanda reprimida para a prestação do serviço (AGÊNCIA ABRAÇO, 2013).

O problema, entretanto, não se resolve com o PNO, há, ainda, outras questões principalmente aquelas ligadas ao emperramento da burocracia da máquina estatal, que mantém engavetados um número altíssimo de processos de autorização e renovação de outorgas. Não há, a rigor, um plano de desenvolvimento da radiofusão comunitária que contemple, por exemplo, uma ação nacional de formação e especialização dos radiofusores; não, nem um simples esboço indicando a decisão de elaborar um plano no sentido de aportar recursos técnicos e financeiros que objetivem a sustentabilidade e qualidade de produção dessas emissoras.

Como já foi referido, em relação à democratização da comunicação, há ainda muitas questões sem resposta; por exemplo: é lamentável que depois de tanto tempo de atraso, tenha sido realizada a I Conferência Nacional de Comunicação em 2009 e, até este momento, quatro anos depois, a única medida tomada nesse sentido, foi a campanha da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), veiculada pelas rádios públicas, pedindo que as propostas da I CONFECOM saiam do papel.

A radiofusão comunitária coloca-se como uma força mobilizadora e mediadora das ações que possam caracterizar a elevação social humana dessas comunidades periféricas. Entretanto, não se pode efetuar esse corte – produtor da superação imediata – sem recorrer à história do desenvolvimento social, à época do surgimento dos primeiros meios, caminhando *par e passo* com a sociedade civil, para compreender o contexto com qual nos deparamos no campo da comunicação social. Um recuo na história da comunicação, como foi visto no detalhamento de Sodré (1966) em diálogo com Momesso (2008, p. 52),

Dizemos historicamente porque já com o surgimento da imprensa, no nascer do capitalismo ainda mercantilista, a nobreza e o clero trataram logo de limitar e controlar o uso dessa inovação técnica revolucionária através da censura e da instituição do Index de livros proibidos e do controle imperial da tipografia. Mas naquele contexto, o parque gráfico se desenvolvia por toda a Europa, no formato das empresas capitalistas, cujos proprietários constituíam a burguesia que se insurgia. [...] O desenvolvimento do capitalismo trouxe também o crescimento da classe operária, que começou a desenvolver suas lutas e constituir suas organizações como sindicatos, partidos, centros culturais, associações de bairro etc. e com elas a necessidade de criar veículos de comunicação, legais quando possível, quando não, clandestinos.

A era da clandestinidade das rádios comunitárias teve uma maior representatividade política do que nos dias atuais. O problema da ilegalidade foi substituído pela legalidade do bom comportamento; a legalidade representou a criação de uma burocracia, agora dominada pelos órgãos do Governo, a qual permite dois tipos de ação que vão de encontro aos interesses da radiofusão comunitária: a) a permissão legal para transmitir é estabelecida através de um fluxograma carregado de pontos de controle – o mais crítico deles é a aprovação pelo Parlamento brasileiro e; b) o controle que deveria ser social resume-se às condições técnicas que a emissoras devem obedecer; a falta de um controle efetivo vem causando prejuízos graves para o setor, sendo o maior deles a invasão impune do coronelismo eletrônico de novo tipo (LIMA; LOPES, 2007). Esse ponto tornou-se

um dos mais fortes da luta pela democratização da comunicação, demandado pela Sociedade Civil: um **novo marco regulatório**.

1.3.3 Os entraves: obstáculos antigos e novos

O poder político e a pressão do poder econômico e, muitas vezes os dois juntos, não impediram que a radiofusão comunitária crescesse como demonstra o crescimento das emissoras comunitárias em relação aos veículos geridos pela iniciativa privada. As emissoras comunitárias encontram problemas dentro de sua própria comunidade; o cotidiano das comunidades às quais deveriam servir através dos conteúdos de suas programações, aparentemente simples, mas na sua teleologia, construtora dos fundamentos da elevação social do ser humano, localizado no extrato de sua audiência, a qual deve pretender-se como uma **escuta**.

Nesse sentido, Peruzzo (1998, p. 30 apud SOUZA, 1998, p. 76-77, grifo nosso), nos adverte que

os estudos sobre movimentos sociais os concebem enquanto manifestações das classes populares, ocorrendo uma certa ampliação, que vai além das classes sociais dos manuais (proletariado e campesinato), às quais se conferia o poder messiânico de transformação histórica. Aos poucos fomos descobrindo o mosaico heterogêneo do popular, onde convivem e circulam os espaços do subemprego e do biscate, do trabalhador por conta própria, do bóia fria, o posseiro, o acampado, o meeiro, a doméstica e várias outras formas de assalariados urbanos e rurais. Mas os movimentos sociais não podem ser vistos só sob a ótica da produção e de trabalho. A esfera do sagrado e as expressões culturais também lhes definem os contornos. [...]. **Essa ampliação dos movimentos sociais indica o esgotamento da busca de um único sujeito histórico** protagônico (a burguesia no capitalismo, o proletariado no socialismo) que concentraria a capacidade messiânica de transformar a sociedade. [...]. Existe uma pluralidade de presenças criativas (ou destrutivas) na história, com diversos e inesperados atores e seus respectivos movimentos.

A construção de uma *grade de programação* radiofônica comunitária expressa um cotidiano, que se quer transformador, na medida que *fala* e *escuta*, resultam em *diálogo* como processo de crescimento das pessoas. Preocupa que o modelo comunitário de rádio, em determinados segmentos desavisados da população, tente adaptar-se ao modo de produção das empresas de radiofusão privada. Nesse sentido. Certeau (2008, p. 83) utiliza, recorrentemente, o conceito de cultura ordinária, referindo-se às artes do fazer daqueles que “se insinuam assim num estilo

de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, uma economia do dom, uma estética de lances e uma ética da tenacidade”.

Ao analisar a programação das rádios comunitárias, que deveriam gerar uma comunicação representativa de suas comunidades, nota-se, com relativa facilidade, uma “invasão” do campo dessas emissoras pelas rádios, ditas “educativas” e, até mesmo comunitárias, embora sejam representantes de interesses privados, político-partidários e religiosos e, que nada contém dos fundamentos que deveriam fazer parte deste tipo de segmento radiofônico. Tal questão foi profundamente detalhada no estudo feito por Lima e Lopes (2007). Para os autores:

O conceito de coronelismo tem sua origem no estudo clássico do jurista e professor Victor Nunes Leal sobre as práticas políticas no antigo Brasil rural – Coronelismo, Enxada e Voto – cuja primeira edição foi publicada pela Revista Forense em 1949. O status teórico do conceito tem sido, no entanto, objeto de aguda controvérsia nas ciências sociais e o seu derivado – coronelismo eletrônico – carece de reflexão conceitual, além de padecer frequentemente de uma série de equívocos e imprecisões no campo da Comunicação⁷. [...] Acreditamos que o fenômeno nomeado como coronelismo eletrônico guarda características e mantém traços comuns com o sistema de dominação e relações políticas originalmente estudado por Nunes Leal na República Velha que justificam seu uso. A explicitação dessas características e traços comuns [...] paralelamente ao pressuposto de que a mídia – e, conseqüentemente, o seu controle – desempenha hoje um papel fundamental no processo político da sociedade brasileira. Em especial, queremos contribuir para o tardio reconhecimento da importância do rádio – comercial, educativo, comunitário ou ‘não-legalizado’ – que nem sempre merece a atenção que deveria ter nos estudos sobre a mídia no Brasil (LIMA; LOPES, 2007, p. 2).

Com objetivo de facilitar o entendimento e a compreensão do conceito coronelismo eletrônico de novo tipo, reproduzimos, abaixo, o quadro comparativo dos três tipos: coronelismo, coronelismo eletrônico e coronelismo eletrônico de novo tipo (LIMA; LOPES, 2007, p. 7). Observa-se na transição do conceito tradicional de coronelismo para coronelismo eletrônico de novo tipo, passando pelo, ainda atual, coronelismo eletrônico, que é na terceira coluna (coronelismo eletrônico de novo tipo) que se pode observar o que temos, aqui referido, sobre a invasão do espaço reservado às comunidades.

A pesquisa de Lima e Lopes (2007) apresenta o maior detalhamento possível desse desvirtuamento de uso, que inverte um dos princípios fundantes mais

⁷ Existe uma ampla bibliografia sobre o coronelismo na política brasileira. Além da obra pioneira de V. N. Leal, uma referência introdutória é o verbete *coronelismo* de J. Murilo de Carvalho no DHBB (2001).

importantes do direito administrativo: a supremacia do público sobre o privado. O que constata a pesquisa sobre o coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004) realizada por Lima e Lopes (2007), na área das rádios comunitárias é, justamente, o contrário: o privado tendo a supremacia sobre o público, o que resulta na transgressão das leis que protegem o bem comum.

Não se conhece, até agora, nenhuma reação do Ministério das Comunicações, no sentido de investigar as constatações dessa pesquisa: fatos que revelam a transgressão do direito, podem ser listados em grande quantidade e diversidade de infrações contra a lei da radiodifusão comunitária do País. Nesse sentido, no Encontro Regional da ABRAÇO, realizado em Salvador, na Bahia, em 2012, indagamos ao representante do Ministério das Comunicações, responsável pelo órgão ligado diretamente às rádios comunitárias, se o MiniCom conhecia a pesquisa sobre o *coronelismo eletrônico de novo tipo*. A resposta que obtivemos constituiu-se de total falta de veracidade. Vale salientar que os presentes ao evento eram representantes da ABRAÇO, a nível nacional, regional, estadual e local.

Pelo comparativo das três colunas do Quadro 1, pode-se constatar que o conceito de campo de forças de Bourdieu (1997) continua atual como referencial de análise dos problemas da democratização da comunicação.

Quadro 1 – Os três tipos de Coronelismo

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	CORONELISMO (V. NUNES LEAL)	CORONELISMO ELETRÔNICO	CORONELISMO ELETRÔNICO DE NOVO TIPO
Base Material	Posse da Terra	Concessão de Rádio e/ou TV+RTVs Educativas	RadCom (legalizada ou não), FM e RTVs
Moeda de troca	Controle do voto	Controle do voto, apoio político estadual e/ou regional	Controle do voto; apoio político comunitário (local)
Recompensas: A- Mandatários federais (direta e indiretamente) B- Coronéis (locais, regionais, comunitários)	Eleição ou reeleição Nomear/demitir Alocar recursos públicos	Eleição ou reeleição; controle da informação política Concessões de Ra, TV, RTVs; nomear/demitir; alocar recursos públicos	Eleição ou reeleição; Controle da informação política Concessões de FMs e RadCom; compartilhar com deputados e senadores poder nomear/demitir; alocar recursos públicos

Fonte: Lima e Lopes (2007, p. 7)

Continua

Quadro 1 – Os três tipos de Coronelismo

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	CORONELISMO (V. NUNES LEAL)	CORONELISMO ELETRÔNICO	CORONELISMO ELETRÔNICO DE NOVO TIPO
Função política	Líder local	Senador, deputado federal, governador (PR, Ministro)	Vereador, prefeito (deputado estadual), líder partidário local
Geografia	Interior rural	Rural e urbano (transição)	Urbano
Organização política	Município isolado e sem autonomia	Estados e regiões	Município integrado, ente federativo
Poder da União	Centralizado	Centralizado e descentralizado	Descentralizado
Período histórico	República velha	Anos 50, TV e regime militar	Depois da constituição de 1988
Exemplos	Coronel Chico Romão (PE)	José Sarney (ex-deputado federal, ex-governador e ex-presidente da república, senador PMDB-AP) – Sistema Mirante Comunicação (TV aberta afiliada a rede Globo, TV cabo, 9 rádios, jornal O Estado do Maranhão).	Antonio das Graças Filho (prefeito, PSDB), Kelton Pinheiro e Hermes Antonio Lemes (vereadores, PSDB) – Membros da diretoria RadCom e Associação de Comunicação e cultura de Bonfinópolis, Go (parcial).

Fonte: Lima e Lopes (2007, p. 7)

Conclusão

Os estudos que já foram desenvolvidos na área dos direitos humanos em relação à comunicação, e com vistas às observações feitas, até agora, em termos conceituais, torna-se importante entender como organizam-se as rádios comunitárias, que direitos positivos praticam, sua regulamentação, dificuldades e problemas. Espera-se de uma emissora comunitária uma postura participativa, capaz de gerar os objetivos de sua radiofonia, com o exercício da gestão social. Dessa maneira, torna-se importante adentrar ao conceito e fundamentos da comunicação popular, quando Peruzzo (1998, p. 140-141, 142), adverte que

comumente, sob o ponto de vista teórico, a comunicação popular é entendida numa perspectiva de igualdade entre emissor e receptor. Mas essa noção é adotada abstratamente. Chega-se a utilizar conceitos e categorias de comunicação participativa oriundos de outros países latino-americanos, sem a preocupação de verificar sua adequação à realidade da experiência concreta, provocando um certo deslocamento entre a fundamentação teórica utilizada e o estudo de caso em foco. [...] Por isso, convém não esquecer, como dissemos, que tanto participativo quanto

popular não qualificam necessária e automaticamente o substantivo democracia.

No que se refere à cidadania, em diálogo com Peruzzo (1997), Covre (2003), assinala que sem a ocupação da esfera pública pelos homens, não pode existir de fato a esfera pública - não pode subsistir realmente cidadania. A autora enfatiza:

[...] os indivíduos-sujeitos também são responsáveis (e não apenas vítimas) por esse tipo de comportamento da chamada sociedade e cultura de massas. Falta-lhes realizar a sua revolução individual-cultural e desenvolver uma nova ética social [...] E lembrando sempre: o que se reivindica tem relação íntima com o modo usado para reivindicar. A bandeira de luta da cidadania plena deve ser transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom, satisfatório, sob condições que respeitem a própria vida, dando chance também à questão do desejo – a identidade do indivíduo com as atividades que realiza. Num segundo momento, reitero o pressuposto básico para a existência da cidadania: o de que os sujeitos ajam e lutem por seus direitos. Assim, é preciso que essa prática ocorra sempre na fábrica, no sindicato, no partido, no bairro, na escola, na empresa, na família, na favela, na rua etc. É preciso trazer as coisas até o visível político (ter presente sempre a negociação), para que o cotidiano se transforme historicamente. [...] (COVRE, 2003, p. 72-73).

Nesse sentido, Peruzzo (1998, p. 158) conduz suas considerações sobre a comunicação popular, como um campo onde a cidadania pode ser conquistada:

A comunicação popular contribui para a democratização da sociedade e a conquista da cidadania. [...] A comunicação popular não faz tudo isso por si só, mas apenas se estiver inserida na dinâmica dos movimentos, gerando-se a partir deles e, como consequência, caminhando na mesma direção por eles apontada. [...] Contudo, ela não se constitui numa força predominante nem hegemônica na sociedade civil, mas está cooperando para a democratização desta e da comunicação como um todo.

A radiofusão comunitária tem um papel preponderante em relação à conquista da cidadania plena. Partindo do conceito tradicional de cidadania: o cidadão faz parte de uma unidade política que é o Estado; dessa condição nascem os direitos e deveres dos cidadãos, em três gerações subsequentes: a) os direitos civis (Século XIII): liberdade de religião, de pensamento, de palavra e liberdades pessoais em geral; b) direitos políticos (Século XIX): participação através do voto, ao poder político; c) direitos sociais (Século XX): *Welfare State*, trabalho, casa, saúde, educação. Nesse sentido, Bobbio (2004) refere-se a uma quarta geração de direitos ligados ao meio ambiente, à paz, às biotecnologias e, de um modo geral à defesa da liberdade e incolumidade do homem frente ao avanço das novas tecnologias.

As programações das rádios comunitárias, cujos conteúdos devem responder, sob a forma de comunicação popular e democrática; às demandas da população de sua área de origem e atuação bem como devem estar comprometidas com os movimentos sociais desenvolvidos e/ou latentes nessas comunidades. Essa no entanto não tem sido, ao longo da nossa história da comunicação,, a preocupação da grande mídia. Conforme Peruzzo (1998, p. 133),

[...] Junto com a construção das utopias, realizaram-se nos anos oitenta grandes aspirações das sociedades latino-americanas, fortemente influenciadas por todo o movimento da sociedade civil. [...] Os meios de comunicação de massa, segundo estudos da época, estão nas mãos da burguesia; orientam-se pela unidirecionalidade e verticalidade; privilegiam os objetivos das classes dominantes; criam hábitos de consumo por meio da persuasão; ocultam ou desvirtuam a realidade; distorcem os fatos; despolitizam o receptor; desmobilizam interesse das classes subalternas; impedem o acesso, o diálogo e a participação da sociedade no que se refere a decisões relativas a programação e mensagens; apropriam fragmentos da cultura popular; detêm a tecnologia; e são economicamente estáveis.

O quadro delineado por Peruzzo (1998) chama a atenção para a reflexão sobre o exercício dos princípios democráticos na gestão das rádios comunitárias, no sentido de justificar a sua forma de atuação, permitindo a legítima participação da comunidade que a gerou, a quem servem e o conseqüente enfrentamento com os opositores e obstáculos a esse tipo de radiofonia. Nesse sentido a autora sugere várias formas de gestão participativa e participada, entre elas a auto-gestão, como um desafio. Em relação ao processo administrativo auto-gestionário, a nosso ver, essa questão deslocou-se com mais propriedade e abrangência para o campo da gestão social. Sobre esse assunto, o Capítulo III, desta pesquisa, procura esclarecer os processos e a teleologia da gestão social, aplicados às organizações do tipo rádios comunitárias, seu envolvimento com a comunidade e suas funções básicas dentro da Associação Comunitária.

1.3.4 Uma programação que reflita as demandas da comunidade

A abordagem dialógica de Freire (1983) - no que se refere ao homem em relação com a natureza que o cerca; os seus problemas e sua relação com o “outro”, - aponta para pressupostos com os quais a gestão das emissoras da comunidade deve estar atenta; acima de tudo, deve manter uma relação dialógica na

linguagem dos conteúdos de suas programações; devem levar em consideração o contexto histórico, observando o estágio de pobreza e carências encontradas nas periferias urbanas e rurais, resultantes do processo de formação social e política do Brasil. Como veremos no Capítulo III desta tese, a *gestão* das emissoras comunitárias, além de fundante, em si, mantém uma relação direta e interdependente com a grade de programação da rádio; por outro lado, a gestão adequada reflete, do modo evidente, se os diretores das emissoras comunitárias compartilham de fato as decisões, ou melhor, se as funções de planejamento, organização, supervisão e controle são exercidas por delegação da comunidade, através da sua Associação e legitimadas pelo Conselho Comunitário.

Nesse sentido, procuramos erguer as bases e observar, sistematicamente, na pesquisa, o comprometimento ético-político com os valores emancipatórios da cidadania, o respeito aos princípios dos direitos humanos tanto na sua gestão como nos conteúdos de sua grade de programação. Essa expectativa do dever ser foi estabelecida tomando por base que as emissoras comunitárias devem (e podem) desenvolver a objetivação de uma consciência ética, expressando, inclusive, a sua insatisfação social (PERUZZO, 1998).

Por outro lado, deve-se observar que a radiofusão comunitária e o desenvolvimento local, entre outros exemplos, são resultantes de um mesmo processo, por isso, vale observar as atividades desenvolvidas por esse tipo de emissoras, com a finalidade de posicionar os níveis de mudanças proporcionados dentro da comunidade pelo trabalho radiofônico. Nesse sentido, Peruzzo (2008, p. 77-78), afirma que

A participação da população nas decisões, a menos usada no Brasil contemporâneo, implica o exercício do poder em conjunto, de forma solidária e compartilhada, como participação-poder. Ela altera os três níveis mencionados e leva à co-responsabilidade pelo que é feito. Não é concedida, mas conquistada, realizando-se tanto nas decisões como na execução e nos resultados.

Demo (1969 apud PERUZZO 1998) desenvolve uma discussão mais abrangente em torno da *participação* como temática e categoria fundamental em relação à radiofusão comunitária, em cujo lugar o autor da participação político-social, seu caráter de processo de conquista da autopromoção, canais, objetivos e alguns aspectos teóricos, práticos e históricos são abordados pelo autor citado. Uma

das ideias centrais desse autor é que, em razão das condições histórico-estruturais de opressão, interessa aos donos do poder a participação enquanto ela servir para:

legitimar a ordem vigente [...], a participação consentida e tutelada. Não pode, então, haver participação dada, doada, preexistente. [ela] somente existe na medida em que a conquistamos, num contexto de esforço conscientizado das tendências históricas contrárias. Para ele, em suma, participação é conquista (DEMO, 1969 apud PERUZZO 1998, p. 78).

Dialogando com Freire (1983), Peruzzo (1998, p. 79), conclui que:

é a prática da democracia participativa que gera novo homem e nova sociedade. É o homem com o mundo e não no mundo, no dizer de Paulo freire. O desenvolvimento local comunitário irá se constituindo no bojo da gestação e da plenitude de novo projeto de sociedade. É o projeto popular, desalienante e superador da divisão de classes. E os meios de comunicação têm a ver com isso porque são meios facilitadores do movimento popular para a construção desse projeto.

1.3.5 Transformar o rádio em aparelho de comunicação

Na busca das transformações sociais, é preciso atentar às condições das ciências sociais aplicadas, para uma efetiva superação da dicotomia entre a teoria (o dever ser) e a prática (o ser), levando a uma articulação entre os fundamentos ontológicos do ser social e os estudos do cotidiano, através de uma abordagem dessas comunidades com maior densidade e consequência histórica para não esgotarmos a reflexão teórica na própria teoria. Só a consciência social pode pretender realizar um exercício permanente de crítica e autocrítica, entre os atores do processo da radiofonia comunitária, reconhecendo-se como protagonistas desse mesmo processo, quando se trata da construção de uma nova sociedade, com base na igualdade e na diferença como um único processo de respeito aos valores humanos.

Vázquez (1968, p. 157 apud MINAYO, 1999, p. 243) afirma que “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação que se estabelece graças à atividade prática do homem”. Nesse sentido Minayo (1999) observa que Kotic (1969) trabalha com o conceito de *práxis* dentro de uma concepção totalmente diferente dos autores marxistas citados pela autora. Para Kotic (1969), “a práxis é a esfera do ser humano, ela é a própria criação humana como realidade objetiva”. E, ainda referindo-se a Kotic (1969, p. 201 apud MINAYO 1999, p. 245) afirma sobre o

pensamento do autor: “Portanto a **prática** não pode ser pensada apenas como um atividade externa do homem [...]. Ele a distingue do conceito de trabalho, porque, comenta, ela compreende além do momento laborativo, o momento existencial”.

Na medida em que conseguimos, como ouvintes, a “organizar nosso ouvir”, consideramos pertinente buscar no *discurso*, além da importância da *fala*, o seu conseqüente processo de *escuta*. Na medida em que as emissoras deixam de ser apenas oferta de informação e passam a organizar os ouvintes como produtores, ofertantes, fala e escuta transformam-se em diálogo construtor da possibilidade de emancipação da comunidade.

Assim, mapear e compreender as rádios comunitárias, seus objetivos, grade de programação, contribuições ao processo de democratização da comunicação, principais obstáculos, bem como verificar os avanços e conquistas deste tipo de radiofonia, resultou na compreensão dos graus de consciência e autonomia dos indivíduos em comunidades que contam esse tipo de emissoras. Segundo afirma Barroco (2008, p. 39-40),

apesar das características que fazem da vida cotidiana o espaço de reprodução da vida voltada prioritariamente à singularidade, ao ‘eu’, a cotidianidade é um elemento ontológico do ser social, ou seja, insuprimível, desempenhando uma função necessária à vida em sociedade, pois é nessa dimensão da vida social que o indivíduo assimila as formas mais elementares de responder às necessidades da auto conservação: aprende a manipular os objetos de acordo com os costumes de sua época e com suas necessidades práticas imediatas; assimila as formas de comunicação e os costumes, ou seja, inicia seu processo de socialização.

A adoção de procedimentos abertos na abordagem da comunicação comunitária permitiu refletir a realidade dessas emissoras e as possibilidades que surgem, a partir da busca de mudanças no processo de uso e democratização da comunicação radiofônica. Ao proceder de forma aberta, privilegiando os dados qualitativos das observações, tornou-se possível verificar no cotidiano das comunidades, a presença transformadora dos fundamentos ontológicos da comunicação social. Nesse sentido, algumas observações conceituais serviram de base para um melhor entendimento da contextualização histórica e social e o papel central dos fundamentos da comunicação; nesse campo permeado pelos conflitos econômicos, políticos, sociais que exercem pressão sobre os meios de produção específicos da radiofusão comunitária.

Uma incursão ao estudo dos direitos humanos permitiu pensar na radiofonia comunitária, advertidos por Bobbio (2004, p. 53): quando afirma que

Com uma metáfora usual, pode-se dizer que direito e dever são como verso e o reverso de uma mesma moeda. Mas qual é o verso e qual é o reverso? Depende da posição com que olhamos a moeda. Pois bem: a moeda da moral foi tradicionalmente olhada mais pelo lado dos deveres do que pelo lado dos direitos.

Portanto ao pensar na utilização dos fundamentos da ética, deve-se levar em conta a advertência do campo do direito humano, um campo de conflito; dentro desse campo, no qual as áreas das ciências sociais e seus aspectos transdisciplinares, representam um traço significativo que cruza virtualmente com a comunicação social; levada à proximidade das classes subalternas, esse campo aproxima-se da radiofusão comunitária. Dessa forma, as abordagens interpretativas e críticas, nas quais a experiência da comunicação (BARROS, 2003) como discurso e texto tende a ser emoldurada, recriada e qualificada à luz de certas normas derivadas ou inventadas, devem refletir, na análise dos conteúdos das programações das rádios comunitárias e os reflexos dos movimentos sociais das comunidades onde essas emissoras foram geradas. Por sua vez, a transdisciplinaridade que a comunicação social estabelece com as ciências do comportamento humano, na medida em que essas ciências se cruzam e produzem um conhecimento resultante das interfaces de cada área, estabelece-se um diálogo com a área dos direitos humanos. Para tanto, levanta-se uma série de questionamentos cujos objetivos procuram colocar a produção radiofônica comunitária como atividade fundada na ontologia do ser social, na busca do significado do cotidiano compartilhado, transformador e capaz de promover a elevação das pessoas.

Muniz Sobre (2002, p. 258 apud BARROS 2003) propõe a eliminação das fronteiras entre aqueles que atuam na mídia e aqueles que atuam na academia. Ao refletir sobre a atividade intelectual, esse autor afirma:

A partir das posições que tentam inserir a atividade intelectual na esfera pública como uma modalidade de serviço público, onde intelectuais da mídia e da academia eliminem as suas fronteiras é viável pensar-se na noção de experiência, como um meio de contornar a dualidade entre sujeito e objeto.

Na ótica pragmatista, entende-se a experiência como um conjunto de vivências de natureza individual e coletiva sobre cujos resultados pode-se chegar a um acordo lógico e ético. Noutra ótica,

de inspiração benjaminiana (Walter Benjamim), experiência é o relacionamento ativo com a História, tanto em sua forma manifesta (memória) como latente (mitos, imaginário, transmissão intergeracional) e se distingue de 'vivência', por ser um relacionamento privado com o acontecimento (MUNIZ SOBRE, 2002, p. 258 apud BARROS 2003, p. 231).

A redução da distância entre esta pesquisa, como instrumento acadêmico e os radiofusores comunitários, foi de fundamental importância para compreender a realidade das emissoras pesquisadas; enfatizamos a qualificação dos profissionais da radiofusão comunitária, porque defendemos essa posição, no intento de que essa constatação, transforme-se numa proposta de solução para os diversos problemas que envolvem o campo da comunicação comunitária; sem essa direção, no sentido da profissionalização, a nossa percepção, no contato direto com as emissoras comunitárias, é de que o *status quo* do amadorismo interessa unicamente à mídia tradicional.

Com isso, Barros (2003, p. 240) faz uma observação fundamental para falarmos de uma teleologia da comunicação comunitária:

[...] ao estudar a relação entre o texto e o contexto, entre os meios/mensagens e as mediações socioculturais, pode-se articular, de maneira crítica e responsável, o universo da produção da mensagem e sua veiculação com o universo da recepção. Nesse caso, o receptor não será encarado como mero objeto de sua ação, mas como parte integrante da sociedade da qual o comunicador também faz parte.

Portanto, pela simetria que a radiofusão comunitária tem com suas fontes, é de fundamental importância perceber que o direito à comunicação está permeado de traços básicos da cidadania, razão pela qual os conteúdos das programações das emissoras podem contribuir para a participação das comunidades subalternizadas no processo de democratização da comunicação brasileira. Ainda, a esse respeito Covre (2003, p. 30) em relação aos três poderes, nos quais assenta-se uma constituição (executivo, legislativo e judiciário), os quais devem ser independentes, levanta a questão:

Quero recordar também um quarto poder hoje em vigor: o da imprensa e dos meios de comunicação em geral, fundamentais para a formação da opinião pública no mundo atual. Esse quarto poder é também atravessado pela ambiguidade do capitalismo. De um lado, denuncia o caso Watergate e provoca a queda do presidente dos EUA, Richard Nixon (1974). Por outro, boicota certos avanços democráticos ao omitir fatos, distorcer outros etc. Enquanto as gestões tecnocráticas se servem bem dele para sua

propaganda, as gestões democráticas, às vezes podem ter suas realizações boicotadas.

Vista como campo de forças e de conflitos, a democratização da comunicação requer consciência e participação nos encontros e obstáculos inevitáveis à sua prática. Nesse sentido, buscamos em Foucault (2008, p. 5) o contraponto ao diálogo, à dialética, ou seja, uma aproximação objetiva/subjetiva entre os opostos, e através deles, quando afirma:

Admite-se que o estruturalismo tenha sido o esforço mais sistemático para eliminar, não apenas da etnologia, mas de uma série de ciências e até da história, o conceito de acontecimento. Eu não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista do que eu. Mas o importante é não se fazer com relação ao acontecimento o que se fez com relação à estrutura. Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos.

Após a contraposição entre estruturalismo e o conceito de acontecimento, Foucault (2008) é significativamente incisivo ao recusar as análises que se referem ao campo simbólico; ao campo das estruturas significantes; e as análises em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas.

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com se engendrem, uns a partir dos outros. [...] Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, as sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. **Relação de poder, não relação de sentido.** A história não tem 'sentido', o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade dos confrontos. A '**dialética**' é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a '**semiologia**' é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da língua e do diálogo (FOUCAULT, 2008, p. 5, grifo nosso).

Pensando a comunidade na sua permanente mutação, não rejeitamos, pelo contrário, colocamos em oposição e/ou diálogo: Bardin (1977), Barroco (2008), Baumann (2003), Bobbio (2004), Diaz Bordenave (1983) Bourdieu (1997), Brecht (2005), Certeau (2008), Foucault (1979), Freire (1983) e Marx (2009). Por outro lado, buscamos nos pesquisadores e estudiosos, reconhecidamente clássicos e ativos, na área da democratização da comunicação e radiodifusão comunitária, como Luz (2004,

2007), Peruzzo (1998) e Ruas (2004). Entre pesquisadores e estudiosos dialogantes, fluíram as constatações, mas não houve como evitar as dúvidas; entre os opositores fluíram, além das dúvidas, outras constatações; entretanto, no imbricamento dos dois grupos de pensadores (concebendo o discurso como algo que não tem dono) as dúvidas nos deixaram em maior situação de conforto, posto que as certezas, quando esgotam o questionamento, nos levam a um conforto nem sempre produtivo.

Nesse sentido, em relação às pesquisas dos modos de proceder da atividade cotidiana das comunidades, Certeau (2008, p. 35) nos alerta quando alude à sua própria experiência como pesquisador:

Mas que das intenções, eu gostaria de apresentar a paisagem de uma pesquisa e, por esta composição de lugar, indicar os pontos de referência entre os quais se desenrola uma ação. O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida mais determinantes, continuam implícitas – postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto. Que dizer desta história muda? Ao menos indicando os sítios onde a questão das práticas cotidianas foi articulada, vou marcar já as dúvidas e também as diferenças que possibilitaram um trabalho nestes lugares.

Mais incisivo e esclarecedor em relação às práticas na observação do cotidiano, Certeau (2008, p. 37-38, grifo nosso) afirma que:

O exame dessas práticas não implica um regresso aos indivíduos. O atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los. Recusado por mais de um século de pesquisas sociológicas, econômicas, antropológicas ou psicanalíticas (mas, em história, isto seria um argumento?), tal postulado se acha fora do campo de estudo. [...] Este trabalho tem, portanto por objetivo explicitar as **combinatórias de operações** que compõem também (sem ser exclusivamente) uma ‘cultura’ e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de **caça não autorizada**.

Os postulados de Certeau (2008) estendem-se desde as *artes do fazer*, passando por sistemas despercebidos de produção, até a referência a uma ordem econômica dominante, provocando uma nova forma de “consumo” que constitui uma outra forma de produção.

A **'fabricação'** que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da **'produção'** (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos 'consumidores' um lugar onde possam marcar o que **fazem** com os produtos. A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde **outra** produção, qualificada de **'consumo'**: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao esmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas **maneiras de empregar** os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 2008, p. 39, grifo nosso).

Observando atentamente e refletindo as afirmações de Certeau (2008) em relação ao nosso marco teórico, buscamos nos contrapontos, o campo do cotidiano das comunidades, atravessadas pelas identidades construídas na diversidade cultural – uma de *terceira margem*, um *entrelugar* - em busca dos meios de comunicação: esse é, hoje, o espaço – o campo e a paisagem - da radiofusão comunitária.

A luta atual das rádios comunitárias, como já foi referido, concentra-se em três eixos, que foram debatidos em todo o País, em conferências, estaduais, regionais e na Conferência Nacional de Comunicação: produção de conteúdos, meios de distribuição e Cidadania: direitos e deveres; esses são os eixos temáticos, objetos de preocupação daqueles que pretendem a democratização da comunicação no Brasil.

Diante desse quadro, até agora apresentado, torna-se relevante fundamentar a radiofusão comunitária no processo da construção de uma ontologia do ser social, processo que requer uma profunda reflexão sobre as contribuições das ciências sociais aplicadas e suas inter e transdisciplinaridades com a comunicação. Portanto, é preciso salientar o papel preponderante da ontologia do ser social como fio condutor desse entendimento, uma vez que não se justifica falar de radiofusão comunitária que não esteja engajada a esse processo. Nesse sentido, a hipótese fundamental, segundo Minayo (1999, p. 67-68) é que:

nada existe eterno, fixo e absoluto. Portanto não há nem ideias, nem instituições e nem categorias estáticas. Toda vida humana é social e está sujeita a mudança, a transformação, é perecível e por isso toda construção social é histórica. Diferentemente dos positivistas que buscavam as leis invariáveis da estrutura social para conservá-la, a lógica dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica a transformação.

Nesse campo de conflitos, onde as transformações são possíveis, as emissoras comunitárias trabalham com fatos e os fatos são atos comunicativos, portanto, concretos, vinculados à realidade social dos seus protagonistas. Nessa questão, a abstração e objetividade podem deslocar, ainda que por oposição, o vetor da observação para os fatos históricos, construtores da realidade observada, tendo como contrapontos o fazer cotidiano e microfísica do poder. Nesse sentido, buscamos no *dever ser* – ao contrário de uma cartilha da boa rádio comunitária - as razões apontadas pela história e o pensamento crítico dos autores que se debruçaram sobre o tema do desenvolvimento humano. Autores como Barroco (2008), Heller (2008) e Minayo (1999).

Se as considerações finais desta pesquisa fossem necessárias neste momento, recorreríamos à Minayo (1999, p. 254): “Nessa busca sem-fim, nesse processo inacabado, cheio de contradição e solidário, nesse terreno que não tem donos nem limites, o *significado* e a *intencionalidade* são os mesmos da primeira à última linha: o desafio do conhecimento”.

Amparados nessa autora e seus estudos sobre pesquisa social, vamos aos próximos capítulos com o objetivo de manter aceso o objeto de estudo dessa pesquisa, buscando em nossas observações e análises o diálogo entre os sujeitos vinculados a esse campo, sabendo que a fala e a escuta são duas esferas, cujas linhas demarcatórias não são possíveis de serem percebidas.

2 AS RADIOS COMUNITÁRIAS E OS ASPECTOS FUNDANTES DA RADIOFUSÃO PÚBLICA

A razão do mais forte vai sempre vencer é o que adiante vocês hão de ver.
 Num límpido regato um dia um cordeiro, sereno, bebia.
 Eis que surge um lobo faminto:
 - Como ousas sujar minha água?
 Diz o lobo com fingida mágoa:
 - Logo vais receber o castigo
 por assim desafiar o perigo.
 - Senhor – cordeiro responde
 - Não te zangues: não vês que me encontro
 vinte passos abaixo de ti
 e, portanto, seria impossível
 macular tua água daqui?
 - Tu a sujas – diz o bicho feroz -;
 além disso estou informado
 que falaste de mim ano passado.
 - Como poderia te ter ofendido
 se não era nascido então,
 e o leite materno ainda bebo?
 - Ora, ora, se não foste tu,
 com certeza foi teu irmão.
 - Não o tenho – Então algum dos teus;
 pois que nunca me deixam em paz;
 Tu, teus pastores e cães;
 necessária vingança se faz.
 E no fundo da floresta
 Com toda tranquilidade
 O lobo devora o cordeiro
 Sem outra formalidade (LA FONTAINE, 2002, p. 11-12).

2.1 A COMUNICAÇÃO HUMANA: do grunhido à livre expressão do pensamento

A comunicação constitui uma necessidade fundamental do ser humano e tem sido revelada através de discursos produzidos nos mais diversos *lugares* e *comunidades de fala*, e refeitos, dia a dia, tem criado na sua dinâmica, um universo simbólico, impossível de ser compreendido na sua totalidade, a não ser por aproximações que foquem, com a maior precisão possível, o tipo e o nível de conhecimento a ser alcançado em suas análises. A possibilidade de que esses *discursos* possam representar conteúdos democráticos, está na razão direta da eleição da **escuta como lugar do diálogo**. Se estamos em busca, nesta segunda aproximação, de ir além da posituação do direito à comunicação - e esta implica em democracia, ou vice e versa -, é preciso estar atento em relação aos recentes avanços da *análise do discurso* e de conteúdos os quais referem-se ao processo de

escuta como *lugar* privilegiado para a concretização dinâmica da comunicação dialógica.

A *comunidade de fala* entendida, segundo O'Sullivan et al. (2001, p. 56, grifo nosso) significa

um grupo de pessoas compartilhando uma linguagem comum ou uma variedade linguística. A comunidade de fala, no sentido mais forte, mostra maneiras comuns de usar a linguagem compartilhada e as atitudes gerais em relação a esta dentro da própria sociedade. O termo é importante porque enfatiza a forma como a **linguagem** existe, não apenas enquanto sistema aberto codificado em livros de gramática e dicionários; é integral para a vida cotidiana de usuários. São eles que a fazem e refazem em seus **encontros** cotidianos.

O processo histórico de compreensão da carência humana em comunicar-se, hoje reconhecida como um direito, remonta à história da humanidade sobre a face da terra; desde a necessidade primária de expressão na pré-história, passando pela criação das palavras, bem como a produção de vocabulários que constituiriam os primeiros *modos de fala*, as *línguas*, os *dialetos* e *modos de dizer*, *saberes* e *fazeres*. Essa evolução, onde a *oralidade* tem papel preponderante, é responsável pela transmissão dos *saberes* e *modos de fazer* que surgiram no planeta e demonstram que, entre outros aspectos das carências, os seres humanos eram e, continuam sendo, fundados como ser da *falta*. Domingues (1999, p. 236) afirma:

[...] A questão fundamental: [...] qual é a natureza do *homo oeconomicus*: falta ou positividade? O campo da problemática é a economia e o nosso objetivo é articular: 1) a ideia do homem como ser da falta e ser de artifício e de invenção que, pelo trabalho, procura remediar a falta e suprir suas lacunas; 2) a ideia da natureza como bem raro ente imperfeito e decaído, e ser para o homem (instrumento e objeto de trabalho); 3) a ideia da história como plano artificial que se eleva sobre a natureza e mecanismo compensador da falta constitutiva da natureza do homem.

Qual é a natureza do *homo oeconomicus*: *falta ou positividade*? – eis a pergunta. Respondendo a ela, vamos recuar, mais além da riqueza de Smith, ao *banquete* de Platão, donde pretendemos deduzir o *homo oeconomicus*: filho de Pobreza é o ser de carência e desejo definido pela falta, a exemplo do homem platônico; filho de Recurso, é o ser de artifício e de invenção que pelo trabalho, é capaz de remediar a falta, como o amor em Platão. [...] Assim, tanto no Estagirita como no fundador da academia, perfeição/completude são notas próprias dos deuses; imperfeição/incompletude são características típicas dos homens – imperfeição essa que segundo Platão não é de todo sem remédio, pois seres marcados pela falta e incompletude, que são hoje os homens podem encontrar no amor o meio pelo qual sua antiga natureza, na sua tentativa de fazer um só de dois e de curar a natureza humana. Filho da Pobreza é a

falta que está na raiz dessa necessidade de outrem que é o amor; filho do Recurso é o amor que nos permite o triunfo de um instante sobre a morte nos franqueia, ainda que por um momento a plenitude do ser em sua totalidade uma e indivisiva – eis diante de nossos olhos as figuras do homem como ser de carência e de desejo definidos pela falta e do homem como ser de artifício e de invenção capaz de neutralizar suas necessidades, suprir suas carências e restaurar sua antiga natureza e irremediavelmente perdida. [...] É verdade que em Locke (1978, p. 178) a ideia de falta reaparece, mais sem ser dramatizada, pois o homem pode superá-la pelos seus talentos naturais e pelo seu trabalho. Para tanto, deve aceitar seus limites e não se insurgir contra sua condição: Os homens encontram suficiente matéria para ocupar suas cabeças e empregar suas mãos com variedade, deleite e satisfação, se não discordarem afoitamente de sua própria constituição e rejeitarem as bençãos com as quais suas mãos estão supridas, porque não são suficientemente grandes para agarrar tudo.

Mas é com os economistas modernos que as figuras do homem como ser da carência e do desejo, definido pela falta, e do homem como ser de artifício e de invenção, que pelo trabalho é capaz de suprir as lacunas e vencer as necessidades, adquirem uma importância e relevo sem par. De um lado, a natureza não se define mais pela avareza originária de seus bens e pela penúria de seus frutos, e nem sequer por um plano providencial capaz de secretamente prover às necessidades dos homens: ela em si mesma é neutra, e se há uma carência esta é relativa aos homens e não às forças latentes. De outro modo, condição natural eterna de que os homens não podem escapar (Marx) o trabalho é por si mesmo um instrumento de redenção da humanidade, e é ele que está na origem deste imenso mecanismo compensador da falta, que é a história, onde o homem tece suas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo. [...].

A comunicação na expressão primária, do *grunhido* das cavernas pré-históricas à *falado* homem social, chegando à construção da expressão pela palavra, viria, mais tarde, a atingir o grau da liberdade de expressão do pensamento; revoluções políticas e sociais lutaram pelo reconhecimento desse direito, incluindo com destaque, em documentos e cartas de princípios, a comunicação como um direito humano e um dos fundamentos da evolução da sociedade. Sobre as conquistas dos direitos humanos, Bernardes (2008, grifo nosso) salienta:

A definição de **cidadania** e, por outro lado, como é posta a questão social, além de fatos na ordem mundial, influenciaram, a longo prazo, os destinos do Brasil, tais como a mundialização das revoluções; a mecanização do trabalho; a criação de massas de trabalhadores (incluindo crianças e mulheres; a divisão cidade e campo, provocando os fluxos migratórios; o capital como acumulação permitida. [...] A ciência e a tecnologia apontam para fatos marcantes na vida urbana que se desenvolve a passos rápidos: as doenças transmitidas pelo leite, descobertas por Pasteur; o telefone; a estrada de ferro, o navio a vapor, o relógio de pulso e a **liberdade de imprensa**, são alguns exemplos dessa nova era. [...] O capitalismo se desenvolve e com ele a miséria e os males sociais. O panorama do século XIX, ressalta o surgimento da sociologia e da engenharia social, como ciência do século; a divisão do trabalho; o novo cristianismo social;

socialismo utópico e o marxismo. O ano de 1789 marca a abolição dos privilégios com a convocação dos Estados Gerais, a queda da Bastilha e a Assembleia Nacional e, como marco da História Universal, um dos mais significativos: a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. [...] Enquanto a França de 1791 a 1848, em idas e vindas, passava de constituição em constituição, ora de república ora de império, no Brasil a chegada da família real (1807/1808) transformava o País, elevando-o à condição de Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. [...] Dez anos depois explodem as revoluções republicanas em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas. A busca por uma constituição nacional refletirá, sempre, uma correlação de forças. Nesse sentido, a história dos direitos sociais e, entre eles, o **da livre expressão do pensamento**, será uma resultante do processo de construção das constituições. A ruptura dos antigos regimes, mobilizações sociais, derramamento de sangue, transformações das estruturas sociais e políticas são fatos históricos registrados pelas constituições brasileiras.

Diante desse quadro, apontado por Bernardes (2008), uma análise apurada poderá revelar o que a correlação de forças, de que falamos antes, foi capaz de desenvolver e sistematizar, traduzindo as demandas em direitos sociais reconhecidos. E positivados.

A Revolução Francesa (1789) continua a influenciar o mundo e chega ao Brasil, ainda que com relativo atraso, ressaltando aspectos tais como: não há na França nenhuma autoridade superior à lei; o rei e seus poderes, ao chegar ao trono, implicam na fidelidade à nação e à lei, pelo poder que lhe delegado; cumpre ao rei executar a lei, ficando claro que o rei é o dos franceses e a Assembleia é o rei da França.

Interessante notar que, entre os pertences confiscados de Tiradentes, constava a cópia da Constituição dos Estados Unidos, traduzida para o francês e que, pela data (1787/1789) chegou rápido às mãos do inconfidente. Embora a revolução inglesa não tenha representado uma quebra de regime, o que não ocorreu com a francesa que viria, mais tarde, também, influenciar os movimentos revolucionários brasileiros.

Em 1807, ameaçado pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, D. João VI foge para o Brasil com toda a sua corte, criando o fato inédito com a monarquia transferindo-se para a Colônia. A vinda da corte portuguesa, que ainda mantinha possessões na Ásia e na África, desencadeia no país uma série de avanços tais como: a instalação da Biblioteca Nacional (a oitava maior biblioteca do mundo), o Arquivo Real com seus documentos e mapas de navegação, a primeira Escola de Medicina na Bahia, o Jardim Botânico com objetivos de pesquisa e, entre outros fatos relevantes, a imprensa que de forma rudimentar e fortemente controlada dará

início ao processo de **exercício do direito de opinião e livre expressão do pensamento**.

Na condição de Reino Unido, o Brasil recebe embaixadores de vários países e o Rio de Janeiro é a Capital do Império. Nesse, sentido o Brasil é redescoberto.

Em 1808, com a abertura dos portos, o Rio de Janeiro transforma-se num importante centro comercial e financeiro. Essa mudança geopolítica do poder transforma a relação metrópole/colônia na relação explícita com a instalação da corte no Rio de Janeiro, que se torna um verdadeiro centro de convergências e tensões.

As mudanças no Reino Unido provocam, além da chegada de representantes internacionais, os primeiros passos revolucionários com os livros dos iluministas chegando às mãos dos inconfidentes. Entre outros fatos relevantes, os primeiros processos de denúncia de conspiração contra o reino, como aconteceu com Manuel Luiz da Veiga e Francisco Xavier Noronha Torreão são exemplos dos primeiros movimentos revolucionários no Brasil.

A evolução dos acontecimentos traz à tona, a questão da **garantia das liberdades**, diante de um direito moderno já em evolução no mundo, travando no país uma luta pela afirmação da liberdade, apesar das condições adversas tais como: a escravidão; a ausência de liberdade; o constrangimento do trabalho e a servidão; a servidão doméstica e rural; o sistema dominante na Europa e, entre outros, o direito que determinava o cotidiano brasileiro.

Por outro lado, considerado como um *ser da falta*, o ser humano busca, procura, luta; no mundo da escassez a busca pela satisfação das necessidades permeia, entre outros problemas, as relações sociais.

A evolução dos seres humanos registrou, em momentos críticos da sociedade, a atuação de movimentos sociais dos mais diversos, buscando nesse processo, o avanço nas relações culturais e sociais bem como a superação de seus conflitos relacionados aos aspectos que envolviam o povo, o poder e os tipos de governo das mais diferentes idades da história. Nesse sentido, a construção do que começou a ser conceituado como Estado, Governo e Sociedade Civil, exigiu um processo de lutas, onde a comunicação sempre apareceu com destaque e como uma das fontes mediadoras desses conflitos.

Na contemporaneidade mundial e, em particular no Brasil, observa-se que os avanços no *reconhecimento e positivação* dos direitos relacionados à comunicação

social, nem sempre são colocados em prática. Em nosso país, a comunicação social tem sido debatida pela sociedade civil, através dos movimentos sociais organizados e representantes dos meios de comunicação públicos, entre outros, justamente pelo aspecto fundante, no ser humano, da *falta*, da necessidade, do direito de comunicar-se e, por isso, reclama-se por uma democratização do setor nos seus mais amplos processos de usos e benefícios.

As carências do campo da comunicação, movidas pela *falta* de um encontro nacional, significativo, sobre os problemas que envolvem a democratização desse campo, geraram encontros locais, estaduais, regionais e nacionais sobre o tema. Nesse sentido, constata-se que a explosão desse movimento social tem fundamento na carência. Um exemplo dessa afirmação foi a Primeira Conferência Nacional de Comunicação (I CONFECOM), realizada em dezembro 2009, que representou um resgate da discussão do tema, que, ao longo do tempo, vinha sendo realizada de forma isolada e, muitas vezes, polarizada. Sendo assim, a sociedade civil não tem se debruçado, de forma mais ativa, sobre a importância e os reflexos da comunicação para o desenvolvimento social do País.

Nesse sentido, enquanto a saúde e a educação, entre outros setores importantes para o desenvolvimento econômico e social do país, desde longe, vêm realizando suas conferências nacionais. Só para se ter uma ideia: as primeiras conferências nacionais de saúde e educação ocorreram em 1941, durante o governo de Getúlio Vargas; em 2011 foram realizadas as conferências nacionais: 3ª. Conferência Nacional das Pessoas Idosas, 14ª. Conferência de saúde, 8ª. Conferência de Assistência Social, 4ª. Conferência de Políticas Públicas da Juventude, 2ª. Conferência de LGBT, 9ª. Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Portanto, a comunicação social somente em 2009 conseguiu realizar a sua primeira conferência nacional. Tal observação demonstra a dificuldade com que debate-se a comunicação social com seus problemas críticos, amplamente listados no Caderno de Propostas Aprovadas - I CONFECOM (BRASIL. Ministério das Comunicações, 2009), constituído dos eixos temáticos dos problemas atuais do país, voltados para a democratização do setor: a) produção de conteúdos; b) meios de distribuição; c) cidadania: direitos e deveres, e com grande destaque, o foco na reformulação dos marcos regulatórios atuais. A conclusão é que se demarcamos o tempo, tomando como base a Constituição de 1988 (BRASIL. Constituição, 1988),

onde a comunicação social ganhou amplitude ao tornar-se Capítulo da Carta Magna, são decorridos 25 anos.

Ressaltamos, aqui, que o reconhecimento e a positivação dos direitos humanos discutidos e propostos em cada conferência é de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano, embora isso não signifique que esse *dever ser* transforme-se em realidade, no *ser* de todas as pessoas. Em relação à comunicação como direito humano, não tem sido diferente; não tem sido diferente em relação à cidadania plena; não tem sido diferente em relação à radiodifusão comunitária; esses campos do *dever ser* tem se transformado muito mais num *dever*; *um dever* que faz parte, como objetivo, da pauta de lutas da sociedade civil na busca das transformações sociais de que carecem, principalmente, as comunidades excluídas do desenvolvimento humano.

Apesar dos problemas que dificultam a sua democratização, a comunicação social vem, ao longo da história, contribuindo para a construção pessoal, cultural, política e social do ser humano. Entretanto, a sociedade civil, apesar de conhecer de forma superficial o seu importante papel, ainda não incorporou de forma completa o conhecimento de que a comunicação é um bem público e, portanto, um direito humano. Entendemos, aqui, que o conceito de comunicação como bem público refere-se, *lato sensu*, aos meios de comunicação e todo e qualquer aparato que exerça essa função no sentido da transmissão de informações, mensagens em conteúdos que transitem na sociedade civil e tenham como objetivo comunicar, informar, transformar e desenvolver a sociedade.

Torna-se de fundamental importância, pelo que foi referido acima, situar a comunicação como um direito humano, ora imbricado verticalmente como serviço público – como é caso da radiodifusão sonora e sons e imagens - ora verticalizado na sua abrangência como liberdade de expressão do pensamento.

Assim como a educação, a saúde, a alimentação, a habitação, a segurança e o trabalho, entre outros setores, são entendidos como direitos, a comunicação também precisa ser compreendida como tal, pois constitui importante instrumento para informar e estimular as mudanças necessárias ao desenvolvimento social do País. Melhor dizendo a comunicação é um direito humano, reconhecido universalmente. Nesse sentido, se faz necessário que a sociedade civil saiba e incorpore em seu seio que a comunicação constitui direito humano. Entretanto, quanto ao aspecto de serviço público saliente-se, também, entender por que, ***stricto***

sensu, a comunicação não é considerada, na sua totalidade, como um serviço público. Em decorrência da dificuldade desse entendimento, é possível esclarecer, buscando nos fundamentos do **serviço público** e, dentro desse campo da esfera pública, localizar que serviços de comunicação podem ser considerados como públicos. Para esta investigação, ficou absolutamente claro que quando aborda-se os serviços de radiodifusão sonora (rádio), onde a radiodifusão comunitária está incluída, e de sons e imagens (televisão), trata-se de um estudo da comunicação como serviço público, positivado na Carta Magna de 1988. A seguir, procura-se detalhar esta afirmativa.

2.2 A COMUNICAÇÃO COMO DIREITO OU SERVIÇO PÚBLICO?

No sentido de esclarecer, ainda mesmo que de forma sumária, o envolvimento do Estado com as atividades classificadas como serviços públicos, uma imersão na história proporciona a aproximação das suas origens, o conhecimento do pensamento de juristas famosos que se dedicaram ao tema, em seu nascedouro, aos aspectos fundantes dos bens públicos e os serviços relacionados com a esfera pública e a esfera privada.

O conceito de serviço público nasceu na França com o consagrado jurista Leon Duguit e, mais adiante, aperfeiçoou-se com Gaston Jèze, outro expoente das Ciências Jurídicas. Indispensáveis para quaisquer estudos da matéria, a citação desses dois juristas, mesmo que de forma superficial, conduz aos fundamentos da origem do conceito de serviço público relacionado ao papel do Estado no trato das demandas da sociedade civil. Nesse sentido, para Lobo (2009, p. 2, grifo nosso):

[...] A Escola Francesa de Serviço Público de Leon Duguit (1859-1928), elabora a definição de serviço público, sob uma base **sociológica**, definindo-o como sendo as atividades prestadas pelo Estado visando o **atendimento das finalidades sociais**. Posteriormente a Escola do Serviço Público de Gaston JÈZE, introduz a necessidade de um regime jurídico próprio, para o atendimento **das necessidades coletivas pelo Estado**. Porém, o grande número de atividades assumidas pelo Estado Social mostrou-se excessivamente oneroso para a máquina pública, ao ponto de torná-la ineficiente para prestação de alguns serviços. Tornou-se imperativo, assim, que o Estado deixasse de prestá-los diretamente, e passasse a delegar a prestação **de determinados serviços públicos aos particulares, sem, contudo, perder a titularidade dessa prestação. Desse modo, configurava-se o Estado Regulador.**

Nesse sentido, pode-se compreender as origens do conceito de serviço público, ao situar as escolas de Duguit e Jèze e seus princípios fundantes bem como a função básica do Estado em relação que se inicia pelo atendimento das finalidades sociais e evolui para o atendimento das demandas pela sociedade por serviços públicos. Dentro dessa visão do bem público, ancorada no Direito Administrativo e na busca da compreensão dos elementos dos serviços públicos na atividade da radiodifusão, em relação ao princípio constitucional da complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, Perandin de Melo (2009), dedicou-se especificamente em estudar as relações do serviço público com a radiodifusão, em sua pesquisa, afirma que doutrinariamente são apresentados elementos dos serviços públicos aos quais os serviços de radiodifusão,

[...] se enquadram sem maiores dificuldades, não obstante suas especificidades em nosso ordenamento pelo constituinte e pelo legislador ordinário. [...] Nesse ponto é necessário observar que o conceito de 'serviço público' é objeto de grandes divergências doutrinárias. Isso porque tal definição vincula-se às diversas percepções acerca do papel do Estado perante a sociedade e o mercado e, por isso, modifica-se de acordo com as diferentes convicções dos autores. O que se pretende [...] é trazer à tona as formulações doutrinárias sobre **os elementos comuns aos serviços públicos para que tais traços sejam identificados na radiodifusão** (PERANDIN DE MELO, 2009, p. 18, grifo nosso).

Essa posição privilegiada das feições constitucionais na radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão) como serviço público arremete à compreensão do que é serviço público nas suas origens e nos seus fundamentos, começando pela sua dinâmica e evolução histórica.

2.2.1 O serviço público e a sua evolução histórica

A evolução histórica bem como as mutações mais recentes, demonstram que o conceito de serviço público, segundo Lobo (2009), “não é estático, uma vez que sofre transformações no tempo e no espaço, obedecendo à dinâmica do contexto social, político e econômico em que se insere”. Assim, ressalta a autora que a noção de serviço público “deve ser interpretada de acordo com o **modelo de Estado que se adota** estruturado em função do nível de intervenção estatal na atividade econômica” (LOBO, 2009, grifo nosso). Neste sentido, o autor ressalta, ainda, que:

Não se pode, por isso, conceber um conceito único de serviço público, pois essa interpretação histórica se faz sempre imprescindível, de modo que cabe a cada sociedade a construção de um conceito adequado, tendo em vista o modelo de Estado vigente. Todavia, é correto admitir a existência de **um ponto comum ao desenvolvimento do conceito de serviço público** em todos os contextos históricos. Esse ponto comum é o fato de caracterizar-se a prestação de serviço público sempre que o Estado assuma obrigatoriamente, direta ou indiretamente, a incumbência de satisfazer determinadas necessidades coletivas [...] (LOBO, 2009, grifo nosso).

As crises apresentam-se como oportunidades de transformação, levando-se em conta a etimologia da palavra no idioma japonês que possui esses dois significados: a dificuldade e a oportunidade; por outro lado, do latim *crisis, is*; do grego *krisis, -eós*, significa: ato de separar, decisão, julgamento, momento decisivo. Foi o que ocorreu em determinado momento da história do serviço público.

Como foi visto, desde à Escola Francesa de Serviço Público, devido à sobrecarga e ineficiência da máquina administrativa estatal, **nem todos os serviços públicos, por sua própria natureza, são passíveis de serem delegados à iniciativa privada**. Apesar da evolução do Estado e do conceito de serviço público, segundo Lobo (2009, grifo nosso), essa função estatal entrou em crise, mas, apesar disso, compreende-se que:

[...] Essa característica corroborou para uma mutabilidade da concepção de serviço público ao longo dos períodos históricos e trouxe o que se convencionou chamar de crise na noção de serviço público [...] Alguns critérios foram estabelecidos pela doutrina a fim de trazer elementos à definição do termo: **o elemento material**, pelo qual o serviço público é toda prestação de utilidade pública, destinada a satisfazer interesses coletivos; **o elemento formal** pelo qual os serviços públicos submetem-se a um regime jurídico que contempla princípios específicos, e o **elemento subjetivo** pelo qual o serviço público seria aquele prestado direta ou indiretamente pelo Estado. A crise da noção de serviço público, assim, se estabelece diante da falta de uniformidade da presença desses elementos na identificação das atividades consideradas como serviço público, bem como da admissão de certos serviços ao regime da iniciativa privada. [...].

Dessa maneira, no Brasil, depois de vinte e um anos de crise social em relação aos direitos à livre expressão do pensamento à democratização da comunicação à participação efetiva da sociedade na escolha de seus representantes e em relação à própria reconstituição dos poderes executivo e legislativo, entre tantos outros, sonegados pelo regime da ditadura militar, o País, em sua redemocratização, elabora a Constituição de 1988, onde a **cidadania** tem papel de destaque.

2.2.2 Foco no usuário cidadão

A Constituição Brasileira de 1988 ressalta em seu Art. 1º:

A República Federativa do Brasil formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I- a soberania; II - **a cidadania**; III – a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. *Parágrafo único.* Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta lei (BRASIL. Constituição, 1988, grifo nosso).

Nesse sentido, ressaltando como base o direito brasileiro e, em diálogo com Melo (2001, p. 17) e Lobo (2009, grifo nosso) observa que:

[...] a prestação de **serviços públicos compete ao Estado, direta ou indiretamente, sob o regime de concessão ou permissão**, conforme dispõe o **art. 175** da Constituição Federal de 1988, que também atribui a cada ente da Federação a incumbência da prestação de um serviço público específico, como, por exemplo, o **art. 21**, que prevê ser de competência da União a exploração dos serviços de telecomunicações. Assim, **é o próprio Estado quem estabelece qual atividade será considerada serviço público**, de maneira que, na ausência de previsão normativa, livre será a exploração do serviço ou atividade pela iniciativa privada. [...]. Relevante modificação na tratativa constitucional dos serviços públicos foi trazida pela **EC nº 19** de 1998 que instituiu um novo modelo de gestão na Administração Pública, a chamada 'Reforma Administrativa', [...] implantando novos conceitos na noção clássica de serviço público, como eficiência na sua prestação, presteza e agilidade, **revertendo o foco para o usuário do serviço, o chamado usuário cidadão**.

Pelo visto, ao ler a Emenda Constitucional nº 19 (1998), o Governo não pretendia, apenas, cortar gastos, reduzir de vencimentos, acabar com a estabilidade, entre outras providências reformadoras da administração pública; seu foco foi voltado para o cidadão, através da implantação de mecanismos que estimulam a transparência e o controle social das atividades desenvolvidas pelo Estado. Nesse sentido, aproximando-se do cidadão, o serviço público aproxima-se, também, da comunidade.

2.2.3 O direito comunitário

O serviço público não é estático, como foi visto, e o seu conceito acompanha as mutações geradas pelas demandas da sociedade civil e, dentro dela, a

diversidade de grupos de cidadãos que vão constituindo as comunidades. Em relação às mutações no conceito de serviços públicos, Lobo (2009, grifo nosso) conclui que:

[...] Depreende-se, dessa forma, que, juntamente com as mudanças nos modelos de Estado, o **Direito Comunitário** vem sendo um fator de incorporação de novos conceitos para serviço público. Certo é que o conceito de serviço público não permanece imutável, mas vem se reformulando constantemente em face dessas mudanças. Deve-se atentar, no entanto, para que os valores protegidos pelo regime jurídico e pelos princípios afetos ao **serviço público não sejam preteridos em função de interesses econômicos ou de grupos específicos**. Independentemente do grau de participação estatal na prestação dos serviços públicos, tais valores devem sempre nortear sua concepção.

Todo esse percurso no campo das Ciências Jurídicas reflete a preocupação em deixar como, de que modo e porque a comunicação é considerada não somente um direito humano, mas um serviço público positivado pela Carta Magna do País.

Em que pese a positivação do direito humano à comunicação nem todos os processos de transmissão de informações são considerados como serviço público (*strictu sensu*). Entretanto, o conceito de comunicação como serviço público vem sendo trabalhado por vários autores, embora nem todos os meios de comunicação estejam contemplados na Constituição Brasileira de 1988, como serviço público. A imprensa escrita, por exemplo, não necessita de licença, segundo a Carta Magna de 1988, “Art. 220, § 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade” (BRASIL. Constituição, 1988).

Entretanto, devido a sua capacidade de formar opinião é que a imprensa escrita, exatamente por constituir-se num meio de comunicação com ampla liberdade de expressão, teve essa liberdade tolhida, com a criação da chamada Lei de Imprensa, Lei nº 5.250, de 09/02/1967 instituída durante o governo da ditadura militar, e que vigorou até 30 de abril de 2009, quando foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A importância da comunicação, em termos da soberania nacional, serve, ao mesmo tempo, como pedra de toque, na medida em que procura-se identificá-la como serviço público e, conseqüentemente como um bem pertencente ao País; a sua defesa merece, portanto, cuidados do Estado no sentido de preservá-lo como e para o bem da Nação. Nesse sentido, a comunicação como serviço público, observa-se como essa questão está prevista na Carta Magna de 1988, em vigência.

Portanto, indaga-se sobre a possibilidade de enquadrar a comunicação, *lato sensu*, como um serviço público, visto que a regulação da propriedade e composição societária da imprensa escrita confunde-se com a radiodifusão, de forma ampla no Art. 220 da Carta Magna de 1988.

Art. 220, § 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio; e no **Art. 222** A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual. **§ 1º** É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros; **§ 2º** A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social [...] (BRASIL. Constituição, 1988, grifo nosso).

Entretanto, a questão da participação no capital das empresas jornalísticas, e de radiodifusão sonora, e de sons e imagens não ficaria com a redação original da Constituição de 1988. Interesses das mais diversas ordens conseguiram, através de pressões de mercado, uma nova redação com a Emenda Constitucional nº 36 de 28 de maio de 2002:

[...] **Art. 222.** A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. **§ 1º** Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (BRASIL. Emenda Constitucional nº 36, 2002, grifo nosso).

Em seguida, foi promulgada a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, dispondo sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme **§ 4º** do **Art. 221** da Constituição Brasileira de 1988, alterando os **Arts. 38 e 64** da **Lei nº 236**, de 28 de agosto de 1962, o **§ 3º** do **Art. 12** do **Decreto-lei nº 236** de fevereiro de 1967, dando outras providências.

[...] **Art. 1º** - Esta Lei disciplina a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata o **§ 4º** do **Art. 222 da Constituição**. [...] **Art. 2º** A participação de

estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País. (BRASIL. Lei nº 10.610, 2002, grifo nosso).

Pelo exposto, a questão da participação estrangeira na composição do capital das empresas de comunicação no Brasil, demonstra ser de suma importância para a defesa dos interesses nacionais. O problema não se encerrou por aí, uma vez que está sempre em pauta a pressão feita, indiretamente, por grandes corporações internacionais de mídia, para um percentual de aumento, ainda maior que o vigente, da participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras. Trata-se, portanto, da defesa de um bem público que pertence ao País.

2.2.4 As dificuldades em torno do conceito de público

As questões que envolvem **o sentido público**, o interesse público, o bem comum, o bem público, têm sido amplamente discutidos na atualidade por fóruns ligados especificamente a determinados meios como, por exemplo, a Associação de Rádios Públicas (ARPUB), bem como à comunicação como um todo, como é o caso do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Nesse sentido, nem sempre todos os segmentos reivindicatórios do setor utilizam os mesmos conceitos nas discussões sobre os problemas que afetam a democratização da comunicação social no Brasil.

A Carta Magna de 1988 e seus devires encontram, no real, conceituações sobre meios de comunicação públicos que vão sendo incorporadas pelo senso comum de forma pouco sistemática e institucionalizada de modo a permitir um vocabulário pouco comum na utilização e análise dos conceitos ligados à comunicação pública. Nesse sentido, em relação à definição do que é televisão pública no Brasil, por exemplo, (e por analogia o rádio), segundo Valente (2009, p. 7) é: “[...] algo ainda pouco consolidado tanto entre as emissoras e os gestores públicos quanto na literatura acadêmica. A acepção mais recorrente é aquela que identifica esta modalidade como a que mantém autonomia mínima de mercados e governo”.

Para Valente (2009, p. 7), essa acepção criou um exemplo relevante na conceituação dada pela Carta de Brasília: “A TV Pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não contingenciáveis”.

O conceito do que é público, em contraposição ao que é privado, encontra nos movimentos reivindicatórios, em torno da democratização da comunicação, expressões que carregam em seu bojo aspectos que deveriam ser característicos de emissoras de radiodifusão, entretanto nem sempre o resultado favorece a uma compreensão unificadora dos conceitos utilizados nos vários debates, aos quais temos nos referido e, ainda vamos nos referir nesta investigação. Valente (2009, p. 7, grifo nosso) registra que para a realização do I Fórum de TVs Públicas, a expressão Campo Público,

[...] foi adotada para designar as emissoras não comerciais em operação no nosso país. [...] Esta opção não é sem propósito e evidencia que não há clareza ainda sobre quais emissoras poderiam ser chamadas de públicas neste campo. Ao invés de uma identidade em torno desse conceito, o traço unificador das televisões vinculadas ao **Campo Público** é a ausência de finalidade comercial.

Torna-se necessário, neste ponto, a recorrência aos fundamentos do serviço público, no que tange aos aspectos constitucionais da radiodifusão, lembrando que trata-se de um serviço voltado para os interesses pertinentes à sociedade e não aos particulares, além da supremacia do interesse público sobre o privado, como veremos adiante. Entretanto, os serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão) são passíveis de concessão, pelo Estado, sem exclusividade, implicando, ainda, no controle pelo próprio Estado dessa atividade que caracteriza-se como de interesse público; o **Artigo 232** da Carta Magna, determina que, na matéria, seja observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (BRASIL. Constituição, 1988). Portanto não só na comunicação, mas na saúde, educação, previdência social, assistência social, entre outros serviços públicos, a esfera privada constitui-se em concessionária desses serviços.

2.3 AS ESFERAS PÚBLICA, PRIVADA E SOCIAL

Outra questão que tem afetado o entendimento da comunicação, no seu sentido mais amplo como serviço público, localiza-se na **esfera privada**. A recorrência dos pesquisadores em afirmar, o que já foi reconhecido pela história dos direitos sociais no mundo e positivado de forma ampla na Carta Magna de 1988, em vigência, volta-se para a questão de que no Estado Democrático de Direito a mídia constitui um serviço de caráter público. Na esfera privada, segundo Lima (2010, p. 68): “o que sempre falta nas reiteradas manifestações de ‘desconfiança’ do empresariado privado de mídia em relação ao Estado Democrático de Direito e a sua liberdade de expressão é a reafirmação de que mídia é, por excelência, um serviço público”. Além disso, a radiodifusão é uma concessão pública, outorgada pela União em nome do público e que deveria, portanto, nortear sua ação tendo em vista o interesse público e não o interesse privado.

Muito mais do que uma demanda da sociedade, a positivação de direitos voltados para o interesse público, Melo (1991) esclarece que todo o sistema do Direito Administrativo, se constrói sobre os princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade, pela administração do interesse público. E detalha a sua afirmativa:

Partindo do Universal para o particular, diríamos que o direito administrativo, entroncado que está no direito público, reproduz, as características do regime de direito público, acrescidas àquelas que o especificam dentro dele. Aquele resulta da caracterização normativa de **determinados interesses como pertinentes à sociedade e não aos particulares**. Juridicamente esta caracterização consiste, no direito administrativo, segundo nosso modo de ver, na atribuição de uma disciplina normativa peculiar que, fundamentalmente, se delinea em função e consagração de dois princípios; **a) supremacia do interesse público sobre o privado**. [...]. Trata-se de verdadeiro axioma no moderno direito público. Proclama a superioridade do interesse da coletividade, firmando a prevalência dele sobre o particular, como condição, até mesmo, da sobrevivência e asseguramento deste último. É pressuposto de uma ordem social estável, em que todos e cada um possam sentir-se garantidos e resguardados. [...] **b) indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos**. [...]. A indisponibilidade dos interesses públicos significa que sendo interesses qualificados com o próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por **inapropriáveis**. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los o que também um dever – na estrita conformidade do que dispuser *intentio legis* (MELO, 1991, p. 16-25, grifo nosso).

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem se preocupado com questões como liberdade de expressão, liberdade de imprensa e comunicação como direito universal. Nesse sentido, as atenções estão voltadas para a discussão e a crítica de problemas relacionados à preocupação com a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; oligopólios de mídia no mundo e, em especial, na América Latina; a liberdade de imprensa e a postura do setor privado da economia; e a comunicação como um direito de todos. Dessa forma, a comunicação entendida como um serviço público também tem sido alvo de debates pela própria imprensa escrita, principalmente dentro dos aspectos da economia da informação. La Rue (2012, grifo nosso), relator das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão, afirmou que:

Na América Latina há um fenômeno histórico comum porque toda a estrutura de comunicação social foi pensada somente pela ótica comercial. E a comunicação é muito mais do que isso, é um serviço público. **Nenhum problema em também ser um negócio, ninguém está contra isso, mas deve prevalecer o espírito do serviço à coletividade**, feito com qualidade e independência, de forma honesta e objetiva. Isso só pode funcionar fora da estrutura de monopólio, dentro do princípio da diversidade e do pluralismo de meios.

Sobre a liberdade de expressão, o relator da ONU, na mesma entrevista, afirma que se trata de um direito universal, um direito de todos, e não apenas das grandes corporações de mídia e, ainda que:

[...] A liberdade de expressão não é só o direito de liberdade de imprensa. É um direito de a sociedade estar bem informada, é uma questão de Justiça e cidadania vinculada diretamente ao princípio da **diversidade de meios**. Por isso, o monopólio de comunicação é contra, justamente, a liberdade de expressão e o exercício pleno da cidadania. [...] É preciso, primeiro, romper o **silêncio social derivado do monopólio**, só assim será possível romper também os ciclos de impunidade e injustiça que derivam desse modelo [...] (LA RUE, 2012, grifo nosso).

Em relação às esferas privada e pública, Oliveira (2012, p. 11) ao comentar o pensamento de Hannah Arendt, observa que contrariamente à usual função de resolver a chamada “questão social”, “Arendt surpreende, quando não simplesmente choca o leitor ao reiteradamente afirmar que a necessidade é um fenômeno que, como tal, deve adentrar no espaço da ‘esfera pública’, pelo risco que leva consigo de destruir a liberdade que deve reinar aí”.

Outra questão, enfatizada por Oliveira (2012), na revelação da esfera social, ao assinalar em relação à postura de Arendt que vai de encontro ao que pensamos sobre política, pelo menos nos dois últimos séculos, que uma questão óbvia já ocorreu a vários críticos de Hannah Arendt: se os homens submetidos à miséria são privados de liberdade que o espaço público da política requer, por que não fazer de sua superação um dos mais nobres objetivos da política?

Arendt [...] respondia negativamente a essa questão! Não, evidentemente, no sentido de que pregasse a manutenção da pobreza- ainda que – a meu ver – o ideal de uma vida frugal esteja implícito nos seus escritos -, mas no sentido de que a sua superação relevaria de uma **outra esfera** que ela, não sem uma boa dose de arbitrariedade, chama de '**social**' (OLIVEIRA, 2012, p. 11, grifo nosso).

Em diálogo com Oliveira (2012), sobre o enfoque de Hannah Arendt em relação às esferas pública, privada e social, Couto (2004, p. 9, grifo nosso) conclui que:

O arco histórico que vai da Antiguidade à Modernidade – analisado minudentemente por Hannah Arendt em *A Condição Humana* [...] – revela um movimento de sobreposição crescente entre as esferas pública e privada, com o consequente surgimento da **híbrida esfera social**. Na Antiguidade o privado separa-se do público por uma distância abissal. As atividades biológicas motivadas pela porção animal do homem eram confinadas no lar, na esfera da família. Já as atividades forjadas na têmpera da liberdade e da igualdade, que consubstanciavam o político, circunscreviam-se no espaço público da **polis**. A modernidade já estampa o panorama de fusão do público e do privado, isto é, o panorama social. Na sociedade hodierna as atividades tipicamente privadas de antanho vieram a constituir o gênero central da função pública com a única preocupação comum dos homens sendo suas atividades particulares de subsistência. Resta interrogar o futuro, a partir dessa constatação, na tentativa de antever o desfecho do processo que ora se observa: ou o **eclipse do público e do privado** vai se consumir com todas as deletérias consequências esperadas, ou o colapso vai ser revertido e as esferas revigoradas, segundo a estrutura antiga, para que suas funções sejam cumpridas a contento. Mas nesse último caso, como teria dito Hannah Arendt, talvez se faça necessário um verdadeiro milagre.

Em que pese os aspectos pertinentes a cada esfera (pública e privada), é na esfera social onde os conflitos humanos e a sua superação encontram o lugar da escuta como possibilidade do diálogo e das respostas às demandas das duas áreas (pública e privada), tendo como mediação o campo da esfera social. E, é justamente, por esse imbricamento do público com o privado, que a esfera social apresenta-se como lugar das trocas simbólicas das comunidades, através das

informações como narrativas condutoras do diálogo, conseqüentemente o lugar da escuta.

2.4 AS FEIÇÕES CONSTITUCIONAIS DA RADIOFUSÃO

A contribuição mais efetiva para esclarecer e identificar a comunicação como serviço público encontra-se na abordagem das Ciências do Direito e, principalmente do Direito Administrativo, com foco na conceituação, generalidades, origens, desenvolvimento e mutações do serviço público. Nesse sentido, pode-se encontrar os aspectos fundantes dessa modalidade de serviço e suas implicações nos aspectos pertinentes à radiodifusão. O tecido discursivo das Ciências Jurídicas nesse campo, e suas conceções leva-nos, desde a compreensão do conceito de serviço público, até a descrição do surgimento do direito comunitário, passando pelo foco do direito do cidadão, cujo percurso esse que elegeu os fundamentos de um arcabouço que serve de referência para a construção do bem público ligado ao papel da comunicação social. Por outro lado, a Constituição Brasileira (1988) revela os diversos aspectos da positivação dos direitos relacionados à comunicação e suas práticas, principalmente no Capítulo V – Da Comunicação Social.

O eminente jurista Melo (2001), presta uma extraordinária colaboração para a compreensão da radiodifusão como serviço público da mais alta importância, deixando claro o papel do Estado no que se refere aos marcos regulatórios da Comunicação Social. Nesse sentido, salienta as imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no País, esclarecendo o que é que se deve considerar “Serviço Público”, na observação:

Há certas prestações de atividade material que, por força da Constituição, são obrigatoriamente serviços públicos (obviamente quando voltados à satisfação da **coletividade em geral** assim como outros obrigatoriamente não são. São obrigatoriamente **públicos os que serviços que a Lei Magna declarou competirem ao Poder Público.** [...] Ante o tratamento dado pela Constituição aos serviços públicos mencionados, podem ser distinguidos os seguintes aspectos: a) serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado; b) serviços de prestação obrigatória do Estado e que também é obrigatório outorgar em concessões a terceiros e; c) serviços que o Estado é obrigado a promover, mas não é obrigado a prestar, caso que deverá dá-los em concessão a terceiros (MELO, 2001, p. 17, grifo nosso).

A comunicação, aqui entendida como serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), enquadra-se, segundo Melo (2001), numa espécie de

serviços que o Estado conquanto obrigado a prestar por si ou por criatura sua, mas sem conceder exclusividade: e também obrigado a oferecer em concessão, permissão ou autorização.

[...] são os serviços de radiofusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão). Isto porque o **Artigo 232** determina que, na matéria, seja observado o **princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal**. Se esta complementaridade deve ser observada, o Estado não pode se ausentar de atuação direta em tal campo, nem pode deixar de concedê-los, sob pena de faltar um dos elementos do trinômio constitucionalmente mencionado (MELO, 2001, p. 18, grifo nosso).

Para enfatizar a importância da comunicação em relação a outros serviços e setores de alta relevância para a sociedade civil, Melo (2001) ressalta os serviços públicos que o Estado tem a obrigação de prestar, mas sem exclusividade e, entre eles, registra os serviços de radiofusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão):

Há cinco espécies de **serviços que o Estado não pode permitir que sejam prestados exclusivamente por terceiros**, seja a título de atividade privada livre, seja a título de concessão, autorização ou permissão. São os serviços (1) de educação, (2) de saúde, (3) de previdência social, (4) de assistência social e (5) **de radiofusão sonora (rádio) de sons e imagens (televisão)**, tudo conforme fundamentos constitucionais já indicados (MELO, 2001, p. 18, grifo nosso).

Pelo exposto até aqui, as afirmativas para o que é que se pode denominar de serviço público, facilitam a compreensão da radiofusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão) dentro desse campo discutido na interdisciplinaridade das Ciências Sociais com as Ciências Jurídicas, resultando numa abordagem ampla, e que serve de referência para as conquistas da cidadania brasileira, em relação à positivação dos direitos sociais e, dentro deles, o direito à comunicação como um bem público.

2.5 OS FUNDAMENTOS DA RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA

2.5.1 A radiofusão comunitária e a esfera pública

A abordagem das Ciências Jurídicas em relação aos serviços considerados públicos e seus elementos materiais, formais e subjetivos na radiofusão com suas

especificidades ancoradas nas Ciências Sociais, como foi visto nessa imersão na área do direito, aponta para um processo histórico de reconhecimento e positivação da livre expressão do pensamento, do direito de imprensa e do direito humano à comunicação. Resta considerar a radiodifusão comunitária com suas especificidades, dentro da esfera pública, como um serviço público, outorgado pelo Estado prestado pelas e para as comunidades. Esse imbricamento da comunidade consigo mesma revela, dentro das características da radiodifusão, especificidades que merecem estudos voltados para as mais diversas vertentes das ações dessas emissoras. Não há, a rigor, emissor e receptor; o que deve existir, de fato, é o diálogo proporcionado pela escuta como lugar próprio e potencialmente capaz de promover a comunicação democrática. Trata-se da comunidade comunicando-se através do rádio, com ela mesma.

Um outro ponto importante para o entendimento do papel da radiodifusão é a compreensão de que todas as emissoras são públicas, inclusive as comunitárias, visto que, segundo a Constituição Brasileira (1988), devem atender aos requisitos e exigências especificadas no seu Art. 223: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

Portanto, todos os meios de comunicação que compõem a radiodifusão nacional pertencem à esfera pública, sem exceção. Entretanto em relação às outorgas, o que os movimentos organizados da sociedade em torno da democratização da comunicação reclamam é que mesmo tratando-se de um serviço público, na área da comunicação, ainda que, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, isso nem sempre acontece pela não observância dos “princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público pela Administração” (MELO, 1991, p. 18).

Sendo assim, o que muda na classificação dessas emissoras são os critérios das outorgas feitas pelo poder público; portanto, as diversas denominações tais como comerciais, educativas, comunitárias, entre outras, não anulam os preceitos e os fundamentos das emissoras públicas, apesar de todos os problemas que vêm causando o mal uso da radiodifusão quando outorgada à esfera privada. O desvio de conduta nas outorgas e gestão dessas emissoras resulta em grande prejuízo para a cultura, a educação, o desenvolvimento social, entre outros compromissos que

devem nortear o que é transmitido ao público, de um modo geral, por essas emissoras. Tal problema tem despertado na sociedade civil demandas por novos marcos regulatório, que garantam o que preceitua, de forma tão clara, a Carta Magna de 1988 do País. Um outro problema que dificulta a plena execução dos direitos garantidos pelo Estado é que, nesse sentido, o senso comum a respeito da radiofusão é de que trata-se de meios que têm o objetivo de proporcionar o entretenimento, principalmente quando as emissoras caem na classificação de privadas, ou seja, outorgas concedidas pelo poder público, na esfera pública, à particulares, na esfera privada. Nesse sentido, sobre a necessidade de equilibrar informação e entretenimento, percebe-se que não há incompatibilidade, segundo Sartori (1994 apud LIMA, 2010, p. 68):

Nas democracias, a liberdade de imprensa se justifica pela obediência aos princípios da pluralidade e da diversidade tanto no jornalismo como no entretenimento. São estes princípios que vão permitir ao cidadão acesso à informação equilibrada, que por sua vez, segundo os princípios liberais, é a garantia da formação de uma opinião pública independente, capaz de legitimar o 'governo por consentimento'.

2.5.2 As rádios comunitárias: de clandestinas a regulamentadas

A radiofusão comunitária, em 1998, passou a ser exercida através do sistema de outorgas, feitas pelo Governo às associações comunitárias, que contemplam, dentro dos seus Estatutos, o objetivo de exercer a radiofusão sonora na sua comunidade. Para tanto foi promulgada a Lei nº 9.612 (1998) estabelecendo os direitos e deveres para o exercício da radiofusão comunitária, regulamentada pelo Decreto nº 2.615 (1998). Até então, as emissoras comunitárias funcionavam na clandestinidade e rotulados como, até hoje, de “rádios piratas”. A reação da sociedade civil, através das comunidades das periferias urbanas e rurais constituiu uma luta pelo reconhecimento e positivação do direito à livre expressão do pensamento pela radiofusão sonora. Entretanto, a lei que positivou esse direito criou outras barreiras que estão, ainda, na pauta de reivindicações dos movimentos sociais organizados em torno da democratização da comunicação no País.

Torna-se importante, para facilitar o desenvolvimento da leitura, análise e compreensão dessa investigação que, daqui para adiante, tenha ficado claro que a denominação “radio comunitária”, entendida em seus fundamentos, como portadora

dos princípios da radiofusão pública e, de forma mais específica a sua condição de comunitária. Nunca é demais ser recorrente em relação à observação que essas emissoras são criadas pelas suas comunidades, e estão muito próximas delas, reduzindo, assim, as assimetrias da informação. Portanto, esse deve ser o aspecto fundante para o exercício da participação pelos cidadãos que compõem essas comunidades, na vida das rádios comunitárias.

2.5.3 Os princípios fundantes da radiofusão comunitária

Os princípios fundantes que norteiam a radiofusão comunitária apontam, primordialmente, para questões relativas à forma de tratar a comunicação como um direito humano. Neste sentido as ações das emissoras comunitárias devem voltar-se para o entendimento da sociedade como algo diverso. Entre outros compromissos com as comunidades a quem servem devem em suas programações, respeitar e promover esses direitos humanos, afirmando a democracia. Uma vez que, a radiodifusão comunitária contribui com respostas às demandas simbólicas das comunidades periféricas, que reclamam por participação, por cidadania e por livre expressão do pensamento; essas demandas imbricadas com a ética são fundamentais na composição do escopo de uma comunicação crítica.

2.6 O CONTROLE SOCIAL

Chegamos, neste item, a questão central dos problemas da democratização da comunicação; para o controle social converge a maior parte dos problemas que envolve a comunicação social brasileira.

O controle social dos meios de comunicação, através de marcos regulatórios, tem sido um dos pontos, *se não o mais importante*, relevantes nos debates que a sociedade civil tem desenvolvido no País, com relação à luta pela democratização desse setor. Portanto, torna-se necessário entender o que já existe, na forma da Carta Magna e outros mecanismos legais em vigor.

Os marcos regulatórios vigentes que regem o controle social da comunicação social encontram-se dispersos em vários dispositivos. O primeiro deles consta na Carta Magna no Art. 224. “para os efeitos do disposto neste capítulo (Capítulo V – Da Comunicação Social) o Congresso Nacional instituirá, como **órgão**, o Conselho

de Comunicação Social (CCS)” (BRASIL. Constituição, 1988, grifo nosso). Nesse sentido, o Governo promulgou a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu o Conselho Nacional de Comunicação, na forma do Art. 224 da Constituição Federal e deu outras providências. A Lei nº 8.389 (1991, grifo nosso) no seu Art. 2º menciona:

O Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações **que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional** a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal sobre: a) liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação; b) propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social; c) diversões e espetáculos públicos; d) produção e programação das emissoras de rádio e televisão; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social; f) finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão; g) promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística; h) complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão; i) defesa da pessoa humana e da família de programas e programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal; j) propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; l) outorga, renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; m) legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

2.6.1 O Conselho de Comunicação Social (CCS)

O Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social (2004) por outro lado detalha e expande seu escopo e sua forma de atuação. Segundo Lins (2012, p. 4),

Em seu Art. 3º inclui, entre outras atribuições do CCS, as seguintes não previstas, mais três atribuições às doze que já Lei 8.389, de 1991: matérias relacionadas com a televisão via cabo, acordos internacionais relativos à comunicação e tratamento dos demais meios de comunicação social, especialmente aqueles surgidos posteriormente à Constituição Federal de 1988.

Entre outros avanços em seu Regimento Interno o CCS estabelece o atendimento às solicitações das entidades da sociedade civil e a realização de audiências públicas mediante convite a autoridades, personalidades e entidades da sociedade civil. Nesse sentido, bem como em outras atribuições, entretanto, o CCS **mantem-se como órgão auxiliar do Congresso Nacional.**

Para a execução de suas tarefas, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, portanto hierarquicamente subordinado ao Senado, o CCS compõe-se de 13 membros, assim dispostos:

1) um representante das empresas de rádio; 2) um representante das empresas de televisão; 3) um representante de imprensa escrita; 4) um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; 5) um representante da categoria profissional dos jornalistas; 6) um representante da categoria profissional dos radialistas; 7) um representante da categoria profissional dos artistas; 8) um representante das categorias de profissionais de cinema e vídeo e 9) cinco representantes da sociedade civil (BRASIL. Lei nº 8.389, 1991).

Depois de intenso debate sobre as suas restrições como órgão auxiliar do Senado, CCS aprovou a alteração de outros pontos do seu regimento, como o acréscimo para que o Conselho tenha assessoramento técnico de um corpo administrativo do Senado Federal; a alteração do período de reuniões do órgão, para que seja equivalente ao período de funcionamento do Congresso; a inclusão de regras mais claras para as audiências públicas; além da inclusão de dispositivo para que o CCS seja representado pelo seu presidente perante o Congresso, demais poderes e autoridades; e, por fim, a previsão de que as reuniões do Conselho sejam transmitidas pelos veículos de mídia do Senado Federal.

O CCS tem cinco áreas temáticas: a de Marco Legal e Regulatório; a de Tecnologia de Informação e Comunicação; a de Conteúdos em Meios de Comunicação; a de Liberdade de Expressão e Participação; e a de Publicidade e de Propaganda. Nesse sentido, as comissões **não têm poder deliberativo**, mas a atribuição de apresentar estudos e pareceres que lhe forem encaminhadas pelo Senado a respeito da Comunicação Social, em especial sobre liberdade de manifestação do pensamento, propaganda comercial, finalidades artísticas culturais e outorga e renovação de concessões. Pergunta-se: se o CCS funciona como órgão auxiliar e se as comissões não têm poder deliberativo, também, o que esperar em termos de resultados, pensando na relação tempo versus a evolução dos marcos regulatórios, a melhor distribuição de conteúdos, entre outros objetivos dos movimentos reivindicatórios em torno da democratização da comunicação?

Os resultados práticos das ações do CCS, não têm obtido os avanços esperados, devido ao seu papel de órgão auxiliar do Senado Federal, no sentido de um efetivo controle social da comunicação no Brasil. A sua ação macro tem

colaborado no sentido de pressão social, sem, contudo, conseguir tomar decisões de caráter deliberativo, respondendo como órgão auxiliar do Senado Federal, esfera onde as decisões são, de fato, tomadas.

2.6.2 O controle social pelas Associações Comunitárias

Enquanto o CCS, a nível macro de atuação, está desprovido de ações deliberativas, pela sua estrutura de órgão auxiliar, as Associações Comunitárias, como entidades mantenedoras são portadoras da condição plena para deliberar sobre as ações das emissoras comunitárias, através de sua estrutura organizacional, uma vez que contam além da direção com um conselho deliberativo com poder para avaliar a emissora, sua gestão e programação.

O controle da rádio comunitária deve ser exercido através da gestão da emissora com a participação da comunidade, através do conselho deliberativo, estabelecido nos Estatutos da Associação Comunitária, aliás, uma exigência legal, uma vez que a emissora é regida, primordialmente pela sua entidade mantenedora. Importante ser recorrente e esclarecer que a entidade mantenedora das emissoras comunitárias é a Associação Comunitária. O conselho, desse modo, age com o objetivo de proporcionar transparência na gestão da rádio comunitária, no que se refere à grade de programação, seus conteúdos e formatos, bem como na transparência da gestão dos recursos humanos e financeiros da emissora. O método de escolha dos representantes de um conselho deliberativo para uma emissora comunitária exige um esforço no sentido de sistematizar e estruturar esse conselho de forma a alcançar um perfil adequado de conselheiros ativos, de modo a colaborar com autonomia na gestão neste tipo de emissora. Uma vez que o conselho é composto, anteriormente, à criação e implementação da própria rádio, uma vez que o Ministério das Comunicações, para autorizar a concessão da emissora, atende ao pedido de uma Associação Comunitária.

Conforme Soares de Lucca (2005, p. 11, grifo nosso):

O Serviço de Radiodifusão Comunitária somente pode ser executado por entidades comunitárias autorizadas pelo Ministério das Comunicações, constituídas sob forma de Associação ou Fundação. [...] Uma entidade comunitária é uma entidade de direito civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada ou determinada, de caráter cultural e social, de **gestão comunitária**, composta de número ilimitado de associados e constituída

pela **união de moradores e representantes de entidades da comunidade.**

Espera-se que, no real, sejam essas associações representativas das comunidades as quais deveriam atender dentro dos princípios da radiofusão comunitária e democrática. Como quer o dever ser, as associações como entidades mantenedoras, ao que se configura nas primeiras impressões, são atores coadjuvantes de uma radiofonia que toma novos rumos, inclusive por conta de intensas transformações do que se pretende conceituar como “comunidade”. Nesse sentido, Bauman (2003, p. 36)

Duas tendências acompanharam o capitalismo moderno ao longo de toda a sua história, embora sua força e importância tenham variado no tempo. Uma delas já foi assinalada: um esforço consistente de substituir o ‘entendimento natural’ da comunidade de outrora, o ritmo, regulado pela natureza, a lavoura, e rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão, por uma outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. A segunda tendência foi uma tentativa muito menos consistente (e adotada tardiamente) de ressuscitar ou criar *ab nihilo* um ‘sentido de comunidade’, desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder.

2.6.3 A Associação Comunitária como entidade mantenedora

Conforme Soares de Lucca (2005, p. 12), a entidade comunitária, para executar o Serviço de Radiofusão Comunitária, precisa:

1- ser uma Associação Comunitária ou uma Fundação especificamente voltada para a execução do Serviço de Radiofusão Comunitária ou, caso seja Associação Comunitária ou Fundação também dedicada a outros fins, incluir a execução do Serviço como uma de suas finalidades específicas, observando os princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/98. [...].

Essas observações, não só por serem de ordem legal, mas no sentido de uma construção efetivamente comunitária, arremete a um ator bem pouco discutido ou debatido entre os problemas críticos da radiofusão comunitária, ou seja, a efetiva e organizada participação da comunidade na gestão e controle dessas emissoras. Deste ponto, trataremos detalhadamente mais adiante, no Capítulo IV, no sentido de observar se, de fato, o funcionamento das associações comporta-se de forma plena, na prática.

2.6.4 A participação dos associados e da diretoria das emissoras comunitárias

Como exigência do Ministério das Comunicações, a entidade comunitária, segundo Soares de Lucca (2005, p. 12) deve:

[...] 2- Assegurar no seu Estatuto Social o ingresso de todo e qualquer associado e entidades na execução do serviço na área de alcance da emissora, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas; a todos os seus associados o direito de votar ser votado para todos os cargos de direção, bem como o direito de voz e voto nas decisões sobre a vida social da associação Comunitária ou da Fundação, nas instâncias deliberativas existentes, ou seja, Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou Conselho Curador no caso de Fundação.

A preocupação com as dificuldades de possíveis entraves advindos de um conselho deliberativo pode não existir, quando a gestão da emissora atende de forma transparente às funções que caracterizam as rádios comunitárias, as quais devem servir, conforme Soares de Lucca (2005) para: dar oportunidade à difusão de ideias, de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; estimular a integração social, o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil e às campanhas para melhoria da qualidade de vida da comunidade, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas e, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito à expressão da forma mais acessível possível.

Por outro lado, pode-se pensar em um conselho deliberativo, que nas suas indicações e propostas para a grade de programação e outros setores da gestão da emissora, sejam realmente implementadas. Portanto, um conselho deliberativo, atendido em suas propostas representa uma gestão social em favor dos princípios fundantes da radiofusão comunitária. Os modos de aconselhar-se com a comunidade podem ser estendidos às outras formas de conselhos, por exemplos: conselho de ouvintes e consultas públicas à comunidade diretamente com o objetivo de avaliar a programação das emissoras e outros aspectos do interesse da população.

Nesse sentido, a rádio comunitária é aquela que é controlada pela comunidade à qual pertence e, nesse caso, de forma específica, existe a **Associação Comunitária, entidade mantenedora** da emissora, composta de

moradores da comunidade, legítima representante desses moradores que, inclusive, devem fazer parte do **Conselho Comunitário da Associação**. Esse controle representa o ponto crítico para que se possa definir esta ou aquela emissora como sendo, de fato, comunitária.

A radiofusão pública caracteriza-se por fundamentos, no seu dever ser, como suporte da comunicação democrática bem assim como aquela que é controlada pela sociedade civil. No caso das rádios comunitárias, cabe à comunidade, representada pela sua associação e, dentro dela, o seu conselho deliberativo, exercer o controle sobre o processo de gestão e programação dessas emissoras. O controle da radiofusão comunitária deve ser exercido pela Associação Comunitária, através de seu Conselho Deliberativo e/ou grupo designado pela presidência da associação. No caso específico das emissoras comunitárias, esse controle social está bem próximo, e com poder para isso, uma vez que, como observa-se acima, as Associações das Comunidades são as entidades mantenedoras das rádios que as representam. Portanto têm poder hierárquico para exercer esse tipo de controle. Os conselhos agem com o objetivo de proporcionar transparência na gestão, no que se referem à grade de programação, suas categorias, seus gêneros e seus formatos. Os conselhos agem também em relação à transparência da gestão, dos recursos humanos e financeiros da emissora. O método de escolha dos representantes de um conselho deliberativo, para uma emissora comunitária, exige esforço no sentido de sistematizar e estruturar esse conselho de forma a alcançar um perfil adequado de conselheiros que possam efetivamente opinar e colaborar, com autonomia, na gestão da emissora. Espera-se um conselho ativo, presente e participante.

Em relação a uma comunidade operante, Giuseppe Staccone refere-se ao conceito de cidadania ativa. E observa que:

este conceito liga-se bem ao conceito gramsciano de sociedade civil, pois não se trata de uma condição 'dada e intocável', mas de um processo para estabelecer novos valores e novos direitos no interior da sociedade. Trata-se de um conceito dinâmico. A cidadania ativa tem como tarefas: lutar pela eficiência do sistema político, moralidade, eficácia das políticas etc.; educar o cidadão e torná-lo participante ativo dos processos históricos; orientar a opinião pública em relação aos temas de interesse nacional e global, tais como os ambientais e tecnológicos; dar valor à participação política; e ativar o espírito crítico dos cidadãos em relação à gestão do poder (informação verbal)⁸.

⁸ Entrevista concedida por Giuseppe Staccone ao doutorando José Mário Austregésilo da Silva Lima e ao Mestre Tiago Eloi Zaidan durante o Seminário Democracia e Direitos Humanos: crítica histórica

2.6.5 O Papel do Conselho Deliberativo

A preocupação com as dificuldades de possíveis entraves advindos de um conselho deliberativo podem ser contornadas, quando é possível pensar em um conselho participativo e construído democraticamente e, que nas suas indicações e propostas para a grade de programação e outros setores da gestão, sejam realmente ouvidas e implementadas. Portanto, um conselho ativo e atendido em suas propostas, pode ser um bom começo para a construção de um processo de participação ativa da comunidade. Os modos de aconselhar-se com a comunidade podem ser estendidos às outras formas de conselhos, por exemplos: conselho de ouvintes bem como as audiências públicas feitas diretamente à comunidade para que os cidadãos possam opinar e colaborar com a gestão da emissora e sua grade de programação.

2.7 A SUSTENTABILIDADE DAS RADIOS COMUNITÁRIAS

2.7.1 Recursos financeiros

Os problemas de recursos financeiros para o custeio dos sistemas de gestão, de produção, de emissão e de financiamento das condições técnicas resultam no grande problema do modelo jurídico-administrativo ao qual está ligada a maioria das emissoras comunitárias do Brasil, uma vez que esse modelo é estabelecido por lei e com pouca flexibilidade para a captação de recursos. Tão grave problema tem sido discutido com o Governo brasileiro pelos movimentos sociais e associações de emissoras públicas e, entre elas as comunitárias, no sentido de flexibilizar e ampliar os limites, as formas e os conteúdos dos apoios culturais, hoje excessivamente limitados e que ocasionam a extrema dificuldade de captação de recursos. Nesse ponto reside o aspecto crítico da sustentabilidade, cuja solução depende de uma gestão social eficiente e capaz de criar as possibilidades de captação de recursos, elaborando projetos sociais, dentro de sua área, destinados aos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como entidades privadas; ONGs que tenham, em suas

linhas de ação, programas voltados para as comunidades e que possam utilizar a radiofusão comunitária como suporte desses conteúdos a serem transmitidos, muitos deles integrados às escolas da localidade, como veremos adiante na experiência do protagonismo juvenil no Vale do Goitá, envolvendo vários atores da comunidade e, entre eles, as emissoras comunitárias.

2.7.2 Manutenção do quadro de pessoal

Além da questão financeira, a manutenção do quadro de pessoal, profissionais de rádio e administração da emissora, acarreta custos que o apoio cultural oriunda da comunidade não cobre o operacional da rádio. Observa-se uma tendência à profissionalização, o que consideramos legítimo. Há no senso comum um quase “policiamento ideológico”, no sentido de manter a radiofusão comunitária como uma atividade amadora. Não há por que se pôr nos “ombros” da radiofonia comunitáriaos problemas da democratização da comunicação, sem dotá-la dos recursos necessários para o cumprimento das suas finalidades. **E quais são os argumentos para diferenciar, nesse sentido, as rádios comunitárias das rádios públicas?** Esse é um ponto fundamental para que a radiofusão comunitária possa evoluir e atender de forma eficiente e eficaz as suas comunidades. Equipamentos de qualidade, pessoal qualificado, condições de espaço físico da sua sede, móveis e outros equipamentos necessários a um ambiente propicio ao desenvolvimento da criatividade, produção e emissão de programas, bem com o atendimento pessoal de ouvintes.

2.7.3 A publicidade

Embora não tenha conseguido grandes resultados em sua luta pelos aumentos dos limites aos anúncios e apoios culturais, a rádio comunitária, de forma regulamentada, a nosso ver, deve veicular propaganda, desde que o apoio cultural e os anúncios na grade de programação estejam dentro do que se espera de uma publicidade ética e que não confunda os próprios princípios da emissora. Nesse sentido, a radiofusão comunitária tem características em seu perfil que apresentam pontos de interesse da publicidade: proximidade da audiência, facilidade de determinação do perfil dos ouvintes, programação diferenciada. Por outro lado,

essas emissoras incluem em sua grade de programação, a prestação de serviços culturais e educacionais à comunidade bem como outras áreas carentes e do interesse do Governo, ONGs e, até de empresas. Portanto, abre-se nessa relação de parceria, grandes possibilidades de captação de recursos, com o objetivo de manter o custeio das despesas da emissora e possibilitar o financiamento de seus equipamentos; apenas para destacar dois pontos críticos na manutenção das emissoras, isso sem contar com a folha de pagamento de pessoal, estagiários e prestadores de serviço. Esse processo pode ser ampliado em programas com parcerias nas mais diversas áreas carentes de informação tais como saúde, educação, saúde, ecologia, entre outros.

O perfil das emissoras comunitárias oferece amplas condições de atingir, no seu raio de ação (embora pequeno), diretamente, as comunidades que representam o público-alvo dessas demandas sociais. Assim, como qualquer área de importância crítica para o Estado, a comunicação como direito humano e, pensando nas rádios comunitárias como suporte, demanda a criação de fundos públicos, cujo objetivo seria manter a rede nacional, estadual e municipal dessas emissoras com equilíbrio na concessão de recursos, ou seja, contemplando as emissoras de todo o País, sem distinção de regiões e/ou localidades. Para tanto seriam estabelecidos projetos de produção descentralizada em Pernambuco, onde a produção seria de uma das emissoras ou produtora independente com qualificações para esse tipo de atividade. Essa proposta refere-se a um percentual pequeno de programas do interesse geral das comunidades, respeitadas as características locais de cada comunidade.

Nada impede que as emissoras da comunidade atuem em rede, através de programas gravados. A proibição legal refere-se à formação de rede ao vivo. Nesse sentido, a distribuição dos programas para serem transmitidos pela rede de emissoras comunitárias baixaria os custos e proporcionaria recursos financeiros para todas as rádios. Além disso, esse é um tipo de projeto que desse ser gerenciado e desenvolvido pela Associação das Rádios Comunitárias de Pernambuco (ABRAÇO-PE). Dessa forma, as pequenas audiências somadas através do número de municípios que tenham rádios comunitárias, no Estado de Pernambuco, representam um grande público ouvinte, abrangendo os aspectos quantitativos e qualitativos da audiência.

A questão do interesse pela inserção de apoios culturais e anúncios nas grades de programação das emissoras comporta-se na razão direta da abrangência

(aspectos quantitativos) e do perfil dos ouvintes que compõem a audiência (aspectos qualitativos). Para atingir seus objetivos de forma quantitativa e qualitativa, no que se refere à audiência, a radiofusão comunitária carece de uma estrutura eficaz. Os institutos de pesquisa voltados para a mídia costumam classificar e qualificar os vários tipos de audiência e estabelecer parâmetros de medição quantitativa e parâmetros de medição qualitativa. Em relação aos aspectos quantitativos é importante estabelecer uma amostra que possa representar o universo pesquisado, de forma fidedigna.

Observando os critérios de **audiência absoluta** (percentual de audiência em relação ao universo sem considerar o número de aparelhos ligados) e a **audiência relativa** (percentual de audiência calculada em relação ao número de aparelhos ligados). Outro aspecto que pode influir na análise dos resultados é, por exemplo, o número de aparelhos receptores ligados em relação ao número de aparelhos contidos na amostra. Dessa forma 50% de 90% de aparelhos ligados, representa uma audiência de 45%; enquanto que 50 % de 20% dos aparelhos ligados representa uma audiência de 10% dos ouvintes. Pode-se também estabelecer audiências por faixas horárias, dias da semana e observar o desempenho dos programas componentes da grade de programação, em termos quantitativos e qualitativos.

Quanto aos aspectos qualitativos a avaliação da audiência torna-se mais complexa e é preciso estabelecer nos domicílios, onde os aparelhos receptores estão instalados, o perfil da família, ali residente: faixa etária, sexo, nível de instrução, poder aquisitivo etc. Assim sendo, cruzamos aspectos quantitativos e qualitativos, pode responder às questões fundamentais para a radiofusão comunitária: número de ouvintes, perfil da audiência, categorias, gêneros e formatos de maior preferência popular, alcance de público alvo previamente definido. É importante esclarecer que o público alvo previamente definido como, por exemplo, um programa educativo que objetive atingir determinada população de jovens, por sexo, idade e nível de escolaridade, entre outros aspectos, serve de parâmetro de medição de uma audiência qualificada e que foi planejada com determinados tipos de resultados esperados.

A audiência é, fundamentalmente, uma consequência da abrangência da emissora (alcance do sinal), como já vimos, ou seja, a sua cobertura geográfica; este limite por ser superado pela qualidade do sinal da emissora. O outro aspecto da

audiência, o conteúdo, combinado com a abrangência compõe a estratégia principal para a captação de recursos financeiros, através de apoios culturais e anúncios.

Nesse sentido, o retorno esperado de uma audiência, requer a qualidade de sinal da emissora com a capacidade para atingir a sua área de abrangência geográfica em condições técnicas ideais. Apesar de um transmissor ser o ponto principal e crítico da uma **transmissão** radiofônica, a qualidade de sinal só pode ser alcançada com equipamentos compatíveis de **captação**, de **edição** e de **finalização**, de modo que, todo o **sistema de operação técnica** da emissora atinja um nível equilibrado; uma vez que a transmissão, por si só, não resolve o problema, sem o transmissor nenhum dos subsistemas críticos de produção fará sentido quando executados; ou seja, a pré-produção, a captação e a edição só concretizam-se, de fato, na transmissão dos conteúdos trabalhados por esses subsistemas. Por sua vez, mesmo com pequena abrangência, no sentido de evitar caracterizar-se como emissora marginal, sem qualidade técnica, as emissoras comunitárias necessitam de bons transmissores, além de equipamentos de produção e edição, bem como uma permanente manutenção técnica.

2.8 A LEGITIMAÇÃO

A legitimação de uma rádio comunitária deve ser expressa pela efetiva participação da comunidade que a criou e a quem a emissora deve servir dentro dos princípios fundadores, até agora, abordados, salientando-se a presença da cidadania deliberativa na gestão e na construção da grade de programação. Nesse sentido, a legitimação e controle social estão imbricados dentro de uma mesma esfera. Portanto, entre os fundamentos da radiofusão comunitária, a comunicação e a participação representam os princípios legitimadores que deverão compor uma avaliação das ações da emissoras em relação a sua comunidade. A questão central da participação é que a sua efetiva realização se dá dentro do campo da comunicação. Diaz Bordenave (2006, p. 16) observa que:

a comunicação deve fazer parte de tudo isto ao mesmo tempo, de maneira tal que o que se está dizendo coincida com a forma com que se diz e o contexto social em que se fala. A comunicação não apresenta uma pilha de signos e símbolos, senão um 'discurso', isto é, uma obra de sentido e coerência que somente nós, homens, podemos, construir. A comunicação não apresenta uma pilha de signos e símbolos, senão um 'discurso', isto é,

uma obra de sentido e coerência que somente nós, homens, podemos, construir.

Portanto, para Diaz Bordenave (1983, p. 80-81) enfatiza:

a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia haver comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação. A comunicação não pode ser melhor que a sociedade nem esta melhor que sua comunicação. [...] É teórica e praticamente impossível dizer onde começa e onde termina a comunicação. [...] Não é possível, assim, enumerar as fases de uma comunicação como se fossem partes de uma sequência linear e ordenada. A comunicação de fato, é um processo multifacetado que ocorre ao mesmo tempo em vários níveis – consciente, subconsciente, inconsciente –, como parte orgânica do dinâmico processo da vida. [...] A comunicação deve fazer parte de tudo isto ao mesmo tempo, de maneira tal que o que se está dizendo coincida com a forma com que se diz e o contexto social em que se fala.

Nesse sentido a *escuta como o lugar do diálogo*, portanto da democratização, pode indicar o caminho da legitimação. *Escuta*, diferentemente de *audiência*, implica ações na busca do entendimento, da construção de novos discursos nos programas radiofônicos, embasados na composição única de *fala* e *escuta*. A *escuta* contém as condições para que, no diálogo, a participação seja legitimada.

Para Diaz Bordenave (1984, p. 82, grifo do autor), o conceito de participação pode ter vários significados:

fazer parte refere-se a uma situação de fato, adquirida às vezes involuntariamente: fazer parte da nação brasileira; **tomar parte** indica que a pessoa executa uma ação específica dentro de uma atividade coletiva, ação que pode ser passageira e descomprometida: fui convidado a tomar parte em uma mesa-redonda no congresso da SBPC; **ter parte** implica uma função mais permanente, um direito adquirido ou conquistado e um compromisso mais ou menos firme: os analfabetos terão parte no processo político nacional.

Sobre a capacidade da participação de levar à comunidade a apropriação do desenvolvimento dos seus projetos, Diaz Bordenave (1983, p. 79) lista outros princípios, afirmando que:

[...] A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa; [...] pode ser provocada e organizada sem que isto signifique manipulação; [...] é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação; [...] devem ser respeitadas as diferenças individuais; [...] pode resolver conflitos mas também pode gerá-los [...]; Não se deve 'sacralizar' a participação: ela não é panaceia nem é indispensável em todas as ocasiões. O fato de um grupo ter adotado um enfoque participatório não quer dizer que todo mundo

deve participar em tudo, todo o tempo. Isto poderia acarretar ineficiência e anarquia. [...].

Na Constituição Brasileira (1988), após uma análise detalhada e crítica dos seus artigos e parágrafos, está claro que a legitimação da radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), tem dependido, até hoje, da gestão das emissoras de rádio e TV, principalmente da programação dos conteúdos, irradiados através das mais diversas categorias, gêneros e formatos, onde espera-se que a comunicação, como direito humano, seja contemplada em diversos aspectos; a recorrência a esses conteúdos torna-se crítico, portanto, cidadania, respeito às diferenças, ética no tratamento da informação, entre outros, compõem o processo que objetiva democratizar a participação dos ouvintes de forma ativa. Entre outros aspectos, a legitimação é fundamental para que os conteúdos preconizados pela Carta Magna de 1988 (BRASIL. Constituição, 1988), com um capítulo inteiramente voltado para a comunicação, agora tratada no âmbito social, sejam não somente positivados, mas postos em prática. O acréscimo do termo 'social' à compreensão da comunicação vincula o seu processo de entendimento ao seu aspecto fundante, ou seja: a democratização do País implica o papel dos meios de comunicação como suporte da *escuta* da sociedade civil. Portanto, espera-se da sociedade civil uma postura ativa, participativa e reivindicadora de mudanças e de ações de proteção aos direitos positivados, ao longo da história constitucional do País.

No sentido, ainda, da participação, Diaz Bordenave (1983) afirma que esse fundamento da comunicação é caracterizado como uma necessidade humana e, dessa forma, constitui-se em direito humano. Entre as necessidades classificadas como óbvias e não óbvias, a participação figura entre o segundo grupo que compreende o pensamento reflexivo, a auto valoração, a auto expressão, todas elas imbricadas no processo da expressão comunicativa do ser humano. Para Diaz Bordenave (1983), a participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados. Além desse princípio, Diaz Bordenave (1983, p. 77) lista outros:

A participação justifica-se por si mesma, não pelos seus resultados. Sendo uma necessidade e um direito, a participação não consiste apenas numa opção metodológica para cumprir mais eficientemente certos objetivos; ela deve ser promovida ainda quando dela resulte a rejeição dos objetivos estabelecidos pelo promotor ou uma perda da eficiência operativa. [...] é um processo de desenvolvimento das consciências crítica. Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas. Além disso,

deve-se antecipar que ela ocasionará uma descentralização e distribuição do poder, antes concentrado numa autoridade ou um grupo pequeno. [...].

Rochol (2004) em diálogo com Diaz Bordenave (1983) afirma, em relação à participação nas rádios comunitárias, que a comunicação é uma parte essencial da vida, pessoal e coletiva. Dessa relação pode-se perceber que há uma ligação entre qualidade de vida e qualidade de comunicação, em outras palavras, o modo de comunicar influencia diretamente o modo de conviver. Dessa forma se estabelece a responsabilidade humana no processo comunicativo. Como cidadão e comunicadores deve-se assumir o compromisso de informar a verdade pelo bem comum. Enfatiza Rochol (2004, p. 15):

Nós nos comunicamos para viver e sobreviver. Se estamos vivendo mal e nossa sobrevivência está ameaçada é porque a nossa comunicação não anda boa. Se queremos mudanças para melhor, temos que melhorar as nossas formas de comunicação. A nossa comunicação é uma prática regular do diálogo; é democrática participativa, adequada, clara e verdadeira; democrática porque ninguém e nenhum grupo deve ser excluído do processo de comunicação, já que todos têm direito à informação; adequada porque usa uma linguagem própria; é clara porque as palavras são usadas para informar e não para enganar; e é verdadeira porque não falsificamos os fatos, nem toleramos as mentiras ou meias verdades.

Sobre esses princípios, Diaz Bordenave (1983, p. 80-81) aconselha que os mesmos devem ser:

[...] entendidos dentro do processo geral, histórico, de construção de uma sociedade democrática participativa, na qual graças à propriedade comunitária dos meios de produção, todos os membros da sociedade tenham parte na gestão e controle dos processos produtivos e tenham parte equitativa no usufruto dos benefícios conseguidos com seu trabalho e seu esforço.

A questão da participação no seio da radiofusão comunitária admite dois tipos de problemas: a participação entre as emissoras e sua audiência e a aglutinação das próprias rádios, através de sua legítima associação. Percebendo que isoladas não dispunham de poder de pressão, as emissoras comunitárias criaram várias associações, ao longo do processo de luta por legalização e, mais recentemente, demandam por maior flexibilização da lei quanto a vários aspectos tais com o patrocínio, apoio cultural, maior abrangência de sinal, entre outros.

Em síntese, a Constituição Brasileira (1988), no que se refere à positivação do direito à comunicação e, em particular para este estudo, reveste-se de uma

estrutura legal que se colocada em prática pelas instâncias executivas do que prescreve a lei, teríamos uma situação mais confortável para as atuais discussões em torno de uma democratização já prevista. Recorrendo aos dispositivos do Capítulo V da Carta Magna (BRASIL. Constituição, 1988) pode-se perceber o *dever ser*, ainda na sua incompletude, visto que carece de prática. Configurando-se mais como um devir. Vale a pena reler, sempre, esse capítulo, sob pena de reivindicar positivar um direito que foi positivado.

A necessária imersão no tecido das ciências jurídicas, principalmente na concepção das feições constitucionais do serviço público, revela não somente a *supremacia do público sobre o privado*, mas toda uma evolução que envolveu o cidadão, a comunidade; por outro lado, em função do interesse e do bem público o Estado, ao longo da história, elege o que viria a ser considerado como serviço público. Nesse sentido, a radiodifusão vai encontrar, no bojo da construção dos serviços públicos, um lugar de destaque eleito pelo Estado e controlado por ele, embora possa ser outorgado à esfera privada.

Tem chamado à atenção dos pesquisadores o fato da comunicação como objeto, que se apresenta como necessário à trama social, ter adquirido status de direito, ao lado de valores institucionais como educação, saúde, justiça, como vimos, acima nas feições constitucionais do serviço público.

O controle social, respeitados os fundamentos norteadores da radiodifusão comunitária, deve resultar na legitimidade desse tipo comunicação, que deverá somente poderá ser chancelado como um processo democrático e, portanto, legítimo, se ficar constatada a participação deliberativa da comunidade.

Nesta pesquisa, além dos pressupostos que constituem o *dever ser* relacionados à legitimidade das ações das emissoras comunitárias, pode-se compreender na prática da gestão e na construção da grade de programação das emissoras selecionadas. Uma emissora legitimada pela comunidade tem respaldo no seu modelo de gestão democrático e uma programação constituída de conteúdos resultantes das demandas dessa mesma comunidade.

Através de uma amostra, focada em Pernambuco, composta por doze emissoras comunitárias em atuação, foi possível relacionar o seu surgimento e a atualidade de sua programação em relação ao exercício dos direitos humanos e da democratização da comunicação. A observação das atividades dessas emissoras,

permitiu perceber, quantitativa e qualitativamente, o seu modelo de gestão e os conteúdos das programações adotados em sua grade de programação.

2.9 A GESTÃO

O poder dos limites oferece possibilidades de criatividade no gerenciamento de pequenas e/ou micro organizações. Entretanto, em se tratando de organizações de radiodifusão comunitária, temos a declarar nossa aversão aos “elogios” em relação à capacidade de sobrevivência, sob condições de alta precariedade, das emissoras pertencentes às comunidades; essas “armadilhas da esperança” sugerem muito mais a manutenção de um *status quo* imobilizador das condições de desenvolvimento desse tipo de radiofonia e representa um claro interesse das forças dominantes da grande mídia.

Nesse sentido, o que propomos, aqui, para a superação dos limites necessários ao bom desempenho das emissoras comunitárias, não deve escurecer os problemas reais, com os quais se defronta, no dia-a-dia, a radiodifusão comunitária. É fato, os limites existem e, enquanto as condições ideais não chegam, portanto, a proposta é: transforma-los em poder criativo.

Os limites não escolhem lugar nem hora para constituírem-se em obstáculos à realização de projetos. É evidente que as rádios comunitárias trabalham dentro de estreitos limites, técnicos e humanos, razão pela qual se deve transformar esses limites em superação, através da criatividade. Sobre o poder dos limites, Nacmanovithc (1993, p. 84-85, grifo do autor) afirma:

Trabalhar dentro dos limites impostos pelo meio nos obriga a mudar nossos próprios limites. Improvisar não significa romper com formas e limitações apenas para se sentir 'livre', mas usá-las como um meio real de superação. Se a forma for utilizada de uma maneira mecânica, pode na verdade resultar numa obra convencional, se não pedante e estúpida. Mas, bem utilizada, a forma pode se tornar o verdadeiro veículo para a liberdade, para a descoberta das surpresas criativas que libertam a criatividade. [...] Existe uma palavra francesa, **bricolage**, que significa criar alguma coisa a partir do material que se tem à mão. Um **bricoleur** é uma espécie de homem dos sete instrumentos, capaz de consertar qualquer coisa. [...] **Obricoleur** é uma artista dos limites.

Por mais paradoxal que pareçam, dois exemplos podem ser constatados: o caso da nave Apolo 13 e a criação da Rádio Favela de Belo Horizonte, ressalvadas as diferenças e implicações, são casos que provam o poder dos limites.

Assim, vale enfatizar que a terceira missão tripulada do Projeto Apollo com destino à lua, não obteve o objetivo esperado no projeto devido a um acidente durante a viagem de ida, causado por uma explosão no módulo de serviço. A nave seus tripulantes, entretanto, conseguiram retornar à Terra, após seis dias no espaço. Os astronautas foram salvos da morte, de forma criativa, utilizando sob o comando NASA, materiais descartáveis da própria espaçonave, para reconstruir a peça que havia sido danificada e que provocaria a tragédia. Trata-se de um fato real envolvendo os astronautas e os cientistas americanos, e que podem ser vistos em detalhes no filme “**Apollo 13 - Do desastre ao triunfo**” dirigido por Ron Howard (APOLLO 13..., 1993).

O outro exemplo foi a criação da Rádio Favela de Belo Horizonte, funcionando até hoje, e tendo começado suas primeiras experiências de transmissões em FM no período da clandestinidade da radiofusão comunitária; três amigos morando em uma favela, entre eles um “**curioso**” em eletrônica, conseguem colocar no ar um programa, justamente no horário em que a Assessoria de Comunicação do Governo Federal irradiava “A Voz do Brasil”. Fato real que gerou um processo de luta intenso até a regulamentação da Rádio Favela e que pode ser visto no filme “**Uma Onda no Ar**”. Direção: Helvécio Ratton, produção: Simone Magalhães Matos, argumento e roteiro: Jorge Durán e Helvécio Ratton, 2002 (UMA ONDA..., 2002).

Entramos em contato com a RF - Rádio Favela FM. com o objetivo de obter informações sobre *gestão e grade de programação* e comparar com as nossas emissoras, pois a RF, apesar de ser emblemática na luta pela democratização da comunicação, não faz parte do universo aqui pesquisado. É importante salientar que a RF foi objeto de um estudo desenvolvido por Bezerra (2005, p. 41, 42, 43, grifo nosso), que, entre outras considerações, destaca:

Na análise empírica dos programas jornalísticos Favela FM e CBN Belo Horizonte podemos concluir que ambas cumprem com seus respectivos papéis. A primeira, comunitária, **que em tese**, prima pela educação e cultura de uma determinada localidade e a segunda *all News*, com uma preocupação em fazer um jornalismo **autêntico** e de qualidade. [...] A Rádio favela, com suas características de rádio comunitária, privilegia um público com uma programação muito próxima do **jornalismo engajado**. [...] É engajado no sentido de levar aos ouvintes uma programação voltada para as necessidades da comunidade. Percebe-se que os locutores da Favela têm a preocupação de dar aos cidadãos informações de utilidade pública. Segundo a análise, podemos observar que a rádio tem uma certa facilidade de fazer com que as pessoas cumpram o papel delas na sociedade,

exercendo a cidadania e **tornando-os seres questionadores**. Eles maximizam a participação dos cidadãos na vida pública. [...] A Rádio CBN com um perfil, **segundo a emissora**, que zela pela isenção e independência da informação, tem a notícia como carro chefe, e antes de ser veiculada, deve ser checada e confirmada. [...] Em suma, podemos considerar que os programas jornalísticos da CBN Belo Horizonte e Favela FM têm papel relevante, pois auxiliam os ouvintes sob o aspecto de torná-los cidadão questionadores e pensantes, dentro de **uma sociedade que é regulada por leis e costumes distintos**.

Para uma melhor observação, a grade de programação da Rádio Favela FM consta do site da emissora (RÁDIO..., 2013b), podendo ser escutada ao vivo, aliás, como a maioria das emissoras, inclusive as rádios pesquisadas neste estudo.

Portanto, respeitados os poderes dos limites criativos e a capacidade de luta dos radiofusores comunitários, nosso propósito é dotar as emissoras pertencentes às comunidades com o conhecimento de princípios e técnicas de gestão e, para tanto, existe conhecimento desenvolvido e apropriado a esse tipo de organização.

Os estudos mais recentes, na área da administração, apontam para a *gestão social* como um modelo de gerenciamento adequado às organizações, do tipo rádios comunitárias, uma vez que entre os seus pressupostos, a cidadania e a função social da gestão estão imbricadas num mesmo processo, proporcionando um lastro favorável ao desenvolvimento de ações junto às comunidades.

Em estudo recente de Pires, Chassot e Oliveira (2013), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Mestrado em Desenvolvimento, da UNIJUÍ, com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa no Rio Grande do Sul, várias observações merecem destaque e reflexão, pensando numa intervenção desse tipo, principalmente na utilização dos pressupostos da pesquisa. Nesse sentido, Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012, p. 158, grifo nosso), esclarecem:

O estudo objetivou analisar o processo de gestão social a partir dos princípios norteados do **programa territórios da cidadania**, e como a prática de gestão aparece nos processos de participação social em municípios do noroeste colonial gaúcho. O foco principal foi averiguar que avanços a gestão social tem produzido em termos de cidadania nos ambientes estudados. Foram investigadas também as relações existentes que se estabelecem no processo da prática de gestão social e com mais precisão as que na forma participativa ajudam a constituir programas que se refletem na sociedade.

A conceituação de territórios da cidadania nos interessou, tendo em vista que o conceito de comunidade tem sido atravessado por novos olhares, provocados pela globalização e que tem também se refletido no conceito de *periferia*. Comunidade e periferia como espaços de pertencimento tornam-se campos em mutação contínua, sendo necessário manter as suas relações internas, sem obscurecer que essas comunidades comunicam-se, hoje, com o mundo inteiro; por outro lado, a periferia já não consegue manter-se dentro dessa visão que foi sendo desfigurada tanto pelos aspectos geográficos como pelos aspectos sociais. Nesse sentido Ianni (2005, p. 29), chama a nossa atenção para o fato de que, dada a intensa e generalizada transnacionalização

[...] das atividades econômicas, políticas e culturais, isto é sociais em sentido amplo, modificam-se as formas de sociabilidade e os jogos de forças sociais; os territórios e fronteiras adquirem outros significados; as condições da soberania nacional se vêm ameaçadas, e as possibilidades de construção de hegemonias alternativas tornam-se não só diferentes mas também difíceis; a mídia impressa e eletrônica adquire importância excepcional na política e na cultura em geral, desde a informação ao entretenimento, desde a educação à religião, desde as questões étnicas e de gênero às ecológicas.

Segundo Ianni (2005, p. 29-30, grifo nosso) aos poucos

forma-se uma nova e surpreendente **sociedade civil mundial**, já atravessada por estruturas mundiais de poder. [...] No vasto e intrincado cenário mundial, nesse novo palco da história, está em curso um outro *indivíduo*, que pode ser um novo, diferente e problemático *cidadão*. E [...] Trata-se de reconhecer que os indivíduos e as coletividades, os povos e as nações, as culturas e as civilizações estão inscritos e dinamizados, organizados e desafiados pelas relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala mundial; [...] Esse o contexto histórico-social em que se forma o novo indivíduo e, provavelmente, o novo cidadão.

E enfatiza o autor:

Sem prejuízo das raízes locais, nacionais ou regionais que certamente continuam vigentes e importantes, **ou mesmo decisivas**, conforme o problema em causa. A despeito da vigência dessas raízes, no entanto, todo indivíduo está inserido nas configurações e movimentos da sociedade mundial. Este é o **âmbito mais ou menos decisivo no qual os novos indivíduos e as novas coletividades se formam, conformam e transformam** (IANNI, 2005, p. 30, grifo nosso).

Nesse contexto, onde novos indivíduos e novas coletividades se formam, conformam e transformam, a gestão das emissoras comunitárias necessita contemplar, com um novo olhar, as comunidades com as quais se relacionam e entendê-las nesse momento de transformações.

O modelo sugerido pela gestão social propõe um escopo de trabalho com a nova sociedade, fundada na *cidadania deliberativa*, entre outros pressupostos, no sentido de alcançar objetivos sociais, inclusive **não descartando a possibilidade de atuar, de forma conjunta, com a sociedade, o governo e o mercado**, através de uma das possibilidades desse tipo de gerenciamento desenvolvendo **o que se pode denominar de administração pública ampliada**.

Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012, p. 161, grifo nosso), esclarecem a respeito dos pressupostos da gestão social que, diferentemente da ação estratégica (uma ação racional voltada para o êxito), que,

A gestão social, por sua vez, caracteriza-se por: comandada pela **razão comunicativa, pelo agir comunicativo; enfatiza a ação gerencial dialógica**, participativa; o processo decisório é exercido por meio dos diferentes sujeitos sociais; baseada no entendimento mútuo entre os atores/sujeitos, harmonização interna dos planos de ação pelos atores; exige a presença do discurso argumentativo sujeito a três pretensões de validade: veracidade, correção normativa e autenticidade, e a atuação dos atores com base na cidadania deliberativa.

Para Allebrandt (2006 apud ALLEBRANDT; DECKERT; OLIVEIRA 2012, p. 162, grifo nosso), a gestão social “se funda, assim, na democratização das relações sociais, na construção da cidadania. Institui, enquanto construção conceitual e enquanto *práxis* social, **um novo quadro de relações** que se estabelecem na sociedade”. A compreensão desses pressupostos pelos gestores levará a uma nova visão das organizações voltadas para a radiofusão comunitária. Temos nesses pressupostos o escopo para o trabalho gerencial centrado na comunidade. Nesse sentido, Allebrandt, Deckert e Oliveira (2006, p. 162, grifo nosso) observa:

Na gestão social requer-se a **substituição do enfoque estadocêntrico e/ou mercadocêntrico, por um enfoque sociocêntrico**, no qual a sociedade civil aparece como sujeito do processo. Isso requer a construção de um novo triângulo social, em que a sociedade civil passa a ocupar uma posição de destaque, e a cidadania emerge como protagonista no processo dessas novas relações. A gestão pública e a gestão do desenvolvimento constituem-se em *locus* privilegiado, em espaço público para a prática da gestão social.

Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012, p. 166, grifo nosso) esclarecem que o ciclo da gestão social voltada para o desenvolvimento territorial

[...] envolve a sensibilização e a mobilização dos atores sociais, avança pela construção da visão compartilhada de futuro e do diagnóstico participativo da situação nela envolvida, passa pelo planejamento e seu desdobramento em planos e projetos específicos, passa ainda pela articulação das políticas e instrumentos necessários para dar vida a esse plano, e alcança finalmente os momentos de monitoramento e avaliação, os quais, por sua vez, sempre irão ensejar a atualização daquela visão de futuro, os diagnósticos sobre seus entraves, e assim sucessivamente. Independentemente de por onde este desenho se inicie, o fundamental é que ele cumpra os **três grandes macroprocessos que, enfim, conformam o ciclo de gestão social das iniciativas de desenvolvimento dos territórios rurais: planejamento, organização e controle social.**

2.10 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO

Para a compreensão e detalhamento de análise, outro fundamento da radiofusão comunitária consiste no uso criterioso das categorias, gêneros e formatos adotados na grade de programação das emissoras e nos conteúdos adotados compondo um discurso que pode ser analisado, objetivando compreender como se comporta, na prática, o tratamento dado aos mais diversos temas tais como os direitos humanos, a cidadania, gênero, democracia, ética, entre tantos outros.

Quanto à grade de programação, ou grade horária, mais adequada a uma emissora comunitária, dependendo do seu papel, os conteúdos variam de acordo com a produção própria e ou/em parceria com redes públicas e produtoras independentes. Além dos conteúdos que observamos acima, a grade de programação de uma emissora de rádio, exige planejamento e sistematização dos programas em categorias, gêneros e formatos. Segundo Aronchi de Souza (2004, p. 58):

a distribuição de programas em horários planejados e previamente divulgados pela emissora, desde o início da programação até o encerramento das transmissões, cria um plano conhecido como grade horária semanal. A grade de uma emissora é resultado de pesquisas de audiência e da estratégia de cada rede. Sua elaboração gráfica permite a visualização da programação semanal num único quadro.

Os autores Barbosa Filho (2003a) e Aronchi de Sousa (2004) que se voltaram para o estudo dessa sistematização, não discordam, pelo contrário, são

complementares. Para Aronchi de Souza (2004, p. 32), “Só se pode identificar e classificar os programas pela grade de programação de cada emissora. Seguindo conceitos históricos e trabalhos realizados por outros pesquisadores categorias gêneros e formatos dos programas, pode-se chegar ao perfil de uma emissora”. Enquanto o seu trabalho parte das categorias como parte abrangente dos gêneros e formatos; Barbosa Filho (2003a) prefere partir dos gêneros e formatos para definir o perfil das grades de programações das emissoras de rádio. Não há, a rigor, incompatibilidade entre o trabalho dos dois autores.

A primeira questão a ser tratada na análise das grades de programação é a seleção das categorias gêneros e formatos mais adequados ao caráter às emissoras comunitárias. A questão central reside na escolha dos formatos para trabalhar com determinadas categorias e gêneros. Nesse sentido, a direção da emissora pode escolher um bom gênero e desqualificá-lo na formatação do programa, como é caso da espetacularização feita nos chamados programas policiais, só para dar um exemplo. Os formatos devem representar o tratamento com respeito humano à comunicação, evitando a espetacularização na busca da audiência quantitativa fácil. O grande desafio das rádios comunitárias reside na questão de exercer a radiodifusão como serviço público, especificamente comunitário, e não confundi-lo com entretenimento puramente ou replicar o modelo usual da grande mídia. A sua grade de programação deve estar voltada para as demandas simbólicas das comunidades que podem englobar educação, esportes, cidadania, lazer e traduzir-se em legitimação como serviço público prestado à população.

A questão que se apresenta é: como as emissoras podem atender a essas demandas caracterizadas como simbólicas? Para colocar luz sobre essa indagação, recorreremos ao trabalho de Nascimento (1999) cuja pesquisa, tendo como referências teóricas as discussões advindas da área das ciências da linguagem, repensou a questão da troca no panorama midiático atual.

[...] Refletir sobre o estatuto das informações que circulam nos mídia, a partir de hipótese que tais informações produzem significação ao se materializarem-se como narrativas, constituindo-se como objetos de trocas simbólicas, ou seja, em um mecanismo de oferta/demanda que se dá de forma indireta. A base dessa reflexão é o conceito de troca simbólica formulado por Lévi-Strauss, para quem os seres humanos instituem-se como seres culturais, pois estabelecem relações mútuas ao comunicarem-se entre si por trocas que só podem ser apreendidas em um processo metafórico/simbólico, e não por relações diretas, de coisas em si mesmas (NASCIMENTO, 1999, p. 1).

O domínio das categorias, gêneros e formatos possibilita o planejamento adequado aos propósitos da radiofusão comunitária e, por outro lado, permite a análise crítica das ações das emissoras, que devem estar comprometidas com as suas comunidades. Nesse sentido a avaliação deve ser feita com vistas à adequação dos conteúdos emitidos na grade de programação, tendo em vista o respeito aos fundamentos da comunicação democrática, a cidadania e, de um modo mais amplo, o respeito aos direitos humanos evidenciados no tratamento utilizado em seus programas; respeitando o contexto local, os conteúdos podem variar de acordo com a produção própria e ou/em parceria com outras emissoras do mesmo gênero, produtores independentes e organizações voltadas para produções radiofônicas de conteúdos adequados à audiência das rádios comunitárias.

Apesar das Escolas: de Palo Alto, nos Estados Unidos, na década de 40, com sua teoria funcionalista e a Escola de Frankfurt, também na década de 40, na Alemanha, com sua teoria crítica da comunicação, já terem se preocupado com a questão dos conteúdos programáticos da radiofusão, nos apoiamos nos dois autores brasileiros, Aronchi de Souza (2004) e Barbosa Filho (2003a,b) que imergiram nos estudos desse campo da comunicação. Nesse sentido, a questão recorrente da radiofusão comunitária refere-se aos formatos escolhidos para levar ao ar as mais diversas categorias e gêneros voltados para conteúdos dirigidos à comunidade. Os formatos que deveriam contemplar um tratamento respeitoso aos direitos humanos na comunicação, evitando a espetacularização na busca da audiência puramente quantitativa e fácil.

O grande desafio das rádios comunitárias reside, ainda, na questão de exercer a radiodifusão como um serviço público, comunitário e não confundi-lo com entretenimento puramente. No caso do entretenimento, que é parte indispensável de uma programação, a questão está no conteúdo dessa categoria, como forma de divulgação da cultura, principalmente aquela originada e produzida pela comunidade. O divertimento e, entre os mais populares, os programas musicais ocupam a maior parte da programação das emissoras, como veremos. Entretanto, esse fato é recorrente na análise das emissoras de rádio de um modo geral.

Não existe dicotomia entre conhecimento e diversão; o que é necessário analisar é que tipo de diversão estamos falando bem como que tipo de conhecimento se pretende transmitir com o entretenimento.

Brecht (1967, p. 99), aborda o tema “conhecimento contra diversão” e afirma que:

[...] o desejo de aprender depende, assim, de várias coisas e, portanto, existe a possibilidade de aprender com gosto, alegria e luta. Se não houvesse essa possibilidade de aprender divertindo-se, o teatro, por sua própria estrutura, não estaria em condições de ensinar. O teatro permanece teatro, mesmo quando é teatro pedagógico e, na medida em que é bom teatro, é diversão.

O humorismo, o musical, a dramaturgia e outros gêneros do divertimento podem ser vistos como forma de educar, estimular a consciência crítica. Portanto, nas suas categorias, gêneros e formatos a grade de programação de uma emissora comunitária deve estar voltada para as demandas da comunidade que podem englobar educação, esportes, cidadania, lazer e traduzir-se em legitimação como serviço público. Não há impedimento pedagógico no sentido de usar formatos mais comuns, e, de preferência, populares, tais como musicais, humorísticos, radionovela, noticiários, entrevistas, debates e tantos outros, desde que não impeçam que os conteúdos das categorias e gêneros sejam tratados dentro dos princípios da democratização da comunicação, da ética e dos direitos humanos. Este, continua sendo o grande desafio da comunicação popular, exercida pelas emissoras comunitárias. Entretanto, a questão do conhecimento versus entretenimento tem sido um tema recorrente nos debates sobre a grade de programação das emissoras comunitárias bem como na radiofusão como um todo.

Um problema com o qual o rádio defronta-se desde a sua criação, é a linguagem. Nesse sentido, um exemplo do passado, é bastante significativo para que se compreenda, por exemplo, a questão da linguagem radiofônica e seus problemas com as elites culturais controladoras do bem e do mal artístico. Essas elites “culturais” exercem uma espécie de “policimento cultural” da linguagem radiofônica; aliás, esse “policimento” não é novo; em relação a esse controle, o rádio da década de 1940 contou com um aliado: o escritor, pesquisador, ensaísta e agitador cultural, Mario de Andrade. O texto “A Língua Radiofônica”, publicado em jornal no dia 03 de fevereiro de 1940, discute a relação de identidade e língua nacional e, nesse sentido, o autor menciona que “O espírito modernista reconheceu que se vivíamos já de nossa realidade brasileira, carecia reverificar nosso

instrumento de trabalho para que nos expressássemos com identidade. Inventou-se do dia para a noite a fabulosíssima ‘língua brasileira’ (ANDRADE, 2002, p. 205).

Considerando o problema ocorrido na Argentina com a imposição de fórmulas elitizadas de cultura e considerações estereis sobre a linguagem radiofônica e que podia ser analogicamente transposto para o Brasil da *Era Vargas*, Andrade (2002, p. 207, 208, 209), observa:

Assim, está nascendo dentro da língua castelhana, como dentro da língua portuguesa, e provavelmente dentro de todas as demais línguas, uma nova linguagem, a linguagem radiofônica, [...] A língua, no sentido abstrato, é uma propriedade de todo o grupo social que a emprega. O tempo, os acidentes regionais, as profissões se encarregaram de transformar essa língua abstrata numa quantidade de linguagens concretas diversas. Ora, existe a linguagem do rádio também. [...] A linguagem radiofônica tinha que se manifestar anti-culta, como de fato se manifesta. O rádio, como a oratória e o teatro, mas possuir destes o poderoso elemento plástico é um instrumento de convencer. Dizem-no instrumento de educa. Prefiro dizer que ele se utiliza, como atitude educacional, só do elemento de convicção.

Andrade (2002, p. 208, grifo nosso) chama a atenção para o “simples problema de alcançar maior número de pessoas, de lhes ser acessível e as convencer a todas, obriga o rádio a uma linguagem mista, complexa, de um sabor todo especial, a começar pelo **amigo ouvinte**”. E acrescenta a observação:

Hoje todo o rádio brasileiro (pelo menos o carioca) emprega o **você** em reação ao ouvinte. Não parece absurdo? Qualquer acadêmico se **arrepia** com essa familiaridade quase ofensiva, com o **speaker** se dirige às pessoas que não conhece. Mas foram as exigências do mesmas da radiofonia que levaram à generalização do você, como fórmula de tratamento radiofônico (ANDRADE, 2002, p. 208, grifo nosso).

Em relação à substituição do tu pelo você Pereira (2004, p. 6) observa que “está presente ainda em outras discussões sobre os pronomes pessoais”, como em Lobato (1965, p. 122 apud PEREIRA, 2004, p. 6):

No começo havia o tratamento VOSSA MESSÊ, dado aos reis unicamente. Depois passou a ser dado aos fidalgos e mudou de forma. Ficou uns tempos VOSSEMECÊ e depois a VOSMECÊ e finalmente como está hoje - VOCÊ, entrando a ser aplicado em vez do TU, no tratamento familiar e caseiro. No andar em que vai creio que acabará expulsando o TU para o bairro das palavras arcaicas, porque já no Brasil muito pouca gente emprega o TU

Em artigo sobre a contribuição de Mário de Andrade para os estudos sobre a linguagem do rádio brasileiro, Pereira (2004, p. 10), conclui que:

O estudo de Mario de Andrade é pouco conhecido para os estudiosos de comunicação e linguagens no Brasil, mas certamente representa uma contribuição sem igual na pesquisa sobre o meio no país. Apesar de excluir alguns fatores importantes relacionados a linguagem do rádio, o autor vai além das atuais discussões sobre a linguagem em uso feitas através de manuais e guias de redação para o meio. A contextualização e o vislumbre do rádio como veículo das massas não deve passar despercebido aos pesquisadores brasileiros. A partir da análise da contribuição de Mario de Andrade, uma série de estudos pode ser realizada acerca do rádio falado em língua brasileira e que se pergunta frequentemente: 'Tupi or not tupi?'.

A questão da linguagem radiofônica e seus problemas com o controle que sempre pretendeu e pretende as elites culturais, continua válida e requer dos radiofusores a capacidade de manter, dentro do bom senso, a interatividade com os ouvintes, procurando na escuta o melhor lugar para o diálogo.

Ao concluir este capítulo, nos perguntamos sobre a provocação de La Fontaine (2002): se a ética poderia influir no final da fábula? Para evitar uma dezena de perguntas, cabíveis nesse caso, perguntamos: em relação ao poder exercido, nos dias atuais, como defender ou apoiar os "cordeiros" a enfrentar os "lobos" ou, ainda, quais as ações que poderíamos desencadear para superar esse confronto desigual, tão comum no dia-a-dia da sociedade civil brasileira?

SEGUNDA PARTE – O SER DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

3 A ANÁLISE DA GESTÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

[...] **A aviação e o rádio aproximaram-nos muito mais.** A própria natureza dessas coisas é um apelo eloquente à bondade do homem [...] Um apelo à fraternidade universal [...] à união de todos nós. Neste mesmo instante a minha voz chega a milhares de pessoas pelo mundo afora [...] Milhões de desesperados, homens, mulheres, criancinhas [...] Vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes. Aos que me podem ouvir eu digo: 'Não desesperem!' A desgraça que tem caído sobre nós não é mais do que o produto da cobiça em agonia [...] da amargura de homens que temem o avanço do progresso humano. Os homens que odeiam desaparecerão, os ditadores sucumbem e o poder que do povo - arrebataram há de retornar ao povo. E assim, enquanto morrem homens, a liberdade nunca perecerá (CHAPLIN, 1940, grifo nosso)

3.1 A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES DE RADIOFUSÃO

A gestão das emissoras surgiu fundada nas origens da radiofusão, quando o associativismo proporcionava a criação de uma organização com finalidades culturais; a evolução da sociedade capitalista, com o tempo, conseguiu transformar o associativismo dos clubes e sociedades de rádio em empresas com fins comerciais. Nesse sentido, há indícios de que as rádios comunitárias, mantidas por associações comunitárias e entidades não governamentais, tomem o mesmo rumo.

A gestão das emissoras comunitárias traduz-se, a nosso ver, no problema de maior relevância nesse campo e que provoca os problemas com os quais se debatem as correntes que reclamam por uma radiofusão democrática; o problema mais imediato, provocado pela gestão equivocada ou disfuncional, refere-se à grade de programação das emissoras; outro problema reflete-se nas formas de captação de recursos com rebatimento na sustentabilidade.

Não é de agora que a radiofusão comunitária enfrenta obstáculos e opositores, inclusive dentro da sua própria área, principalmente em relação àquelas emissoras que mantêm estreita ligação com o “coronelismo eletrônico de novo tipo”. (LIMA; LOPES, 2007). As constatações da pesquisa sobre as rádios comunitárias, intitulada “Coronelismo Eletrônico de novo tipo (1999-2004), - as autorizações de emissoras como moeda de barganha política apontam para um tipo de gestão que contraria os pressupostos e fundamentos da radiofusão comunitária.

Assim, a legislação brasileira não tem sido aplicada pelo Ministério das Comunicações, uma vez que a pesquisa de Lima e Lopes (2007) é clara, insofismável, e aponta com detalhes e documentação do próprio MInicom quais as emissoras que atuam de forma irregular.

Esses problemas configuram um verdadeiro desacordo dentro do campo da comunicação comunitária. Portanto é interessante notar as observações de Bourdieu (1997, p. 89-90, grifo nosso) sobre a questão do acordo no campo do desacordo na área da comunicação.

É preciso haver um **alto grau de acordo no terreno de desacordo** e quanto aos meios de regulá-lo para ter um verdadeiro debate científico que possa levar a um verdadeiro acordo ou a um verdadeiro desacordo científico. Por vezes, fica-se surpreso de ver que, na televisão, os historiadores nem sempre estão de acordo entre si. Não se compreende que, muito frequentemente, essas discussões opõem pessoas que nada tem em comum e que não deveriam falar juntas (um pouco como se se colocassem juntos – os maus jornalistas adoram isso – um astrônomo e um astrólogo, um químico e um alquimista, um sociólogo da religião e um chefe de seita etc.).

Apropriamo-nos dessas observações de Bourdieu (1997), acima citadas, quando nos referimos aos congressos, seminários e encontros sobre democratização da comunicação, principalmente quando o plenário compõe-se de representantes das grandes corporações de mídia, do governo, de partidos políticos, de emissoras públicas, emissoras privadas e um verdadeiro leque de tipos de emissoras comunitárias. Consideramos que esse campo está imerso no terreno do desacordo. Portanto, a questão da democratização no Brasil, principalmente em relação à radiodifusão comunitária, está exigindo um **alto grau de acordo**, uma vez que os atores desse processo defendem posições que, até agora, não encontraram soluções que atendessem a essas correntes. Tome-se como exemplos as reivindicações do FNDC nos encontros e Conferência Nacional; e o CCS que em suas ações representam um “não” jurídico, tendo em vista que, como órgão auxiliar, nada pode deliberar sem ferir o interesses privados alojados no Parlamento brasileiro.

É importante notar, ainda, na amplitude da questão, os estigmas de “ilegal”, “clandestina”, “pirata”, que a história das emissoras comunitárias demonstra a resistência estabelecida no micro poder das comunidades e que chegou aos dias de hoje apresentando uma realidade que vai para além das adversidades. O discurso

dos dominados, dos oprimidos, pelo macro poder está sendo posto à mesa não só para cotejar quem é quem, muito menos quais são as “boas rádios comunitárias”; a questão que se levanta é: quais são as reais saídas para uma radiofusão contemporânea, situada (ou sitiada) pela internet? Quais as possibilidades de flexibilização, não somente quanto às possibilidades de emissão de anúncios, mas, também, a abertura para microempresas e microempresários desejosos de atuar na baixa frequência radiofônica? Nesse sentido, o IBGE (2006), que aproximadamente 83% dos municípios brasileiros contam com *lan house*; o que quer dizer que qualquer emissora poderá atingir esse mesmo percentual de alcance pela internet e isto, as rádios comunitárias estão fazendo.

Neste terceiro capítulo, interdependente e complementar ao quarto, procuramos dar conta do modelo de *gestão* mais comum nas rádios comunitária: como se comporta a *gestão* das rádios comunitárias, em relação à Associação Comunitária, sua entidade mantenedora, no sentido de manter os princípios da participação ativa, da *cidadania deliberativa* e da democratização, entre outros pressupostos, que possam revelar o conteúdo social de suas estratégias de ação; espera-se, na sua prática administrativa e organizacional, que os diretores de emissoras comunitárias exerçam uma *gestão* comprometida com as finalidades sociais e culturais desses tipo de radiofusão; como parâmetro principal procurou-se comparar a *gestão social* (voltado para a sociedade) com a *gestão estratégica* (voltada para o mercado), entre outros pressupostos desses modelos.

3.2 A HISTÓRIA DA GESTÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIO: da experimentação amadorística ao associativismo com fins culturais

Para dar conta do nosso foco sobre a *gestão*, inicialmente, fomos buscar na história do rádio, os fatos fundantes desse campo e que pudessem revelar as especificidades das organizações que administram as emissoras de rádio: as suas origens, o comprometimento com a cultura, com a educação, com a sociedade civil, com a democracia; suas relações com o Governo, com as organizações não governamentais, inclusive com o mercado e, por fim, com a sociedade civil. Em relação, ainda à *gestão*, fomos buscar na teoria geral das organizações, a evolução dos modelos gerenciais: dos sistemas fechados aos sistemas abertos; das *gestões*

voltadas para o mercado, com fins lucrativos, às gestões voltadas para a sociedade, com fins sociais.

Com respeito à gestão das emissoras de rádio buscamos perceber, nas origens do radiofusão, a sua inventividade, a sua trajetória de simples aparelho de transmissão, até a constituir-se em mídia popular, que atravessou vários períodos de confronto e superação em relação ao cinema, à televisão, à internet e, hoje, pronta para ingressar na era da convergência digital. Os atos administrativos são aspectos fundantes na gestão e, como consequência, refletem na grade de programação; esses atos também denominados de gerenciais, sinalizados nos marcos históricos da radiofusão, já referidos em capítulos anteriores, foram de fundamental importância para compreender esse percurso e os seus rebatimentos na atualidade, tanto da gestão quanto da grade de programação das emissoras de rádio.

A história da radiofusão brasileira registra, nas suas origens, um ponto comum, entre as primeiras emissoras e as rádios comunitárias: o associativismo; conceituado como o meio de organizar grupos de interesse nas mais diversas áreas, o associativismo o qual tem como base, a auto sustentabilidade. Nesse sentido, a auto sustentabilidade liga a consciência individual e o direito individual à necessidade de agregação e conjugação de esforços, como base de organização da sociedade. O associativismo, segundo Romeu (2007, grifo do autor) pode ser definido como:

[...] O ato de se associar, agregar, juntar, unir forças para um fim comum. Numa definição ampla, dizemos que **ASSOCIATIVISMO** é qualquer iniciativa formal ou informal, que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos. O Associativismo está presente em entidades como associações comerciais, industriais e rurais; sindicatos; cooperativas; parcerias ou associações de interesse econômico, social ou político.

O nosso interesse nas mais diversas definições de associativismo resultou da constatação da presença desse conceito, na criação das emissoras que eram construídas, nas origens do rádio, com base no idealismo de pequenos grupos, compostos, na maioria das vezes, por intelectuais, escritores, músicos, adeptos da cultura literária, engenheiros ou técnicos em eletrônica e outros segmentos artísticos da sociedade urbana.

O associativismo esteve presente como ato fundante na radiofusão brasileira: em Pernambuco, com a criação da Rádio **Clube** de Pernambuco (1919); no Paraná com a Rádio Clube do Paraná, em São Paulo com a Rádio Clube de São Paulo (1924); no Rio de Janeiro com a Rádio **Sociedade** da do Rio de Janeiro (1923), entre outras emissoras, que surgiram embasadas nesse tipo de estrutura organizacional. A presença, no nome de fantasia das emissoras, dos termos “**clube**” e “**sociedade**” eram constantes, devido ao caráter associativista desses grupos amadores, que viam no rádio uma possibilidade de amplificar a cultura sem pensar, ainda, em fins lucrativos; pelo contrário, esses clubes e sociedades financiavam as emissoras de rádio que surgiam com objetivos culturais. Registre-se, ainda, que as dificuldades de sustentabilidade eram tão grandes, na origem das emissoras pioneiras, que era comum que os locutores solicitassem a colaboração dos ouvintes: doando discos e contribuindo com dinheiro para colaborar com o custeio dessas rádios.

A importância do conceito de associativismo será percebida, quando a radiofusão perde as características fundantes de suas origens, responsáveis por uma programação elaborada com maior simetria entre os radiofusores e suas escutas. Esse fato deve-se ao surgimento da comercialização da programação e ao profissionalismo que levaram os clubes e as sociedades de rádio a transformarem-se em empresas capitalistas. Desse modo, a representatividade desses pequenos grupos de radiofusores foi diluída em grandes audiências, diversificando sua programação, criando, sem dúvida, um novo e promissor mercado de trabalho. Entretanto, desaparecia a relação simétrica da radiofonia que, pela amplitude das frequências, distanciava os comunicadores das audiências; melhor referindo: a fala distanciava-se da escuta, reduzindo a capacidade do diálogo, impossibilitando-o.

O associativismo e a necessidade de uma maior simetria entre emissão e recepção, como aconteceu nas origens das emissoras de rádio brasileiras, ressurgiu entre o final da década de 1980 e meados de 1990, com a concepção das rádios populares, livres e comunitárias. Portanto, mudou o cenário e apareceram novos atores, resgatando, de uma certa maneira, o associativismo presente na fase pioneira do rádio.

Na Alemanha, analogicamente, mas em um período anterior à radiofusão brasileira, (pouco depois de 1910), o rádio surge também como uma atividade amadora e experimental (MEDITISCH, 2005, p. 99-100), com grande vitalidade.

As primeiras experiências de transmissões datam de antes da Guerra Mundial (1914-1918), mas seu desenvolvimento foi retardado pelo conflito (ALBERT; TUDESQ). Em 1918, logo após a derrota alemã, já existia um **'clube do rádio operário'** que incentivava a criação de emissoras e redes para propagar ideias sociais (ORTRIWANO, 1990, p. 18). A primeira emissora profissional – e oficial – começa a funcionar em Berlim, em 29 de outubro de 1923, seguida por outras oito, em diversas partes do país, no ano seguinte. Na inauguração, já transmitiam peças de teatro. (SPERBER, 1980, p. 113). Em julho de 1924, foram licenciados 100000 aparelhos receptores na Alemanha. No fim de 1925 já havia 1 milhão e mais 2 milhões em 1927 (ALBERT; TUDESQ, 1981, p. 18), e em meados da década de 20 funcionava uma Organização Livre do Rádio Alemão, associação de ouvintes com a finalidade de influir na programação (ORTRIWANO, 1990, p. 19, grifo nosso).

Entretanto, os autores que se debruçaram sobre o tema da radiofusão comunitária encontram dificuldade em precisar a data de surgimento da primeira emissora ligada à comunidade. Segundo Ghedini (2009, p. 56) a Rádio Novos Rumos, do Município de Queimados, no Rio de Janeiro surgiu em fevereiro de 1991. A Rádio Favela, de Belo Horizonte, em Minas Gerais, registra em seu site que a emissora entrou no ar, em 1981, com o slogan: *“Rádio Favela, a voz do morro”*. A dificuldade em precisar a data do surgimento das primeiras emissoras, deve-se ao aspecto da clandestinidade, que impedia os radiofuses de revelarem maiores detalhes sobre a origem e o funcionamento das rádios livres, das populares e, depois, das comunitárias.

O associativismo assume para essas emissoras a condição de representatividade da comunidade a quem devem servir de forma integrada, desde a gestão até a construção da grade de programação, entre outras atividades conexas. Importa perceber o vínculo da emissora com a sua comunidade de origem; parece óbvio, no dever ser, mas não é assim, na realidade, devido ao crescimento crescente de emissoras e à falta de formação de gestores e pessoal técnico, que não apresentam, nem na sua gestão e, conseqüentemente, na sua grade de programação, ações que representem os fundamentos de uma radiofusão cidadã.

Nas suas origens, a história do rádio foi permeada por aspectos peculiares, tanto em relação a esse tipo de mídia quanto ao contexto socio-histórico em que era lançado. O radialista Luiz Maranhão Filho, filho de um dos pioneiros do rádio pernambucano, o radialista Luiz Maranhão, nos concedeu-nos um depoimento esclarecedor sobre o rádio e suas origens, afirmando:

Basta pesquisar a História para encontrar diferenciadas manifestações de surgimento do veículo de comunicação social, vulgarmente conhecido pelo nome de Rádio. Em princípio, é preciso fazer uma distinção entre o que seja **Radiofonia** e o ato comunicacional que é a **Radiodifusão**. Entendemos no primeiro aspecto, a busca pela construção do artefato, ou seja, o invento que possibilitou a emissão de um sinal sonoro. No segundo caso, teríamos o uso de artefatos para divulgar a voz humana, no sentido de fazê-la chegar a diferentes povos e linguagens, em busca de um entendimento. [...] Classificaríamos como Radiofonia, as experimentações do italiano Guilherme Marconi. O que ele fez? Uma forma de transmitir, sem o auxílio de fios, um 'sinal sonoro' de 1.000 ciclos, a ser captado por seu irmão, a bordo de um navio, em Poldhu, na Terra Nova. Isto ele conseguiu, por isso foi possível desenvolver em laboratórios, as suas pesquisas, mais tarde atraídas pela Inglaterra e Estados Unidos (informação verbal)⁹.

As experiências de Marconi foram levadas adiante e, enquanto isso, um religioso brasileiro, conhecedor da Física, desenvolvia, entre os seus estudos, os princípios fundantes da radiodifusão, conforme argumenta Maranhão Filho,

[...] um sacerdote gaúcho, Roberto Landell de Moura, de uma família de religiosos, enquanto se preparava para a prática cristã em Roma, estudava também as descobertas da Física, tornando-se um cientista, criador de inventos na área que consideramos a Radiodifusão. De regresso ao Brasil e ocupando uma paróquia em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, ele usou suas horas ociosas para desenvolver suas plantas, obtendo com isto um artefato, composto de dois estágios, uma transmissão que se fazia móvel – (uma misteriosa maleta) e uma recepção, instalada no campanário da sua igreja (informação verbal)¹⁰.

O padre Landell de Moura, como ficou conhecido, por conta de suas experiências totalmente desconhecidas na sua época, foram vistas pela ignorância da população, como culto satânico, uma vez que os experimentos eram realizados em torno da sua igreja. Maranhão Filho, em seu depoimento em 2013, e melhor detalhado em Maranhão Filho (2000, p. 7, 8, 9) observa:

Para desenvolver a sua opção científica, o reverendo percorria, às horas mortas da noite e madrugada, as ruas da cidade usando o seu invento e gerando vozes captadas à distância, pela torre da igreja. Tal feito resultou na acusação de 'satanismo', revoltando os incrédulos da população que destruíram seu laboratório e o enxotaram da cidade. Em outro sítio, para onde foi levado, inclusive para a Capelania da Corte, concluiu seu aparelho, o que lhe possibilitou uma viagem aos Estados Unidos, onde o patenteou. O fato está documentado no Rio Grande do Sul, na Fundação que leva o seu nome (FEPLAN), enquanto a exibição pública do seu feito consta de edições na imprensa paulista, onde se registra a transmissão de vozes entre o Sítio do Cambuçu (hoje Avenida Paulista) e o alto de Santana, que

⁹ Entrevista concedida ao autor, 2013.

¹⁰ Entrevista concedida ao autor, 2013.

fica a 8 quilômetros do local de geração. O transmissor, remontado pelo Engenheiro gaúcho Otto Albuquerque, foi alvo de evento oficial em Porto Alegre, na presença do Ministro Guido Mondim, da área de comunicação, durante a ditadura militar.

Mesmo na sua fase pioneira, o rádio era percebido, principalmente pelos governos, como um meio de comunicação capaz de atingir distâncias não alcançadas pela mídia escrita da época e um eficaz formador de opinião das classes populares. Em 1929, surge nos Estados Unidos, em que pese já existirem naquele país as emissoras estatais, a primeira rádio comercial. A radiodifusão voltada para o mercado já estava a caminho, desde essa época. Enquanto isso, no Brasil, o rádio desenvolvia-se lentamente, de 1929 a 1939, quando a radiodifusão foi se tornando acessível às classes populares, um período marcado pelo fim da segunda guerra mundial. Segundo Meneguel e Oliveria (2013, p. 2-3),

A partir da década de 1930, Getúlio Vargas passou a fazer uso desse meio de comunicação para difundir o projeto político-pedagógico do Estado Novo, repassando a imagem de uma sociedade unida e harmônica, sem divisões e conflitos sociais. Por meio de um programa oficial, *A Hora do Brasil*, que deveria ser retransmitido por todas as emissoras do país, buscava-se difundir a informação, a cultura e o civismo, criando uma unidade nacional. Ao conhecer a história dos primeiros tempos do rádio no Brasil e a sua importância para a divulgação de uma ideologia, torna-se possível entender porque o poder público procurou, desde o início, manter sob controle os meios de comunicação.

No período compreendido entre 1923 e 1945, o rádio terá destaque nas políticas públicas, (CALABRE, 2003) com o Estado estabelecendo permanentes relações com a radiodifusão; com o surgimento da legislação específica (Decreto nº 16.657, de novembro de 1924) dedicada ao *Regulamento dos serviços civis de radioelegrafia e radiotelephonia*. As emissoras de rádio foram classificadas, nesse decreto, como do tipo do experimental. Nesse período, as emissoras de rádio foram construídas com o objetivo de transmitir uma programação eminentemente cultural e, de uma certa forma, elitista; não se pensava em cultura popular. O Governo, por questões políticas preocupava-se em controlar o conteúdo do que era transmitido, indicando uma clara sinalização do que seria, mais tarde, transformado em censura prévia das atividades de radiodifusão.

A era do rádio experimental e amador chega ao seu fim na década de 1930, quando foram fundadas 43 emissoras. A legislação estabelecida pelos Decretos nº 20.047 de 27 de maio de 1931 e 21.111, de março de 1932, respectivamente,

incentivou o surgimento dessas emissoras e consolidou uma estrutura favorável ao rádio. Segundo Calabre (2003, p. 3): “A nova legislação tornou o sistema de radiodifusão potente e eficaz, aperfeiçoando e atualizando o decreto de 1924. Era o fim de um rádio experimental e amador”.

A radiodifusão, desde as suas origens, manteve a preocupação com uma grade programática voltada para a educação e cultura. As emissoras pioneiras mantiveram-se nessa linha de programação, resistindo às pressões dos custos, uma vez que não comercializavam os seus programas; essa resistência continuou, inclusive, com o aparecimento das rádios comerciais. Entretanto, acredita-se que, por motivos de custos, segundo Meneguel e Oliveria (2013, p. 4), “[...] Em 1936, mediante a promessa de que os ideais de educação e cultura seriam preservados, Roquette Pinto doou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Cultura, dando início ao sistema de Rádio Educativas, no Brasil”.

Torna-se importante adentrar, ainda mais, na história da radiodifusão brasileira, principalmente no que tange ao papel do Estado, que exerceu controles rígidos e, dependendo do período em que eram situados, esses controles foram executados muitas vezes de forma perversa, tanto no rádio quanto nos demais meios de comunicação.

Nesse ponto, nos detemos nos aspectos fundantes do associativismo, do clubismo, do amadorismo, da experimentação radiofônica e de radiodifusão, o que nos levou às conclusões voltadas para a atualidade das rádios públicas e, principalmente, das comunitárias; esses aspectos, a nosso ver, são fundantes para a análise da gestão desse tipo de emissoras e, dos conteúdos dos programas constantes da grade de programação. Nesse sentido, as duas análises (gestão e conteúdos da programação) são complementares e interdependentes. A gestão reflete-se, basicamente, nos conteúdos da programação das emissoras. Os resultados dessas análises podem ser positivos e/ou negativos. A fim de reforçar o ponto de vista de que a gestão social nasce com a origem da radiodifusão. Nesse sentido, Maranhão Filho a esse respeito afirma:

Assim, a Radiodifusão, através de diversos feitos, é demonstrada como uma **manifestação artesanal, na busca pela construção de artefatos**, e numa **manifestação amadorística**, em relação ao seu uso. Para documentar tal afirmativa, poderíamos citar as invenções de um odontólogo paulista, José da Silva Bueno, também cultor da Física, que construiu um transmissor de um quilowatt, na cidade de Franca, onde instalou uma

emissora, a Radio Hertz, que não foi reconhecida como entidade, porque o responsável foi atraído por um industrial para se fixar na cidade de Ribeirão Preto, onde montou **outro artefato** para instalar a Radio Clube de Ribeirão Preto, esta com registro oficial de sociedade e por isso mesmo, apontada como 'a primeira rádio do interior do Brasil' – PRA-7 (informação verbal)¹¹.

O objetivo da narrativa de Maranhão Filho é, primordialmente, demonstrar que o pioneirismo do rádio, no Brasil, nasceu em Pernambuco, entretanto é possível perceber a importância que é conferida, pelo historiador, à condição artesanal, amadora e associativista da organização voltada para a radiofusão. Por outro lado, voltamos a nos referir ao poder criativo dos limites: as primeiras experiências radiofônicas foram executadas com os mínimos recursos possíveis; a criatividade foi a ferramenta principal para a alavancagem da radiofusão nacional, conforme (MARANHÃO FILHO, 2000, p. 7-9).

Contra-pondo-se a Maranhão Filho (2000), Zaremba e Aurélio (2006, p. 7), afirma:

[...] Dos anos 1920, quando o rádio começou no Brasil com os rádio clubes e sociedades, como esta aqui, que foi a primeira grande Rádio Sociedade do Brasil, porque não dá para dizer que a Rádio Clube de Pernambuco era uma rádio já em 16 de abril de 1919, como os pernambucanos insistem. Porque a Rádio Clube de Pernambuco foi experimentada no ar, saía do ar, experimentava no ar, saía do ar, ela não teve sequência.

Não nos parece pertinente polemizar esta questão, entretanto não entendemos que a intermitência – “entrar e sair do ar” – invalide o pioneirismo dos pernambucanos; muito menos que a experiência de radiofusão seja confundida com a experiência radiofônica, já referida anteriormente por Maranhão Filho¹².

Nesse sentido, buscamos uma terceira observação. Oliveira Menezes (2007, p. 84), observa:

[...] Assim, os historiadores consideram a Sociedade Rádio do Rio de Janeiro, fundada por iniciativa de Edgar Roquette-Pinto e de Henrique Morize, como a primeira estação de rádio no Brasil a realizar transmissões regulares, a partir de 1923. Nos debates sobre a história do rádio existe também a reivindicação dos pesquisadores que consideram a Rádio Clube de Pernambuco, instalada no Recife, como a primeira emissora brasileira. A instituição foi registrada juridicamente, em seis de abril de 1919, como Clube de Recepção de Radiotelegrafia e, depois, em outubro de 1923, como Rádio Clube.

¹¹ Depoimento concedido ao autor, 2013.

¹² Depoimento concedido ao autor, 2013.

Apesar das discordâncias quanto a qual emissora foi a pioneira, o importante é registrar a presença recorrente do associativismo, exercitado através de sociedades e clubes sem fins lucrativos, foi sendo enraizado desde as origens da radiofusão até ser retomado pelas rádios livres (1989/1991). Esse aspecto (o associativismo) tomaria, ao longo da História brasileira, uma importância significativa na construção e condução das organizações que viriam trabalhar as estruturas, com as quais dariam a base produtiva e operativa dos serviços de radiofusão.

A radiofusão, dada a relevância do seu processo de comunicação, foi regulamentada pelo Estado, tendo em vista que a abrangência do sinal radiofônico foi atingindo uma população cada vez maior e mais diversificada. O Governo via nas ondas do rádio a possibilidade de executar projetos de formação de uma unidade cultural nacional e o desenvolvimento de uma programação com fins educativos, científicos, artísticos e de benefício público; entretanto, além dessas funções serem extremamente complexas, as emissoras teriam que cumprir outras determinações, estabelecidas pelo Decreto nº 16.657 (1924), tais como: “**não transmitir notícias internas de caráter político**”, expressamente proibido pela legislação em vigor, sem a prévia permissão (censura) do Governo. Por outro lado, devido aos já referidos aspectos políticos, a lei estabelecia que, no caso de guerra ou qualquer tipo de convulsão política, o Governo poderia exercer o direito de suspender as transmissões de qualquer emissora particular, utilizá-la e, ainda, cassar a sua concessão. Daí, a radiofusão era reconhecida como bem público na sua regulamentação, todavia já estava claro que, a cada nova legislação para o setor, as emissoras de rádio sofreriam um intenso processo de controle pelo Estado, inclusive, por censura prévia. Por trás dos objetivos explícitos de construir a unidade cultural da Nação, através da programação radiofônica, havia uma agenda encoberta, preocupada com os conflitos políticos dessa época.

O rádio nasceu e se desenvolveu como um bem público e tornou-se, pelas suas características voltadas para o interesse comum, um serviço de natureza fundamentalmente pública. Nesse sentido, o controle exercido quer pelo Estado quer pela sociedade civil, provoca conflitos e há uma razão fundante para a sua existência: *o princípio da supremacia do público sobre o privado*. Nesse sentido, considerando todos os bens de interesse público e, dentro deles, a radiofusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), o princípio da supremacia do público sobre o privado permanece e embasa o reconhecimento e a positivação do direito

humano à comunicação. A questão é que, em relação ao controle, como seria realizada essa função, dentro do processo gerencial e operacional da radiodifusão comunitária?

3.3 A TEORIA GERAL DOS SISTEMAS

A compreensão do controle como função crítica para avaliar a eficiência e a eficácia da organização, nos remete à *teoria geral dos sistemas* (VON BERTALANFFY, 1973), tendo o cuidado de utilizá-la a serviço da análise crítica. Nesse sentido, recorreremos ao pensamento sistêmico com o objetivo de conceituar a relação orgânica, que a gestão social estabelece com o seu meio ambiente, no qual está inserida a organização (rádio comunitária), suas relações com o processo de vida das emissoras, mantendo-as em equilíbrio (homeostase), na medida em que as demandas das comunidades são tratadas como energia indutora de um processamento eficaz; ao atender tais demandas, significa uma resposta positiva ao meio ambiente (comunidade).

Vale ressaltar a importância da interdisciplinaridade nas ciências, proporcionada pela teoria dos sistemas, é vista por Mota (1998, p. 73-74), como uma grande contribuição.

Estamos presenciando um movimento *sui generis* no desenvolvimento científico. Parece que, repentinamente, todos os ramos do conhecimento, tornados estranhos uns aos outros pela especialização extremada, começaram a ressentir-se do isolamento em que se encontravam, passando a buscar mais e mais bases comuns. Talvez pela necessidade crescente de estudos interdisciplinares, capazes de analisar a realidade de ângulos diversos e complementares, talvez pela comunicação muito mais rápida e fácil entre especialistas em campos diferentes, começou-se a tomar consciência de que uma série de princípios, desenvolvidos nos diversos ramos do conhecimento científico, não passava de mera duplicação de esforços, pois outras ciências já os haviam desenvolvido. Isto não quer dizer, porém, que só haja uma ciência, ou que a Física, a Química e Psicologia tratem dos mesmos objetos. Seria tolice imaginar que todos os princípios e conclusões de uma aplicar-se- iam às demais. O que se foi percebendo é que muitos desses princípios e conclusões valiam para várias ciências, na medida em que todas tratavam como objetos que podiam ser entendidos como sistemas, fossem eles físicos, químicos, psíquicos, etc.

Na sua origem, a teoria geral dos sistemas suscitou muitas dúvidas quanto à eficiência de sua aplicação de modo tão amplo; a sua concepção foi percebida como uma teoria com tendências funcionalistas, entretanto – mesmo sendo um

conhecimento largamente utilizado pela teoria da informação – a possibilidade de servir de suporte para as mais diversas interdisciplinaridades, fez com que a teoria geral dos sistemas fosse considerada como uma, entre outras opções, para tratar a comunicação como um processo. Nesse sentido, Motta (2002, p. 74-75, grifo nosso), observa:

Com base nessa constatação, alguns cientistas orientaram suas preocupações para o desenvolvimento de uma teoria geral dos sistemas, que desse conta das semelhanças, sem prejuízos das diferenças. Nesse particular, salienta-se a obra do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy (1973) que concebeu o modelo de sistema aberto, entendido como complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com o ambiente. Em seu livro *General System Theory (Teoria Geral dos Sistemas)*, esse autor apresenta a teoria que tece considerações a respeito de suas potencialidades na Física, na Biologia e **nas Ciências Sociais**.

Os pressupostos e orientações básicas da teoria geral dos sistemas, segundo Von Bertalanffy (1973 apud MOTTA, 2002, p. 74) podem ser compreendidos pelos itens:

a) há uma tendência para a integração nas várias ciências naturais e sociais; b) tal integração parece orientar-se para uma teoria dos sistemas; c) essa teoria pode ser um meio importante de objetivar os campos não físicos do conhecimento científico, especialmente nas ciências sociais; d) desenvolvendo princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências, essa teoria aproxima-nos do objetivo da unidade da ciência; e) isso pode levar a uma integração muito necessária na educação científica.

O principal mecanismo para avaliar o nível de homeostase de um sistema aberto e o seu meio ambiente, constitui-se na realimentação, que permite o reprocessamento da informação e, como consequência, da eficácia ou não do processamento das informações, a qual resultará em novas informações positivas e/ou negativas de retorno. Um sistema aberto, vivo, eficiente e eficaz, mantém em permanente movimento esse processo.

A organização humana é um sistema vivo, aberto e as suas possibilidades de equilíbrio (homeostase), de estabilidade e evolução, dependem de um controle eficaz, que seja capaz de revelar os resultados positivos e/ou negativos que ameaçam e/ou reforçam a vida desse sistema. Assim sendo, as organizações para responderem de forma positiva às demandas do seu meio ambiente, carecem desse equilíbrio, que é alcançado pela relação do ambiente interno da organização com o

ambiente externo em que atua. O ambiente interno da emissora comunitária, em equilíbrio com as demandas da comunidade, seu ambiente externo, representa que essa organização está viva e, por isso mesmo, necessitando de atenção permanente em relação ao controle de suas atividades de gestão e da construção dos conteúdos de sua grade de programação.

O aspecto principal da homeostase está na capacidade de regular o ambiente interno, próprio da organização, e suas relações como sistema aberto com o ambiente externo. Em relação à radiodifusão comunitária, a função do controle pode ser percebida na dupla questão: quais são os reais objetivos da organização e em nome de quem o controle é exercido? O tipo de gestão e qualificação da grade programação poderá responder objetivamente esse questionamento.

As organizações, voltadas para o mercado capitalista, utilizam o controle, primordialmente, com objetivo de aferir os resultados, no sentido de poder manter a sustentabilidade das empresas e os lucros resultantes da relação receita menos despesas; entretanto, nas organizações sem fins lucrativos, de interesse público e órgãos públicos, o controle está voltado para o alcance dos fins sociais, aos quais se destinam. Nesse sentido, para exercer o controle social das organizações governamentais e não governamentais, a sociedade civil é a categoria que pode dar sentido a essa função: o controle social.

3.4 A GESTÃO SOCIAL

O que temos presenciado no Brasil, como consequência das ações do capitalismo e do seu modo de produção, é que as organizações têm uma tendência, inclusive na esfera pública, a eleger a *gestão estratégica* como modelo de gerenciamento. Os especialistas da área, a exemplo de Tenório (2007) contrapõem outro modelo, a *gestão social* à *gestão estratégica* identificando diferenças de propósitos em cada uma delas; enquanto a *gestão estratégica* prevalece o monólogo - o indivíduo -, na *gestão social* deve sobressair o diálogo – o coletivo. Outra questão básica refere-se à forma de controle de cada modelo de gestão; na *gestão social* o controle, em termos de prevalência, é exercido através da inversão dos conceitos adotados pela *gestão estratégica* referentes às seguintes relações: *Estado-sociedade* por *sociedade-Estado*; *mercado-sociedade* por *sociedade-mercado*; *capital-trabalho* por *trabalho-capital*. Nessas inversões de pares de conceitos, o

pressuposto da cidadania deliberativa é de fundamental importância tendo em vista que o controle exercido em cada modelo de gestão será na gestão estratégica reconhecida como uma *cidadania participativa*; no caso da gestão deliberativa em relação ao controle desse modelo a *cidadania deliberativa* amplia-se e tornar-se, de fato, participante nas decisões do processo de gestão.

As emissoras comunitárias carecem de uma gestão comprometida com a finalidade social. Nesse sentido, o modelo que apresenta as melhores condições de adequação e suporte para as ações gerenciais das emissoras comunitárias, encontra-se nos princípios e técnicas da *gestão social*.

O controle, como uma das principais funções das organizações, funciona como a realimentação, do sistema gerencial das emissoras de rádio; dessa forma: o planejamento, a organização, a direção, e o controle, fundem-se no princípio sistêmico, que rege a vida das organizações; como sistemas abertos, em permanente comunicação com os seus ambientes interno e externo. Nesse aspecto, é a função do controle que poderá revelar a homeostase (equilíbrio) ou a entropia positiva (desequilíbrio) do processo de vida ou morte da organização nas relações com seu meio ambiente.

Não é sem fundamento que se reclama por um controle social da radiofusão brasileira; positivada pelo Estado, a legislação vem se aperfeiçoando, inclusive, abrangendo as rádios comunitárias. Entretanto, a positivação dos direitos de transmissão sonora não encontra na prática das emissoras de rádio a sua realização plena; pelo contrário, o Brasil está longe de exercer o que determina o capítulo dedicado à comunicação social, onde são detalhados os objetivos sociais e culturais das emissoras de rádio. Portanto, a sociedade civil tem reclamado por um controle social efetivo, que não vem ocorrendo através do órgão que deveria executar essa tarefa: O Conselho de Comunicação Social. Como já foi referido, o grande problema desse Conselho é o seu caráter de órgão auxiliar, subalterno ao Parlamento brasileiro.

O conceito de controle social denota um significado de poder e dominação; e não podemos negar que isso possa acontecer a depender de quem o exerce. O controle social tem origem na sociologia e tem sido empregado, ao longo do tempo, para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social e as normas pelas a sociedade e os indivíduos estão sujeitos a cumprir em função dos padrões sociais e dos princípios morais. Nesse sentido, Mannheim (1971, p. 178 apud CORREIA,

2005, p. 104) define o controle social como; “Um conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

A heterogeneidade do uso do conceito de controle social nos mais diversos contextos metodológicos aponta para uma trajetória polissêmica, principalmente quando muda o foco do objeto a ser controlado. Assim, na educação Duarte (2006, p. 4) observa:

Como se trata de recursos públicos é direito de qualquer cidadão entender e controlar a vinculação e aplicação desses valores, para tanto, a disponibilidade de mídias acessíveis constitui parte da estratégia política necessária ao exercício da cidadania em âmbito local ou mesmo nacional. Diante da realidade político-administrativa brasileira, estrutura em três níveis de governo com autonomia de gestão financeira e convivendo com vinte e sete governos estaduais e mais de cinco mil governos municipais, a necessidade maior de participação da sociedade civil, no que diz respeito ao controle social, é vista como um estratégia central para viabilizar a implementação da política social de Estado a despeito dos recursos educacionais constitucionalmente vinculados.

No âmbito jurídico, Fortes (2013) aborda o tema, trabalhando com os conceitos da Sociologia do Direito: direito, sociedade e controle social. Diante disso a autora, considerando a sociabilidade humana, observa:

Existem diversos meios que servem para regular as condutas dos membros da sociedade visando à harmonia da vida social. Entre eles podemos destacar a religião, a moral, as regras de trato social e, obviamente, o Direito. Paulo Nader (2007, p. 31 apud FORTES 2013, p. 5) afirma que ‘o mundo primitivo não distinguiu as diversas espécies de ordenamentos sociais. O Direito absorvia questões afetas ao plano da consciência, própria da moral e da religião, e assuntos não pertinentes à disciplina e equilíbrio da sociedade, identificados hoje por usos sociais’. No entanto, é certo que hoje não podemos confundir as diferentes esferas normativas. Cada instrumento de controle social possui uma faixa de atuação, um objetivo específico. A faixa de atuação do Direito é **regurar a conduta social**, visando à ordem e o bem comum. Por este motivo, ele irá disciplinar apenas os fatos sociais mais relevantes para o convívio social. Ele irá disciplinar, principalmente, as relações de conflitos e, quanto às relações de cooperação e competição, somente onde houver situação potencialmente conflituosa (FORTES, 2013, grifo nosso).

No campo da comunicação, o controle social nos parece estar em construção através de novos modelos e propostas, devido à inconsistência, comprovada, até hoje, dos conselhos municipais estaduais e do Conselho de Comunicação Social, sobre o qual já nos referimos. Nossa visão recai sobre novas formas e novos tipos de conselho, com expressiva participação da sociedade civil e da *cidadania*

deliberativa. Assim, Ferreira (2009, p. 7-8) ao propor um texto de apoio para debate, objetivando um seminário preparatório para a I CONFECOM, argumenta:

[...] O controle sobre os meios de comunicação precisa surgir como reflexo de vitalidade do tecido social, mais do que chegar à formulação de procedimentos standardizados e outros mecanismos de decisão sobre o que vai acontecer com este ou aquele meio de comunicação. Mecanismos claramente reconhecíveis e com legitimidade social são necessários e importantes, mas não completam o processo de controle social sobre a mídia. Esse controle teria que ganhar cores de inversão do processo de imposição de padrões estéticos e valorização de modos de organização da vida das pessoas e da sociedade.

Vale reafirmar, cada necessidade social reconhecida exige algum modo específico de organização da sociedade para exercitar controle sobre o atendimento a ela. A padronização pode até apontar para canais de expressão desse controle, mas não são suficientes para permitir que a população escape das prescrições de comportamento e auto-avaliação. Pelo contrário, a própria exigência de realização de controle corre o risco de ganhar matizes de uma nova prescrição para a organização social.

Chegamos, então, à necessidade de definir uma posição sobre as propostas de organização do controle social sobre os meios de comunicação. Defendemos a tese de que será preciso ir além do formalismo de mecanismos que corram o risco de se estereotipar. Será preciso garantir a diversidade de formas de organização do controle social, segundo as características da população interessada e do meio em questão. Claro, não haverá como deixar de lado a existência de instâncias de controle. A existência dessas consiste em exigência para a efetividade de qualquer política pública. Vamos precisar estabelecer instâncias socialmente reconhecíveis e com credibilidade. No Brasil contemporâneo, essas instâncias têm tomado a forma de conselhos, como instâncias de controle social sobre a execução de políticas públicas. Neste caso, quaisquer conselhos deverão atender à norma de participação majoritária da sociedade civil em sua concepção. Isto não significa restringir o papel do Estado nesse processo, mas apontar um norte para sua atuação como gestor e mediador desses processos.

Entretanto, mais do que se estabelecer como conselhos de controle social, será preciso que essas instâncias sejam definidas com a atribuição de produção de debate social sobre as formas adequadas de exercer controle social sobre cada tipo de meio de comunicação. Será preciso que haja abertura, garantida por lei, para uso de formas alternativas de acompanhamento do comportamento de cada meio e das diferentes dimensões percebidas pela sociedade no tema da comunicação. Por exemplo, a campanha 'Quem financia a baixaria é contra a democracia' deveria ser considerada como um organismo vinculado à instância de controle social e manter suas atividades e autonomia [...].

Portanto, o controle social deve sero exercício da cidadania para que a sociedade civil organizada faça com que os meios de comunicação possam, segundo Ferreira (2009, p. 9) desenvolver caminhos estéticos, representacionais, que tenham a ver com as nossas vidas. Nessa perspectiva, a organização das rádios comunitárias é parte integrante desse pressuposto e a sua unidade

operacional, fundamental, é a sua *gestão*. Portanto, é importante para que possamos compreender qual o modelo de gestão adotado pelas emissoras comunitárias em relação à participação da sociedade civil, representada simetricamente pela sua comunidade.

O papel da cidadania, quando abordamos a sociedade civil, estendendo-o aos mais diversos níveis de participação resulta na combinação de conceitos relevantes para a radiofusão comunitária: *cidadania participativa*; *cidadania ativa*, *cidadania plena* e; na inserção dessa categoria no campo da gestão social, todos esses atributos cidadãos são imbricados num tipo de cidadania comprometida com a organização das comunidades: a *cidadania deliberativa*. Nesse sentido, a gestão social deverá ter o suporte da compreensão dos conceitos de *cidadania deliberativa* bem como os conceitos de *esfera pública e sociedade civil*. Tenório (2007, p. 12) define:

Cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Para entendermos esta possibilidade decisória, [...] recuperamos os conceitos de *esfera pública e sociedade civil* para então definirmos os conceitos de *liberalismo* e *republicanismo*, essenciais para a compreensão do significado de *cidadania deliberativa*.

Assim, finalidades sociais constituem e justificam a *gestão social* como um conceito dinâmico, na medida em que se volta para a sociedade em seus aspectos primordiais, propondo-se a servir como suporte de decisões compartilhadas pela *cidadania deliberativa*. Entretanto, em que pesem as justificativas da função social das organizações, esse tipo de gestão deve preocupar-se com a sustentabilidade da organização, utilizando de forma ordenada, racional e transparente, no sentido de manter vivo o sistema que administra. No que se refere às gestões voltadas para o mercado, ressalta-se que a Constituição Brasileira (1988), estabelece no Art.170: “[...] a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, [...] assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios [...] I – soberania nacional; II – propriedade privada; III - **função social da propriedade** [...]”, portanto, as organizações do setor privado, como manda a Carta Magna do Brasil, devem ter o compromisso com a função social, quando trata-se da exploração da propriedade.

3.5 A GESTÃO SOCIAL E AS EMISSORAS COMUNITÁRIAS

Peruzzo (1998) percorre um exaustivo e profundo estudo em relação à questão da gestão, detalhando o tema a partir da passividade das comunidades à participação-poder. Nesse sentido essa autora toma por base os conceitos de *co-gestão* e de *autogestão*, acreditando ser possível englobar em três diferentes modalidades de participação popular, numa perspectiva mais ampla de ação coletiva: *a participação passiva, a participação controlada e a participação-poder*, que não são necessariamente cronológicas nem se excluem mutuamente, porque podem concretizar-se dialeticamente:

Participação passiva - Mesmo que não se envolva ativamente ao assumir uma postura de espectador e de conformismo, a pessoa desenvolve um tipo de participação. Ela consente, se objetiva, se submete e simplesmente delega o poder a outra. **Participação controlada** (limitada e a manipulada) - Ela pode ter seu início em decorrência de pressão das próprias bases, como uma conquista, ou ser concedida, como uma oferta de cima para baixo. Assim, conquista-se ou ganha-se a possibilidade de fazer um “planejamento participativo” ou de ter parte nos lucros da empresa. Tal modalidade é ‘controlada’ por se dar com base em determinadas restrições – ou seja, é limitada – e ainda por poder ser manipulada. [...] A participação controlada é **limitada**, ou seja, é favorecida e possível somente nos aspectos ou até o ponto que as instâncias detentoras do poder permitirem; No exercício da **participação manipulada**, muito do que está em jogo não é explicitado. As intenções manifestadas de solução de problemas e de autopromoção da comunidade podem andar de mãos dadas com interesses pessoais, político-partidários e eleitorais. O clientelismo e o paternalismo são corriqueiros neste tipo de experiência. Estabelecem-se relações de dependência e de ‘freguesia’ com alguém que ‘doa’ benefícios, cuja retribuição esperada é o voto na época da eleição. **Participação-poder** - Esta modalidade é constituída com base em processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeito (PERUZZO, 1998, p. 78, 79, 80, grifo nosso).

Segundo Peruzzo (1998) em relação à *participação-poder*, exercício do poder é partilhado e, por outro lado são expressões do poder-participação a *co-gestão* e a *autogestão*. Nesse sentido Peruzzo (1998) aproxima-se significativamente dos pressupostos da *Gestão Social*, ao trabalhar as categorias *co-gestão* e *autogestão*. Para essa autora:

Cogestão: coparticipação ativa no gerenciamento de uma instituição, uma associação sem fins lucrativos, uma empresa ou um órgão público. Ela implica o acesso ao poder e à sua partilha, mas com limitações. Delegam-se parcelas dele, descentralizasse-o até certo ponto, mas as decisões centrais permanecem reservadas à cúpula hierárquica, não se alterando a

estrutura central de poder [...]. Por outro lado, a *co-gestão* tem um campo imenso para concretizar-se no nível das organizações populares ou comunitárias, em relação ao poder público, principalmente o municipal, ou a instituições prestadoras de serviço, como a escola, a segurança, os meios de comunicação. **Autogestão**: no **sentido estrito**, a autogestão refere-se à participação direta da população nas associações e nos órgãos do poder público ou dos trabalhadores nas empresas, no que se refere à tomada de decisões. Vista de **forma mais ampla**, ela não se circunscreve ao âmbito de uma associação, de um município ou de uma unidade de produção nem só ao mundo econômico, mas abrange todas as esferas da vida econômica, social política jurídica e cultural. [...] Autogestão é a negação de heterogestão e da burocracia. A heterogestão funciona na base da relação dual entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla e o que executa. Ela 'naturaliza' a função diretiva do capital sobre o trabalho, da dominação do Estado e a submissão das pessoas. [...] (PERRUZZO, 1998, p. 82, 83, 84, grifo nosso).

A nosso ver, Peruzzo (1998) quando trabalha com o conceito de “*heterogestão*” e “*autogestão*”, a autora aproxima-se significativamente da *gestão estratégica* e da *gestão social*, respectivamente. Sendo assim, ao discorrer sobre o poder compartilhado, afirma que ambas as formas de participação-poder - cogestão e autogestão - implicam o exercício da decisão partilhada e requerem a existência de canais desobstruídos, informações abundantes, autonomia, co-responsabilidade e representatividade. E ainda enfatiza: “O poder é a questão central nessa temática” (PERRUZZO, 1998, p. 87).

Ao considerar as dificuldades advindas dos conflitos de interesses - o popular é campo de diversidades - a mesma autora (1998, p. 88), afirma que “ele deve ser solidário e partilhado, revestindo-se de certos atributos, como os apontados por Demo (1998, p. 86-87 apud Peruzzo, 1998, p. 88-89) sob a denominação de “características participativas da comunidade”:

1. O poder vem de baixo para cima, sendo detentor dele o próprio movimento, não se admitindo a existência de membros com privilégios “nem famílias reais” ou coronéis; 2. Quem está no poder não é dono dele, tendo-o recebido da comunidade, por delegação, entendendo-se o comando como “autoridade ministerial”, ou seja, de serviço; 3. O delegado deve constantemente prestar contas à base, que, ademais, pode depô-lo sempre que o desejar, dentro de regras de jogo preestabelecidas; 4. Todos os membros têm direito ativo e passivo ao voto, elegendo seus representantes ou sendo escolhidos como tais; em casos mais radicais, todos são candidatos a ser designados pela base para, em sistema de rodízio, ocupar o comando, mesmo que alguém não seja propriamente um líder nem entenda de administração e gestão; e 5. Estabelecem-se regras comuns quanto ao exercício do poder – que só se mudam mediante assembleia ou votação geral -, no que diz respeito, por exemplo, à rotatividade, à destituição do cargo, à prestação de contas e ao controle burocrático.

A *gestão social* está inserida no campo da Economia Social, que envolve o *terceiro setor* e suas relações com o *primeiro setor* - capitalista com fins lucrativos - e o *segundo setor* - o público que visa o interesse comum da sociedade civil -; cabe, portanto, à *gestão social* estabelecer relações democráticas com todos os setores da economia, visando à integração do desenvolvimento do país.

A Economia Social esteve, durante um longo período, voltada para a economia solidária, o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo - apoio mutual entre as pessoas, precursor do moderno sistema de seguros - objetivando as formas eficazes de organização das mais diversas atividades produtivas, desde produtos de consumo aos serviços prestados, também, dos mais diversos tipos. Nesse sentido, A Economia Social pode então atuar junto ao Estado no sentido de implementar políticas sociais, efetivando o conceito de *cidadania deliberativa* e *administração pública ampliada*.

Importante ressaltar que as rádios comunitárias são organizações que já nascem fundadas nos princípios da gestão social, devido a vários aspectos: a) criadas e mantidas pelas Associações Comunitárias às quais estão, hierarquicamente, subordinadas; b) têm que responder às comunidades com uma gestão capaz de atender ao que foi demandado pela própria comunidade; 3) o ciclo sistêmico mantém a dinâmica permanente da reapropriação da informação que retorna para (e de) onde partiu. Portanto, é na relação entre as demandas da comunidade e as ações da emissora - gestão e programação - que pode-se avaliar a eficácia das rádios comunitárias. Para Tenório (2007, p. 7),

O conceito de gestão social [...] relaciona-se como o conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política. O que se busca, dessa forma, é o atendimento das atuais necessidades e desafios da administração quanto à democracia e à cidadania participativa, aplicando-se técnicas de gestão que consideram o intercâmbio dos vários atores envolvidos nos processos gerenciais, estimulando o convívio e o respeito às diferenças.

Em diálogo com Tenório (2007), Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012, p. 161) observam que a gestão social, por sua vez, caracteriza-se por:

comandada pela razão comunicativa, pelo agir comunicativo; enfatiza a ação gerencial dialógica, participativa; o processo decisório, é exercido por meio dos diferentes sujeitos sociais; baseada no entendimento mútuo entre

atores/sujeitos, na harmonização interna dos planos de ação pelos atores; exige a presença do discurso argumentativo sujeito a três pretensões de validade: veracidade, correção normativa e autenticidade, e atuação dos atores com base na cidadania deliberativa.

Nesse sentido, observamos vários encontros dos gestores de emissoras comunitárias de Pernambuco. O Encontro da ABRAÇO-PE, em Garanhuns (2012) reuniu as emissoras comunitárias do Agreste Meridional do Estado; na ocasião, Joeides Pereira, representante do Ministério das Comunicações, no que tange aos aspectos de gestão das rádios comunitárias, observou que, as maiorias das emissoras desativam a Associação Comunitária, invertendo a hierarquia de **Associação-emissora** para funcionar (irregularmente) como **emissora/Associação**. Assim verificamos, observamos os seguintes trechos da fala do representante do Ministério das Comunicações: primeiro, sobre a supremacia hierárquica da Associação Comunitária sobre a emissora:

[...] independente da militância política que a entidade vem a fazer, mas existe uma **lei posta que precisa ser cumprida, é ruim? É ruim, a lei é péssima, ela é atrasada**, mas o importante é que as coisas caminhem juntas [...] há um avanço nessa legislação, mas tudo isso é fruto de uma luta política, **mas não se pode pegar a associação, jogar na gaveta e colocar a rádio como o ente principal, ou seja, a rádio é uma entidade mantida pela associação, ela não é a entidade principal, a rádio inexistente sem a associação**. Eu estou colocando isso, porque [...] o comportamento é linear, as pessoas esquecem a associação, que é o traço jurídico pra colocar a rádio como o principal, e aí trazer essa reflexão para a ABRAÇO (informação verbal)¹³.

As Associações Comunitárias são, legalmente, as Entidades Mantenedoras das rádios comunitárias; portanto, as observações do representante do MiniCom, Joeides Pereira¹⁴ voltaram-se não somente para as questões jurídicas, de ordem legal, mas enfatizaram os aspectos práticos dos fundamentos da radiofusão comunitária, no que tange à gestão dessas emissoras:

[...] A outra discussão, eu acho que as rádios comunitárias têm **um papel importantíssimo junto à sociedade**. Eu também enquanto servidor público, observando do lado de dentro, eu percebo que **é chegado o momento de vocês começarem a assumir o papel de presidentes, presidentes não só das rádios, mas das associações**. Porque é essa a complicação, porque vocês jogam a entidade jurídica na gaveta e acham que rádio substitui isso, e aí você tem problemas diversos como: ata de

¹³ Palestra proferida por Joeides Pereira no Encontro da ABRAÇO-PE, em 2012 na cidade de Garanhuns.

¹⁴ Depoimento concedido ao autor, 2013.

eleição atrasada, imposto de renda não declarado, problemas de fazer alterações sem comunicar ao Ministério. Se a gente for listar... [...] Eu estou colocando isso com muita ênfase, já pra vocês saírem daqui e fazerem um *check list* no que tem de certo e de errado nas associações de vocês, **não é nas rádios, é nas associações**. Então, é importante que vocês estejam atentos. Mas a gente precisa entender que se não tiver uma entidade (a ABRAÇO) representante forte, a ANATEL vai continuar fazendo o que está fazendo com vocês, continuar abusando do seu poder. [...] (informação verbal)¹⁵.

Em seguida, Joeides Pereira, enfatizou na sua segunda observação, chamando a atenção para a necessidade do fortalecimento da radiofusão comunitária através do processo de **aglutinação** do maior número, possível, de emissoras:

Outra coisa que o professor (José Mario Austregésilo) coloca com muita propriedade e é isso que me motiva a vir aqui, é justamente essa **aglutinação, ou seja, não existe entidade de classe forte sem ter uma participação efetiva dos seus associados**, porque se vocês se vocês fizerem um estudo, tudo o que está posto na lei de rádio comunitária ela tem o dedo da ABRAÇO. [...] Todo o movimento que aconteceu na transformação da reforma agrária no Brasil, **o MST tem um papel importante, porque eles são organizados**, então é chegado o momento desse setor (a radiofusão comunitária) se organizar sob pena de não avançar nesse processo de democratização da comunicação. **Tendo em vista que a comunicação é ouro, eles não querem perder o controle disso** (informação verbal)¹⁶.

Nos encontros nacionais, regionais, estaduais e locais, promovidos pela ABRAÇO (Nacional e Estadual-PE), percebemos, diante do quadro de problemas apresentados, principalmente os de gestão, a necessidade da construção de um plano de gestão social, destinado à diretoria da ABRAÇO-PE e extensivo às suas associadas. A questão central reside em discutir o conceito de *gestão social*, como o mais adequado às organizações de radiofusão comunitária, evitando, dessa forma, a prática da *gestão estratégica*, mais utilizadas por organizações que trabalham em função do mercado. Nesse sentido, o conceito de *gestão social*, segundo Tenório (2007, p. 7) é “substanciado pela necessidade de que todos os participantes da ação, gestores e usuários, tenham igual direito no processo de tomada de decisão. Sob esta noção, a verdade é a promessa de consenso racional, e os acordos são alcançados por meio da discussão crítica”.

¹⁵ Palestra proferida por Joeides Pereira no Encontro da ABRAÇO-PE, em 2012 na cidade de Garanhuns.

¹⁶ Palestra proferida por Joeides Pereira no Encontro da ABRAÇO-PE, em 2012 na cidade de Garanhuns.

Torna-se viável, pela nossa experiência na área, elaborar um plano de gestão social, desde que o grupo interessado demonstre sua efetiva determinação em construir e participar das atividades do planejamento. Embora a construção do plano de *gestão social* seja, fundamentalmente, construído pelos participantes, é necessária a presença de um consultor, que funcione como **facilitador do grupo**, através de palestras, discussões e debates, que permitam uma coleta de dados e informações sobre o campo da radiofusão comunitária, seus problemas, desafios e oportunidades; seus campos de forças e fraquezas. Esse esforço conjunto deverá gerar um auto-diagnóstico dos problemas da organização. Sendo assim, a compreensão da *cidadania deliberativa*, entre outros fundamentos da *gestão social*, representa a condição indispensável à realização do projeto de gerenciamento de uma organização, fundada na *gestão social*.

Nesse sentido, com a efetiva participação do grupo de gestores, foi possível: sistematizar as informações colhidas; elencar os dados quantitativos e qualitativos, priorizando o segundo grupo; e encaminhar as informações para os dois eixos de questionamento da emissora: **Gestão**: como se comporta a gestão dessas emissoras, do ponto de vista interno, em relação à Associação Comunitária; como se comporta a atuação do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário e; do ponto de vista externo, como se comporta a organização, seu planejamento, sua estrutura, em relação à comunidade; suas formas de controle social; em relação à sustentabilidade: quais as ações desenvolvidas no sentido de obter parceiras e apoios culturais; **Grade de programação**: como está estruturada a grade de programação da emissora, as categorias, os gêneros e os formatos dos programas da emissora.

A análise dos dados colhidos e sistematizados em relação aos dois eixos - *gestão e grade de programação* - deve ser foisubmetida à uma sequência de validações na prática (*o ser*), das emissoras comunitárias, a respeito dos conceitos que fundamentam esse tipo de radiofusão, em termos dos pressupostos da *gestão social*.

No sentido de responder à questão: sobre qual tipo de gestão, mais adequado, deve ser construído para as emissoras comunitárias, elaboramos dentro do nosso plano de pesquisa um cronograma de reuniões, discussões e observações, envolvendo os diretores de seis emissoras interessadas em modernizar a sua gestão: Rádio Goitacaz Fm, de Glória do Goitá; Rádio Santana

FM, de Ribeirão Preto; Radio Jovem Cap FM, de Capoeiras; Rádio Digital FM, de Escada; Rádio Amparo FM, de Olinda; e Rádio Sol FM, de Olinda.

Nessa direção, após uma sequência de 10 reuniões, durante dois anos, com o grupo envolvido, foi construído um escopo conceitual que pôde, de forma transparente, aproximar-se dos problemas internos e externos da gestão dessas emissoras. O auto diagnóstico foi realizado cruzando o campo de força (problemas e potencialidades), com o campo das oportunidades. Por outro lado, o uso do poder dos limites nas relações sociais com a comunidade e a sociedade civil, bem como o exercício da representatividade nas relações com o Governo, as ONGs, inclusive o mercado, e outros parceiros serviram, como bases importantes, na construção das alternativas de solução para os problemas de gestão das emissoras comunitárias pesquisadas.

3.6 CONSTRUINDO O PLANO DE GESTÃO SOCIAL

A nossa preocupação em relação à construção de um plano de gestão social, conforme referência feita pressupõe uma metodologia de trabalho em equipe, com a participação efetiva e ativa dos integrantes das emissoras. Logo, das doze emissoras pesquisadas para **análise de conteúdo da programação**, selecionamos seis delas para a **análise da gestão**, uma vez que essas emissoras escolhidas compareceram a um número significativo de reuniões e produziram dados que foram anotados e sistematizados.

Portanto, torna-se importante a recorrência aos princípios da *autodeterminação* e do *empoderamento*, em relação ao processo de transformação da organização das emissoras que, neste caso, deve funcionar como um facilitador do processo para a identificação dos problemas, das oportunidades, das alternativas de solução e das formas de ação, no sentido de que a compreensão do tipo de gestão adotado pelas emissoras pesquisadas. Nesse sentido, para que nosso planejamento funcionasse, trabalhamos com um diagnóstico, desenvolvido pelos próprios participantes do grupo pesquisado, ou seja, um auto-diagnóstico.

O plano de gestão social deve, em princípio, considerar a organização como um sistema aberto, em interação com o seu ambiente externo. A organização deve buscar a sua eficácia nos resultados planejados, mantendo, assim, o equilíbrio entre e seu ambiente interno em relação ao ambiente externo, com o qual deve interagir

positivamente. Dessa forma, é fundamental que o diagnóstico dos problemas contemple os aspectos internos, ligados diretamente à estrutura da emissora, bem como os aspectos externos, verificando as relações que a rádio mantém com a comunidade, a sociedade, parceiros e outros grupos de entidades ligadas ao setor da radiofusão.

Para um trabalho que se pretende participativo, é necessário buscar suporte nos conceitos e pressupostos da teoria da gestão social. Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012) em seus estudos de gestão social, consideram os princípios norteadores do **Programa Territórios da Cidadania-PTC**¹⁷ revelando como a prática de gestão pode aparecer nos processos de participação social em municípios rurais. O foco principal desses pesquisadores volta-se para averiguação dos avanços que a gestão social pode produzir em termos de cidadania nos ambientes estudados. Sobre isso, investigam, também, “as relações existentes que se estabelecem no processo da prática de gestão social e com mais precisão as que na forma participativa ajudam a constituir programas que se refletem na sociedade” (ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012, p. 58).

Observamos que essa vertente de uso dos pressupostos da gestão social remete a um tipo de concepção oportuno no sentido de uma nova compreensão da comunidade; parece-nos que a comunidade entendida como **território de cidadania** expande a concepção, não somente geográfica, mas no sentido de uma integração com outros territórios: os rurais com os urbanos; os periféricos com os centrais; os do norte e os do sul; os do governo e o dos governados; o dos iguais e o do diferentes. Há, portanto uma infinidade de territórios a serem identificados como espaços da cidadania. Cujas questões dos territórios remete ao tema do desenvolvimento local.

Ruas (2004) desenvolveu um bem intencionado estudo sobre as potencialidades da radiofusão comunitárias, entretanto, em que pesem as contribuições desse estudo, as expectativas em torno das possibilidades colocadas como capacidades das emissoras comunitárias acarretam um *dever ser* insuportável

¹⁷ Desenvolvido pelo Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial da Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O programa tem como finalidade articular, promover e apoiar iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os ao processo de desenvolvimento nacional e promover a melhoria das condições de vida das suas populações (BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2005, p. 5 apud ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012, p. 163).

para esse tipo de emissora. Somos de opinião que o rádio pode e deve figurar como “um” dos “diversos” atores estratégicos para o desenvolvimento local.

Considerando os limites e potencialidades das emissoras comunitárias há que se ter cautela com a afirmação de Ruas (2004, p. 48, grifo nosso) em relação ao objetivo de suprir necessidades ou promover melhorias na qualidade de vida, como segue abaixo: “Criada com o objetivo de **suprir necessidades** ou promover melhorias na qualidade de vida de determinado segmento da população, a rádio comunitária promove a conscientização, a educação não formal e o desenvolvimento de consciência crítica”.

Positivamente, em relação ao confronto com a grande mídia, concordamos com Ruas (2004, p. 50), quando observa que a “busca de transformação da comunicação de massa para comunicação segmentada representa uma alternativa legítima de expressão das classes e grupos excluídos, no universo da comunicação”. Concordamos também com Cogo (1998, p. 43 apud RUAS, 2004, p. 50):

[...] não significa que essa outra comunicação, no caso a comunitária, tenha de se contrapor à comunicação de massa ou simplesmente negar ou descartar muitos dos referenciais contidos nos meios de massa (conteúdos, linguagens, formatos), que refletem o universo cultural da maioria dos receptores. A comunicação é popular ou comunitária não por contrapor-se à burguesia, mas pela forma de inserir-se num processo de transformação da realidade.

A nosso ver, a questão de maior importância no estudo de Ruas (2004, p. 87, 88, 93, 94, grifo nosso) volta-se radiodifusão comunitária e o desenvolvimento local na afirmação:

Verificou-se que, com o auxílio do desenvolvimento tecnológico, o rádio colocou e vem colocando todas as suas potencialidades a serviço da vida econômica nacional, consolidando-se como meio de múltiplos objetivos, de expressão popular e integração nacional e, agora, como veículo local, apto também a fomentar o desenvolvimento local. [...] A sociedade contemporânea tem sido tão fortemente influenciada pelo movimento de mundialização, que a Europa, diferentemente do Brasil, já percebendo a **importância do local sobre o global**, despertou interesse pelo tema há mais de 20 anos. [...] Os integrantes desse veículo local devem ser capazes de assessorar, planejar e executar políticas de comunicação voltadas para revelar as potencialidades da comunidade, em favor do desenvolvimento local. Devem colaborar no despertar do conhecimento de suas próprias deficiências, carências e problemas de todas as ordens, no sentido de conscientizá-las e encorajá-las a tomar soluções pelos caminhos corretos para resolvê-los de suas próprias deficiências, carências e problemas de todas as ordens, no sentido de conscientizá-las e encorajá-las a tomar

soluções pelos caminhos corretos para resolvê-los. Dessa forma, o autêntico desenvolvimento local, segundo Ávila (2000a, p. 71) pode ser considerado como: '[...] aquele que emerge do desabrochar de capacidades, competências e habilidades no âmbito e do seio da própria comunidade, isto é, de dentro para fora'. [...] Seguindo o raciocínio, esta pesquisa investigou de que forma um meio de comunicação, a rádio comunitária, pode atuar no **fomento do desenvolvimento local**, por meio da análise de sua inserção com a comunidade.

A “importância do local sobre o global”, acima referido por Ruas (2004), reflete uma interpretação, nosso ver a partir de pressupostos da globalização e seus efeitos sobre a comunidade; não descartamos a importância do local, entretanto o global, ao mesmo tempo em que reforça as identidades locais, provoca uma diversidade cultural, expressa no imbricamento de culturas dos mais diversos continentes.

Entendemos, em relação ao papel da rádio comunitária como fomentadora de desenvolvimento local, como um processo de estímulo, de divulgação das ações da comunidade. Alguns sinônimos de “*fomentar*” podem nos ajudar na compreensão desse termo: *estimular, desenvolver, impulsionar, preparar, promover, provocar etc.* Nesse sentido, o termo polissêmico logo necessita de uma maior objetivação em seu uso.

Parece-nos, depois de atribuir **a tarefa de ser a gestora do processo de comunicação de sua localidade, por meio da radiodifusão comunitária** (grau de envolvimento sem suporte nas rádios comunitárias) o texto abaixo esclarece mais objetivamente o envolvimento da radiodifusão comunitária como aquele ator que tem “uma grande importância” (RUAS, 2004). Entretanto, há que se ter cautela com as observações sobre o papel das emissoras comunitárias em relação ao desenvolvimento local pela atribuição de um *dever ser*, segundo já foi referido insuportável para essas emissoras, senão, vejamos:

Assim, a comunidade ao assumir a tarefa de ser a gestora do processo de comunicação de sua localidade, **por meio da radiodifusão comunitária**, sensibilizando a comunidade e as autoridades envolvidas que podem ser locais e ou regionais, face aos problemas e às estratégias para implementação de ações promotoras do desenvolvimento local, podem ser mais bem dirigidas e trabalhadas, maximizando a possibilidade de sucesso. [...] Julga-se fundamental entender a **grande importância** das emissoras comunitárias para o fomento do desenvolvimento local. Elas **informam**, ajudam a comunidade a pensar, agir, conhecer e **cobrar soluções** para os problemas. Enfim, a exercer sua cidadania. Porém, o fator determinante para que essas emissoras possam agir como promotoras do desenvolvimento local será, única e exclusivamente, **a forma como a comunidade se apropriará delas** (RUAS, 2004, p. 91, 95, grifo nosso).

O que procuramos interpretar no estudo de Ruas (2004) é que a autora quando discute o desenvolvimento local relacionando-o à radiofonia comunitária, está, a nosso ver aproximando-se, mesmo que um pouco, de uma visão do conceito de *território de cidadania*. Sendo assim, o desenvolvimento local encontra maior viabilidade quando se reúne várias comunidades, com os mesmos problemas, criando dessa forma um *território de cidadania*, onde cada comunidade, na interação de suas demandas, pode estender o campo de aplicação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento.

O que nos parece adequado e mais atual é a concepção de comunidade como ator, entre outras comunidades, de um território de cidadania. Nesse sentido o desenvolvimento local torna-se com maior possibilidade de viabilidade; sem, no entanto, envolver as rádios comunitárias fora do seu papel de informar, formar opinião, cobrar soluções, debater problemas todos - ligados a questões, entre outras - ligadas ao desenvolvimento local. Portanto, torna-se necessário que a gestão das emissoras comunitárias modernize-se no sentido de adotar um modelo adequado ao seu tipo de organização. Para tanto, é preciso diagnosticar como se encontra, hoje, a gestão dessas emissoras.

Nesse sentido, é necessária e importante, uma escuta aos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), chamando a nossa atenção para a permanente dinâmica dos territórios nacionais:

As alterações nas fronteiras estaduais e municipais são o testemunho das muitas mudanças ocorridas no pacto federativo da República brasileira. Tais mudanças repercutiram na definição de como seu território foi sendo subdividido entre suas esferas político-administrativas, reconfigurando, continuamente, o mapa político do País. A Divisão Territorial Brasileira pode ser considerada uma das mais dinâmicas dos países ocidentais, principalmente no que se refere à criação de municípios e à alteração de suas divisas. Esta dinâmica, associada à municipalização, pós-Constituição de 88, e ao novo conhecimento do território viabilizado pelos avanços tecnológicos, criou um cenário complexo de questões relacionadas aos limites territoriais.

O IBGE chama a atenção que, para melhor compreender a evolução do território nacional, o Instituto apresenta a divisão territorial do Brasil desde o ano de 1940, por unidade da federação e município (IBGE, 2013).

O diagnóstico para a construção de um plano de modernização das rádios comunitárias, com base na gestão social, pode tornar essas emissoras eficientes, na sua atuação e eficazes, nos seus resultados. Portanto, foram necessários dois

movimentos: **primeiro** - reuniões participativas, onde cada membro pôde democraticamente expor as suas opiniões, dar sugestões, narrar experiências e apresentar dados quantitativos e qualitativos, buscando a partir do grupo, identificar: a *missão*, a *visão de futuro* e os *valores* da organização; **segundo** -, identificar: os usuários (audiência) dos produtos produzidos (programas), dos serviços prestados (relações com a comunidade) e, ainda, a identificação dos colabores e parceiros (meio ambiente externo), a força de trabalho interna (ambiente interno) da organização.

Obedecendo a essa sistemática, as emissoras, podem desenvolver um *Plano de Gestão Social* que contemple a comunidade dentro dos princípios dos territórios da cidadania; podem desenvolver, com a facilitação de um consultor, as definições de *Missão*, *Visão de Futuro*, *Valores da Organização*, *Estratégias de Ação*, *Metas* e, por fim, uma *Planilha de Avaliação* contendo: todas as *estratégias de ação* e suas respectivas *metas*; o cronograma de realização, os índices de medição de cada meta e os responsáveis pelo cumprimento do plano de gestão social, sendo aconselhável, devido a extensão e complexidade desse tipo de instrumento gerencial, a escolha de radiofusores comprometidos com as emissoras comunitárias para, as diversas tarefas contidas no planejamento.

Para tanto, percorremos uma série de orientações teóricas, principalmente aquelas construídas nos estudos desenvolvidos pelo ***Programa de Estudos de Gestão Social, da Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas***, onde as discussões sobre esse tema são orientadas, em debates e propostas de trabalho, segundo Tenório (2007) a partir de três pares de palavras-categorias: *Estado-sociedade*, *capital-trabalho*, *gestão estratégica-gestão social*, bem com o conceito de *cidadania deliberativa*, categoria intermediadora das relações entre esses pares de palavras.

No que diz respeito aos dois primeiros pares de palavras – *Estado-sociedade* e *capital-trabalho* -, inverteram-se as posições das categorias para a sociedade-Estado e trabalho-capital. Aparentemente, tais mudanças de posição não configurariam alterações substantivas. No entanto, elas promovem uma alteração fundamental, pois pretendem sinalizar que a *sociedade* e o *trabalho* devem ser os protagonistas desta relação, dado que, historicamente, tem ocorrido o inverso. Tal inversão não é para restar importância ao *Estado* ou ao *Capital*, mas sim enfatizar o papel da *sociedade civil* e do *trabalho* nesta interação. Quanto ao par *gestão estratégica* e *gestão social*, o primeiro atua determinado pelo mercado – portanto, é um processo de gestão que prima pela competição, no qual o outro, o concorrente, deve ser excluído e o lucro é seu motivo.

Contrariamente, a *gestão social* deve ser determinada pela solidariedade – portanto, é um processo de gestão que deve primar pela concordância, no qual o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo. Enquanto na *gestão estratégica* prevalece o monólogo – o indivíduo -, na *gestão social* deve sobressair o diálogo – o coletivo (TENÓRIO, 2007, p. 10).

O grupo de trabalho pesquisado, ao produzir um diagnóstico que revelou um tipo de gestão, comumente usado nas emissoras pernambucanas, e que nos pareceu inadequado, poderá desenvolver um plano de gestão social, uma vez que esse modelo é mais adequado às emissoras comunitárias, tomando por base as suas finalidades sociais como organização.

Com base em tudo o que foi referido sobre os problemas de gerenciamento das emissoras pesquisadas, torna-se necessária uma reflexão a partir de pressupostos da teoria da gestão social. Tenório (2007, p. 11) nos indica uma ampliação da “discussão a partir dos pares de palavras e utilizando o mesmo argumento das classificações anteriores, acrescentou-se outro par de palavras-categoria: *sociedade-mercado*”.

O processo de entendimento desse tipo de gestão permite, a partir da reflexão sobre essas palavras-categoria, o entendimento gradual da posição dos gestores e usuários, diante dos diversos cenários que vão sendo postos. Na sequência da construção da gestão social, a partir dessas categorias e do conceito de *cidadania deliberativa*, Tenório (2007, p. 11, grifo nosso), enfatiza as interações que o *terceiro* setor desenvolve em relação *ao primeiro e ao segundo setores* e observa sobre a relação *sociedade-mercado* que:

Este par tem a ver com os processos de interação que a sociedade civil organizada, contemporaneamente denominada *terceiro setor* (organizações não-governamentais ou não-econômicas, associações e movimentos sociais), desenvolvem com o *segundo setor* (mercado), bem como o *primeiro setor* (Estado), relação já apreciada no parágrafo anterior. Portanto, à semelhança dos pares *sociedade-Estado* e *trabalho-capita*, no par *sociedade-mercado*, o protagonista da relação também deve ser a *sociedade civil*. Da mesma forma que no par *sociedade-Estado*, não se está diminuindo a importância das empresas privadas em processos em que este apoie projetos de natureza social. Mas, apenas, está-se considerando o fato de que o *capital*, uma empresa, por ser de natureza econômica, tem o seu desempenho primeiro, **quantificado** pelo lucro para, depois, vir a ser **qualificado** pelo que de social implemente.

Além da compreensão desses pares de palavras, torna-se necessário entender, que a definição de gestão social, segundo Tenório (2007), vai estar apoiada na **inversão desses pares de palavras** e, por outro lado, no conceito de

cidadania deliberativa que funciona como mediadora entre os pares de palavras. Tenório (2007) chama ainda a atenção para o fato de que os fundamentos do conceito de *cidadania deliberativa*, na abordagem desse autor, estão apoiados no pensamento de Jürgen Habermas¹⁸, teórico da *Escola de Frankfurt*. Tenório observa, também no caso específico do seu trabalho sobre gestão social, que a sua atenção vai estar, conceitualmente, na relação dos pares *sociedade-Estado*, *sociedade-mercado* ou em suas combinações, isto é na possibilidade de que políticas públicas sejam concertadas, democraticamente, entre esses pares de palavras-categoria.

A gestão social de organizações, do tipo radios comunitárias, pode tornar possível a capacitação dos atores envolvidos nesse processo, no sentido de que a convivência com os *valores e pressupostos* que norteiam esse tipo de ação e as experiências acumuladas, ao longo da execução dos projetos, permitirão a formação de gestores e multiplicadores de informação. Nesse sentido, é importante lembrar que o controle social – tão reclamado pelos movimentos em torno da democratização da comunicação - deve iniciar dentro da própria organização, neste caso, nas emissoras comunitárias. Para tanto, alguns conceitos e pressupostos devem ser tratados de forma ampla e aprofundada, permitindo concluir o plano de gestão social e lembrar que os resultados esperados consistem e representam um encontro com a comunidade, através da satisfação de suas demandas. Tenório (2007) chama a atenção para o fato de que, para exercer a *cidadania deliberativa* - necessária à consecução do plano de gestão social - torna-se necessário recuperar dois conceitos: *esfera pública e sociedade civil*.

O conceito de *esfera pública* pressupõe igualdade de direitos individuais (sociais, políticos e civis) e discussão, sem violência ou qualquer outro tipo de coação, de problemas por meio da autoridade negociada entre os participantes do debate. Portanto, a *esfera pública* é o espaço intersubjetivo, comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo.

A *sociedade civil* é, assim, apontada como um setor relevante na construção da *esfera pública* democrática, na medida em que está apoiada

¹⁸ Devemos lembrar que a prolixidade do pensamento habermasiano constitui, muitas vezes, dificuldade para aqueles que se aproximam, pela primeira vez, dos seus conceitos. Contudo, devemos recordar também que Habermas vem desenvolvendo seu projeto de uma teoria da sociedade desde os anos 60 do século passado. Daí porque, muitas vezes, ele expressa suas ideias partindo do pressuposto, talvez, de que o leitor já conheça sua produção acadêmica. É o caso desta proposta de uma política procedimental, deliberativa.

no mundo da vida¹⁹ e, portanto, tem maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão, bem como o menor grau de influência pela lógica instrumental (TENÓRIO, 2007, p. 12-13).

A adequação da *gestão social* como suporte de organizações do tipo emissoras comunitárias, é permeado por uma simetria de propósitos, capaz de educar, educando-se; capaz de ensinar, aprendendo. A dialogicidade dos pressupostos da teoria da gestão social permite aos gestores e usuários da radiofusão comunitária um processo vital de crescimento humano e profissional, ao mesmo tempo em que imbrica essas duas qualificações, por serem complementares. Essas afirmações são clarificadas, a cada passo em que são revisitados, nas palavras de Tenório (2007, p. 14) sobre os conceitos que suportam a gestão social: *esfera pública e sociedade civil*.

[...] os conceitos de *esfera pública* e *sociedade civil* são complementares, na medida em que o primeiro envolve os interesses de pessoas, tornando-os públicos em determinados espaços sociais da segunda (associações, ONGs e movimentos sociais). Concretamente, as pessoas buscam institucionalizar, por meio de movimentos e organizações da *sociedade civil*, objetivos que proporcionem legitimidade às suas pretensões. [...].

A *esfera pública* e a *sociedade civil*, consideradas dentro do campo da comunicação, refletem os referenciais teóricos para os quais a gestão e a grade de programação – entendidas como os eixos da simetria entre as emissoras e a comunidade – devem estar voltadas, visto que, segundo Tenório (2007, p. 14-15), a *esfera pública* proporciona o espaço possível de comunicação e deliberação entre *sociedade civil*.

Na tentativa de tornar mais compreensível o conceito harbemasiano de *esfera pública*, ampliamos o conteúdo desta categoria por meio das seguintes considerações: a *esfera pública* seria aquele espaço social onde ocorreria a interação a lógica entre *sociedade civil* e o *Estado* decidindo sobre políticas públicas; e, acreditando serem possíveis processos de parceria entre o *primeiro, segundo e terceiro setores*, incorporamos o *mercado (segundo setor)* também como possibilidade de participar da *esfera pública*. Na realidade, o que fizemos foi reconstruir o conceito de *esfera pública* na medida em que o interpretamos como o espaço possível

¹⁹ O mundo da vida é o espaço da razão comunicativa. É constituído pela cultura, sociedade e personalidade e se expressa pela busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. O mundo da vida contrapõe-se dos sistemas onde predomina a razão instrumental, razão que se expressa em mecanismos funcionais, construídos em torno do poder e do dinheiro e que coordenam as ações humanas garantindo a reprodução do mundo material; é o espaço do trabalho, da técnica, da economia, da administração etc.

de comunicação e deliberação entre *sociedade civil, Estado e mercado*. Assim, por exemplo, quando de uma decisão sobre determinada política pública ou que afete dada comunidade ou território, as relações entre o *primeiro* e o *segundo setor*, ou entre os *três setores* simultaneamente, configurariam um administração pública ampliada, isto é, uma *gestão social*, na qual os protagonistas seriam todos os participantes do processo decisório.

Joeides Pereira, funcionário do Ministério das Comunicações, nos municípios de Garanhuns e Glória do Goitá, destacou a importância da documentação das associações e, entre elas, a comprovação da sua própria existência, ou seja, questiona-se se determinadas “associações” podem ser consideradas “fantasmas”. O elo entre o Governo e as Associações Comunitárias, é o Conselho Comunitário, que deve emitir anualmente um relatório dando conta das atividades de gestão e conteúdos de programação das emissoras.

Essa questão do Conselho Comunitário, ela veio no bojo da norma 01/2004. Essa coisa da informação, da assessoria, de um departamento jurídico, é muito importante, porque vocês tem que começar a observar isso, hoje, já. [...] O Conselho Fiscal cuida das coisas internas, mas o Conselho Comunitário cuida da programação da rádio, do conteúdo programático da rádio. [...] Um trabalho que a ABRAÇO precisa encampar, é regularizar essa situação. Nessa coisa de regularizar os estatutos, adequar ao novo código civil, também seria importante e constituir o conselho comunitário; [...] abrir um capítulo só pra o conselho comunitário, e dentro desse ponto existe toda uma exigência de, no final de ano, encaminhar o relatório do conselho comunitário para o Ministério das Comunicações. [...]. Na questão da renovação de outorga, o que o Ministério está solicitando é a programação da rádio e o que o conselho avaliou; se a programação está de acordo ou não e, se todos assinarem. É uma exigência justamente que encaminha a programação. [...] Na verdade isso é só um mote para o Ministério ter a certeza de que o Conselho Comunitário está existindo e que ele é atuante; quando se fala no relatório, são exatamente as reuniões que o Conselho Comunitário teve para avaliar a grade de programação da rádio comunitária. O conteúdo é esse, é mais uma maneira de fiscalizar o Conselho Comunitário da rádio (informação verbal)²⁰.

Nesse encontro em 2007, a **participação** foi entendida como **aglutinação**. Joeides Pereira, com base na sua experiência junto aos radiofusores comunitários, observou que:

[...] a ABRAÇO cumpriu um papel muito importante na pressão sobre o Governo, mas a gente sabe que só em Pernambuco, temos, hoje, **mais de duzentas rádios autorizadas**, ou seja, o poder de pressão da ABRAÇO foi cumprido, em tese, foi cumprido, porque quando as rádios passaram a ser autorizadas, diminuiu essa pressão, até por uma questão legal, ou seja, no

²⁰ Palestra de Joeides Pereira no Encontro da ABRAÇO-PE, em 2012 na cidade de Garanhuns.

momento em que uma rádio é autorizada no centro do município e, a legislação diz que só pode ter mais de uma a quatro quilômetros, praticamente inviabilizou todo o restante do município e essa rádio passa a ser uma rádio quase municipal, deixa de ser uma rádio comunitária e passa a ser uma rádio municipal. Eu fiz um levantamento, que quase noventa e nove por cento dos municípios de Pernambuco tem um raio urbano de quatro quilômetros. [...] E aí, essa pressão que a ABRAÇO fazia, foi diminuindo até porque as próprias rádios comunitárias autorizadas passaram a ser **um braço da ANATEL**, ou seja, denunciam: **'tem uma rádio pirata ali me prejudicando'** [...] Então, essa foi uma estratégia que o Governo fez que deu certo. Hoje quase você não tem essa pressão de rádio pirata, as pessoas já desistiram, muitos se desestimularam, alguns estão respondendo processos, então hoje o desafio da ABRAÇO é de **aglutinar** todas as rádios autorizadas do Estado de Pernambuco. Esse é o grande desafio. Eu tenho essa questão da aglutinação como estratégia central desse processo; o momento é justamente o que está se querendo discutir; que é essa possibilidade de estruturação, de dar as condições de funcionamento pra vocês. [...] Importante a palavra aglutinar. [...]. Passado aqui, quatorze anos da lei, esse setor ainda está engatinhando, então eu acho que se não foi ontem, vai ser hoje, a gente precisa dar o ponta pé inicial de reestruturar esse setor, porque sem essa aglutinação vai passar mais uma década e não vamos conseguir chegar a lugar algum. **Então, é importante que vocês entendam isso como o maior desafio das rádios comunitárias hoje** (informação verbal)²¹.

3.7 ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS EMISSORAS COMUNITÁRIAS

No caso da radiodifusão comunitária, as condições e exigências para o exercício das outorgas, com uma classificação ainda mais específica, tem sido, desde a primeira regulamentação (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998) um processo extremamente difícil no sentido de encontrar o melhor equilíbrio entre o *ser* e o *dever ser*. Nesse sentido, sobre os questionamentos em torno da gestão das emissoras comunitárias, observou-se na pesquisa, pela falta do exercício de uma gestão social, e as inversões negativas dos pares de categorias, os seguintes problemas:

²¹ Palestra proferida por Joeides Pereira no Encontro da ABRAÇO-PE, em 2012 na cidade de Garanhuns.

Tabela 1 – Análise da estrutura organizacional das rádios comunitárias de Pernambuco

I - GESTORES	RÁDIO 1	RÁDIO 2	RÁDIO 3	RÁDIO 4	RÁDIO 5	RÁDIO 6	TOTAL
1. PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO	1(*)	1	1(*)	1 (*)	1	1	3 (*) e 3
2. CONSELHO COMUNITÁRIO	Ativo	Ativo	Não ativo	Não ativo	Ativo	Ativo	2 NA 4 A
3. DIRETOR DA RÁDIO	1 (*)	1	1 (*)	1 (*)	1	1	3 (*) e 3
4. RESP. PELA PROGRAMAÇÃO	1 (*)	1	1 (*)	Não há	Não há	1 (*)	3 (*) 2 NH e 1
5. RESP. PELO JRNALISMO	1 (*)	Não há	1	Não há	Não há	Não há	1 (*) 1 e 4 NH
II - PESSOAL ARTÍSTICO							
1.APRESENTADORES	20 (*)	4 (*)	7 (*)	7 (*)	8 (*)	8 (*)	52 (*)
2.PRODUTORES	20 (*)	4 (*)	7 (*)	7 (*)	8 (*)	8 (*)	52 (*)
3.PAGOS?	AC				sim	AC	
4.VOLUNTÁRIOS		sim	sim	sim			
III - PESSOAL TÉCNICO							
1. MANUTENÇÃO	1	1 (*)	1 (*)	1 (*)	1	1	3 (*) e 3
2, OPERAÇÃO	3	4 (*)	7 (*)	7 (*)	8 (*)	8 (*)	49 (*) e 3
IV - PESSOAL ADMINISTRATIVO							
1. ADM GERAL	3	1	1	1 (*)	2	1 (*)	2 (*) e 7
V - TERCEIRIZADOS (P)							
OBSERVAÇÕES							
TOTAL							

Fonte: Dados levantados pelo autor junto à Associação das Rádios Comunitárias de Pernambuco

Convenções: (*) - acumulação de cargos. (NA) - não ativo (NH) não há (***) Programas religiosos, educativos e culturais produzidos por terceiros. (P) Prejudicado devido a dificuldade de cálculo. Refere-se a programas educativos, culturais e religiosos com produção, operação e apresentação terceirizadas. AC – ajuda de custo.

A definição clássica de administração comporta quatro funções básicas: *planejamento, organização, direção e controle*. Essas funções, quando bem executadas, aumentam as chances de uma gestão mais eficiente e uma maior

possibilidade de se concretizar os objetivos e metas estabelecidos em planejamento. Segundo Chiavenato (2000, p. 7), a função *organização* é responsável por "Determinar as atividades específicas necessárias ao alcance dos objetivos planejados (especialização). Agrupar as atividades em uma estrutura lógica (departamentalização). Designar as atividades às específicas posições e pessoas (cargos e tarefas)".

Nesse sentido, o processo de organização exige racionalização do trabalho, objetivando reduzir os desperdícios e melhorar a produtividade para alcançar resultados positivos. Portanto, organizar significa: buscar a melhor maneira para agir em função das pessoas, da organização e do seu meio ambiente.

O que observamos, ao analisar a tabela sobre a estrutura organizacional das rádios comunitárias, é que **no nível gerencial, há acúmulo de funções em 65% e no nível operacional há um acúmulo de funções em 100% das emissoras pesquisadas.**

Em relação à Tabela 1, relativa à estrutura organizacional das emissoras pesquisadas, a preocupação com o nível de acúmulo de função, reside no fato de que há limites aceitáveis e/ou prejudiciais ao crescimento da organização.

O acúmulo de funções significa que uma mesma pessoa executa as funções referentes a mais de um cargo existente na estrutura organizacional da emissora. Nesse sentido, nas rádios comerciais pratica-se o acúmulo de função do tipo: locutor mais operador de áudio. Este tipo de acúmulo tem respaldo legal, desde que seja pago 40% sobre a função principal do radialista. Na radiofonia comunitária, por tratar-se de uma estrutura composta de funções tratadas como informais, a dificuldade de análise aumenta. São raros os casos de emissoras com profissionais admitidos formalmente. A nossa proposição é que as emissoras procurem reduzir o acúmulo de funções a níveis toleráveis, enquanto não conseguem sustentabilidade para praticar a radiodifusão profissional.

As conclusões a que chegamos, analisando o quadro da estrutura organizacional das emissoras pesquisadas, acima, são as seguintes:

a) observamos, no nível gerencial, acúmulo de funções em 65% das Rádios Comunitárias analisadas; b) observamos, no nível gerencial, um acúmulo de funções que vai de 50% a 100% das funções existentes; c) observamos, no nível operacional, acúmulo de funções em 100% das Rádios Comunitárias analisadas;

Uma visão geral das emissoras, principalmente quando se integra os resultados da gestão na construção da grade de programação, observa-se:

a) a estrutura organizacional, da maior parte dessas emissoras, é extremamente frágil, no que tange aos aspectos operacionais: sede, equipamentos, quadro de pessoal e outros detalhes que configuram uma organização em desequilíbrio com o seu meio ambiente; b) a falta de profissionalização do setor provoca uma permanente necessidade de reposição de recursos humanos; observando-se, ainda, que as emissoras comunitárias são, na prática “escolas de treinamento” de profissionais de rádio que migram para as emissoras comerciais, pela dificuldade em reter esses profissionais, uma vez que não conseguem manter nenhum sistema de incentivos com salário; as emissoras utilizam a ajuda de custo. No nosso quadro, apenas uma emissora paga aos seus locutores, operadores e pessoal administrativo. c) a falta de conhecimento sistemático, através de pesquisa, do perfil dos ouvintes provoca a dificuldade de praticar uma mídia técnica, indicando a necessidade de pesquisa de audiência, objetivando a elaboração de planos de comercialização (apoios culturais) que carecem de dados qualitativos e quantitativos como: população, qualificação em termos de idade, sexo, nível educacional, renda, hábitos etc.; d) pelas múltiplas funções da direção, a captação de recursos através de órgãos governamentais, ONGs e parceiros da radiofusão comunitária, a emissora sofre as consequências: nas melhorias de instalações físicas, reposição de equipamentos, operação e manutenção, custeio das despesas fixas, tais como aluguel, água luz, telefone, além de material de consumo; e) a falta de capacitação dos gestores reflete-se em todos os problemas, criando um ciclo vicioso: as providências não acontecem porque os problemas são muitos e os problemas são muitos porque as providências não acontecem; f) a assimetria entre a direção da emissora e a Associação Comunitária e a insuficiente ação dos Conselhos Comunitários, provocam uma total disfunção dos objetivos da radiofonia comunitária. A inversão aqui dá-se no sentido de *gestão social-gestão estratégica para gestão estratégica-gestão social*. (entenda-se ,aqui, a gestão estratégica como aquele tipo de direção sem muito consistência e, até mesmo, sem estratégia); g - percebe-se que a gestão nas emissoras comunitárias, apresenta nos seus campos de força, aspectos positivos e negativos que carecem de um apoio de uma consultoria que possa implantar a gestão social, como o modelo mais adequado a esse tipo de organização, no sentido de identificar e hierarquizar os problemas da estrutura

organizacional: minimizar, no campo de forças, os aspectos negativos e estimular, nesse campo, os aspectos positivos. Esse tipo de gestão deverá proporcionar às emissoras comunitárias uma simetria com a Associação Comunitária, o Conselho Comunitário e, conseqüentemente, com a comunidade.

Portanto, propomos que as emissoras comunitárias pratiquem a gestão social, por se tratar de um modelo mais adequado a esse tipo de organização. Torna-se importante ser recorrente em relação à afirmação: não desejamos apenas constatar os problemas das emissoras comunitárias. Nesse sentido estamos nos propondo a colaborar em estudos que proponham alternativas de solução para superação dos problemas dessas emissoras.

Outros autores fazem considerações sobre a gestão social, ora relativizando o seu alcance ora considerando que a sua função (social) é comum a todos os outros tipos de gestão. Assim, Fisher (2002 apud ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012) aborda a gestão social como um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividade.

Para Fischer et al. (2006 apud ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012), a gestão social pode ser praticada tanto no âmbito público quanto no privado, tendo como objetivo fundamental o desenvolvimento social, seja em plano micro ou macro, uma vez que a gestão sempre se orienta para a mudança e para o desenvolvimento.

No entendimento de França Filho (2003, 2008 apud ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012), trata-se de uma inovação na disciplina administrativa, pois diz respeito a compreender uma maneira de gerir que não se orienta por fins econômicos e isso vem a contrariar a tradição de desenvolvimento das técnicas e metodologias gerenciais em administração. Este mesmo autor ainda propõe que a gestão social apresenta um conceito que deveria ser desconstruído:

A definição clássica na literatura em administração, e ainda vigorosa nos dias atuais, é aquela introduzida por H. Fayol no início do século que encerra a gestão a partir de quatro processos gerenciais básicos: o planejamento, a organização, a direção e o controle. O que tem mudado muito na prática gestonária hoje parece ser menos definição e mais o conteúdo de cada um desses processos gerenciais. Pensada, portanto, sob essa ótica de processo (enquanto formulação em si) a ideia de uma 'gestão social' convida a sua própria desconstrução, pois, uma interrogação que segue necessariamente tal formulação é aquela de saber: qual gestão não é social? (FRANÇA FILHO, 2008, p. 28 apud ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012, 160).

A observação crítica de França Filho (2008 apud ALLEBRANDT, DECKERT; OLIVEIRA, 2012), acima referida, retroage no tempo a um tipo de gestão que, mesmo voltada para o mercado, foi aperfeiçoada com a introdução da psicologia social no campo da administração científica; por outro lado, uma série de absorções de conceitos e pressupostos do behaviorismo e da escola dos sistemas abertos avançaram muito em relação aos fundamentos administrativos criados por H. Fayol. Entretanto, a questão mais significativa na diferença entre uma gestão estratégica e a gestão da tradicional e que a primeira objetiva o mercado e a segunda, a sociedade.

Cabe, a nosso ver, aos gestores situarem-se conscientemente em relação ao processo no qual estão inseridos: quais os objetivos estabelecidos e de que forma essas objetivos são alcançados: sempre levando em consideração a questão da função social exercida pela cidadania deliberativa, que é o caso típico das organizações voltadas para a radiodifusão comunitária.

Nesse sentido, o que pode dificultar a implementação, com eficácia, da gestão social é, por um lado, a falta de uma descentralização política e administrativa e, por outro lado, a falta de ações que foquem o *empoderamento* da sociedade civil. A superação dessas questões poderá criar um ambiente favorável que permita a formulação do comprometimento entre o público e o privado. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, “participar da gestão é, principalmente, contribuir para o processo de decisão sobre as questões estratégicas do desenvolvimento” (BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2005, p. 12).

É relevante contemplar os pressupostos dos conceitos de territorialização e gestão social na sua interdependência e na sua complementaridade como um escopo para uma concepção adequada à organização do tipo rádio comunitária. São dois eixos que podem nortear as emissoras: a) uma concepção ampla do entendimento da comunidade em relação a sua desterritorialização atual (periférica e geográfica) para uma nova que contemple às relações da periferia com o centro; da comunidade de pertencimento local com a comunidade mundial, inclusive pelo que já acontece pelo uso da internet; b) com o processo de outorga concedido à comunidade foi estabelecido o desafio às emissoras comunitárias, ou seja conceber este momento (que já representa um período de uma década e meia) como algo a superar; superar a inviabilidade que a Lei nº 9.612 de 19/02/1998 que estabeleceu

nas entrelinhas, dos seus artigos e parágrafos representada pelo alto grau de responsabilidade (deveres das emissoras comunitárias) e minimização das possibilidades de sustentabilidade, ferindo um dos princípios fundantes da teoria das organizações: o equilíbrio entre responsabilidade (deveres) e autoridade gerencial (capacidade para dar conta dos deveres atribuídos).

Por fim, antes do quarto capítulo, voltamos ao início deste capítulo e o *discurso do grande ditador* (CHAPLIN, 1940) não só para grifar o quanto esse texto tem de precisão quanto à luta pelos direitos humanos, pela diversidade de raças, credo religioso e político; a luta contra o arbítrio, contra o totalitarismo, contra o desrespeito à vida humana. Muito importante tudo isso, mas na sutileza do filme que faz uma caricatura a um tipo de regime político, onde podemos observar que os recursos – humanos, tecnológicos e financeiros - a serviço de uma liderança voltada para a destruição, fundada em falsos pressupostos – pode resultar naquilo que a humanidade presenciou nos anos 1939/1945, na segunda guerra mundial, quando o nazismo e o facismo deixaram marcas, até hoje, nos seres humanos.

Um simples *barbeiro* e um terrível ditador, *Adenoide Hynkel*, presidente da *Tomania* (uma caricatura da Alemanha nazista), na ironia militante Charles Chaplin, são confundidos, um com o outro, para a construção de *um final* da feliz história; para maior dramatização e leveza na cena, o rádio foi o meio escolhido pelo cineasta para levar a mensagem, muito conhecida como o ***discurso do grande ditador***; a cena é emblemática no sentido de uma inimaginável subversão: o barbeiro, um pacato cidadão, sobe ao palco, confundido, pelas aparências físicas, com o ditador da *Tomania*, todos têm uma grande surpresa; a multidão estática, boquiaberta diante do palco preparado para o discurso da intolerância; e, longe, bem longe, *Hannah*, a namorada do *barbeiro* e os gentios perseguidos pela violência do arbítrio, ouvem pelas ondas do rádio, a mensagem que chega aos ouvidos de todos.

Esse raro momento de multimídia, cujas imagens capturadas revelam a magia do cinema e a sensorialidade do rádio levando aos que estão nas duas esferas (realidade e ficção) cinematografadas por Chaplin, gênio dessa arte, a um encontro com a sonoridade da imagem (cinema), bem como a imagem da sonoridade (rádio).

Com certeza, poderíamos dar exemplos mais suaves para alertar os diretores das rádios comunitárias que necessitam, sem dúvida, de apoio técnicos, recursos financeiros, pessoal qualificado; precisam de tecnologia avançada. Entretanto, cabe, ainda ressaltar que esses recursos podem ser bons ou maus, a depender do uso

ético que se fará deles. E a ética, na radiofusão comunitária, representa o respeito à cidadania, aos direitos humanos, à ecologia, à comunidade e a democracia. Enfim, uma gestão social onde a cidadania é deliberativa, onde as relações comportam-se de acordo com as relações dos seguintes pares de conceitos, sempre prevalecendo o primeiro: *sociedade civil/Estado, trabalho/capital, sociedade civil/mercado*. Nesse sentido a cidadania deliberativa poderá participar e colaborar com uma verdadeira gestão social, que busca nessas relações a finalidade do bem comum da sociedade, *o primado do público sobre o privado*.

4 A ANÁLISE DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE PERNAMBUCO

4.1 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO: um problema de gestão

Este capítulo reflete, também, os problemas gerados pelo modelo de **gestão**, adotado pelas rádios comunitárias; trata-se de duas áreas interdependentes; melhor dizendo: a grade de programação de qualquer tipo de emissora, inclusive as privadas, depende diretamente de um modelo de gestão adequado; e, para as rádios comunitárias o modelo de gestão mais adequado deve ser voltado para a sociedade, com prioridade em relação ao mercado, constituindo, assim, um modelo de gestão social. Nesse sentido, buscamos analisar as categorias, os gêneros e os formatos adotados pelas emissoras pesquisadas, em suas respectivas grades de programação, com o objetivo de identificar o perfil de cada uma delas, como também o perfil geral das doze rádios selecionadas para esta pesquisa. Esse levantamento refletiu, além da análise do conteúdo da programação, os traços fundantes do tipo de gestão adotado pelas emissoras pesquisadas.

As categorias, gêneros e formatos foram criados, quando a radiofusão atuava com alto potencial de criatividade, diversidade de conteúdos e uma audiência de nível nacional. Compreender o comportamento e estrutura das atuais grades de programação das emissoras comunitárias, esclareceu de forma decisiva as questões formuladas em torno desse tema.

Os aparelhos de rádio, desde os anos 1940, eram fabricados com capacidade de recepção a longas distâncias. Nesse sentido a cultura, a informação e o divertimento foram compondo as mais diversas categorias, gêneros e formatos, de acordo com as preferências dos ouvintes; o rádio importou do teatro, a dramaturgia; da literatura, o folhetim; da comédia, o humorismo; das apresentações musicais, o erudito e o popular; da imprensa escrita, o jornalismo; das diversões públicas, as variedades que compunham os formatos mistos.

Há, ainda, alguns questionamentos que poderiam ser observados em torno desse campo - **grade de programação** - entretanto, como os dois capítulos são complementares, observa-se, como consequência da falta da adoção de uma *gestão social*, a inversão dos pares de categorias, nos seguintes problemas: a) a influência da *mídia voltada para o mercado* na população reflete-se nas comunidades,

dificultando a manutenção de um maior espaço para a divulgação dos valores culturais, históricos e orgânicos das músicas emitidas na grade de programação. **(disfunções nas inversões: de sociedade-mercado para mercado-sociedade)**; o que se pretende no dever ser é justamente o uso de prevalência do par de conceitos *sociedade/mercado*; b) o alcance do raio de 1 km, a partir da antena, dependendo das condições geográficas do terreno onde está instalada a emissora, essa abrangência torna-se insuficiente para uma cobertura completa da comunidade, devido às restrições legais do Estado; **(disfunção na inversão: de sociedade-Estado para Estado-sociedade)**. Repetimos que estas inversões de conceitos, além da manutenção do *status quo* das rádios comunitárias, representam disfunções da gestão dessas emissoras, prejudicando a sua expansão e desenvolvimento.

Além de procurarmos diagnosticar os problemas e os motivos que geram, na grade de programação das emissoras pesquisadas, essas disfunções, buscamos responder à questão: como está constituída a grade de programação das emissoras, em relação aos princípios fundantes da radiodifusão democrática, na tentativa de revelarmos de forma sistemática, o tratamento dado aos conteúdos voltados para os direitos humanos, a cidadania, a diversidade cultural, o respeito às diferenças, entre outros aspectos que constituem uma mídia cidadã. Para tanto, a metodologia da análise de conteúdo nos possibilitou uma **observação horizontal**, verificando esses aspectos em relação ao total das emissoras; e uma observação vertical, analisando esses mesmos aspectos em relação a cada rádio pesquisada.

4.2 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO COMO RESULTADO DO PROCESSO DE GESTÃO

Uma aproximação das emissoras nos preocupou: como se não bastasse a ação direta, pela invasão do setor por proprietários de emissoras comerciais, é importante registrar, também, a influência da “grande mídia” sobre um considerável número de rádios comunitárias; os dois tipos de problemas provocam nessas emissoras uma réplica equivocada do que seria uma radiodifusão popular, que se pretende democrática, cuja grade de programação em quase nada reflete os conteúdos do que se espera de uma radiodifusão comunitária. Entretanto, em que pesem os dois problemas, acima referidos, há razões mais fortes que levam essas emissoras a esse comportamento.

Tornou-se necessário conviver com os radiofusores em encontros, seminários, reuniões e visitas *in lócus* para compreender a realidade desse campo. Na medida em que reduzimos a assimetria da análise crítica do real - o ser - dessas emissoras não nos deteremos nas observações críticas, mas apontaremos as possibilidades de superação desses problemas.

Nesse sentido, podemos observar um desvio do *valor de uso* da informação, gerada pelas emissoras comunitárias, cuja missão temno seu conteúdo mais amplo, e mesmo quando trata da diversão, o comprometimento com o respeito aos valores culturais contidos nos direitos humanos, nos traços básicos da cidadania e nos fundamentos da ontologia social.

As observações no campo do *ser* das emissoras pesquisadas e, outras que não compuseram o universo da investigação, indicaram problemas, recorrentemente, reconhecidos por diversos estudos e, até justificados por um dos mais ativos e competentes militantes da radiofusão comunitária (LUZ, 2011a). Nesse sentido, Luz (2011a) aponta como motivos da precariedade da grade de programação quatro fatores: culturais, problemas financeiros, falta de capacitação e falta de movimento organizado.

Procuramos na análise de conteúdo, uma metodologia capaz de revelar os aspectos quantitativos e qualitativos das *categorias, gêneros e formatos* que compõem a programação das emissoras comunitárias. Tratando-se de uma metodologia clássica com a qual já trabalhamos nos pareceu, além de oportuna, adequada aos nossos objetivos de pesquisa. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. [...] *A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens [...]* (BARDIN, 1977, p. 31, 34, grifo nosso).

Bardin (1977, p. 36) nos aconselha a observar as famosas regras, as quais devem obedecer às

categorias de fragmentação da comunicação para que a análise seja válida:
 - *homogêneas*: poder-se-ia dizer não misturar alhos com bugalhos; -
exaustivas: esgotar a totalidade do texto; - *exclusivas*: um mesmo elemento

do conteúdo, não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes; - *objetivas*: codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais; e - *adequadas ou pertinentes*: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo.

A análise que se segue obedeceu aos pressupostos da metodologia construída por Bardin (1977). Pensando no rádio como um veículo da *fala* e da *escuta*, buscamos no possível *diálogo* resultante desse par de palavras-conceito (*fala-escuta*) os resultados da eficácia (ou não) do processo comunicacional das rádios comunitárias.

O campo da radiofusão comunitária, como *lugar de fala* e a comunidade como *lugar de escuta*, submetidos às inversões: *fala-escuta*, *escuta-fala* – e os dois invertidos - e ampliado para *fala-escuta-fala*, pode proporcionar, diante do quadro de informações sistematizadas, um outro componente fundamental para a eficácia do processo comunicacional: *escuta-fala-diálogo-fala*.

No sentido da classificação dos conteúdos do rádio, procuramos com a utilização dos pressupostos da análise de conteúdo, facilitar, através da sistematização dos dados colhidos, a compreensão do significado do conjunto de programas no seu todo e nas suas partes. Para profissionais da área de comunicação (VICENTE, 2013) bem como para os profissionais de rádio e televisão, o assunto **gêneros** é bastante polêmico, não existindo consenso entre os diferentes autores nas suas classificações das produções.

A própria ideia de classificação é questionada sendo possível afirmar que que em certos círculos intelectuais, 'esse tipo de discussão se tornou alguma coisa anacrônica, quando não irrelevante' (MACHADO, 2001). Não concordamos com essa posição, entendendo que a classificação de gêneros fornece, no mínimo, condições para uma compreensão mais didática das possibilidades de produção que o rádio pode nos oferecer. O perigo de que devemos sempre fugir é o de um enquadramento rígido das produções, que nos leve a discussões intermináveis sobre a classificação de uma determinada obra ou, mais grave ainda, aprisione nossa criatividade (VICENTE, 2013, p. 1).

Este eixo, *grade de programação* deve ser visto como resultante e, ao mesmo complementar da *gestão das emissoras*, tendo em vista que uma boa gestão produz uma grade de programação simétrica com os fundamentos de uma comunicação democrática, cidadã e sintonizada com os princípios dos direitos humanos. Nesse sentido, a análise, aqui apresentada, resultou da eleição de informações e dados, quantitativos e qualitativos; privilegamos o segundo grupo em razão do tipo de

pesquisa que foi praticado, ou seja, uma pesquisa social qualitativa, voltada para a comunicação comunitária.

Para Zarembo e Aurélio (2006, p. 1), “ao longo da história a produção radiofônica foi sendo classificada. Dentro dessas classificações colocam-se as categorias gêneros e formatos radiofônicos. Eu vou simplificar essas categorias”:

Gêneros seria uma classificação mais geral, por exemplo, há programas de gênero musical, gênero jornalístico, gênero dramaturgia, gênero documentário ou gênero *talk* rádio, que é um gênero que anda com muita audiência (Band News, CBN News). E o **formato** já seria uma classificação mais específica do conteúdo dessa mensagem da produção radiofônica. Assim o programa pode ser gênero musical, mas formatado como planilha ou radioarte ou radiodocumentário. Por exemplo, programa musical formatado como planilha. O que é uma planilha? Planilha é uma sequência de músicas onde o locutor apresenta e desaparece. **Grande parte da Grade da Rádio MEC é de planilha musical, músicas direto** (ZAREMBA; AURÉLIO, 2006, p. 1, grifo nosso).

Observe-se a informação acima, *ipsis litteris*, e procuremos relacioná-la com a programação das emissoras comerciais e comunitárias (repetimos): “grande parte da programação da Rádio MEC é de planilha musical, música direto” (ZAREMBA; AURÉLIO, 2006, p. 1). Nesse sentido, em relação à categoria entretenimento, em relação ao gênero musical, a radiofusão brasileira tem um ponto comum: ressaltada a qualidade dos conteúdos, todas as emissoras utilizam músicas na maior parte de sua programação, devido, principalmente a problemas de custos. Por que não há mais informação e educação? Nesse sentido, surge outro ponto em comum entre essas emissoras – salientando, em maior dificuldade, as comunitárias – não se diversifica a programação, devido aos problemas de custo; custo para manter equipe de jornalismo, equipe de contedistas de educação, equipe de produção, elenco de radioteatro etc. Essa é a justificativa comum a todas as emissoras: não contam com orçamento para diversificar a programação, através, principalmente de programas produzidos e jornalismo produzido por equipe especializada. O que dizer, então, da situação das emissoras comunitárias, proibidas de veicular propaganda e sem contar com apoio do Governo para manter sequer as suas despesas fixas. Como poderia estruturar equipes de produção cultural, musical, jornalística e esportiva, com o mínimo de condição técnica e de conteúdo. Desconhecer os problemas gerado pelo custos de uma programação, exigindo das emissoras comunitárias que produzam “pelo amor à causa”, amadoristicamente, uma programação diversificada, criativa e qualidade - não seria deslocar o veto da crítica para a vítima ? A Lei nº

9.612 (1998), regulamentada pelo Decreto nº 2.615 (1998), que criaram e aprovaram o Serviço de Radiodifusão Comunitário, segundo Luz (2011a, p. 10, grifo nosso) no seu Art.18, estabelece que

As prestadoras do Serviço de Radiofusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de **apoio cultural**, para os programas a serem transmitidos desde que restritos aos estabelecimentos situados **na área da comunidade atendida**. [...] O Estado sabe que o veto à publicidade dificulta a **sustentabilidade** das emissoras.

Afirmamos, como Luz (2011a), que mais do que “dificultar” – se não fosse a capacidade de resistência dos radiofusores comunitários – essas emissoras seriam inviabilizadas do ponto de vista da sustentabilidade. Para não ir mais longe basta observar dois tipos de emissoras: a) as comerciais que não pertencem a grandes corporações de mídia, que, têm seus espaços vendidos para veiculação de programas religiosos, por representar um faturamento significativo para a emissora; b) as emissoras públicas que, apesar de contar com orçamento de custeio e folha de pagamento de pessoal, não contam com recursos necessários para aprimorar a produção dos seus programas, inclusive, expandir o seu jornalismo. Qual o problema? O mesmo: sustentabilidade. E observe-se que o primeiro grupo de emissoras – as comerciais – podem veicular publicidade sem restrições. Estes são problemas que se refletem diretamente na qualidade da programação.

Ao confrontar as grades de programação das emissoras comunitárias com as rádios públicas e comerciais, como nos referimos acima, vamos encontrar vários pontos convergentes, sempre pela mesma razão, ou seja, problemas financeiros. Nesse sentido, torna-se importante verificar essas tendências.

As questões relativas às categorias, aos gêneros e aos formatos serão permeadas por uma ampliação crítica da análise, contemplando conceitos como espetacularização, agenda encoberta, manipulação, carnavalização, entre outras, com o objetivo de compreender as razões das audiências radiofônicas.

A história nos convida às primeiras utilizações da *espetacularização* NA comunicação. Nesse sentido, como conceito ligado aos formatos radiofônicos, hoje, a *espetacularização*, é muito mais antiga na comunicação do que se pensa, principalmente, na imprensa escrita. Lobato (1882-1948) queixa-se da *espetacularização* da imprensa de sua época:

Anda para cinco meses que abrir um jornal vale tanto como abrir um porco de ceva, tal o bafio de sangue que escapa dos telegramas, das crônicas, de tudo. Ora, isto afinal engulha, e sugere passeios por veredas afastadas do matadouro, onde os pés não chapinhem em lama de sangue nem repastem os nossos olhos na rez humana carneada a estilhaços de obus (LOBATO, 1967, p. 3).

Note-se que Monteiro Lobato experimentou, na sua época, como escritor, pintor chargista e editor, os males da censura à liberdade de expressão e do pensamento: foi censurado e preso por expressar as suas ideias; no seu livro, *O Escândalo do Petróleo* (LOBATO, 1936) acusava o Governo de “não perfurar e não deixar que se perfure”; com várias edições, esgotadas uma atrás da outra, provocou a reação do Governo, que proibiu e mandou recolher todas as edições. Acusado de tentar desmoralizar o Conselho Nacional do Petróleo, através de uma carta que escreveu ao presidente Vargas, foi condenado a seis meses de prisão. Antes desse fato, tinha experimentado também, a censura de outro poder, na época, a Igreja Católica: o livro *História do Mundo para Crianças* (LOBATO, 1993) foi censurado e Lobato sofreu a perseguição do padre (censor) Sales Brasil, que escreveu o libelo contra o escritor intitulado “A literatura infantil de Monteiro Lobato ou o comunismo para crianças” (BRASIL, 1959). Portanto, o criador de Jeca Tatú, do Sitio do Pica-pau Amarelo e de centenas de charges críticas, foi um pioneiro na utilização **do formato condutor da ironia militante**, presente nas suas narrativas sobre a construção da Nação brasileira.

4.2.1 As categorias, os gêneros e os formatos radiofônicos

A análise que realizamos nesta pesquisa levou em conta a diversidade de conteúdos expressos ora pela forma ora pelo significado. Nesse sentido, em *Radio e Cidade* Oliveira Menezes (2007, p. 85), chama a atenção para o fato de que:

as emissoras não veiculam apenas informações úteis à sobrevivência cotidiana, como trânsito ou situação do tempo, mas especialmente aquilo que devemos recordar e aquilo que podemos sonhar para o futuro. Datas e horários são lembrados a cada momento; fatos históricos são revividos com *jingles*, canções da época ou entrevistas; o passado invade o presente. A própria distribuição dos horários dos programas é definida a partir de situações matutinas, vespertinas, diárias, semanais, em sintonia com os ritos sociais.

Não existe, a rigor, como já foi referido, um consenso sobre a classificação dos tipos de programas radiofônicos. É verdade, que há uma tendência para eleger dois conceitos interdependentes: o *gênero* e o *formato*, na produção ou análise de programas pelo rádio. Entretanto, há um avanço nesse sentido, proposto por Aronchi de Souza (2004) acrescentando o conceito de *categoria*, além dos conceitos de *gênero* e *formato*.

Essa proposta de ampliação, a nosso ver, cria melhores condições de sistematizar a classificação dos tipos de programas: partindo das *categorias* que abrangem a síntese do universo de tipos de programas, a partir dos seus conteúdos, distribuindo-os em outro grupo, também agregador, os *gêneros* e especificando esses programas em *formatos*. Importante notar que uma determinada categoria poderá ser localizada em mais de um gênero e, por sua vez, os gêneros podem ser formatados das mais diversas maneiras. Por isso a ampliação da análise, a partir de categorias, divididas em gêneros e especificadas em formatos, constitui a sistematização mais adequada para a análise de conteúdos da grade de programação das emissoras de rádio. É bem verdade que Aronchi de Souza (2004) trabalhou a sua proposta em relação aos programas de televisão, entretanto esse aspecto não representa nenhum fator que iniba a utilização de *categoria*, na análise dos programas radiofônicos, além dos *gêneros* e dos *formatos*.

A televisão, quando foi criada e desenvolvida no Brasil, importou as categorias, os gêneros e, muito mais, os formatos do rádio; por exemplo: a categoria divertimento, através do gênero (humor ou dramaturgia, entendida como comédia) os programas humorísticos, formatada no tipo *escolinha*, como é caso da “*Escolinha do Professor Raimundo*”, com Chico Anísio; o humorista cearense atuou num programa, de formato similar, na Rádio Clube de Pernambuco, intitulado a “*Escola de Dona Pinoia e Seus Brotinhos*”; Chico Anísio atuou ao lado de outros humoristas pernambucanos, como Jota Austregésilo e Aldemar Paiva. Outro exemplo clássico é a novela: do rádio para a televisão, o divertimento, através da dramaturgia, é expresso através do formato radionovela (rádio) e telenovela (televisão). Esse tipo de programa (*categoria-gênero-formato*) mantém uma elevada audiência, devida ao gosto popular. Essa preferência e gosto pelos capítulos, encadeados por suspense ao final (o que leva a curiosidade e atenção) que conduz ao próximo episódio tem origem nos folhetins da idade média; um dos exemplos clássicos eram os contos do Marques de Sade que, mesmo preso, conseguia distribuir capítulo por capítulo os

seus instigantes folhetins. Trata-se de um gênero popular, cujos formatos foram sendo aperfeiçoados pelos novos meios de comunicação: no cinema, as séries que antecederam os filmes de longa metragem; no rádio, a radionovela; na televisão a telenovela, sem contar com as histórias em quadrinhos e outros formatos que foram surgindo ao longo da história da comunicação no mundo.

A análise realizada nesta pesquisa obedeceu aos critérios sugeridos por Aronchi de Souza (2004, p. 32) em relação à televisão e, apropriados, nesta pesquisa, para o rádio.

Só se pode identificar e classificar os programas pela análise da grade de programação de cada emissora. Seguindo os conceitos históricos e trabalhos realizados por outros pesquisadores sobre as categorias, os gêneros e os formatos dos programas, pretendo chegar a um perfil da programação da televisão brasileira.

O perfil final pesquisado foi, por outro lado, estabelecido e construído com base na nossa experiência radiofônica. Dessa forma, o perfil pesquisado foi identificado, através das *categorias*, dos *gêneros* e dos *formatos*, componentes da grade de programação das seguintes emissoras comunitárias, localizadas no Estado de Pernambuco: Rádio Litoral FM, de Paulista; Rádio Litoral Meridional, de Nova Descoberta, Recife; Rádio Amparo FM, de Olinda; Rádio Camará FM, de Camaragibe; Rádio Cidadania, de Jaboatão dos Guararapes; Rádio Digital FM, de Escada; Rádio Jovem CAP FM, de Capoeiras; Rádio Goitacaz FM, de Glória do Goitá; Rádio Petrolina FM, de Petrolina; Rádio Santana FM, de Ribeirão; Rádio Tabocas FM, de Vitória de Santo Antão e Rádio Sol FM, de Ouro Preto, Olinda. Nesse sentido as categorias pesquisadas foram as seguintes: (E) Entretenimento (I) Informação (Ed) Educação (O) Religião (V) Variedades (informação e divertimento)

4.2.2 As categorias radiofônicas

A separação dos programas [...] em categorias atende à necessidade de classificar os gêneros correspondentes. Por isso a categoria abrange vários gêneros e é capaz de classificar em número bastante diversificado de elementos que se constituem, na concepção de Martin-Barbero, no elo que une o espaço da produção, os anseios dos produtores culturais e os desejos do público receptor (BORELLI, 1994, p. 132 apud ARONCHI DE SOUZA, 2004, p. 37).

A análise das grades de programação das emissoras revelou os percentuais, segundo a tabela abaixo, que demonstra a gradual utilização das categorias: o

entretenimento, composto na sua totalidade do gênero musical, representa mais da metade (62%) do restante das outras categorias. A categoria *religião* apresenta um percentual maior (14%) do que Informação (12%), variedades (9%) e educação (4%). É importante esclarecer que a categoria variedades, composta de entretenimento/informação/serviço poderá apresentar uma melhor posição em determinadas emissoras, quando analisadas em separado do quadro geral das emissoras pesquisadas. Deve-se ressaltar, ainda sobre a tabela abaixo que a categoria educação representa 100%, de imbricamento nas outras categorias: má, razoável, boa, muito boa ou excelente a programação radiofônica é, por natureza, educativa.

Tabela 2 – As categorias radiofônicas

CATEGORIA	HORAS DE TRANSMISSÃO	%
Entretenimento	921	62%
Religião	212	14%
Informação	177	12%
Variedades	127	9%
Educação	53	3%

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras pesquisadas (ABRAÇO-PE)

4.2.2.1 O Entretenimento

O entretenimento quando relativizado, pela importância cultural, à informação, constitui uma questão que vem de longe na história da cultura, tornando-se uma dicotomia para uns, enquanto outros consideram que a complementaridade dos dois conceitos é plenamente possível e desejável. Neste sentido, presume-se que o divertimento deve informar e o mesmo pode-se afirmar sobre a informação que deve, em menor escala entreter. O problema resume, de certa forma, a importância da informação como fonte de formação humana.

A questão do divertimento *versus* a informação foi profundamente estudada pela visão dialética de Brecht (1967), do ponto de vista da consciência do espectador, que pode transformar-se de elemento passivo em ator, elemento ativo do processo de comunicação, quer seja no teatro de palco, quer no teatro levado ao ar pelo rádio.

Brecht (1967) escreveu peças para o teatro e, também, para o rádio, sempre voltado radicalmente para a sua metodologia: a dramaturgia dialética. Sobre o rádio tinha uma visão clara do papel do veículo, como suporte da participação recíproca e ativa dos ouvintes, o que o fez denominar a radiofusão sonora, segundo Zuculoto (2005), como aparelho de comunicação, ousando sonhar com um uso verdadeiramente revolucionário para ao meio. Em síntese, o conceito de *aparelho de comunicação* opõe-se ao seu extremo e antagônico, o *aparelho de distribuição*, o qual transmite a informação, sem considerar a participação de uma audiência ativa, capaz de produzir o seu próprio conhecimento. Por sua vez, o *aparelho de comunicação*, pode transformar o rádio em suporte de emissão e de recepção, se fazendo escutar pelos ouvintes, estabelecendo um verdadeiro processo de comunicação e criando, nesse sentido, o que pode-se qualificar como **audiência com participação ativa**. Torna-se importante notar nesse processo o papel fundamental da escuta como lugar de diálogo; a escuta como razão da fala, enfim, a escuta como complementaridade da condição orgânica da comunicação radiofônica.

Meditich (2005, p. 106) refere-se ao trabalho de pesquisa realizado por Arnheim, na condição exilado de guerra nos Estado Unidos, desenvolvido no *Office of Radio Research da Columbia University* “La, Arnheim produziu um trabalho de *análise de conteúdo* das radionovelas da época”. Nessa pesquisa, observa Meditsch (2005, p. 106), Arnheim expressa “uma certa decepção com o uso do meio com objetivos comerciais e com competição pela audiência, que o nivela por baixo e o vulgariza, diferente do que acontecia no rádio estatal europeu, que mantinha seus objetivos culturais e educativos”.

Na medida em que o prazer e a satisfação forem considerados os principais objetivos da arte, não há justificação possível para reformular programas que indubitavelmente agradam e satisfazem de maneira mais alargada e forte do que qualquer arte produzida por um nível cultural mais elevado. Mas é chegado o tempo de nos darmos conta de **que arte, educação e entretenimento não podem ser considerados isoladamente**. Nenhuma destas três coisas existe isolada das outras duas, nem pode atingir seus objetivos negligenciando as demais. A consequência desta negligência é a arte que não consegue entreter e que ilude em vez de educar; educação que aborrece e desmotiva porque é seca e sem vida; entretenimento que não toca nas grandes aspirações e reais da vida. Não existe entretenimento que nada a ver com arte e com a educação; mas há muito entretenimento que é uma arte pobre e uma má educação. Porém, este entretenimento insatisfatório não pode ser combatido nem por uma estética hedonista nem por uma pedagogia dogmática, mas apenas se acreditarmos que **a arte, agora majoritariamente empenhada na distração**, pode ser restaurada em seu pleno significado, construído por aqueles que a criaram desde que

tem existido (ARNHEIM, 1944, p. 85 apud MEDITSCH, 2005, p. 106, grifo nosso).

A questão do entretenimento na programação de rádio, a partir do marco regulatório, estabelecido no Art. 221 da Constituição (1988), no que se refere à programação das emissoras e as suas obrigações, estão explícitas nos seguintes parágrafos: I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Esse é o marco regulatório vigente, o que justifica as atuais demandas da sociedade civil, expressas no documento básico da Conferência Nacional de Comunicação (2009).

No que se refere à radiodifusão, no que tange à produção de conteúdos, a Lei nº 9.612 (1998) dispõe no seu Art 4º:

As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios: I – preferência por finalidades educativas, artísticas e culturais e informativas em benefício do desenvolvimento da comunidade; II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade atendida; III – respeito aos valores éticos e sociais da família, favorecendo à integração dos membros da comunidade atendida; IV – não discriminação de raça, religião, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias [...].

Há, sem dúvida uma proposição qualitativa nos princípios exigidos por lei, em relação aos conteúdos da programação das emissoras comunitárias, entretanto o Estado na medida em que exige essa grade de programas diversificada, contemplando inclusive o rádiojornalismo, não se propõe a subsidiar com orçamento destinados a esse tipo de radiodifusão os custos derivados dessas atividades; aliás, como será referido, as emissoras comerciais e públicas encontram as mesmas dificuldades e resolvem o problema suprindo a programação com a categoria entretenimento, gênero musical e, ainda, apelam para as seleções e play lista de músicas emitidas pelo computador. Essa é a realidade, que se comporta diferentemente do que determina a lei. Essa solução para as emissoras, portadoras de orçamento (quer pelo mercado quer pelo Estado) é a mesma adotada pelas rádios comunitárias.

Tabela 3 – Categoria: entretenimento
 Gênero: musical
 Formatos: programa musical, programa especial e seleção musical

ENTRETENIMENTO					
RÁDIOS /FORMATOS	PROGRAMA ESPECIAL	SELEÇÃO MUSICAL	SELEÇÃO INFANTIL	PLAY LIST	TOTAL
LITORAL	24,8%	49,5%	1,9%	19,0%	100,0%
MERIDIONAL	0,0%	46,3%	5,6%	0,0%	100,0%
AMPARO	0,0%	54,5%	0,0%	0,0%	100,0%
CAMARÁ	0,0%	19,0%	0,0%	0,0%	100,0%
CIDADANIA	20,4%	20,4%	0,0%	0,0%	100,0%
DIGITAL	0,0%	18,8%	0,0%	25,0%	100,0%
JOVEM CAP	0,0%	19,2%	0,0%	0,0%	100,0%
GOITACAZ	0,0%	13,2%	0,0%	0,0%	100,0%
PETROLINA	17,6%	82,4%	0,0%	0,0%	100,0%
SANTANA	2,2%	5,6%	0,0%	0,0%	100,0%
TABOCAS	1,3%	44,3%	0,0%	0,0%	100,0%
SOL	5,3%	10,5%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária de Pernambuco, 2013

Nota: os programas especiais são, na sua maioria, dedicados a Roberto Carlos, Luiz Gonzaga e a MPB

Constata-se, pela tabela acima, a utilização, preferencial e majoritária do gênero música, com predominância do formato programa musical 490 hs; seguida seleção musical com 161 h; play-list com 28 h. programas especiais com 50 h; programas infantis com 5 hs. Uma observação importante que, embora não mascare os resultados, refere-se a algumas sobreposições de formatos declarados, por exemplo: a *seleção musical* pode ser declarada como *play list* ou vice-versa. O importante é observar que historicamente a presença da música sempre teve prioridade e lugar de destaque na programação das emissoras, inclusive as comunitárias.

O rádio não é, tão obviamente, percebido pela sua popularidade, como algo que conta com o espaço e natureza em constante transformação, atravessada pelos processos de escuta. Nesse sentido, muitos estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de aprofundar o entendimento da linguagem radiofônica. Bianchi (2011, p. 122) observa que:

o espaço e a natureza do uso da música no rádio foram, ao longo dos anos, sendo transformados. No entanto a sua importância e a sua força como elemento constituinte de diferentes produções radiofônicas se revelam na perspectiva do passado e do presente. Isso é constatado quando, por exemplo, os ouvintes expõem suas lembranças musicais. E entre gostos e

competência que o rádio foi criando e alimentando entre seus ouvintes, a música figura entre os principais.

A Rádio Tamandaré - AM – do Recife, na década de 1960, quando a frequência modulada ainda não era explorada, modificou a sua programação, antes diversificada para música, um noticiário de 5 minutos de hora em hora e um anúncio por intervalo. O *slogan* da emissora era: “*Radio Tamandaré, música somente música e um anúncio por intervalo*”. Uma emissora AM lançava o que seria o formato das emissoras de FM, poucos anos depois. Ressalte-se que, de hora em hora, a emissora apresentava um noticiário de 3 minutos de duração, mas a música era o grande apelo ao público.

O rádio tem uma ligação umbilical com a oralidade, sendo que o primeiro não vive sem a segunda. A oralidade tem se mostrado como um dos mais resistentes suportes da história do ser humano; os saberes e fazeres dos povos os hábitos e os costumes das mais diversas raças; os idiomas, línguas e dialetos e, permeando cada tempo e cada lugar a oralidade. Nesse sentido a *fala* e a *escuta* mantém, ao longo do tempo, a construção permanente de narrativas que formam o discurso sem dono e infinito da humanidade.

A oralidade encontrou no rádio, o meio mais adequado, para intermediar a cultura. A transmissão radiofônica *levou ao éter* (na *era de ouro do rádio*, como era usual na abertura dos os programas) os valores culturais populares e eruditos; formatou pelo som a dramaturgia em radionovelas; construiu personagens sonoros, dramáticos e humorísticos: heróis, mocinhos e bandidos; permitiu que a aventura contada pelo som ampliasse a imaginação dos ouvintes. Nesse sentido, Bianchi (2011, p. 122) enfatiza que:

a sonoridade que emana do espaço ocupado pelo rádio é o resultado de uma composição múltipla e complexa. Efeitos sonoros, silêncio, música, vozes, palavras habitam o lugar da criação dos sentidos. Percebe-se então como esses elementos, cada um em seu tempo e seu lugar, cada qual em consonância e comunicação com o outro, ajudam a constituir a linguagem radiofônica. Linguagem esta que mobiliza a audição, mas que por sua rica formação e articulação possível, é capaz de conduzir o ouvinte pelos demais sentidos, imaginando, enxergando até mesmo o que não se torna visível. O que o rádio possibilita aos seus usuários é um conjunto de experiências sensíveis que possuem vinculação direta com a forma pela qual sua linguagem se estrutura.

4.2.2.2 A informação

O desafio do rádio democrático reside no fato de privilegiar a *escuta* e compreender que o *lugar de fala* confunde-se com o *lugar da escuta*, na construção do *diálogo*. A simetria da rádio comunitária com o seu *lugar de escuta*, confere a esse meio de comunicação o que de mais forte existe na atualidade, em termos de uma comunicação autêntica. A relação *fala-escuta-diálogo-fala* é o pressuposto fundante do que deve ser o discurso radiofônico. Essa possibilidade de simetria apresenta-se às emissoras comunitárias pela sua própria natureza: a um km da estação transmissora reside a comunidade, o seu *lugar de escuta*; *lugar de escuta* - diferente de lugar de audição – como elemento vivo, pulsante, na construção das narrativas, do discurso, funcionando como a fonte mais próxima do jornalista interessado na verdade dos fatos. O jornalismo comprometido com a verdade encontra dificuldades. Nesse sentido, Brecht (1967, p. 9) elege cinco dificuldades para escrever a verdade.

Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade, tem de superar ao menos cinco dificuldades. *Deve ter a coragem* de escrever a verdade embora ela se encontre escamoteada em toda parte; *deve ter a inteligência de reconhecê-la*, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; *deve entender da arte de manejá-la* como uma arma; *deve ter a capacidade de escolher* em que mãos será eficiente; *deve ter a astúcia* de divulga-la entre os escolhidos.

Posta a questão da ética em relação ao jornalismo como *gênero da categoria informação*, resta perceber quais as condições necessárias para exercer esse fundamento, ou seja a ética jornalística, dentro da emissora comunitária, ressaltando as suas deficiências técnicas, humanas e financeiras. O modelo de gestão em vigor nessas emissoras, mais voltado para o mercado (gestão estratégica) tem optado por contornar o problema imbricando a categoria *variedades* coma informação, com a música, o jornalismo de serviço, o show e o entretenimento. Dessa forma, o jornalismo torna-se incipiente, principalmente no que tange ao acesso às fontes, minimizando o problema pelo uso das linhas telefônicas; ou, como presenciamos em Feira Nova, no Vale do Goitá, quando uma ouvinte foi, pessoalmente à emissora comunitária e entregou nas mãos do locutor uma nota para ser divulgada: “Jailson, lê isso prá mim no rádio” Em síntese, esse fato representa a simetria absoluta da informação. A ouvinte queria que fosse divulgado

o batizado do filho. Chamamos, aqui, de simetria absoluta a proximidade da fonte (ouvinte) com o locutor da emissora comunitária.

Todas as *categorias, gêneros e formatos* da programação do rádio devem estar comprometidos com a ética; esse comprometimento torna-se um desafio permanente para a radiofusão em geral. Nesse sentido, as emissoras comunitárias encontram-se diante de um grande dilema, como afirma Luz (2011a, p. 1, grifo nosso):

A maioria das atuais rádios comunitárias tem uma programação pouco criativa. O **radiojornalismo** é incipiente e a programação musical copia a da comercial. Esta precariedade decorre, basicamente, de quatro fatores: 1) **culturais** – depois de ouvir rádio comercial por quase 90 anos, é normal que a população esteja ‘educada’ para reproduzir na comunitária esse tipo de emissora; 2) **problemas financeiros** – faltam recursos para garantir qualidade de equipamento e, principalmente, uma remuneração justa para os que atuam na emissora, em sua maioria voluntários. A não-sustentabilidade resulta basicamente da legislação em vigor – é obra do Estado. A legislação existe para que as RCs sejam inviáveis; 3) **falta de capacitação** – a grande maioria dos que fazem RC desconhece o conceito e o potencial social, político e cultural de uma rádio comunitária. Não tiveram capacitação direcionada para as RCs. Cobia ao Estado (como diz a Lei) fazer isso, e ele não fez; cobia às entidades do setor e, - salvo algumas exceções, - elas não fizeram; 4) **falta de movimento organizado** – se hoje tem rádio comunitária de todo tipo (comercial, evangélica, católica, sem classificação) é porque falta uma mobilização do setor. São poucas as entidades confiáveis. Algumas delas²² tratam as RCs como se fosse base de sindicato – o que é fora de contexto. Não aprenderam a lidar com comunicação e menos ainda com algo tão politicamente singular como as rádios comunitárias. Não cuidaram de definir o que é RC, e, menos ainda, de promover capacitação dos militantes, o que seria fundamental.²³

Um jornalismo simples em sua forma, entretanto, rico em sua simetria, pode fazer da radiofusão comunitária a “arma” à qual Brecht (1967, p. 19) referiu-se no sentido de percorrer os passados para superar as cinco dificuldades para escrever a verdade; um jornalismo ético significa, primordialmente, um jornalismo verdadeiro. Nesse sentido, a tradicional fórmula para checar os principais aspectos de uma informação – *o que?, quem?, quando?, onde?, por que? Como?-* e escrever a

²² É o caso da Associação Brasileira de Radiofusão Comunitária (ABRAÇO), que existe desde 1996 e, desde então – 15 anos – só teve dois presidentes. Não tem publicações que orientem militantes sobre o que é RC, não tem propostas de mudança na lei; os poucos cursos que promoveu são tecnicamente questionáveis.

²³ Dioclécio Luz é jornalista, radialista e escritor. Mestre em Comunicação pela UnB. Sua dissertação de mestrado tratou de radiojornalismo em rádios comunitárias. Tem dois livros publicados sobre o tema: “*Trilha apaixonada e bem humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias*” (2004); e “*A arte de pensar e fazer rádios comunitárias*” (2007). Apresentou, em 2011, a monografia: “*A saga das rádios comunitárias*”, no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia.

notícia, denotam aspectos importantes, no sentido de que haja comprometimento com a verdade; em todos os aspectos da fórmula, a verdade deve estar implícita, entretanto a maior responsabilidade recai sobre o “*por que?*” da informação, que transformou-se em notícia. Esse é o campo da *ética* no jornalismo. Não há como fugir à verdade quando se trata de explicitar o *porque* do acontecimento.

Nesse sentido, observa Barros Filho (1995) que o profissional de imprensa aprende, ainda na faculdade, a responder as perguntas, acima formuladas no sentido de finalizar uma matéria puramente informativa. E esclarece: “esses elementos fazem crer que a matéria será uma descrição pura e simples da realidade fenomênica, dos acontecimentos. Quanto mais restrito a essas respostas estiver o artigo, mais próximo ele estará, em sua aparência, do fato” (BARROS FILHO, 1995, p. 89). Para Barros Filho (1995, p. 89-90) a aplicação da análise sistêmica à informação poderá explicitar e detalhar cada um dos questionamentos - do “o que?” ao “como?” - conferindo-lhes significação e sentido na construção da informação. Torna-se importante ressaltar, ainda, entre os mais diversos processos de formação e controle da opinião, tais como a *agenda setting*, cujo objetivo é a imposição (agendada) sobre **o que falar** e a *espiral do silêncio* que impõe **o que falar sobre** e a *agenda encoberta* que, baseada na forma, esconde no texto a verdadeira intensão da informação.

Segundo Barros Filho (1995, p. 169):

as pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. É o que sustenta a hipótese do *agenda setting*. Trata-se de uma das formas possíveis da mídia sobre o público. É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá.

Para Barros Filho (1995), a *espiral do silêncio*, como a *agenda setting*, é uma hipótese científica de sucesso. A ideia central da *espiral do silêncio*, como hipótese, é tão simples quanto a hipótese do *agenda setting* e enfatiza: “A ideia de espiral visa explicar a dimensão cíclica e progressiva dessa tendência ao silêncio. Quanto mais uma opinião for dominada dentro de um universo social dado, maior será a tendência a que ela não seja manifestada” (BARROS FILHO, 1995, p. 207).

Os meios de comunicação ao criarem a opinião dominante, através de suas mensagens, focam a sua ação nos receptores gerando neles a opinião dominada,

processo esse que resulta no silêncio tendencial e na mudança de opinião tendencial.

Barros Filho (1995, p. 208-209), esclarece a dimensão cíclica da *espiral do silêncio* com o seguinte exemplo:

Imagine a seguinte situação: os meios de comunicação, diante de um escândalo político, impõem uma imagem desfavorável de seu protagonista. Essa opinião, imposta pelos meios de difusão, será dominante no universo social consumidor dos produtos desses meios. Isso não impede que hajam, nesse universo, vozes discordantes. Elas serão minoritárias. Haverá, portanto, uma tendência, no seio desse grupo minoritário, ao silêncio. Quando parte desse grupo se cala, a opinião discordante, que já era minoritária, se torna ainda mais minoritária. Nesse momento, a tendência ao silêncio ainda será maior. O número de silentes será, portanto, maior, fazendo com que a opinião se torne ainda mais minoritária. Aqueles que ainda persistirem exprimindo-se favoravelmente ao político terão de suportar um ônus social crescente em suas tomadas de posição. Estarão progressivamente isolados. Não encontrarão quem lhe dê apoio.

A *agenda encoberta* pode ser entendida pela forma aplicada na produção da informação; forma esta cujo objetivo é informar, escamoteando a verdade dos fatos. Sobre esse aspecto, Barros Filho (1995, p. 64-65) refere-se à informação e à força da forma, conferindo-lhes o seguinte sentido:

A produção mediática é, antes de tudo, um processo ininterrupto de formalização. A objetividade aparente da informação é consequência desta 'racionalização' que faz crer na economia da criação e do improviso. Toda objetivação, ao dar a ver publicamente algo que se sentia de forma confusa, produz o efeito segundo de 'encobrir' não só quem objetivou com que interesse e obedecendo a quais estratégias) mas também as condições sociais que permitem a objetivação.

Sobre esse tema, Bourdier (1967, p. 63 apud BARROS FILHO, 1995, p. 65), explica:

[...] a forma, a formalização e o formalismo não agem somente em função de sua eficácia específica, propriamente técnica, de esclarecimento e racionalização. Há uma eficácia propriamente simbólica da forma. A violência simbólica, cuja realização por excelência é sem dúvida o direito, é uma violência que se exerce, poderíamos dizer, nas formas e colocando formas. Colocar formas é dar a uma ação ou um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima e aprovada, ou seja, como podemos produzir publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outra maneira, seria inaceitável. A força da forma, esta *vis formae* da qual falavam os antigos, é esta força propriamente simbólica que permite à força se exercer plenamente, fazendo-se desconhecer enquanto força e fazendo-se reconhecer, aprovar e aceitar pelo fato de se apresentar sob a aparência de universalidade, de razão ou de moral.

Observe-se na tabela abaixo, que o formato radiojornal (46 h), é superior ao programa de serviço (42 h), seguido do programa estatal (A Voz do Brasil (40 h.), programa esportivo (22 h) e programa social (2 h). O jornalismo que não se encontra nesta tabela, está incluso de forma improvisada e dispersa na categoria *variedades*, sob o formato de *serviço*, *debate*, *entrevista*, *nota* etc.

Tabela 4 – Categoria: informação
Gênero: radiojornalismo
Formatos: radiojornal, programa de serviço, programa de debate, programa esportivo, programa policial e programa social

RÁDIO JORNALISMO								
RÁDIOS /FORMATOS	RÁDIO JORNAL	SERVIÇO	DEBATE	ESPORTIVO	ESTATAL	POLICIAL	SOCIAL	TOTAL
LITORAL	90,9%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
MERIDIONAL	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
AMPARO	0,0%	0,0%	31,3%	37,5%	31,3%	0,0%	0,0%	100%
CAMARÁ	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	100%
CIDADANIA	38,1%	0,0%	38,1%	0,0%	23,8%	0,0%	0,0%	100%
DIGITAL	37,5%	0,0%	0,0%	0,0%	62,5%	0,0%	0,0%	100%
JOVEM CAP	0,0%	0,0%	0,0%	58,3%	41,7%	0,0%	0,0%	100%
GOITACAZ	22,7%	54,5%	0,0%	22,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
PETROLINA	0,0%	18,5%	37,0%	0,0%	18,5%	18,5%	7,4%	100%
SANTANA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100%
TABOCAS	40,0%	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100%
SOL	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)
(*) A voz do Brasil

4.2.2.3 As variedades

A categoria *variedades* tornou-se uma opção criativa, devido aos problemas de custos para a grande maioria das emissoras de rádio, inclusive as privadas; esse fato torna-se mais grave no caso das rádios comunitárias, que são impedidas pelo Estado de veicular publicidade. Portanto, a diversidade de gêneros dentro dessa categoria é imbricada em vários *formatos* radiofônicos: musical, notícia, serviço vão ar, como já foi referido, de forma improvisada e dispersa. Observe-se no quadro abaixo o índice relativo ao total das emissoras 128 horas; destacando-se em uma das emissoras o mais alto índice de variedade, 40 h e outra emissora com o índice menor de 10 horas.

O uso da transmissão ao vivo bem como o conjunto de formatos que fazem parte dessa categoria (informação, serviço, debates etc.) variam de emissora para emissora, dificultando uma maior verticalização para uma melhor identificação dos conteúdos abordados. Trata-se de uma faixa horária, geralmente entregue a um comunicador. Nesse sentido algumas emissoras comunitárias têm atraído comunicadores profissionais, como é o caso do radialista Wellington Zamy (atuou durante muitos anos na Rádio Jornal), hoje apresenta um programa diário de 3 horas, na Rádio Comunitária Litoral FM, de Paulista; e o jornalista Magno Martins, que atuou durante muitos anos nos Diários e Emissoras associadas, apresenta um programa de debate político, em dois horários aos sábados, na Rádio Camará FM, de Camaragibe.

O primeiro problema em relação a ser um programa ao vivo, é que o conteúdo varia desde o proselitismo aos formatos de serviço, informação, atendimento de pedidos musicais etc. Nesse sentido, essa é a categoria que mais dificulta verticalizar no sentido da análise do conteúdo.

Tabela 5 – Categoria: variedades

Gênero: MIX de: musical, informativo e serviço

Formatos: show ao vivo (música, notícia, serviço, etc.)

RÁDIO/ FORMA TOS	LIT FM	LIT MERID FM	AMP FM	CAM FM	CIDAD FM	DIGI FM	JOV CAP FM	GOITA FM	PETRO FM	SAN T FM	TAB FM	SOL FM
SHOW AO VIVO	15H		21H	10H	20H	40H						22H
TOTAL	15H		21H	10H	20H	40H						22H

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

(*) Programa do tipo show de variedades, musical, serviços e informativo, ao vivo

4.2.2.4 A educação

“O rádio é jornal de quem não sabe ler; é o mestre quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito dos pobres; é o animador de nossas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado” (ROQUETTE PINTO, 1997, p. 8 apud TAVARES, 1997, p. 8).

A História do rádio também está ligada à educação, embora as dificuldades dos primeiros anos impedissem uma programação educativa e popular. Murce (1976 apud FERRARETTO, 2002, p. 32), radialista contemporâneo deste processo, observa:

[...] no começo pretendiam impor o rádio apenas como veículo de um tipo de cultura, com uma programação quase que só de música chamada erudita (da qual ninguém gostava), conferências maçantes, palestras destituídas de qualquer interesse, enfim, um rádio sofisticado para meia dúzia de *crentes*, não atingindo a massa.

A proposição do *olhar estrangeiro (o beau sauvage)* sobre a cultura brasileira refletia-se numa programação elitista, um tanto ao gosto europeu e outro tanto desfocada quanto aos formatos aplicados a gêneros antiradiofônicos, como palestras e conferências.

Ferraretto (apud MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008b, p. 30-31) refere-se ao magnífico **slogan** de Roquette Pinto - “*Pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil*” como algo que, mal interpretado:

[...] não permitia que se populariza-se o rádio tal como ele precisava para se expandir. Nada de publicidade, nada de música popular (em samba, então, era bom nem falar, nada daquilo que, de algum modo, desvirtuasse ou atingisse as boas intenções do programa traçado na famosa divisa). Assim, os primeiros anos do rádio foram difíceis: muita música clássica, muita ópera, muita *conversa fiada* e a colaboração graciosa de alguns artistas da sociedade. Quase todos apresentavam números do mesmo estilo dos discos irradiados (FERRARETTO apud MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008b, p. 30-31).

Roquette-Pinto irá criar uma proposta de radioescolas descrita em *Seixos Rolados*, segundo Ferraretto (apud MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008b, p. 31) que irá corporificar-se

a partir do ano seguinte à publicação do livro, em 1928, quando é promulgada a Reforma Fernando Azevedo, alterando os parâmetros educacionais praticado no Distrito Federal. O então diretor de Instrução Pública vai apoiar a iniciativa que envolve também o educador Anísio Teixeira. Assim, em 6 de janeiro de 1934, efetiva-se a PRD-5 – Radioescola Municipal, que já transmitia em caráter experimental desde 31 de dezembro. Com ela Roquette-Pinto começa a disseminar aquele saber ‘encantados em meia dúzia de de velhos papiros, em páginas engorduradas de vetustos incunábulo’, não na forma dos livros – afinal o Brasil é um país com quase 60% de população analfabeta – mas por meio de ondas eletromagnéticas.

Consideramos importante referir, neste estudo, o esforço da Universidade Federal de Pernambuco ao criar a Rádio Universitária AM, em 1953, para o qual concorreram nomes significativos da educação brasileira, entre eles, o criador da *Pedagogia do Oprimido*, o Professor Paulo Freire. Pela Rádio Universitária AM, (sic) hoje, desativada, inúmeros programas educativos foram irradiados. Acrescente-se que, em fevereiro de 1965, com o início da formação de professores, o Centro de Ciências do Nordeste da UFPE, utilizou a Rádio Universitária AM para transmissão de programas dedicados aos docentes de ciências.

Nesse sentido, foi postado no dia 19 de setembro, 2008, no portal da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) o seguinte informe, ao qual faremos, abaixo, algumas correções apontadas pelo radialista Hugo Martins, um dos fundadores da emissora, em depoimento dado ao autor desta pesquisa:

Primeira emissora de rádio Universitária no país, a Universitária AM completa 45 anos de fundação no próximo dia 21. Para comemorar o aniversário, a emissora preparou programas especiais que serão exibidos no domingo, 21 de setembro, a partir das 6h. Estão previstos programas, ao vivo, de jazz com a cantora Rosa Maria e Música Instrumental Pernambucana, com maestros Duda, Spok e Menezes. Outra atração será o programa Histórias da Rádio que contará com a participação do radialista Hugo Martins. Haverá ainda um especial sobre A História da Medicina como o professor e doutor, Geraldo Pereira. A estação iniciou suas atividades **pautada, principalmente, na difusão do método de alfabetização de Paulo Freire** e teve como primeiro locutor o ator Carlos Reis. **Com o governo militar, a partir de 64, as aulas de Paulo Freire geraram polêmica e sua transmissão foi suspensa pelo governo, por alguns dias.** Já passaram pelos microfones da AM grandes comunicadores, como **Hugo Martins, Fátima Marinho, Jarbas Maciel, Carmem Tovar, Fátima Quintas e tantos outros.** A primeira sede ficava na Rua do Hospício, atrás do prédio da antiga Reitoria. Agora, está situada próxima ao estacionamento da Reitoria da UFPE, na Cidade Universitária. Hoje, a dedicação voluntária de profissionais e estudantes conseguem transpor a escassez de recursos e de pessoal. A programação oferece opções de qualidade no dial AM. Programas de cunho acadêmico, em parceria com alguns departamentos e Pró-reitorias da Universidade Federal de Pernambuco, com destaque para o programa “Meio Ambiente por inteiro” que recentemente recebeu o prêmio do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-PE), em reconhecimento ao serviço prestado às causas ambientais. Os estudantes de comunicação das universidades de Pernambuco também têm espaço na programação da emissora, onde vivenciam todas as etapas de produção de programas de rádio, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho. Os programas musicais também são um forte da Universitária AM, que abre espaço para os vários ritmos, como MPB, o jazz, os ritmos latinos, os chorinhos, o samba, o frevo, o forró, a poesia sertaneja, a música portuguesa, as trilhas sonoras de filmes e novelas, a música instrumental e as canções de ontem e de hoje.

Recentemente, a emissora conseguiu iniciar suas transmissões via internet pelo endereço www.tvu.ufpe.br (informação verbal)²⁴.

Segundo o radialista Hugo Martins, a Rádio Universitária AM da UFPE foi fundada no dia 23 de março de 1963, portanto são 50 anos de existência e a emissora continua fora do ar; a questão de ser transmitida somente pela WEB não substitui a característica fundamental de uma emissora AM de sinal aberto (informação verbal)²⁵.

O rádio tem se utilizado bem menos do formato radionovela, em relação à *época de ouro do rádio*, entretanto quando se trata de educação popular, principalmente, esse tipo de formato tem sido usado de forma cada vez mais crescente. Nesse sentido, participamos em 2010, como consultor da Fundação Roberto Marinho, do *Projeto Fome à Mesa*: uma radionovela com 30 capítulos de 15 minutos cada; o rádio foi escolhido pelo *Programa Fome Zero* para sua ação educativa em relação à alimentação preventiva. Os capítulos da radionovela foram disponibilizados para rádios públicas e comunitárias.

A educação, como categoria, ainda encontra, mesmo que a níveis insuficientes, na radiodifusão comunitária um espaço de sobrevivência. Observa-se no abaixo que a educação cultural atinge o melhor nível com 17 h, seguida de educação popular com 13 hs, programa educacional com 7 h. e a educação instrucional com 1 h. Nesse sentido, a compreensão da categoria educação poderá ser mais completa, quando cruzada com os programas musicais de qualidade. Neste tipo de programa, o musical, destacamos os programas especiais, onde aparece Roberto Carlos em primeiro lugar; Música Popular Brasileira em segundo e Luiz Gonzaga em terceiro. Portanto, o formato *programa especial* (Tabela 3) varia de emissora para emissora de 0 A 24% do total da programação; destacam-se as emissoras: Litoral FM, com 24,8%; Cidadania FM, com 20,4%; Petrolina FM, com 17%; Sol FM, com 5,3; Santana FM, com 2,2% e Tabocas FM, com 1,3%.

²⁴ Depoimento de Hugo Martins concedido ao autor, 2013.

²⁵ Depoimento de Hugo Martins concedido ao autor, 2013.

Tabela 6 – Categoria: educação
 Gênero: educativo
 Formatos: programa educacional, programa instrucional, programa cultural, programa cultura popular

EDUCAÇÃO					
RÁDIOS /FORMATOS	EDUCACIONAL	INSTITUCIONAL	CULTURAL	POPULAR	TOTAL
LITORAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
MERIDIONAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
AMPARO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
CAMARÁ	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100%
CIDADANIA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
DIGITAL	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100%
JOVEM CAP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
GOITACAZ	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
PETROLINA	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	100%
SANTANA	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100%
TABOCAS	0,0%	0,0%	40,0%	60,0%	100%
SOL	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A categoria educação, traduzida em gêneros e formatos, aponta para dois tipos de problemas em relação à compreensão mais objetiva, e por outro lado, mais ampla dos conteúdos considerados educativos; os percentuais, acima, referem-se ao total da categoria educação (100%) em relação a cada formato pesquisado. Por exemplo 40% de programas culturais mais 60% de programas populares, correspondem a 100% da categoria educação.

Nesta primeira sistematização verticalizando a categoria educação com os os gêneros educacional, instrucional, cultural e populosoar, conseguimos chegar a conclusões que podem ser, com certeza, ainda mais verticalizadas; por exemplo: os programas musicais podem trazer no seu todo, ou em parte, conteúdos educativos. Nesse sentido, podemos observar, na Tabela VI, o seguinte: na Rádio Litoral FM, Rádio Litoral Meridional, Rádio Jovem CAP FM e Rádio Cidadania FM, não foi possível observar gêneros e formatos estritamente educativos; é possível dar uma interpretação a alguns programas musicais, a conotação de “cultural”; na Rádio Amparo FM podemos considerar, com mais facilidade, os programas musicais “O melhor da MPB” como formatos culturais dessa categoria; na Rádio Camará FM, 100% da categoria educação estão formatados em programas culturais; na Rádio Digital FM, observamos que 100% da categoria educação está formatada em

programas instrucionais; a Rádio Goitacaz FM apresenta 100% da categoria educação em formatos educacionais; a Rádio Petrolina FM apresenta 50% de programas no formato cultural e 50% no formato cultural para a categoria educação; a Rádio Santana FM apresenta 100% de programas populares dentro da categoria educação; a Rádio Tabocas FM apresenta 60% de programas popular e 40% de programas culturais dentro da categoria educação e a Rádio Sol FM apresenta 100% de programas educacionais, dentro da categoria educação.

4.2.2.5 A religião

A religião foi a primeira *categoria* que, depois do segmento musical, vem sendo utilizada pelo rádio como o meio eficaz e adequado à amplificação das suas mensagens e com capacidade de transmitir formatos adequados para a pregação e conquista de adeptos.

A categoria *religião*, em que pese a proibição do proselitismo religioso, apresenta índices mais altos do que a categoria *educação*, embora indique uma saudável diversidade de credos, incluindo a religião afro-nagô. O culto evangélico lidera com 54 horas, seguido do culto católico com 16 horas; do culto afro-nagô 15 horas; do culto espírita com 15 horas e formato seleção musical religiosa com 3 horas. Nesse sentido, o levantamento de percentuais obedece à mesma sistemática, ou seja, cada formato está relacionado aos 100% da categoria.

Observa-se que a Rádio Cidadania FM é a única emissora que apresenta um percentual 100% de programas evangélicos; as Rádios Camará FM e Tabocas FM apresentam um percentual, para mais em torno de 90% de evangélicos; a Rádio Miridional FM apresenta um percentual de 93% de programas afro-nagô; A Rádios Digital FM e Sol FM são emissoras com uma mais diversidade de cultos.

Tabela 7 – Categoria: religião
 Cultos religiosos
 Formatos: programa evangélico, programa católico, programa afro-nagô, seleção musical

RELIGIOSOS						
RÁDIOS /FORMATOS	EVANGÉLICO	POPULAR CATÓLICO	ESPÍRITA	AFRO NAGÔ	SELEÇÃO MUSICAL	TOTAL
LITORAL	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
MERIDIONAL	0,0%	0,0%	6,3%	93,8%	0,0%	100%
AMPARO	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%	100%
CAMARÁ	90,6%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	100%
CIDADANIA	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
DIGITAL	71,9%	21,9%	6,3%	0,0%	0,0%	100%
JOVEM CAP	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
GOITACAZ	72,0%	28,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
PETROLINA	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	95,2%	100%
SANTANA	69,2%	26,9%	0,0%	0,0%	3,8%	100%
TABOCAS	96,0%	0,0%	4,0%	0,0%	0,0%	100%
SOL	33,3%	0,0%	22,2%	0,0%	44,4%	100%

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Nota: a categoria religião foi inicialmente tratada como (o) outros

4.2.3 Os gêneros radiofônicos

As categorias englobam os gêneros e estes, os formatos. No que se refere à distinção entre rádio e a televisão torna-se desnecessário aprofundar essas diferenças; a televisão herdou do rádio, mais do cinema, os mais diversos formatos, acrescentando-lhe a imagem, sem, com isso, abolir o fundamento. Entre os gêneros mais comuns aos dois meios, como já foi referido estão a novela, o programa humorístico, o programa musical, as séries dramatúrgicas para crianças e adultos etc. A definição clássica e mais abrangente de gênero, encontra-se em Ferreira (2000, p. 682):

Conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns convencionalmente estabelecidos. Qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, fatos, ideias com caracteres comuns. Classe ou categoria de assuntos ou de técnicas. O que distingue as obras de uma época ou de uma escola.

Para Barbosa Filho (2003, p. 51) “falar em gêneros implica invariavelmente, incursões nos debates que o tema suscitou ao longo da história. A literatura, a

comunicação social (principalmente o jornalismo e o rádio), a arquitetura utilizam o termo gênero para definir tipologias específicas. Dimensionar seu conceito tautológico é uma questão que vem atormentando os filósofos ao longo dos tempos.” Aronchi de Souza (2004, p. 41), que defende o uso de categoria como elemento de análise, a incursão em relação ao gênero vai no sentido de aproximar um conceito do outro, associando-os, inter-relacionando-os, de modo a obter resultados da investigação feita, de uma certa forma imbricados pelas características e sentido. Zaremba (2006) refere-se aos gêneros como

[...] uma classificação mais geral, por exemplo, há programas de gênero musical, gênero jornalístico, gênero dramaturgia, gênero documentário ou gênero *talk* rádio, que é um gênero que anda com muita audiência (Band News, CBN News). E o formato já seria uma classificação mais específica do conteúdo dessa mensagem da produção radiofônica. Assim o programa pode ser de gênero musical, mas formatado como planilha ou radioarte ou radiodocumentário. Por exemplo, programa musical formatado como planilha. O que é uma planilha? Planilha é uma sequência de músicas onde o locutor apresenta e desapresenta. Grande parte da Grade da Rádio MEC é de planilha musical, músicas direto.

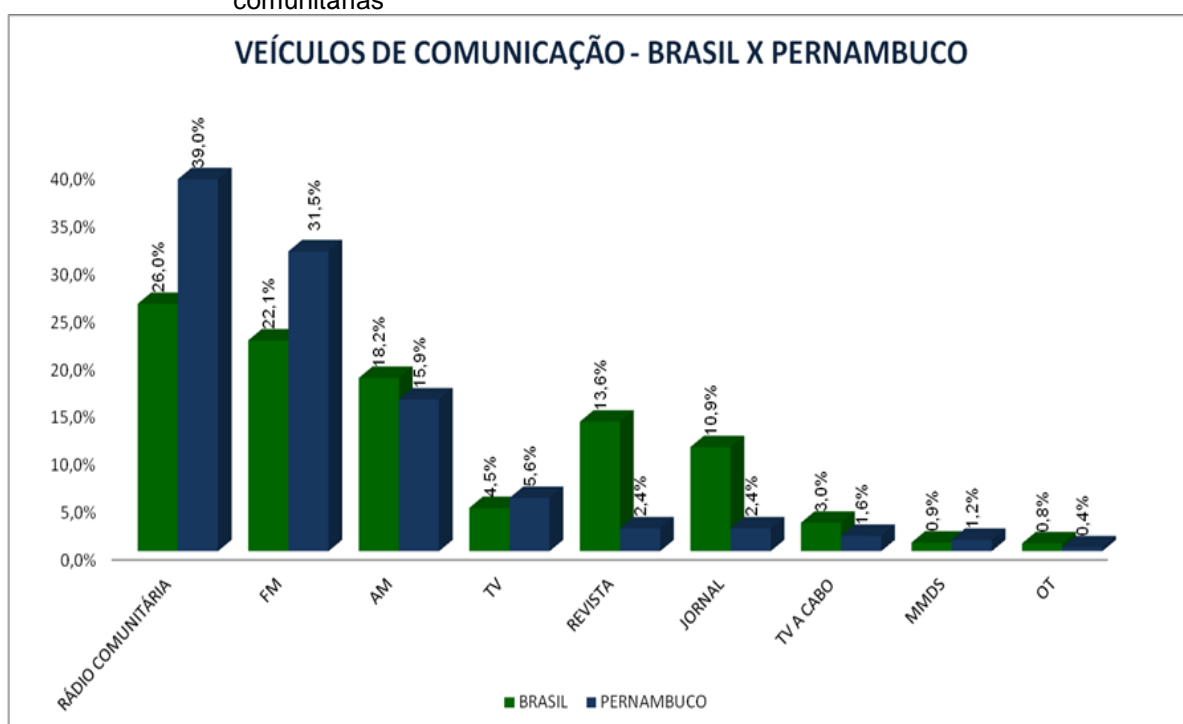
Pelo seu posicionamento, no levantamento de categorias, gêneros e formatos, percebe-se, com relativa clareza, que as emissoras comunitárias sobrevivem, em que pesem os problemas de custos, e exibem uma programação que reflete o nível de formação de seus gestores, a força da mídia voltada para o mercado e ancorada pela indústria cultural fonográfica e empresas nacionais produtoras de bandas de estilo popularesco. Nesse sentido, políticos, principalmente, seguidos de grupos religiosos, têm invadido a reserva do espaço radiofônico comunitário, como já foi referido pelo estudo de Lima e Lopes (2007). O que desperta esse interesse, além da significativa simetria dessas emissoras com a sua escuta?

Observando o Gráfico 1, abaixo, detalhando um levantamento recente, feito pelo IBGE (2006), que demonstra o potencial das rádios comunitárias, tomadas pelo seu todo, ou seja, a distribuição das emissoras pelos Estados brasileiros, com destaque para Pernambuco, que lidera o ranking com o total de 39% em relação ao Brasil com 26%. Dessa forma a relação Pernambuco/Brasil está, assim, configurada: emissoras comunitárias estão a frente das emissoras de rádio comercial FM (31%/22%); abaixo das emissoras de rádio comercial AM (15,9%/18,2); a frente da televisão comercial (5,6%/4,5%); inferior às revistas (2,4%/13,6%); inferior aos

jornais (2,4%/10,6%); inferior à TV a cabo (1,6%/3,0%); superior a MMDS²⁶ (1,2%/0,9%) e inferior a OT²⁷ (0,4%/0,8%).

O potencial das emissoras comunitárias, indicado neste quadro, deve ser relativizado em relação à maior cobertura de sinal das emissoras privadas, bem como pode ser ainda mais relativizado no caso das emissoras comunitárias poderem transmitir em cadeia o que, ainda, é proibido pela Lei nº 9.612 (1998), que regulamenta os serviços de radiodifusão comunitária.

Gráfico 1 – Relação do crescimento percentual entre os veículos de comunicação e as rádios comunitárias



Fonte: IBGE, 2006

Nota: os dados ressaltam a participação do Estado de Pernambuco em relação ao Brasil

²⁶ Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanais (MMDS) é uma modalidade de serviço especial, que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro de uma área de prestação.

²⁷ **Onda tropical** ou "**Ondas tropicais**" (OT) é uma porção do espectro eletromagnético correspondente às radiofrequências entre 2300 kHz e 5060 kHz (comprimentos de onda dos 120 m aos 60 m). Representam importante papel nas transmissões de rádio tanto para radiodifusão, como para fins utilitários (comunicações com aviões, embarcações, etc.) civis, militares ou comerciais.

4.2.4 Os formatos radiofônicos

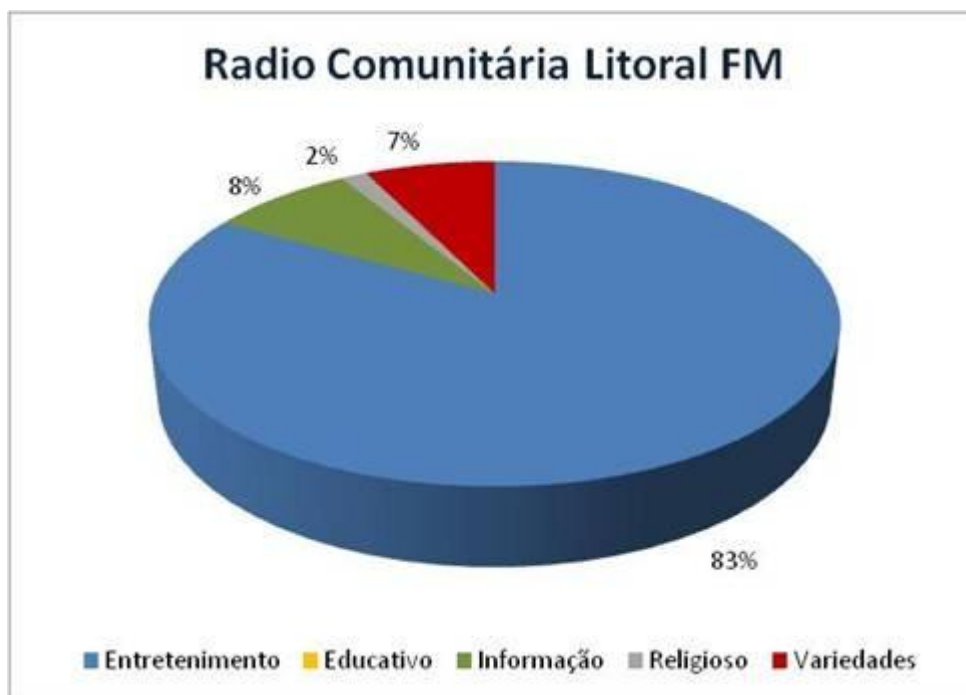
Os formatos representam para o rádio a estratégia que pode definir, dentro de cada categoria e de cada gênero, a melhor forma de produzir o programa. Nessa estratégia define-se: como trabalhar a partir do orçamento que se conta para a realização da produção; qual a forma mais eficaz para atingir o público-alvo; a estética do programa que deverá ser construída criativamente, enfrentando as dificuldades e usando o poder criativo dos limites. Como já foi referido, desde o início do rádio que o programa e/ou a seleção musical foram os formatos preferidos, devido ao seu baixo custo e a seu potencial de audiência.

Procuramos detalhar, neste estudo, o perfil geral das rádios comunitárias bem como os perfis individuais, através da grade de programação dessas emissoras, segundo as **categorias : (E) Entretenimento (I) Informação (Ed) Educação (M) Entretenimento e informação (O) Outros (religião).**

Quadro 2 – Radio Litoral FM

1. Radio Comunitária Litoral FM – Município de Paulista – PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
00h			Litoral Internacional – Músicas do passado (E)
04h	Especial Roberto Carlos (E)		Litoral Musicas de Hoje (E)
07h	Litoral Sertanejo Universitário (E)	Litoral sertanejo universitário (E)	Especial Roberto Carlos (E)
8h	Grito de alerta (I)	Voz da comunidade (I)	Domingo Litoral (E)
9h	Grito de alerta(I)		Idem
10h	Show do Zamy (E/I)		Idem
11h	Show do Zamy (E/I)	Programa Atos (O)	Idem
12h	Show do Zamy ((E)		Play List Musical (E)
13h	Litoral MPB(E)		Idem
14h	Clube da litoral (E)	Sabadão litoral (E)	Idem
15h	Clube da litoral (E)	Programa Jesus a nossa esperança (O)	Idem
16h	Clube da litoral (E)	Sabadão Litoral (E)	Idem
17h	Clube da litoral(E)	Mistura fina (E)	Idem
18h	Clube da litoral (E)	Play list (E)	Idem
19h	Sucessos da litoral (E)	Idem	Idem
20h	Sucessos da litoral (E)	idem	Idem
21h	Sucessos da litoral(E)	Idem	Idem
22h	Litoral internacional(E)	Idem	Power Play (E)
23h	Litoral internacional (E)	idem	Idem
24h	Madrugada litoral (E)	idem	Idem

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 2 – Categorias por emissora: Rádio Litoral FM

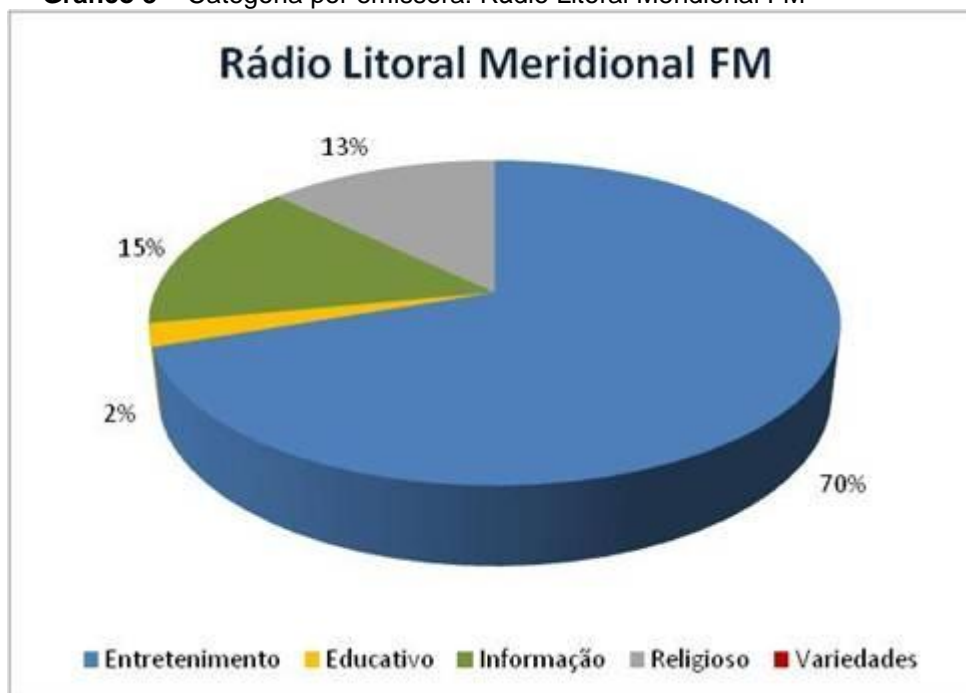
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A Rádio Litoral FM, de Paulista, apresenta um elevadíssimo grau de entretenimento (83%), considerando que não há indicadores de programas especiais voltados para a cultura popular, com exceção de apresentar um programa especial com o cantor Roberto Carlos de segunda-feira a domingos; consideramos que o programa de Música Popular Brasileira (MPB), de segunda a sexta-feira, pode ser enquadrado como educativo-cultural; a presença da radialista Wellington Zamy dá à emissora um caráter profissional, na categoria variedades; nota-se uma pequena presença de programas religiosos (2%); a informação corresponde a menos de 10% do total da programação, embora essa categoria possa ser compensada pela presença do radialista Wellington Zamy bem como nas variedades. Entretanto, de um modo geral, é uma programação com um nível não desejável em relação ao equilíbrio do percentual das diversas categorias que podem enriquecer os conteúdos da grade.

Quadro 3 – Radio Litoral Meridional FM

2. RÁDIO LITORAL MERIDIONAL FM 93,9 – NOVA DESCORBRTA – RECIFE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
04h	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
07h	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
8h	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)	TERCEIRA REVELAÇÃO (O)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
9h	LITORAL COMUNIDADE (I)	TERCEIRA REVELAÇÃO (O)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
10h	LITORAL COMUNIDADE (I)	SÁBADO TOTAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
11h	LITORAL COMUNIDADE (I)	SÁBADO TOTAL(E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
12h	LITORAL COMUNIDADE (I)	SÁBADO TOTAL (E)	
13h	TARDE LIVRE (E)	TARDE MÁXIMA (E)	COMO É BOM SER CRIANÇA (Ed)
14h	TARDE LIVRE (E)	TARDE MÁXIMA (E)	COMO É BOM SER CRIANÇA (Ed)
15h	TARDE LIVRE (E)	TARDE MÁXIMA (E)	COMO É BOM SER CRIANÇA (Ed)
16h	EU E VOCE (E)	TARDE MÁXIMA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
17h	EU E VOCE (E)	TARDE MÁXIMA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
18h	EU E VOCE (E)	TARDE MÁXIMA (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
19h	EU E VOCE (E)	FANK NA LITORAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
20h	AFRO-NAGÔ (O)	FANK NA LITORAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
21h	AFRO-NAGÔ (O)	ROCK NA LITORAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
22h	AFRO-NAGÔ (O)	ROCK NA LITORAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
23h	NOITE LIVRE (E)	ROCK NA LITORAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)
24h	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA	ROCK NA LITORAL (E)	SELEÇÃO MUSICAL DIVERSIFICADA (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 3 – Categoria por emissora: Rádio Litoral Meridional FM

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

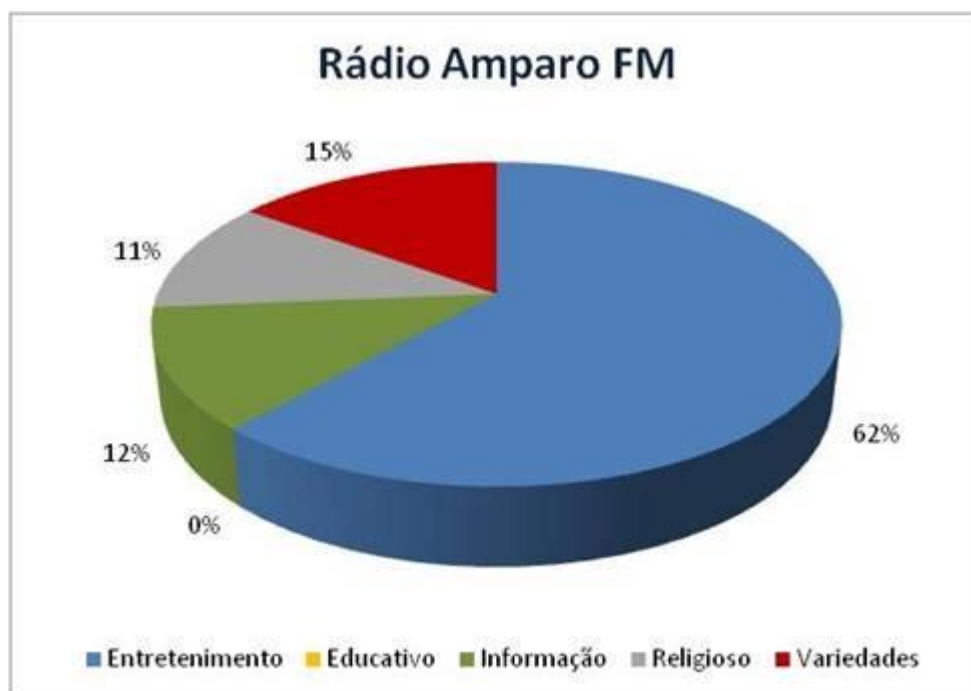
A Rádio Litoral Meridional FM, apresenta um perfil de programação com alto grau de entretenimento (70%), aproximando-se nesse sentido da emissora anteriormente analisada; entretanto, o percentual de 15% de informação pode ser considerado bom e, como nas demais, a presença de programas religiosos (13%) e uma baixa presença de programas educativos (2%).

A predominância do entretenimento poderia ser relativizada pela qualidade das músicas veiculadas, mas não é o caso; entretanto, esse problema não pode ser simplificado com uma mera opinião, pois a comunidade tem sido envolvida por um “gosto popular” que, para ser melhorado, necessita de um trabalho cauteloso por parte dos programadores musicais. Para tanto, a carência de treinamento na área é defundamental importância. O mesmo pode ser afirmado para outras categorias radiofônicas. Essas afirmações são válidas para todas as emissoras pesquisadas. A informação, por exemplo, demanda uma equipe mínima de pessoal ligado ao jornalismo e, mesmo improvisada, necessita de pessoas para apurar, editar e noticiar. Por outro, os programas educativos, principalmente os instrucionais, têm sido cedidos por terceiros e carecem de uma maior avaliação na sua utilização na grade de programação.

Quadro 4 – Radio Amparo FM

3. RÁDIO AMPARO FM – OLINDA			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
05h	Músicas Cristãs (O)	Sequência Programada (E)	Sequência Programada (E)
06h	Músicas Cristãs (O)		Acorda pra Vida (O)
07h	Sequência Programada (músicas de qualidade) (E)	Acorda pra Vida (O)	Acorda pra Vida (O)
8h	Show da Manhã (M)	Acorda pra Vida (O)	Acorda pra Vida (O)
9h	Show da Manhã (M)	Programa Agito Total (E)	Sequência Programada (E)
10h	Show da Manhã (M)	Programa Agito Total (E)	Sequência Programada (E)
11h	Programa Amparo em Debate (I)	Programa Agito Total (E)	Sequência Programada (E)
12h	O Melhor da MPB (E)	Resumo Amparo Esportivo (I)	Samba Dolente (E)
13h	O Melhor da MPB (E)	Sequência Programada (E)	Samba Dolente (E)
14h	O Melhor da MPB (E)	Programa Fissura (E)	Samba Dolente (E)
15h	Tardes de Sucesso (E)	Programa Fissura (E)	Distorção (M)
16h	Tardes de Sucesso (E)	Black Music (M)	Distorção (M)
17h	Tardes de Sucesso (E)	Black Music (M)	Distorção (M)
18h	Amparo Esportivo (I)	Recordações (E)	Sequência Programada (E)
19h	A Voz do Brasil (I)	Recordações (E)	Sequência Programada (E)
20h	Para Ouvir Amando (E)	Ritmos Caliente (E)s	Sequência Programada (E)
21h	Para Ouvir Amando (E)	Ritmos Calientes (E)	Sequência Programada (E)
22h	Para Ouvir Amando (E)	Ritmos Calientes (E)	Sequência Programada (E)
23h	Para Ouvir Amando (E)	Ritmos Calientes (E)	Sequência Programada (E)
24h			Sequência Programada (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 4 – Categorias por emissora: Rádio Amparo FM

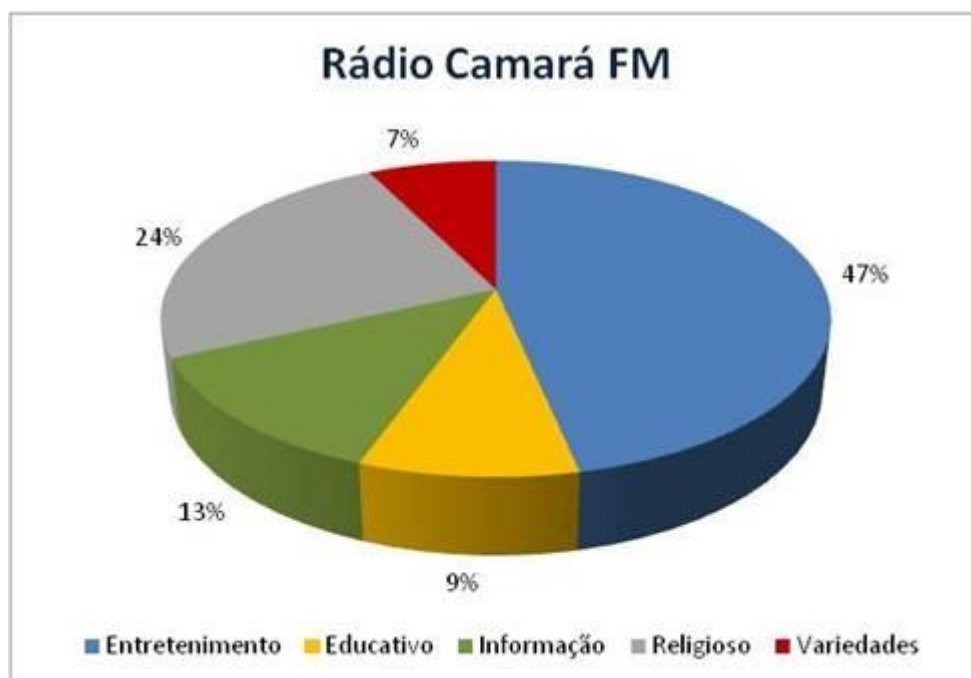
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A Rádio Amparo FM apesar de reduzir a 62% o total da categoria entretenimento, ainda mantém um alto nível; apresenta um bom nível de programas jornalísticos (inclusive esportes) num percentual de 12%; 11% de programas religiosos e 15% de variedade; portanto, a emissora aproxima-se mais de um equilíbrio de diversidade de categorias. Nesse sentido, o que se espera de todas as emissoras é aproximem-se, pelo menos, ao nível de 50% de sua programação dedicados ao entretenimento e, mesmo neste caso, que essa categoria apresente um bom nível de conteúdos culturais. O restante da programação pode ser equilibrado em percentuais dedicados às outras categorias.

Quadro 5 – Rádio Camará FM

4. RÁDIO CAMARÁ FM CAMARAGIBE- PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
04h			
05h	Acordando com Jesus (O)		
6h	Manhã da Saudade (E)	Sintonia (E)	Obra Nova (O)
7h	Manhã da Saudade (E)	Sintonia (E)	Obra Nova (O)
8h	Repórter Camará (I)	Recordando o Passado (E)	Passado é uma Parada (E)
9h	Repórter Camará (I)	Recordando o Passado (E)	Passado é uma Parada (E)
10h	Cultura Viva (Ed)		Encontro de Gerações (I)
11h	Cultura Viva (Ed)		Encontro de Gerações (I)
12h	Blitz do Forró (E)	Blitz do Forró (E)	Domingão Camará (E)
13h	Blitz do Forró (E)	Blitz do Forró (E)	Domingão Camará (E)
14h	Show da Cidade (M)	Sabado Show (E)	Bregão Camará (E)
15h	Show da Cidade (M)	Sabado Show (E)	Bregão Camará (E)
16h	Forró do Balacobaco (E)	Cultura Viva (Ed)	Especial Camará (E)
17h	Forró do Balacobaco (E)	Cultura Viva (ed)	Especial Camará (E)
18h	Trem do Brega (E)	Religião para Todo (O)	Missa de Domingo (O)
19h	Voz do Brasil (I)	Religião para Todo (O)	Geração Jesus (O)
20h	Recordando o Passado (E)	Eternamente Sucessos (E)	Geração Jesus (O)
21h	Recordando o Passado (E)	Eternamente Sucessos (E)	Geração Jesus (O)
22h	Deus e Você (O)	Troop Gospel (O)	Geração Jesus (O)
23h	Deus e Você (O)	Troop Gospel (O)	Geração Jesus (O)
24h	Deus e Você (O)	Troop Gospel (O)	

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 5 – Categorias por emissora: Rádio Camará FM

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

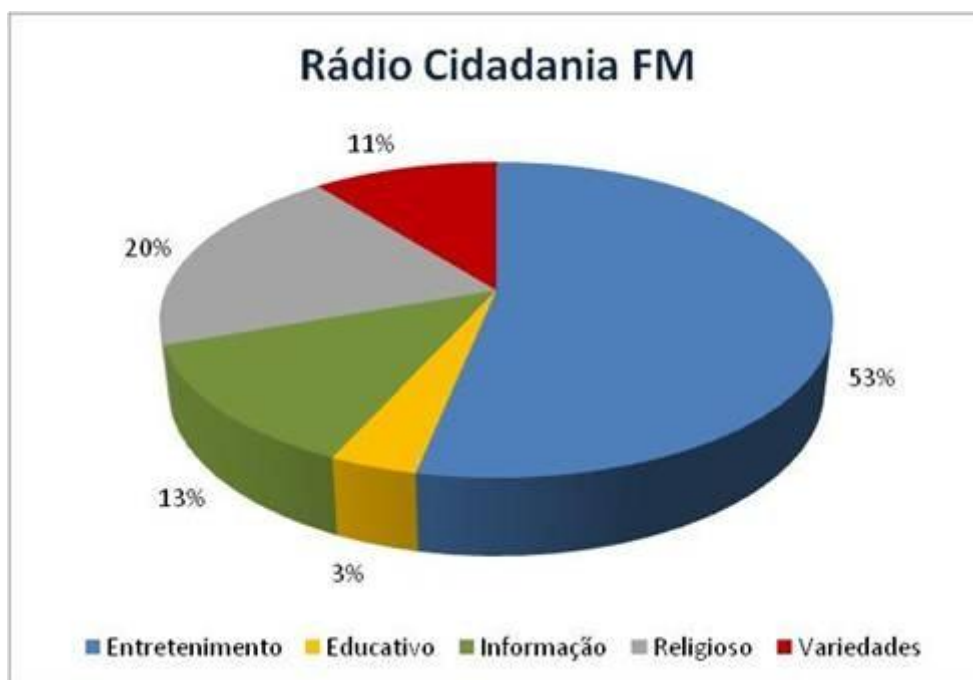
A Rádio Camará FM, em que pese o alto nível de programas religiosos, quase um quarto da programação (24%), apresenta um bom nível de entretenimento, abaixo dos 50% da programação; um bom nível de informação (13%) e 9% de programas educativos, contando ainda com 7% de variedades.

Observa-se que os programas religiosos contribuem para minorar os problemas de sustentabilidade das emissoras, uma vez que, a maior parte das produções religiosas, arcam com os custos de produção e emissão dos programas dessa categoria.

Quadro 6 – Rádio Cidadania FM

5. Radio CIDADANIA FM - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
04h	Madrugada Cidadania (E)	Madrugada Cidadania (Ed)	Madrugada Cidadania (Ed)
05h	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)
06h	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)
07h	Programa Igreja Azeite da Candeia (O)	Frente a Frente com Magno Martins (I)	Folha da Cidadania (Ed)
8h	Folha da Cidadania (I)	Folha da Cidadania (Ed)	Folha da Cidadania (Ed)
9h	Show da Comunidade (M)	Show da Comunidade (E)	
10h	Rádio Câmara (Show da Comunidade) (M)	Rádio Câmara (Show da Comunidade) (E)	Rádio Câmara (Show da Comunidade) (E)
11h	Show da Comunidade (M)	Show da Comunidade (E)	Show da Comunidade
12h	Projeto Novo Tempo (O)	Projeto Novo Tempo (O)	Projeto Novo Tempo (O)
13h	Projeto Novo Tempo (O)	Projeto Novo Tempo (O)	Projeto Novo Tempo (O)
14h	Tarde Legal (E)	Tarde Legal (E)	Tarde Legal (E)
15h	Tarde Legal (E)	Tarde Legal (E)	Tarde Legal (E)
16h	Cidadania Romance (E)	Cidadania Romance (E)	Cidadania Romance (E)
17h	A Hora do Rei Roberto Carlos (E)	A Hora do Rei Roberto Carlos (E)	A Hora do Rei Roberto Carlos (E)
18h	Frente a Frente com Magno Martins (I)	Frente a Frente com Magno Martins (I)	Frente a Frente com Magno Martins (I)
19h	A Hora do Brasil	Cidadania com Amor (E)	Cidadania com Amor (E)
20h	Cidadania com Amor (E)	Cidadania com Amor (E)	Cidadania Romance (E)
21h	Cidadania com Amor (E)	Cidadania com Amor (E)	Cidadania Romance (E)
22h	Cidadania com Amor (E)	Cidadania com Amor (E)	Cidadania Romance (E)
23h	Cidadania com Amor (E)	Cidadania com Amor (E)	Cidadania Romance (E)
24h	Cidadania com Amor (E)	Cidadania com Amor (E)	Cidadania Romance (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 6 – Categorias por emissora: Rádio Cidadania FM

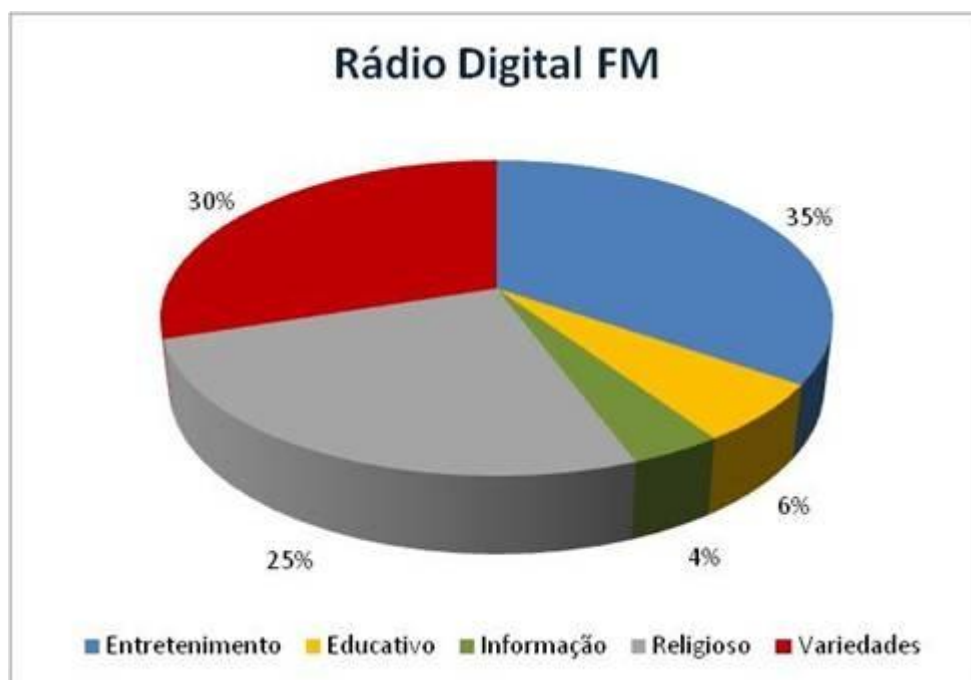
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A alta participação, em níveis percentuais, da categoria entretenimento é recorrente na análise da grade de programação das emissoras pesquisadas com poucas exceções. A Rádio Cidadania FM apresenta um bom nível de informação (13%); 20% de programas religiosos e 11% de variedades. Nesse sentido, há sempre a possibilidade de uma verticalização na categoria variedades, revelar um pouco mais de informação, cultura e educação. Essa observação é válida para todas as emissoras analisadas.

Quadro 7 – Rádio Digital FM

6. Radio DIGITAL FM ESCADA – MUNICÍPIO DE ESCADA – PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
04h	PLAYLIST (E)	PROGRAMA EVANGÉLICO - MENSAGEM REAL (O)	PLAYLIST (E)
07h	PROGRAMA EVANGÉLICO (O)	PROGRAMA EVANGÉLICO - MENSAGEM REAL (O)	PROGRAMA ESPIRITA (O)
8h	MANHÃ TOTAL (M)	PROGRAMA EVANGÉLICO - MENSAGEM REAL (O)	PROGRAMA ESPIRITA (O)
9h	MANHÃ TOTAL (M)	FORRÓ DE VERDADE (E)	AS CANÇÕES QUE VOCÊ FEZ PRA MIM (E)
10h	MANHÃ TOTAL (M)	FORRÓ DE VERDADE (E)	AS CANÇÕES QUE VOCÊ FEZ PRA MIM (E)
11h	AULÃO DIGITAL (Ed)	FORRÓ DE VERDADE (E)	FLASH BACK (E)
12h	DE VOLTA AOS ANOS 80 (E)	PLAYLIST (E)	FLASH BACK (E)
13h	MISTURA DIGITAL (M)	PLAYLIST (E)	BREGA TOTAL (E)
14h	MISTURA DIGITAL (M)	PLAYLIST (E)	BREGA TOTAL (E)
15h	TARDE LIVRE (M)	PLAYLIST (E)	PLAYLIST (E)
16h	TARDE LIVRE (M)	ATITUDE.COM (Ed)	PLAYLIST (E)
17h	TARDE LIVRE (M)	ATITUDE.COM (Ed)	PLAYLIST (E)
18h	PROGRAMA CATÓLICO - EVANGELHO EM SEU LAR (O)	ATITUDE.COM (Ed)	PLAYLIST (E)
19h	VOZ DO BRASIL (I)	SANTA MISSA ESCADA-PE (O)	SANTA MISSA (O)
20h	DIGILOVE (E)	SANTA MISSA ESCADA-PE (O)	SANTA MISSA (O)
21h	PROGRAMA EVANGÉLICO - MENSAGEM DE FÉ (O)	RECORDANDO O PASSADO (E)	PLAYLIST (E)
22h	PROGRAMA EVANGÉLICO - MENSAGEM DE FÉ (O)	RECORDANDO O PASSADO (E)	PLAYLIST (E)
23h	PROGRAMA EVANGÉLICO - MENSAGEM DE FÉ (O)	RECORDANDO O PASSADO (E)	PLAYLIST (E)
24h	PLAYLIST (E)	RECORDANDO O PASSADO (E)	PLAYLIST (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 7 – Categorias por emissora: Rádio Digital FM

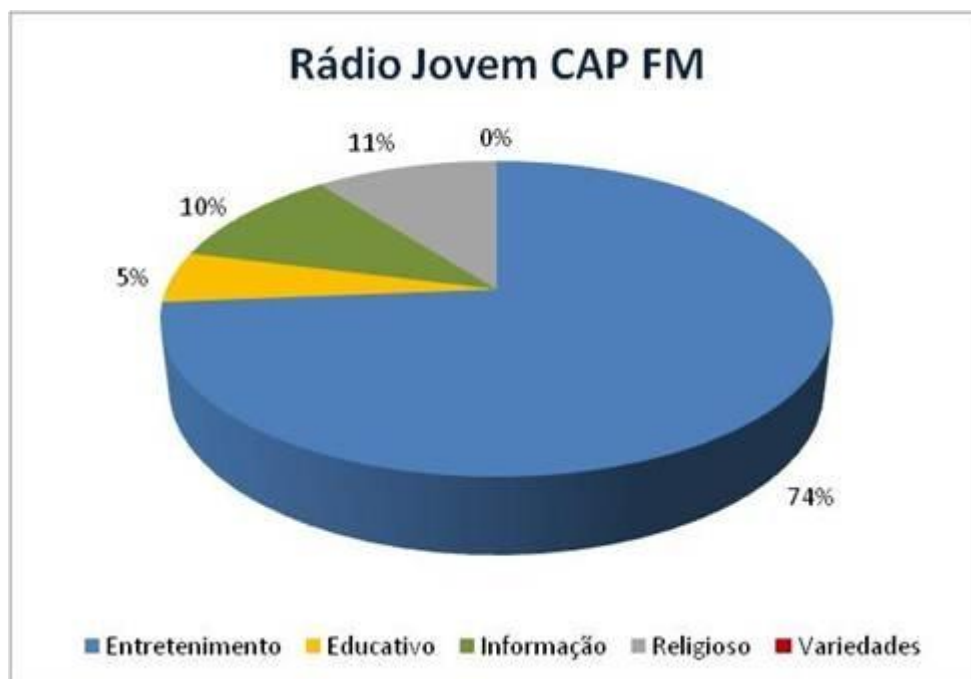
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A Rádio Digital FM, de Escada, em que pesem os percentuais distribuídos entre 35% de entretenimento; 30 % de variedades (estas duas categorias juntas dão um bom equilíbrio de 65% da programação); apresenta 25% de sua programação dedicados à categoria religião; 4% de informação e 6% de educação. Essas duas últimas categorias podem ter seus percentuais relativizados, no caso de uma verticalização em relação ao entretenimento e as variedades, onde podemos encontrar conteúdos ora educativos ora informativos. A emissora apresenta também uma boa diversidade de credos: evangélicos, católicos e espíritas; essa diversidade é saudável para uma programação que adota a categoria religião.

Quadro 8 – Rádio Jovem CAP FM

7. Radio JOVEM CAP CAPOEIRAS 104 FM - MUNICÍPIO DE CAPOEIRAS.			
HORÁRIO	SEGUNDA A DOMINGO	SÁBADO	DOMINGO
01h	INSONIA 104 (E)	IDEM	IDEM
05h	SERTANEJO CLASSE A (E)	OBS. SÓ NO SÁBADO	E DOMINGO NÃO TEM A VOZ DO BRASIL
07h	SUCESSOS DO OUVINTE (E)		
8h	SUCESSOS DO OUVINTE (E)		
9h	MOMENTO DE FÉ (O)		
10h	DISC TOK MANIA (E)		
11h	JOVEM CAP NOS ESPORTES (I)		
12h	O MUNICÍPIO EM FOCO (Ed)		
13h	RADIAÇÃO (E)		
14h	RADIAÇÃO (E)		
15h	RADIAÇÃO (E)		
16h	TARDE NORDESTINA (E)		
17h	TARDE NORDESTINA (E)		
18h	TERÇO EM FAMÍLIA/ FALA CIDADÃO (O)		
19h	VOZ DO BRASIL (I)	NÃO TEM VOZ DO BRASIL	NÃO TEM VOZ DO BRASIL
20h	SHOW BREGA (E)		
21h	SHOW BREGA (E)		
22h	PODIUM 104 (E)		
23h	PODIUM 104 (E)		
24h	INSONIA 104 (E)		

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 8 – Categorias por emissora: Rádio Jovem CAP FM

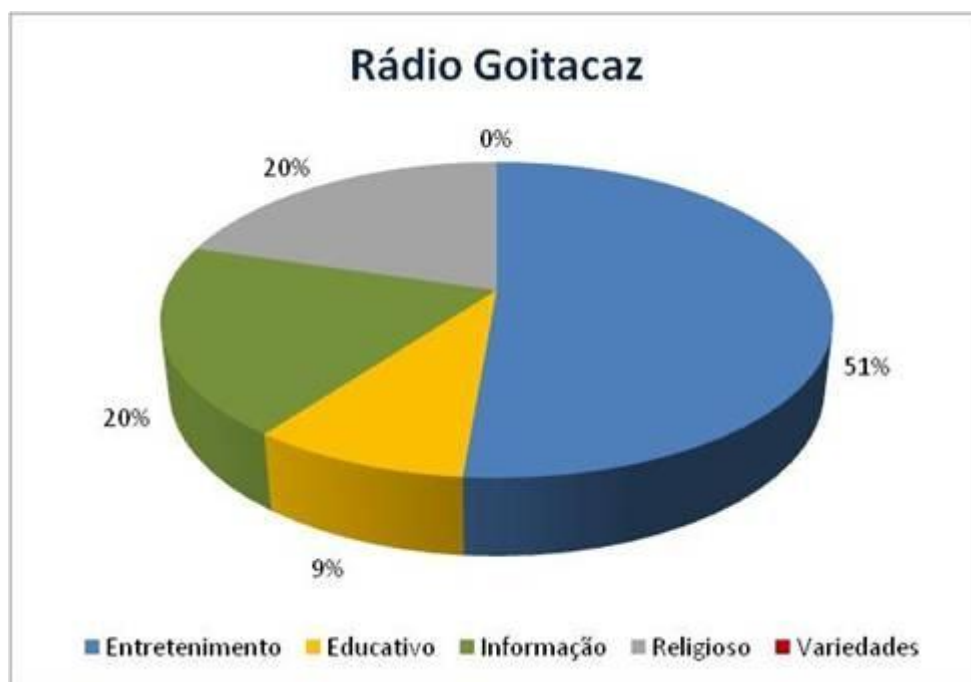
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Observa-se que a Rádio Jovem CAP, de Capoeiras, dedica apenas 25% de sua programação a conteúdos mais variados, concentrando 74% na categoria entretenimento. Trata-se de uma grade que necessita de um tratamento, buscando maior diversidade de categorias, no sentido de provocar, inclusive, o uso de novos formatos. Entretanto, segundo observações nossas, o problema real é a falta de sustentabilidade e treinamento de pessoal, como resultantes de problemas de gestão.

Quadro 9 – Rádio Goitacaz FM

8. Rádio Goitacaz FM 98.5 – Município de Glória do Goitá – PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
04h	A Voz da Assembléia de Deus (O)	A Voz da Assembléia de Deus (O)	xxxxxxxxxxxxxxxx
07h	Bom Dia Notícia (I)	A Voz da Assembléia de Deus (O)	Preparando o Dia do Senhor (O)
8h	Alegria da Manhã (E)	Violas e Violeiros (E)	Missa (O)
9h	Alegria da Manhã (E)	A Voz da Mulher (Ed)	Missa (O)
10h	Manhã de Sucesso (E)	Goitacaz Revista (I)	Mundo Infantil (Ed)
11h	Manhã de Sucesso (E)	Educação em Foco (Ed)	Versos e Violas (E)
12h	Repórter Goitacaz E Almoço com o Prefeito às (Sexta Feiras) (M)	Momento Sertanejo (E)	Seleção Musical (E)
13h	Goitacaz Esportes (I)	Momento Sertanejo (E)	Seleção Musical (E)
14h	Cultura Nordestina (Ed)	Momento Sertanejo (E)	Seleção Musical (E)
15h	Forró e Brega na Goitacaz (E)	Espaço Jovem (Ed)	Seleção Musical (E)
16h	Forró e Brega na Goitacaz	xxxxxxxxxxxxxxxx	Seleção Musical (E)
17h	Caminhando com Jesus (O)	Voz do Trabalhador (I)	Seleção Musical (E)
18h	Caminhando com Jesus (O)	Jesus em minha Vida (O)	Seleção Musical (E)
19h	Missa (O)	Missa (O)	Missa (O)
20h	Noites de Amor (E)	Programa Sublime Amor (E)	Noites de Sucesso (E)
21h	Voz Popular (I)	Programa Sublime Amor (E)	Noites de Sucesso (E)
22h	Voz Popular (I)	Programa Sublime Amor (E)	Noites de Sucesso (E)
23h	xxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxx
24h	xxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxx

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 9 – Categorias por emissora: Rádio Goitacaz

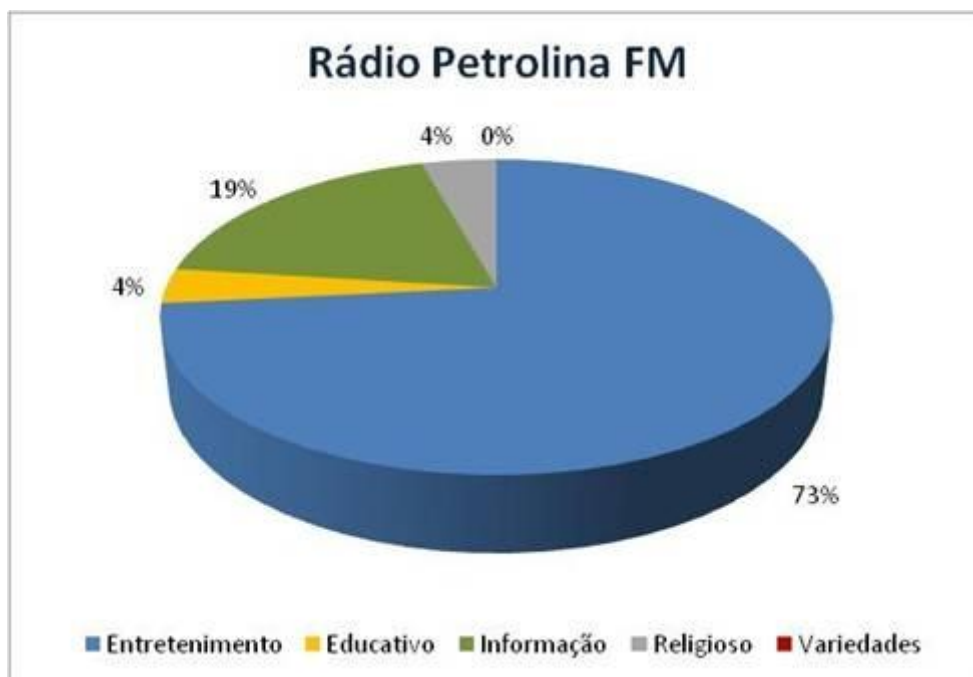
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A rádio Goitacaz FM, do município de Glória do Goitá, apresenta um perfil que procura equilibrar a programação com 50% destinados ao entretenimento e os outros 50% destinados às demais categorias, excetuando-se a categoria variedades. Essa observação denota um bom perfil da emissora, São significativos os percentuais da programação dedicados à informação e à educação. Por outro lado, a emissora tem uma forte participação junto às ONGS locais, desenvolvendo projetos em parceria na área de educação, desenvolvimento e protagonismo juvenil. No item 4.4., deste capítulo, sob o título “O Papel Educativo das Rádios Comunitárias do Vale do Goitá”, a emissora tem uma excelente participação. Outro ponto forte da emissora é o nível elevado de informação (20%) e 9% dedicados à educação. Apresenta 20% de programação religiosa, embora diversificada. Vale a pena ressaltar que a origem da Rádio Goitacaz está ligada à Igreja Católica, entretanto como estratégia para fugir ao domínio de um único tipo de credo, os componentes da emissora abriram espaço para programas evangélicos e, com isso, conseguiram modificar o equilíbrio de forças nos períodos de eleição para a formação da diretoria; anteriormente a ação “orquestrada” pelos católicos conduzia as cargos de direção da emissora pessoas ligadas à Igreja católica.

Quadro 10 – Rádio Petrolina FM

9. RÁDIO PETROLINA FM – MUNICÍPIO DE PETROLINA – PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
01h	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)
02h	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)
03h	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)
04h	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)	MADRUGADA 98,3 (E)
05h	PÉ DE SERRA BOM DEMAIS (E)	PÉ DE SERRA BOM DEMAIS (E)	MOMENTO SERTANEJO (E)
06h		Café Social (I)	LUIZ GONZAGA O REI DO BAIÃO (E)
7h	EDENEVALDO ALVES (I)	Café Social (I)	PROGRAMA A VOZ BATISTA (O)
9h	EDENEVALDO ALVES (I)	PETROLINA MIX (E)	BATUCADA (E)
10h	RONDA POLICIAL (I)	SHOW DA CIDADE (E)	BATUCADA (E)
11h	PERFIL (I)	SHOW DA CIDADE (E)	BATUCADA (E)
12h	MARCAS DO QUE PASSOU (E)	SHOW DA CIDADE (E)	BATUCADA (E)
13h	IDEM	SHOW DA CIDADE (E)	SHOW AO VIVO (E)
14h	IDEM	SHOW DA CIDADE (E)	SHOW AO VIVO (E)
15h	IDEM	AGORA É BREGA (E)	AGORA É BREGA (E)
16h	IDEM	AGORA É BREGA (E)	AGORA É BREGA (E)
17h	IDEM	FORRÓ MANIA (E)	SUPER BÔNUS (E)
18h	VAQUEJADA E FORRÓ (Ed)	FORRÓ MANIA (E)	SUPER BÔNUS (E)
19h	VOZ DO BRASIL (I)	FORRÓ MANIA (E)	O MELHOR DO POP ROCK (E)
20h		EMBALOS DE SÁBADO (E)	O MELHOR DO POP ROCK (E)
21h		EMBALOS DE SÁBADO (E)	PETROLINA MPB (E)
22h	REMANECENTES GOSPEL	EMBALOS DE SÁBADO (E)	PETROLINA MPB (E)
23h		EMBALOS DE SÁBADO (E)	MADRUGADA 98,3 (E)
24h	ROBERTO CARLOS ESPECIAL (E)	EMBALOS DE SÁBADO(E)	MADRUGADA 98,3 (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 10 – Categorias por emissora: Rádio Petrolina FM

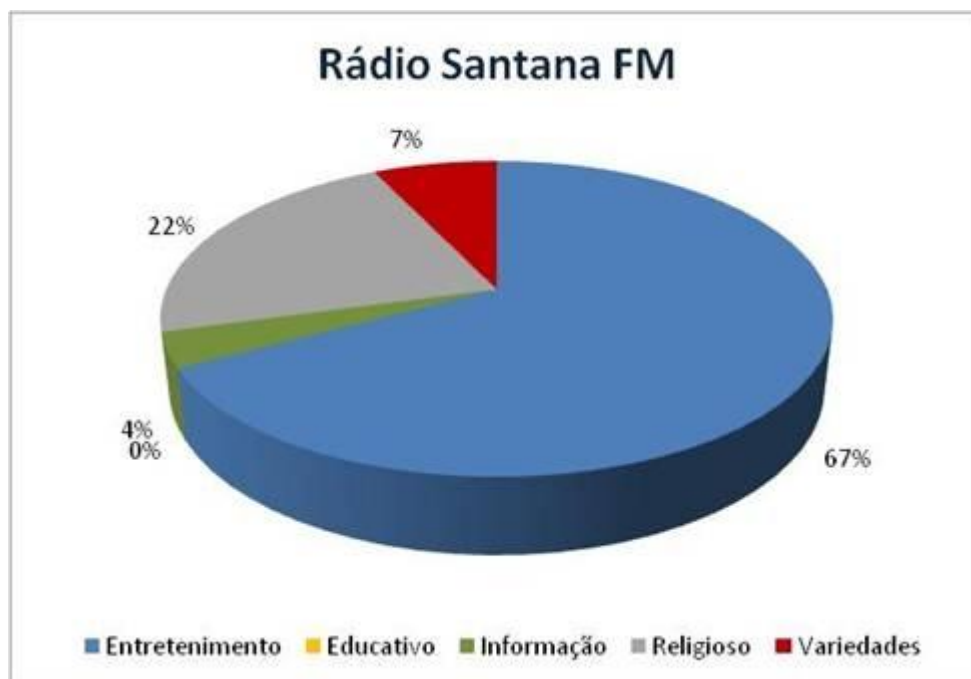
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Pode-se considerar que a Rádio Petrolina FM, de Petrolina, apresenta um perfil muito próximo de um emissora privada, inclusive pel sua estrutura administrativa, técnica e de produção radiofônica. Salienta-se o fato do elevado grau do percentual de entretenimento (73%); a utilização de um percentual muito bom dedicado à informação (19%) e baixo percentual de programas religiosos, em que pese também o baixo percentual de programas educativos (4%, ambas as categorias).

Quadro 11 – Rádio Santana FM

10. RÁDIO SANTANA FM – MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO – PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
05h	Manhã da Saudade (E)	Acordando com Música (E)	Acordando com Música (E)
06h	Manhã da Saudade(E)	Clube do Rei (E)	Domingo do Senhor (O)
07h	Caminhando com Jesus (O)	Clube do Rei (E)	Santa Missa no seu lar (O)
8h	Manhã Total (E)	Manhã Maxima (E)	Show de Domingo (E)
9h	Manhã Total (E)	Manhã Maxima (E)	Show de Domingo (E)
10h	Manhã Total (E)	Manhã Maxima (E)	Show de Domingo (E)
11h	Manhã Total (E)	Manhã Maxima (E)	Show de Domingo (E)
12h	A Boa Semente (O)	Sucessos do Povo (E)	Estação Pagode (E)
13h	A Tarde é Nossa (E)	Sucessos do Povo (E)	Programa Evangélico Unidos Pela Fé (O)
14h	A Tarde é Nossa (E)	Sucessos do Povo (E)	Programa Evangelico Unidos Pela Fé (O)
15h	A Tarde é Nossa (E)	Programa Evangélico Um Novo Tempo (O)	SOS Verdade (O)
16h	Entardecer na Fazenda (m)	Programa Evangélico Um Novo Tempo (O)	Encontro com Deus (O)
17h	Entardecer na Fazenda (Ed)	Programa Evang. Boas Novas (O)	Encontro com Deus (O)
18h	Momento Mariano (O)	Musical Católico (O)	Momento Mariano (O)
19h	A voz do Brasil (I)	Musical Católico (O)	Domingo Musical (E)
20h	Noite de Sucessos (E)	O Amigo da Noite (E)	Domingo Musical (E)
21h	Noite de Sucessos (E)	O Amigo da Noite (E)	Domingo Musical (E)
22h	Noite de Sucessos (E)	Programa Evang. O Alvo é Cristo (O)	Domingo Musical (E)
23h	Festival da Noite (E)	Programa Evang. O Alvo é Cristo (O)	Domingo Musical (E)
24h	Festival da Noite (E)	Programa Evang. O Alvo é Cristo (O)	Domingo Musical (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 11 – Categorias por emissora: Rádio Santana FM

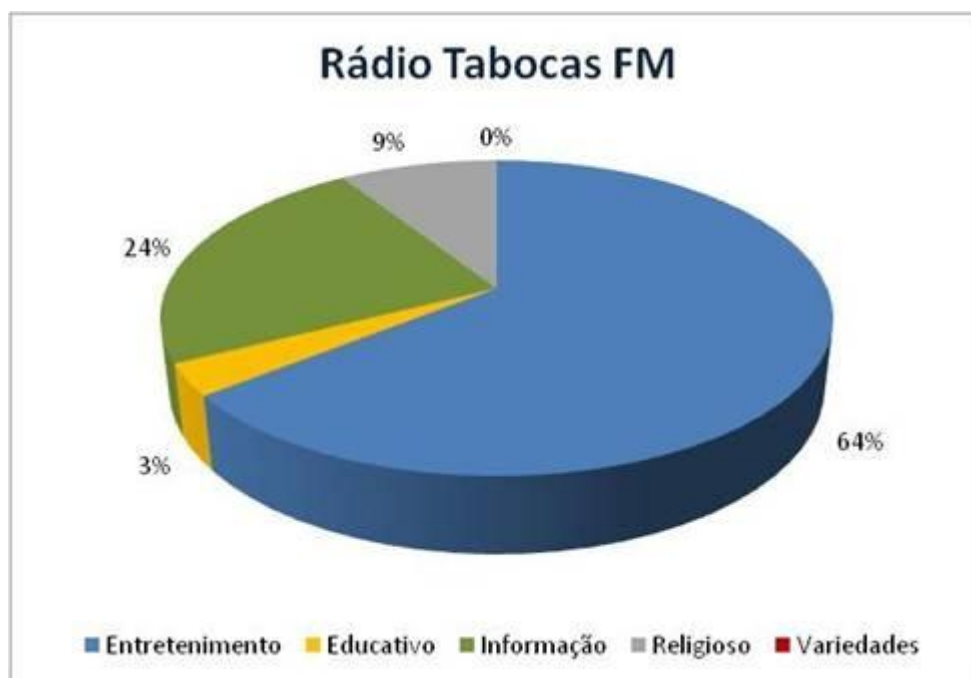
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A Rádio Santana FM apresenta um perfil com alto percentual de entretenimento (67%), que somado às variedades (7%) dificultam a possibilidade de verticalizar os conteúdos em busca da categoria educação; esse raciocínio, vale também para as demais emissoras. É possível considerar um pequeno percentual de conteúdos culturais nos programas “Manhã da Saudade”, “Clube do Rei” e nos programas de variedades, feitos ao vivo. A emissora comporta-se também com um alto percentual (22%) dedicado à categoria religião e um baixo percentual dedicado à categoria informação (4%).

Quadro 12 – Rádio Tabocas FM

11. RÁDIO TABOCAS FM VITORIA - MUNICÍPIO VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
1h as 2h	Especial Tabocas FM (E)	Madrugada Especial (E)	100% Brasil (E)
2h as 5h	Flash Back-Nacional e Internacional (E)	Flash Back-Nacional e Internacional (E)	100% Brasil (E)
05h	100% Brasil (E)	100% Brasil (E)	100% Brasil (E)
06h	Amadorismo é Notícia (I)	Forró na Tabocas FM (E)	Programa Amigo Fiel (O)
7h	Som da Terra/ A Voz da Vitória (I)	Forró na Tabocas FM (E)	Programa Amigo Fiel (O)
8h	Bom Dia Vitória (I)	Mulheres do Brasil (Ed)	Programa Amigo Fiel (O)
9h	Bom Dia Vitória (I)	Mulheres do Brasil (Ed)	Programa Momento Espirita (O)
10h	Som Livre 1ª Parte (E)	Sábado Pop (E)	Sua Excelência o Frevo (E)
11h	Som Livre 1ª Parte (E)	Sábado Pop (E)	Programa Os Penetras (E)
12h	Esporte Total (I)	Sábado Pop (E)	Programa Os Penetras (E)
13h	Som Livre 2ª Parte (E)	Sábado Pop (E)	Programa Sintonia (E)
15h	Tabocas Pop (E)	Programa Estilo Nordestino (Ed)	Programação Especial (E)
16h	Agito Geral (E)	Programa Estilo Nordestino (Ed)	Programação Especial (E)
17h	Agito Geral (E)	Programa Estilo Nordestino (Ed)	Programação Especial (E)
18h	Resenha Esportiva Gol de Placa (I)	Resumo Esportivo (I)	Programação Especial (E)
19h	A Voz do Brasil (I)	As Mais Pedidas da Semana (E)	Transmissão da Santa Missa da Matriz de Santo Antão (O)
20h	As Mais Pedidas (E)	Programa Momento de Paz (O)	Programa A Marca da Promessa (O)
21h	Programação Evangélica (O)	Programa Momento de Paz (O)	Programa A Marca da Promessa (O)
22h	Programa da Igreja (O)	Programa a Marca da Promessa (O)	Programa A Marca da Promessa (O)
23h	O melhor da Música Internacional (E)	Madrugada Especial (E)	Madrugada Especial Tabocas FM (E)
24h	O melhor da Música Internacional (E)	Madrugada Especial (E)	Madrugada Especial Tabocas FM (E)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 12 – Categorias por emissora: Rádio Tabocas FM

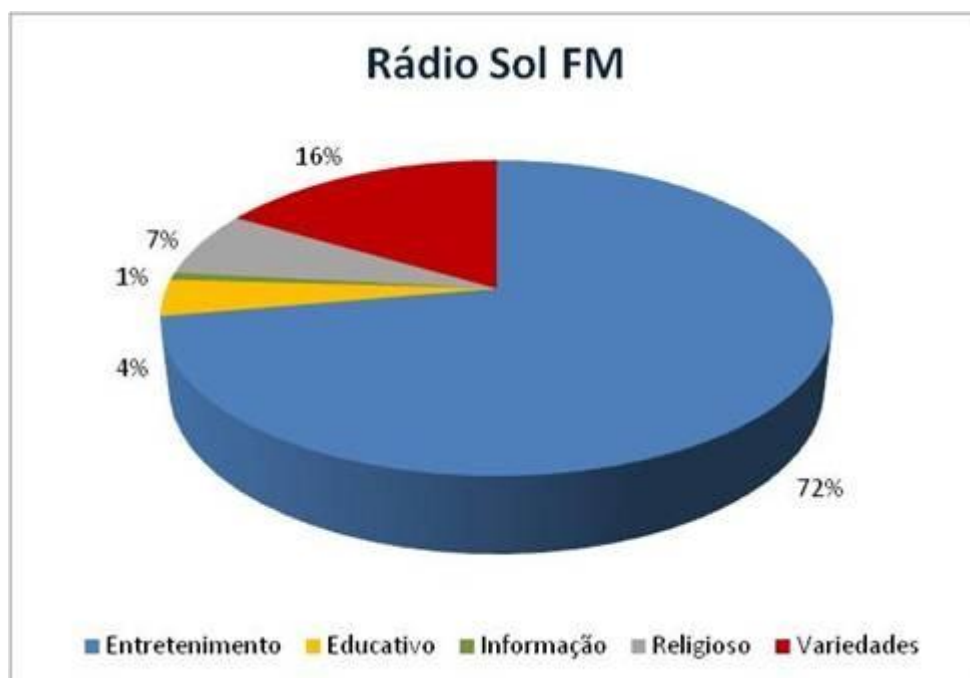
Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

A Rádio Tabocas FM, de Vitória de Santo Antão, apresenta um perfil muito bom no que se refere à informação (24%); não conseguimos identificar variedades em nível considerável, embora seja possível que essa categoria esteja contida no entretenimento (64%), um nível ainda elevado, tomando por princípio o equilíbrio entre as categorias e uma maior tendência para educação e cultura; esse é outro raciocínio também válido para a análise da programação de todas as emissoras pesquisadas. Consta-se, ainda, a presença da categoria religião (9%).

Quadro 13 – Rádio Sol FM

12. RÁDIO SOL FM – RIO DOCE – OLINDA			
HORÁRIO	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
06h	Long Play (E)	Musical (E)	Os Filhos do Céu (E)
07h	Long Play (E)	O Consolador (O)	Os Filhos do Céu (E)
8h	O Melhor da Musica NE (E)	O Consolador (O)	Clube do Rei (E)
9h	O Rei Entre Amigos (E)	Sintonia Sesc Senac (I)	Clube do Rei (E)
10h	Sol de Olho (M)	Alta Estação (M)	Sol Swing (E)
11h	Sol de Olho (M)	Alta Estação (M)	Sol Swing (E)
12h	Sol de Olho (M)	Alta Estação (M)	Sol Swing (E)
13h	Almoçando com Música(E)	Alta Estação (M)	Especial SOL FM (E)
14h	SOL Retrô (E)	Paradinha 907 (E)	Sol Sucesso (E)
15h	SOL Sucesso (E)	Sabadão Brega (E)	Sol Mania (E)
16h	SOL Sucesso (E)	Sabadão Brega (E)	Sol Mania (E)
17h	Alta Estação do Forró (E)	Momento Nordestino (E)	Sol Mania (E)
18h	Alta Estação do Forró (E)	Momento Nordestino (E)	Sol Saudade (M)
19h	Programa Cais do Parto (Ed)	Sol Retrô (E)	Sol Saudade (M)
20h	O Melhor da Música Brasileira (E)	Sol Retrô (E)	Sol Saudade (M)
21h	Simplesmente Você (E)	Sol Retrô (E)	Frequência Gospel (O)
22h	Simplesmente Você (E)	Crescendo com Cristo (O)	Frequência Gospel (O)
23h	Simplesmente Você (E)	Crescendo com Cristo (O)	Frequência Gospel (O)
24h	Simplesmente Você (E)	Crescendo com Cristo (O)	Frequência Gospel (O)

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Gráfico 13 – Categorias por emissora: Rádio Sol FM

Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

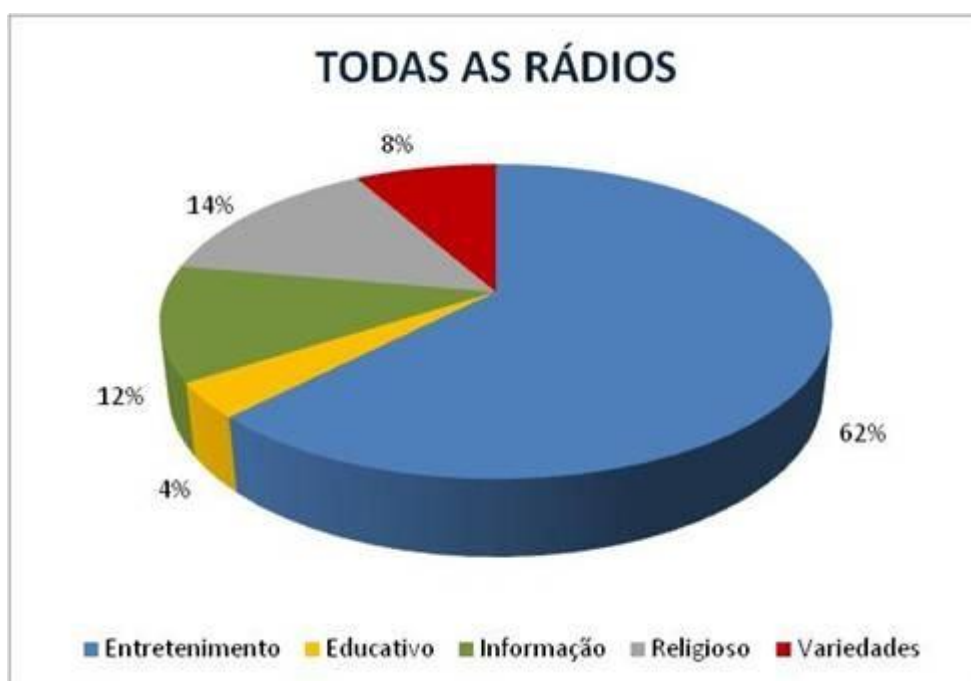
A Rádio Sol FM, de Olinda, demonstra em seu perfil um grande problema com a sua sustentabilidade, fato que percebe-se no uso do alto percentual de entretenimento (72%) que somado ao percentual de variedades (16%) atinge 88% da programação; esse é mais um raciocínio que deve ser aplicado a todas as emissoras avaliadas nesta pesquisa; outros sintomas desse problema é o baixo nível de informação (1%); 7% de religiosos e 4% d educação. Portanto, 27% da grade da programação são dedicados às quatro categorias, pela ordem, menos onerosas, ou seja, que exigem menos custos: variedades, religiosos, educação e informação.

Analisadas as doze emissoras, as constatações quanto às categorias e seus percentuais de uso na programação das rádios comunitáriassão recorrentes, apresentando algumas variações, não muito significativas, de emissora para emissora: predominância do entretenimento musical; informação e educação têm percentuais drasticamente reduzidos em relação ao divertimento e aos programas religiosos. Nesse sentido, como já foi referido, o que relativiza o baixo percentual de informação, embora não signifique uma mudança do quadro, é o fato de que a categoria variedades inclui a informação voltada para gênero jornalismo, no formato

de serviço; mesmo assim, dependendo da emissora e do comunicador essa informação terá mais ou menos consistência e a sua mensuração torna-se difícil, devido aos aspectos já citados e, muito mais pela improvisação existente nos programas enquadrados nessa categoria.

Julgamos importante, para uma comparação com os perfis por emissora, apresentar o Gráfico 14 das categorias com os dados gerais de todas as emissoras.

Gráfico 14 – Categorias com o perfil de todas as emissoras



Fonte: Dados colhidos pelo autor junto às emissoras (ABRAÇO-PE)

Observando o gráfico 14, percebe-se a presença de maior escala da categoria entretenimento (62%), seguida das categorias religião (14%), informação (12%), variedades (8%) e educação (4%); este é um perfil que pode ser considerado médio para todas as emissoras; as aproximações em percentuais para mais nas categorias informação, educação e variedades, considerando o equilíbrio das categorias devem ser consideradas positivas; por outro lado, os percentuais para baixo em relação ao entretenimento, considerando como parâmetro o percentual de 50% da programação podem ser considerados positivos.

Diante dos quadros e gráficos, acima detalhados, percebe-se que há uma série de problemas que apontam para a necessidade de desenvolver um plano de

apoio a essas emissoras; ações de formação de pessoal; treinamento de gestores, pessoal artísticos e técnico; financiamento, a fundo perdido, para reposição de equipamentos; produção de materiais didáticos que facilitem a compreensão dos conteúdos radiofônicos voltados para direitos humanos, cidadania, ética, ecologia, entre outros temas de interesse das comunidades.

É possível, ainda, por efeito comparativo, analisando os resultados da pesquisa do Ministério da Cultura (2010 apud INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA, 2010, p. 132) verticalizar as categorias analisadas, até este ponto.

Destacando o perfil do ouvinte do Recife, das demais capitais – que na sua maioria comporta-se da mesma forma – observamos a preferência por: forró (44%), sucessos/as mais pedidas nacionais (41%), noticiários locais (38%), samba/pagode (33%), MPB (32%), notícias nacionais (32%), notícias policiais (32%), música religiosa/gospel (30%), Axé/música baiana (29%), musica sertaneja (28%), notícias de trânsito (27%). Entrevistas/programas falados (26%), notícias do tempo (23%), notícias internacionais (22%), conselhos/opiniões (21%), esportes/ao vivo (20%), esportes/comentários (19%), sucessos/as mais pedidas em inglês (17%), música eletrônica: dance/techno/house (16%), rock (nacional) (16%), comédia/humorístico (15%), funk (15%) e rock (em inglês) (11%).

Portanto, percebe-se no perfil do ouvinte, no Recife, pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Opinião Pública (2010), a demanda por música nos mais diversos estilos e procedências o que reflete-se na programação das rádios comunitárias como cultura de audiência por retenção massiva.

No próximo item 4.3, procuramos demonstrar, através de pesquisada localizada, que a categoria educação ainda é utilizada e de forma interdisciplinar, envolvendo emissoras comunitárias, ONGS, órgãos de Governo e parceiros, atuando dentro de um projeto educativo, neste caso, a Maleta Futura.

4.3 A RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA E O PROTAGONISMO JUVENIL NA BACIA DO GOITÁ: uma experiência integrada de rádio educativo

Talvez ser humano não seja só ser social, como alguns sociólogos nos querem fazer acreditar, mas estar ativamente trabalhando contra estas forças que tendem a reduzir essa vidas social ao mínimo. E talvez não seria possível ser humano, se esta fosse uma tarefa que pudesse ser feita de uma só vez. Talvez seja precisamente a necessidade constante de realizar

o que dá à vida humana um significado permanente (GALTUNG apud DIAZ BORDENAVE, 1984, p. 81).

Consideramos importante, incluir nesta pesquisa, um exemplo que pudesse refletir a radiofusão comunitária como integrante de uma experiência envolvendo várias entidades, atuando de forma capilar, na execução de um projeto educacional, onde o rádio desempenhou um papel fundamental: é caso das emissoras do Vale do Goitá, no interior de Pernambuco.

A I CONFECOM estabeleceu três eixos temáticos na orientação dos debates e conclusões: a) produção de conteúdo; b) meios de distribuição e c) cidadania: direitos e deveres (BRASIL. Ministério das Comunicações, 2009). Interessou-nos, na experiência que descreveremos a seguir, como se comportam, no real, os vários tipos de parcerias que subsidiam a produção de conteúdos nacionais (Eixo 1 da CONFECOM) e locais, adotados nas regiões rurais e urbanas, inclusive pelas rádios comunitárias. Com este objetivo, estabelecemos um plano de abordagem das Organizações Não Governamentais (ONGs) e rádios comunitárias do Vale do Goitá, em Pernambuco. A intenção de cotejar o dever ser de uma comunicação participativa com o real orientou a aproximação com os atores dessas parcerias. Cinco dias, distribuídos durante um mês, de visitas, observações e entrevistas semiestruturadas, conduziram às conclusões que devem ser levadas em conta no tratamento da comunicação e na facilitação do processo educacional entre aqueles que utilizam conteúdos produzidos fora do eixo da região onde esses conteúdos são utilizados. A escolha da região obedeceu ao critério de capilaridade dos programas desenvolvidos entre as ONGs, escolas públicas e rádios comunitárias do Vale do Goitá, uma região onde desenvolve-se um protagonismo juvenil em ações comunicativas, educacionais e de desenvolvimento local.

4.3.1 Um espaço de transição geográfica e humana

A Bacia do Goitá é formada por quatro municípios: Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga e Pombos. Banhada pelo Rio Goitá, essa microrregião formada pelos quatro municípios têm uma identidade histórica com a origem e existência, ainda hoje, das casas de farinha de mandioca. Localizada a aproximadamente 70 km do Recife, capital do Estado de Pernambuco, região do Vale do Goitá representa, uma área de transição entre a Zona da Mata, que

corresponde à zona canavieira, com regime regular de chuvas e o Agreste, com clima semiárido. É nesse cenário que se encontram grupos de jovens participando como atores da construção de sua própria história, estudando, desenvolvendo e aplicando tecnologias educacionais e de comunicação no sentido da resolução de problemas que afetam a região.

Os programas de desenvolvimento do protagonismo na região são muitos, agindo de forma isolada e, também, de forma integrada. Neste sentido, procuramos analisar, de forma crítica, a utilização dos materiais didáticos e audiovisuais produzidos pelo Canal Futura de Televisão, denominado Maleta Futura. Tomamos como base a pedagogia de Freire (1983) em diálogo com Brecht (2005) na construção de uma comunicação radiofônica contra hegemônica e Diaz Bordenave (2006) com a sua visão da comunicação rural.

O Projeto Maleta Futura define-se como um conjunto de materiais didático-pedagógicos composto de vídeos, livros, jogos educativos e outros materiais audiovisuais, versando sobre os temas: democracia (Maleta Democracia) e meio ambiente (Maleta Meio ambiente) com o objetivo de apoiar e estimular a discussão desses temas relacionando-os com os problemas das comunidades locais onde são utilizados.

No contato mantido com a Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura - Regional Nordeste, para Cinthia Sarinho, analista regional de projetos de Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura, afirma que:

[...] apesar dos desafios, o Projeto Maleta objetiva possibilitar que diversos grupos de diferentes territórios regionais possam articular-se através das temáticas e causas sociais, amplificando as experiências locais numa verdadeira troca de saberes e fazeres. Nessa parceria pretende-se tornar possível e viva a relação circular, onde essas experiências são traduzidas em novos conteúdos e pautas; implementar conteúdos recentes do Canal Futura, de acordo com recorte temático. Soma-se à este conteúdo outros materiais e produtos de instituições parceiras, dentro da mesma temática (informação verbal)²⁸.

O Canal Futura atua como produtor de programas educativos e diversos materiais didáticos para uso em sala de aula, objetivando a distribuição desses materiais, como é o caso do Vale do Goitá, com entidades que trabalham com essas temáticas, tornando-as parceiras de uma intervenção conjunta nos meios de

²⁸ Depoimento concedido pela analista regional de projetos de Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura Cinthia Sarinho sobre a parceria do Projeto Maleta com as ONGs do Vale do Goitá.

comunicação locais. Entre esses meios estão as rádios comunitárias, e programas educacionais e de tecnologias da região. Neste sentido o Canal Futura procura abrir espaço para o retorno da sua intervenção, que se propõe como ato comunicativo, na busca do diálogo e facilitação entre os que ensinam e os que aprendem. Os materiais produzidos pelo Canal Futura podem ser utilizados em TV, rádio, sala de aula e de forma combinada, dependendo do projeto onde é adotado e suas interfaces. No caso do Vale do Goitá, o Canal Futura trabalha em sistema fechado, embora, seja um canal de televisão de sinal aberto, com abrangência nacional.

O imbricamento entre os princípios e fundamentos da comunicação, da pedagogia, da cidadania, da participação, da democracia e outras áreas e categorias voltadas para o estudo da elevação do ser humano, será de fundamental importância para compreender a experiência de utilização dos materiais produzidos pelo Maleta Futuras, nas instituições e ONGs do Vale do Goitá. Não há cidadania plena sem o exercício da comunicação democrática; por outro lado não há uma efetiva participação da sociedade civil ativa sem democracia, o que quer dizer que várias combinações dos fundamentos dessas áreas do conhecimento podem gerar aproximações mais precisas e, ao mesmo tempo, mais ricas na construção dos seus conteúdos.

A primeira questão surge, justamente, quando esse processo, visto de forma crítica, pode transformar-se em comunicação ou extensão, portanto torna-se importante estabelecer que a diferença entre os dois conceitos (comunicação e extensão) é fundamental em relação aos resultados a serem obtidos com uma intervenção que se pretenda comunicativa. Neste sentido, Freire (1983), através de sua experiência com a comunicação, como instrumento de mudança nas comunidades rurais, desenvolveu vários estudos onde aborda com propriedade a questão, considerando, de partida, que para compreender é preciso admirar e pressupõe o ato de admirar como fundamento para compreender observando que: “colocar este mundo humano como problema para os homens significa propor-lhes que admirem, criticamente, numa operação totalizada, sua ação e de outros sobre o mundo” (FREIRE, 1983, p. 57).

Por sua vez, Brecht (2005, p. 35) em relação às possibilidades de utilização do rádio afirma que: “O fato é que sempre nos deixamos levar pelas possibilidades e nela emperramos. [...] Ninguém se preocupa com os resultados. Restringem-se simplesmente às possibilidades. E isso não é bom”.

No sentido de compreender o processo de transformação da sociedade, o protagonismo juvenil no Nordeste coloca-se como possibilidade de mudança da realidade adversa da região. Neste sentido, jovens adolescentes estabelecem alianças com parceiros nas áreas da tecnologia, informática, comunicação e radiofusão comunitária e tornam-se monitores, agentes multiplicadores de educação, através de projetos desenvolvidos pelas ONGs que atuam na área. Muitas vezes os projetos desenvolvem-se de modo integrado buscando na capilaridade dos conteúdos as suas mais diversas utilizações. Uma análise crítica sobre essas ações chamam a atenção para o fato de que toda experiência educativa que objetiva a elevação do ser humano e a sua transformação implica na necessidade do dialogismo. A esse processo que contempla o ser humano como sujeito de sua própria mudança, caracteriza-se como dialógico e resulta em questão fundante para a comunicação. Na direção contrária do dialogismo, o antidialogismo caracteriza-se como um processo unidirecional, ao qual se aplica o conceito de extensão. Atento a esse antagonismo, Freire (1983, p. 28) chama a atenção para fato de que "Ser dialógico é vivenciar o diálogo. É não invadir, é não manipular, é não sloganizar. É empenhar-se na transformação constante da realidade".

O ser humano ensina porque aprende, portanto a natural consequência desse processo é que as pessoas aprendem porque ensinam. Entre o ensinar e o aprender, coloca-se a experiência e, para que esta prática (a experiência) seja realmente "comum", é necessário o debruçar-se sobre o mesmo mundo. Esse processo resulta na admiração dos seres humanos, sujeitos do conhecimento, bem como na re-admiração das relações humanas que provocam as mudanças de que eles carecem e que o processo ensino e a aprendizagem é capaz de promover.

Este tem sido o desafio colocado às parcerias externas no que se refere às características locais do Vale do Goitá.

4.3.2 A realidade local e a parceria com projeto Maleta Futura: comunicação ou extensão?

O contato com materiais produzidos pelo Canal Futura, em seus catálogos e relatórios, identificamos um conteúdo descrevendo de forma sintética a estratégia dessa Instituição como parceira e que aproxima-se bastante dos pontos críticos da questão da democratização da comunicação, não simplesmente como um conceito,

mas voltado para a questão do fazer, do acontecer, enfim, da práxis. Neste sentido a síntese da proposta é:

Para a missão de construir uma grade de programação que reflita o pluralismo e a riqueza cultural do Brasil, que faça sentido para seu público, que concorra para o fortalecimento da inclusão simbólica do brasileiro em suas produções e que apresente abordagens relevantes para apoiar o seus usuários no enfrentamento de seus problemas cotidianos, o Canal Futura se baseia em ações estratégicas que ajudam a tornar visível seu trabalho de articulação de redes sociais em todo país e a construção de instrumentos que contribuam para mensuração do impacto social dos seus projetos nas comunidades (ESTEVEZ; GARCIA, 2010, p. 8).

Pela proposta acima colocada, procuramos avaliar de forma crítica a articulação estabelecida pelo Projeto Maleta Futura com o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e o Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local (GIRAL), através de educadores e jovens que desenvolvem ações de comunicação e mobilização social nos municípios de Glória de Goitá, Lagoa de Itaenga, Feira Nova e Pombos, e que tem a sua centralidade na utilização de materiais didáticos, cujos conteúdos objetivam o fortalecimento dos projetos sociais desenvolvidos por essas ONGs, no vale do Goitá. As rádios comunitárias desses municípios do Vale do Goitá desempenham papel de fundamental importância, uma vez que transmitem programas, baseados nos conteúdos produzidos pelo Projeto Maleta Futura. No sentido de compreender as comunidades onde pretende-se atuar Diaz Bordenave (2006, p. 54) salienta que: “Se tudo na vida pode ser decodificado como signo – o penteado, a maneira de andar e de sentar-se no bairro em que se mora, a igreja que se frequenta -, então a própria cultura pode ser considerada como um vasto sistema de códigos de comunicação”. É tarefa dos atores dessas ações e parcerias compreender e utilizar esses princípios fundantes da comunicação.

Nesse sentido, as ações do SERTA e do GIRAL, são desenvolvidas em quatro municípios do interior de Pernambuco: Glória do Goitá e Lagoa de Itaenga, localizados na Zona da Mata Norte; Pombos, na Zona da Mata Sul e Feira Nova situada no Agreste Setentrional. A maioria dos beneficiários dos projetos pertence às áreas rurais e é formada por agricultores com idade entre 14 e 21 anos, estudantes da rede pública de ensino. A região onde moram revela o grande número de famílias rurais que, por falta de oportunidade, migram para o Sul do Brasil em busca de novas condições de vida. Para Everaldo Costa, do GIRAL: “é uma região rica culturalmente, mas castigada por processos históricos de sonegação de direitos

humanos e de grande necessidade de formação de mão de obra qualificada para enfrentar os problemas de desigualdade social (informação verbal)²⁹.

A questão fundamental na análise dos resultados dessas parcerias pretendeu, a partir dos depoimentos dos educadores, compreendê-los em sua tarefa que corresponde à prática da comunicação e não a de extensão. Esta avaliação pode ser compreendida, quando o saber local coloca-se como possibilidade para o diálogo, tendo em vista que o equívoco da extensão é tentar fazer com que esse conhecimento seja substituído pelo saber externo. Pode-se observar melhor este questionamento na fala de Valdiane Soares da Silva, diretora-secretária do SERTA:

a maleta proporciona a troca de experiências e saberes com diferentes atores, porém precisa ainda ser mais eficiente, uma vez que, em alguns momentos, os conteúdos se distanciam da realidade local. Por isso, o SERTA fez algumas **adaptações** para atender às nossas especificidades, ou seja, inseriu temáticas que são abordadas na formação do Curso Técnico em Agroecologia. A maleta é um meio que **somada** a outras metodologias constrói um todo (informação verbal)³⁰.

Germano Barros, atual presidente do SERTA, destaca o papel da autoria na construção do conhecimento e afirma que a metodologia da Instituição baseia-se na pedagogia de Freire (1983) e que a forma de adequar a Maleta Futura a esse processo, de modo que a dialogicidade seja, contemplada é: “incluir os conteúdos locais, produzidos pelos jovens da região, além de utilizar os materiais produzidos pelo Canal Futura” (informação verbal?)³¹.

As ações do SERTA, desenvolvidas pelos jovens da região, na medida em que procuram contemplar conteúdos locais e relacioná-los com a visão nacional, enfatizam o que Freire (1983, p. 28) considera ser dialógico, como postura aberta para vivenciar o diálogo como: “o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Brecht (apud ZUCOLOTO, 2005, p. 53) sugere, recorrentemente, “a transformação do rádio de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação”, processo este que permite ao ouvinte produzir a informação desde a sua comunidade; Diaz Bordenave (1983, p. 17) amplia a questão sintetizando que “a participação é inerente à natureza social do homem. [...] Tudo

²⁹ Depoimento concedido pelo diretor do grupo GIRAL Everaldo Costa.

³⁰ Depoimento concedido pela diretora-secretária do SERTA Valdiane Soares da Silva.

³¹ Depoimento concedido pelo presidente do SERTA Germano Barros.

indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita a participação de todos”.

O desafio, aqui colocado, sugere a preocupação com um maior avanço no diálogo com a realidade local, procurando evitar a ação contrária do antialogismo, uma vez que na extensão está implícita a ação de levar, transferir, de depositar algo em alguém, onde o sujeito que estende é o ator em face daqueles em que deposita seu conteúdo, transformando-os em espectadores. Diaz Bordenave (2006, p. 89) alerta para o fato de que, em relação à reconstrução da realidade, “as diversas formas manipulação da linguagem parecem indicar duas realidades bastante diferentes: a realidade objetiva e a realidade reconstruída pelo discurso da comunicação”. E enfatiza que “a possibilidade de manipulação de todos os tipos de linguagem tem provocado a intensificação de um movimento orientado para a capacitação do público em geral na ‘leitura crítica’ das mensagens” (DIAZ BORDENAVE, 2006, p. 90-91). Segundo Freire (1983, p. 25):

a antialogicidade, como teoria da ação, se opõe antagonicamente à teoria da ação que tem como matriz a dialogicidade. [...] Somente o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e que é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre sua atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis.

A práxis humana é o campo da comunicação, portanto os atos humanos são atos comunicativos. Entre a extensão e a comunicação, o desafio pode ser superado quando as partes envolvidas no diálogo podem construir o mundo comum, onde ambos possam “ad-mirar” uma mesma realidade e sobre ela construir um mundo novo. Neste sentido, no GIRAL, em relação ao resultado da utilização dos conteúdos do Projeto Maleta, Everaldo Costa, diretor do grupo, levanta a possibilidade de complementação desses conteúdos, quando afirma:

[...] reforçamos na formação dos jovens a consciência crítica e a produção de trabalhos de reciclagem e produção de vídeos sobre agricultura orgânica e profissões. Com a Maleta Meio Ambiente, crianças e adolescentes do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil produziram vários produtos reciclados e decoraram a cidade na época do Natal. Os jovens do GIRAL produziram outros vídeos com a temática meio ambiente que foram inseridos na Maleta e exibidos junto com outros conteúdos (informação verbal)³².

³² Depoimento concedido pelo diretor do grupo GIRAL Everaldo Costa.

O GIRAL atua também na formação de agentes de desenvolvimento da comunicação e tomou a iniciativa de inserir conteúdos produzidos pela própria comunidade. Esse protagonismo utiliza várias formas de ação e metodologias em ambientes, tais como salas de aula e centros de educação, bem como na formação de comunicadores de rádio que atuam, principalmente, em emissoras comunitárias. Diaz Bordenave (2006, p. 100) refere-se a uma comunicação de resistência, quando explicita o seu pensamento afirmando que:

Havendo a sociedade civil constatado que o vasto poder da comunicação não está sendo utilizado para promover o crescimento integral das pessoas de todas as classes sociais [...] a resistência contra este tipo de comunicação já começou. A luta tem adotado a forma de movimentos em favor de tipos de comunicação (alternativa, participatória, militante, popular, de resistência, folclórica ou tradicional). [...] A ideia comum permeando os diversos movimentos é a de que o homem social, até agora reduzido à qualidade de um parâmetro numa equação econômica e submetido a um planejamento hierarquizado que não o consulta seriamente, hoje luta por uma sociedade participativa e antielitista. A transformação de uma sociedade liberal representativa numa sociedade participativa passa forçosamente pela participação pessoal, e esta passa forçosamente pela comunicação. Deseja-se colocar o poder da comunicação a serviço da construção de uma sociedade onde a participação e o diálogo transformantes sejam possíveis

A missão do GIRAL é utilizar as tecnologias de informação e comunicação para despertar e potencializar capacidades e saberes das juventudes. Neste sentido, advertidos de que a radiofonia deve funcionar como processo de comunicação, contrário ao tradicional processo de distribuição utilizado pela grande mídia, os programas produzidos pelos jovens educadores buscam ouvintes ativos, participantes, sujeitos e objetos ao mesmo tempo, do agir comunicativo. Os vídeos, os programas de rádio e os conteúdos dos jornais produzidos pelos jovens protagonistas, retratam suas realidades e servem de laboratórios, onde as comunidades começam a ser vistas pelos próprios jovens que tornam-se comunicadores locais e produtores de conteúdos (conhecimentos) e fazendo dessas atividades um processo para o desenvolvimento humano e social na bacia do Goitá.

O projeto do GIRAL resulta, também, na formação de Agentes de Desenvolvimento e Comunicação (ADC), que trabalham com a inclusão digital, formação de monitores, produtores de programas de rádio e vídeos educativos. As múltiplas vozes do vale do Goitá revertem-se na missão de mobilizar e formar as

juventudes para proposição e promoção de políticas que assegurem o direito humano à comunicação na região.

A questão fundamental que se apresenta neste ponto refere-se a uma participação efetiva da comunidade. Neste sentido, Freire (1983) e Diaz Bordenave (1984) dialogam na mesma linha de pensamento quando referem-se à participação ativa da sociedade civil.

O problema da participação plena, segundo Barbano (1962 apud DIAZ BORDENAVE, 1984, p. 83) “não é um problema da quantidade do TOMAR PARTE, mas um problema da qualidade do TER PARTE”. Neste sentido a comunicação participativa implica na qualidade do ter parte, na construção de um modelo alternativo, contra hegemônico e que possibilite um canal de duas vias objetivando a realização da cidadania plena.

Para Freire (1983, p. 44-45):

Talvez pudéssemos dizer que o verbo que designasse o pensamento mais puramente transitivo deveria ser um que tivesse, como regime sintático, o objeto da ação e um complemento de companhia. Deste modo, além do sujeito pensante, do objeto pensado, haveria, como exigência (tão necessária como a do primeiro sujeito e do objeto), a presença de outro sujeito pensante, representado na expressão de companhia. Seria um verbo ‘co-subjetivo-objetivo’, cuja ação incidente no objeto seria por isto mesmo, co-partida.

É comum ouvir nos programas de rádio o locutor pronuncia a frase, “você estão na companhia de fulano de tal e eu conto com vocês até o final do programa”³³. Pergunta-se que tipo de companhia é esta? Atendimento de pedidos musicais? Esta proximidade simétrica é de fundamental importância para o rádio; trata-se de uma forma de interação social alcançada pela radiofonia que foi muito bem explorada na experiência desencadeada pelas ONGS e emissoras comunitárias do Vale do Goitá. Temos que, recorrentemente, voltar a Freire (1983, p. 44-45) quando reflete sobre quem pensa.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o ‘pensamos’ que estabelece o “penso” e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas mediatizador da comunicação.

³³ Trata-se de uma forma comum de tratamento radiofônico e que representa interatividade com os ouvintes.

Essas questões nos levam ao desafio àqueles que emitem mensagens, mas nas questões que envolvem a sociedade civil e seu comportamento passivo de receptor, alienado pelos formatos de entretenimento. Para evitar pré-julgamentos, o que estamos afirmando, refere-se à função da comunicação radiofônica que pode transformar uma música de má qualidade em uma oportunidade de compensação e borção, gradativa, de repertórios de conteúdos musicais qualitativos. As rádios comunitárias têm papel importante na mudança desse quadro, aliás, para isso deveriam ser criadas; para transformar o processo de extensão em um verdadeiro processo de comunicação, capaz de possibilitar a emancipação do ser humano nesse campo. A missão é difícil, mas não impossível, tendo em vista o costume da grande audição do meios massivos, que marqueteiam gêneros e formatos musicais de baixa qualidade.

4.3.3 Os autores de sua própria história

Ao visitar e observar os grupos de jovens que compõem as mais diversas ONGs e rádios comunitárias surge uma questão fundamental: quem são os protagonistas dessas ações, os atores do seu próprio destino? Essa questão é de fundamental importância e explicita a efetiva forma de participação, uma vez que o processo de comunicação, contrário ao processo de extensão, visa os sujeitos da ação, não como objetos de depósito do conhecimento adquirido de uma fonte exterior ao seu mundo, mas como verdadeiros agentes de uma comunidade ativa que procura conhecer e revelar-se a si própria, através dos seus próprios conhecimentos, do mundo que deseja transformar para a humanização de todos.

O desafio para democratizar o acesso e a produção da comunicação, diante dessa realidade, revela a carência de transformação e necessita de processos eficientes que possam conduzir à elevação do ser humano. Dentro desse contexto, o homem não pode ser compreendido, segundo Freire (1983, p. 17):

fora de suas relações com o mundo, uma vez que é um ser-em-situação é ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da 'práxis', da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, 'envolvendo-o, condiciona sua forma de atuar. Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois não existe um sem o outro. Através dessas relações, em que transforma e capta a

presença das coisas (o que não é ainda conhecimento verdadeiro), é que se constitui o domínio da mera opinião ou da 'doxa'. Este é um campo em que os fatos, os fenômenos naturais, as coisas, são presenças captadas pelos homens, mas não reveladas nas suas autênticas inter-relações. No domínio da "doxa", no qual os homens, repitamos, se dão conta ingenuamente da presença das coisas, dos objetos, a percepção desta presença não significa o 'adentramento' neles, de que resultaria a percepção crítica dos mesmos. De qualquer modo, porém, neste campo também, os objetos, os fatos, os acontecimentos não são presenças isoladas. Um fato está sempre em relação com outro, claro ou oculto. Na percepção da presença de um fato está incluída a percepção de suas relações com outros. São uma só percepção. Por isto, a forma de perceber os fatos não é diferente da maneira de relacioná-los com outros, encontrando-se condicionados pela realidade concreta, cultural, em que se acham os homens.

Costuma-se dizer no Sertão nordestino que quando uma pessoa toma o caminho errado diante de um problema a resolver que "ao invés de fazer um giro fez um jirau"³⁴. Esse é um dos muitos significados que tem o termo jirau nas regiões rurais dos Sertão brasileiro. Para os jovens do GIRAL, no Vale do Goitá, as mais diversas traduções da palavra "jirau", toma, no seu todo, uma conotação dialética dos mais diversos entendimentos do vocábulo.

No sentido de evitar a "doxa", que reflete a mera opinião, segundo Freire (1983) e como vimos acima, os jovens protagonistas do vale do Goitá, quer do SERTA quer do GIRAL, captam com a Maleta Futura conhecimentos de abrangência nacional, procurando na inclusão do conhecimento local, um imbricamento (texto novo), na busca de novos saberes. Um exemplo emblemático dessa busca é a percepção e transformação do significado da palavra Jirau. Copilado e interpretado dialeticamente pelos jovens do GIRAL, o termo ou a palavra jirau é, assim, percebido:

O que é um Jirau ? Giral ou jirau. Trata-se (Jirau) de uma palavra de origem tupi, bastante conhecida no Norte e Nordeste do Brasil. São muitos os usos: há jiraus que servem de camas, suporte para louças ou pia de cozinhas; sobre o fogão, suspendem carnes para serem defumadas; ao sol, secam frutas. Chama-se jirau também a armação sobre a qual se constrói casas em áreas alagadas da Amazônia, as famosas palafitas. Da etimologia tupi deduz-se o significado comum: espécie de plataforma, qualquer armação que repousa sobre forquilhas para diversos fins. No jirau encontram-se várias dimensões da vida doméstica e social da família – ali estão ingredientes para preparo de remédios, rituais religiosos, alimentos, higiene e limpeza. Para nós, representa a importância de enxergar as pessoas e suas culturas como um todo, de forma ampla e sistêmica, para construir processos de transformação que sejam verdadeiros e permanentes. Nos encantamos também pela imagem de canteiro, viveiro, espaço de cultivo da vida, de sementeira, de florescimento. São metáforas que bem traduzem

³⁴ Dito popular.

nossa visão de mundo e os projetos que exercemos. Essa é a essência do GIRAL: ser um suporte para a germinação e desenvolvimento de novas ideias (GRUPO DE INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO E AÇÃO LOCAL, 2010, p. 3).

As amplas possibilidades de utilização dos conteúdos, ora debruçando-se sobre sua generalidade ora imbricando-os com a realidade local, permitem que a capilaridade do Projeto Maleta atinja níveis que podem ser trabalhados em novos materiais a serem produzidos. Jairo Rubens, educador do GIRAL, explicita a capilaridade do uso do conteúdo da Maleta: “A Maleta detém um rico material, que muito contribui na formação e educação dos jovens e públicos usuários da casa, pois além de subsídio para pesquisas, nos programas de rádio, é usada constantemente como auxílio na formação de alunos do telecentro (informação verbal)³⁵.”

Os Telecentros são escolas de formação de multiplicadores de informação cujo objetivo maior é manter o nível de formação de novos jovens para em qualidade e quantidade necessária à manutenção dos projetos de comunicação e educação na região.

4.3 O PAPEL EDUCATIVO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO VALE DO GOITÁ

Além das sedes do GIRAL e do SERTA, foram mantidos contatos com as rádios comunitárias da bacia do Goitá. São basicamente quatro emissoras que se integram aos programas e projetos em parceria com a Maleta Futura. Pela ordem, os contatos, as observações e as entrevistas foram realizadas em Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá, Feira Nova e Pombos.

Em Lagoa de Itaenga, Eraldo Ramos, diretor de programação da Rádio Itaenga FM, esclarece que o programa “Onda Jovem” produzido pelo GIRAL, tratando de cultura e cidadania, contribui para legitimar a emissora como pública e comunitária. O programa, segundo Ramos, com a contribuição da Maleta Democracia estimulou debates locais bem como a utilização da Maleta Meio Ambiente, embora os temas nacionais necessitassem de maior aprofundamento local como, por exemplo, a poluição do Rio Goitá.

³⁵ Depoimento concedido pelo educador do GIRAL Jairo Rubens.

Foram produzidos seis programas de rádio, emitidos semanalmente, sobre temas relacionados à juventude, à mulher e ao desenvolvimento local. Utilizando conteúdos, ora da Maleta Democracia ora da Maleta Meio Ambiente, além das indispensáveis contribuições que caracterizam o saber local e estendem sua capilaridade com a voz da comunidade.

Ainda, na Rádio Itaenga FM, o programa “Comunica Jovem”, com apresentação e produção dos jovens Robson Teixeira, Rafael Silva e Valcília Lima, coloca a mídia local no papel de espaço público para o protagonismo juvenil na discussão dos seus próprios problemas. Janaina Felix, educadora de comunicação e produtora do programa afirma:

Desde 2008, quando o SERTA recebeu a Maleta Meio Ambiente, nós educadores do GIRAL vimos a mesma forma de subsidiar as nossas discussões no município em prol do desenvolvimento humano. Utilizamos a Maleta na Escola Municipal João Vieira Bezerra, na sala de aula da turma de Magistério ou normal médio e na Escola Jardim da Infância, no mês do meio ambiente, ressaltando a importância da preservação ambiental, começando a alertar os alunos, desde pequeninos. Em seguida, veio o Maleta Democracia, onde trabalhamos com os vídeos e textos atuando também na Casa das Juventudes (espaço onde os jovens podem realizar suas atividades mais variadas, ou seja, esportes, dança e informática). Esses grupos também utilizaram os vídeos e textos como forma de **empoderamento** sobre diversos temas, entre eles destacam-se: política e ética. A Maleta foi uma forma de ajudar. Gostei dos materiais, mas às vezes eles fugiam da realidade (informação verbal)³⁶.

Verifica-se, acima, na fala de Janaina Felix, a apreensão do conceito de empoderamento, Freire (1992) procurou dar um sentido diverso do da palavra inglesa empowerment, assim como criou outros conceitos utilizados na sua educação dialógica, tais como: “Educação Bancária”, Conscientização, o; Cultura do silêncio, Nesse sentido, Valoura (Recife, 2006, p. 2) explica esses conceitos, detendo-se no conceito de empoderamento segundo Freire (1992, p. 22 grifo do autor):

[...] Chamam a atenção alguns conceitos desenvolvidos pelo educador, como ‘Educação Bancária’, na qual os aprendizes passivos têm conhecimentos pré-estabelecidos depositados em suas mentes; ‘Conscientização’, um processo pelo qual o aprendiz avança na direção da consciência crítica; ‘Cultura do Silêncio’, na qual indivíduos dominados perdem os meios de responder criticamente ao conhecimento imposto a eles pela cultura dominante, entre outros.

³⁶ Depoimento concedido pela educadora de comunicação e produtora do programa “Comunica Jovem”, Janaina Felix.

Empoderamento foi outra destas expressões ricamente definidas pelo educador. Embora a palavra *Empowerment* já existisse na Língua Inglesa, significando ‘dar poder’ a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas, o conceito de Empoderamento em Paulo Freire segue lógica diferente. Para o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer. [...] Assim observa-se que ‘o termo inglês trai o sentido original da expressão; Empoderamento implica conquista, avanço, e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês *empowerment*, que transforma o sujeito em objeto passivo. (SCHIVO E MOREIRA, **Glossário Social. Rio de Janeiro: Comunicante, 2005**). Pode-se dizer então que Paulo Freire criou um significado especial no contexto da filosofia e da educação, não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, como *Empowerment*, mas sim internamente pela conquista. [...].

Na Radio Goitacaz FM, de Glória do Goitá, com os programas “A Voz da Mulher”, com apresentação e produção de Vilma Maria e Claudenice Silva e, ainda, “No Batente”, apresentado por Rodrigo Silva e Amanda Silva (jovens da região formados pelo GIRAL), o sentido dos programas está voltado para a efetiva participação dos ouvintes, de forma ativa, em debates de temas tais como direitos humanos, cidadania, ecologia entre outros interesses da comunidade.

Sintonizados e com antenas ligadas na região, os programas são veiculados aos sábados, nas quatro rádios comunitárias locais. Em cada programa, uma pauta especial, com o perfil da juventude local. Leonildo Moura, educador do GIRAL e produtor do programa “No Batente”, esclarece:

A Maleta Meio Ambiente nos proporcionou trabalhar com jovens durante a formação, trazendo novos conteúdos e de forma dinâmica onde assistíamos os vídeos e fazíamos rodas de diálogos onde os jovens colocavam, eles mesmos, suas visões críticas em cima dos materiais utilizados. Além dos vídeos, os materiais impressos serviram de complemento para atividades extra cursos, quando eles levavam os materiais para casa e faziam leitura (informação verbal)³⁷.

A radiofonia comunitária do Vale do Goitá tem participado desse processo de uso de materiais didáticos com os mais diversos temas sugeridos pela Maleta que são aprofundados, localmente, pelos jovens comunicadores, embora a avaliação feita, apesar de atribuir valores positivos, reclama por uma participação local mais intensa no que se refere à produção dos conteúdos pelos próprios usuários do projeto. Sobre o uso da Maleta, Vilma Nascimento, comunicadora da Rádio

³⁷ Depoimento concedido pelo educador do Giral e produtor do programa “No Batente” Leonildo Moura.

Comunitária Goitacaz FM, de Glória de Goitá, formada no GIRAL e que apresenta um programa intitulado “A Voz da Mulher”, declara:

A Maleta Futura ajudou a trazer temas para debater no programa; temas para agente falar no programa; ajudou no incentivo. Conteúdos como o meio ambiente, relacionar assim, o meio ambiente com a mulher. Então a gente procura temas onde as donas de casa podem contribuir com o meio ambiente e aí, agente vai buscar formas ou recursos na Maleta para ver algum conteúdo que agente possa relacionar com o gênero que fazemos no programa A situação colocada pela Maleta era vivenciada pelos grupos, mas, mesmo assim, não impossibilitavam os mesmos de utilizarem. Eles adaptavam e modernizavam para sua realidade (informação verbal)³⁸.

Em Feira Nova, os jovens Odair Santos e Elcione Silva, pautam, semanalmente, os assuntos que dizem respeito ao mundo que os cerca e sobre ele debruçam-se, objetivando sempre conscientizar aqueles que ouvem os programas de rádio, no sentido de transformar a realidade local, no programa “Tá Ligado”.

Valter Cruz, locutor e diretor da Rádio Feira Nova FM, reafirma a importância de subsidiar a legitimidade da emissora perante a comunidade, com o programa “Tá Ligado”, dos jovens do GIRAL, cujos conteúdos representam a diversidade local e servem de espaço aberto “para o debate público, provocando a população no sentido de tomar consciência dos seus próprios problemas” (informação verbal)³⁹. Pode-se caracterizar esse processo como uma busca da audiência qualitativa, uma das principais razões fundantes da radiofonia comunitária como espaço público, legitimado pela comunidade.

Na *Rádio comunitária Brasil FM*, de Pombos, comprovamos quando o ser não reflete o dever ser. Nesse município do Vale do Goitá, o programa “*De Propósito*”, com apresentação e produção dos jovens Djalma Souza, Mayra Silva, Maysa Santos e Ana Vilma, os temas locais amplificam-se através de uma “rádio comunitária de caixinhas”, devido ao problema estabelecido pela Rádio Brasil FM (que não coloca na sua marca de fantasia a complementação de comunitária) a qual negou-se a continuar a transmissão do programa, devido à necessidade de pagamento (à época R\$ 200,00, pagos pelo GIRAL). A Diretoria do GIRAL explica que o Projeto que dava sustentabilidade para esse pagamento fosse concluído, necessitava ser renovado. Em vão; o programa foi retirado do ar. Dessa forma, em Pombos, mesmo havendo

³⁸ Depoimento concedido pela comunicadora da Rádio Comunitária Goitacaz FM, de Glória de Goitá Vilma Nascimento.

³⁹ Depoimento concedido pelo locutor e diretor da Rádio Feira Nova FM Valter Cruz.

uma rádio comunitária de sinal aberto e maior abrangência, que é a Rádio Brasil FM, pela distorção do uso do meio, um programa educativo, envolvendo toda a Região do Vale Goitá, não teve continuidade, acarretando prejuízos para a comunidade.

A irregularidade permanece desconhecida e impune. Essa questão é típica do incipiente controle social feito pelo Ministério das Comunicações; enquanto isso a ANATEL, independentemente dos conteúdos transmitidos, sejam comunitários ou não, preocupa-se, unicamente, com as questões técnicas das rádios comunitárias. E, dessa forma, a radiofonia no Vale do Goitá, quando utilizada pelo GIRAI, cumpre o papel de legitimar o espaço público que representam as rádios comunitárias, com temas que colocam os ouvintes como agentes da sua própria história e construtores de sua realidade em processo de mudança.

Na área da radiofusão comunitária, muitas vezes, algumas emissoras servem de empecilho para que os objetivos da comunicação comunitária sejam exercidos legitimamente: é o caso da Radio Brasil FM, de Pombos, Estado de Pernambuco. Em Pombos, pessoalmente observei as instalações das emissoras e acompanhei a sua programação pelo seu site, via internet.

Os materiais da Maleta Futura, utilizados de forma crítica pelos jovens do GIRAL, envolvem a sala de aula e trafegam pelo ar, abrindo no espaço público da radiofonia comunitária a possibilidade de transformar as grades de programação das emissoras de sinal aberto, bem como das “rádios de caixinhas”, espalhadas pelos postes do município de Pombos, em aparelhos de comunicação, evitando, desta forma, o equivocado processo de distribuição da informação praticado pela mídia tradicional.

Na Casa das Juventudes, em Pombos, através de jovens educadores formados pelo GIRAL, a Maleta Futura procura contribuir no fornecimento de conteúdos trabalhados pelos produtores dos programas de rádio, sempre ressaltando a preocupação com a adaptação aos problemas locais, tanto nos temas ligados à democracia quanto ao meio ambiente. Trata-se, recorrentemente, do desafio de não permitir que o processo de comunicação transforme-se em extensão. Mayra Lira, jovem educadora, refere-se ao projeto destacando:

[...] A gente trabalha com a Maleta Futura com os jovens, promovendo debates. Aí a gente faz uma roda com os jovens e exibe os vídeos da Maleta, depois a gente promove um debate fazendo perguntas e esclarecendo dúvidas. A Maleta que a gente trabalhou foi a do meio-ambiente. Aqui, com os jovens, fazemos a roda de diálogo, exibimos os

vídeos, promovendo debates, é bem interessante. [...] Os conteúdos que a Maleta aborda são de suma importância, pois retratam assuntos do nosso cotidiano que nós acompanhamos no dia a dia, além da linguagem dinâmica e de fácil compreensão (informação verbal)⁴⁰.

Apesar da referência acima “aos assuntos que retratam o nosso cotidiano”, segundo Mayra Lira, de um modo geral, como temos visto ao longo desse relato, há uma demanda por conteúdos voltados para a realidade local” (informação verbal)⁴¹. Como exemplo já dado, a poluição do Rio Goitá necessita de uma abordagem com tratamento que resulte em conteúdos produzidos localmente. Essa questão tem permeado, ao longo dessa investigação, a utilização dos materiais didáticos fornecidos pela Canal Futura, através do Projeto Maleta.

Djalma Souza, jovem comunicador de Pombos, procura no diálogo entre o material contido na Maleta e o conhecimento local superar o desafio comunicação versus extensão, quando, em sua fala, expressa: “[...] de forma animada e dinâmica são passadas informações importantes que antes eram passadas despercebidas no nosso dia-a-dia. A partir daí começamos a agir de forma consciente e melhorando o ambiente onde vivemos” (informação verbal)⁴².

A comunicação como processo que implica em reciprocidade, e que não pode ser rompida, conduz à eficácia, levando os sujeitos envolvidos, como interlocutores, a debruçarem-se sobre um mesmo objeto e refletindo assim a mesma admiração, cuja expressão pertence ao universo comum que esses mesmos interlocutores compreendem como semelhança. O produto desse processo de ad-mirar e re-admirar o mesmo mundo, resulta na transformação e no conhecimento compartilhado.

Dependendo do uso ético a tecnologia pode ser boa ou má. Nesse sentido a recorrência nas falas dos jovens do Vale do Goitá sobre a Maleta Futura refere-se às múltiplas utilidades do projeto em seus aspectos pedagógicos positivos, entretanto expressam a carência de uma maior participação na produção de conteúdos locais. A recorrência e a expressão da carência indicam que o diálogo está aberto e que o Projeto Maleta e seus parceiros podem tirar proveito disso. Entretanto, de acordo com o alerta expresso Projeto Gerando Cidadania “a participação não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada” (DEMO apud

⁴⁰ Depoimento concedido pela jovem educadora Mayra Lira.

⁴¹ Depoimento concedido pela jovem educadora Mayra Lira.

⁴² Depoimento concedido pela jovem educador por Djalma Souza.

XAVIER DE MORAIS, 2006, p. 5). Esse autor ressalta a questão da consciência crítica em projetos desenvolvidos com base em parcerias, embora não resulte na indicação de um fechamento local ao aporte de recursos materiais e audiovisuais produzidos por entidades de abrangência nacional, como é o caso do Canal Futura. Entende-se mais a questão como uma provocação que resulte em diálogo entre as partes envolvidas no processo.

Não se pode afirmar, antes de uma análise crítica, que as tecnologias são boas ou más. Essa dicotomia por ser esclarecida, à luz do uso ético que o ser humano faz do conhecimento avançado, muitas vezes chamado de “tecnologia”. No caso da educação, pode-se falar, hoje, em tecnologias educacionais. Cada qual com a sua capacidade de aplicação, deve buscar resultados que indiquem transformações sociais nas comunidades e que resultem em melhorias de qualidade de vida. Entretanto nem toda eficiência pode tornar-se eficaz. Nesse sentido, esclarecemos nem sempre a eficiência dos materiais podem conduzir a resultados positivos. A eficiência, ligada ao desenvolvimento dos processos, precisa garantir a eficácia voltada para os resultados positivos. Processos que utilizam tecnologias educacionais têm como desafio imbricar eficiência (processo) e eficácia (resultado) em favor do ser humano como sujeitos dessas ações, capazes de contribuir com o seu próprio saber, na absorção do conhecimento que o cerca e que se desenvolve ao redor do seu mundo. Os fazeres e saberes locais existem, e esse fato requer atenção no processo de comunicação como transformador da comunidade.

Vale salientar que os meios de comunicação evoluíram e chegam aos lugares mais distantes do planeta, afetando diretamente os problemas das realidades nacionais e locais. Diante desse outro fato, o contato é estabelecido de forma irreversível, cabendo aos atores envolvidos neste processo o uso da consciência crítica ao utilizarem tecnologias educacionais com eficiência na promoção e elevação do ser social. Neste sentido, torna-se necessária uma comunicação eficiente que mediatize esse processo. Freire (1983, p. 45-47) é recorrente ao afirmar que:

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamento'. É o 'pensamos' que estabelece o 'penso' e não o contrário'. [...] A comunicação eficiente exige que os interlocutores incidam sua 'admiração' sobre o mesmo objeto, que expressam através de

signos lingüísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação.

Em relação às ONGs visitadas, percebe-se que o SERTA funciona como uma incubadora de outras ONGs. É caso do GIRAL que foi parte daquela ONG. Os valores definidos pelo Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local (2010, p. 4) englobam “cooperação, entusiasmo, afetividade, solidariedade, respeito à diversidade, compromisso, transparência, Ética, crença nas pessoas, respeito e preservação da natureza e do meio ambiente”. Neste sentido pode-se perceber, na abrangência do protagonismo juvenil, as amplas possibilidades de parcerias que procurem no dialogismo o caminho eficaz para as transformações de que carecem os municípios da região, no que tange aos objetivos propostos pela rede integrada de projetos em desenvolvimento na Bacia do Goitá.

Quando se observa que os materiais produzidos pelo Maleta Futura, mesmo com as restrições colocadas pelas carências locais, obtém um nível de aceitação pela comunidade, pode-se sugerir o deslocamento de parte dos recursos aplicados no projeto com o objetivo de subsidiar a produção local. O GIRAL já apresenta no seu currículo, a produção de conteúdos para TV e rádio com qualidade de categorias, de gêneros e de formatos que abrangem os audio-visuais que vão ao encontro das carências locais nas áreas de direitos humanos, cidadania, ecologia, entre outros voltados para o desenvolvimento da comunidade do Vale do Goitá.

O nível de dialogicidade alcançado pelo Projeto Maleta Futura, embora ainda carente de completude, já não seria a possibilidade de aperfeiçoamento do processo de parceria com os jovens do Vale do Goitá? Ou, ainda, como queria Freire (1983), o processo de “ad-miração” nessa região, poderia ser “re-ad-mirado” para a construção de um mundo melhor? Quando nos referimos à carência de completude do Projeto Maleta Futura, estamos indicando a possibilidade de incluir produções locais, sobre problemas locais, por exemplos: a poluição do Rio Goitá, o trabalho sub-humano nas casas de farinha, o próprio protagonismo juvenil, entre outros.

Neste quarto capítulo, observamos, ainda, que o perfil das emissoras no que tange à programação, identifica uma série de ações visando dar o suporte necessário para a efetiva melhoria na qualidade dos conteúdos dos programas radiofônicos. As ações específicas de apoio às emissoras comunitárias no sentido de planejar e executar uma programação que contemple maiores níveis de utilização das categorias educação, cultura e informação, passam, inapelavelmente, pelo

apoio financeiro para a melhoria de infraestrutura, equipamentos e custeio de despesas; apoio no sentido de capacitar os radiofusesores, tanto em gestão quanto em operação das emissoras, através de um abrangente projeto de capacitação e treinamento, contemplando conteúdos práticos para o desempenho da radiofonia; outros projetos devem focar as temáticas da democratização da comunicação: direitos humanos, cidadania, diversidade cultural, entre outros temas necessários a um melhor desempenho dos locutores, apresentadores, produtores e pessoal técnico e um projeto específico na linha de gestão social para os diretores das emissoras, sob pena de, sem bons gestores, comprometer toda a cadeia de treinamentos na área de operação e produção da emissora.

Observa-se, ainda, a necessidade de capacitação na área de captação de recursos, através da elaboração e gestão de projetos sociais, onde as emissoras, a exemplo das rádios comunitárias do Vale do Goitá, possam interagir com a comunidade e, dentro dela, as escolas, ONGs, Prefeituras, Governo e entidades privadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. 1 RADIO: um novo e mais amplo olhar

“**Vai para o éter [...]**” Era assim que começavam os programas de rádio.

Muitas vezes nos demos conta, reler este estudo para possíveis correções, que ao escrevermos sobre o que pesquisamos e estudamos, estamos **escrevendo** como **falamos** pelo rádio; a *escrita* e a *fala*, como *subtexto*, se *imbricam* num fenômeno natural, no qual nos reconhecemos na fonte reveladora do contato desde o longe de nossa experiência; dos 68 anos vividos, 54 foram dedicados às várias passagens construídas na vivência do radioteatro, dos programas musicais, dos programas de auditório, do radio jornalismo e do radio educativo. Encontramos uma possibilidade de diálogo com Duarte (2003, p. 51, grifo nosso) ao observar que o estudo desse campo, entre outras concepções, representa: “Um exercício que nos permite mais que a ilusão de explicar o objeto, **ele nos permite também compreender o percurso do nosso olhar**”.

O texto, acima referido, pôs uma intensa luz sobre nossas dúvidas em relação à identificação do profissional com o pesquisador de rádio, que em vários nos momentos nos levou ora à euforia ora ao desânimo diante de constatações de situações vividas. Após a leitura de Duarte (2003) um certo equilíbrio, possibilitou o caminhar na busca do conhecimento.

Essas experiências representam travessias dos momentos mágicos, simbólicos, até nos dias de hoje, quando, ao intervir nesse campo, nos reencontramos com o mais profundo significado do rádio, onde nos projetamos como protagonistas: o ato de criar, através do som, desde o realismo duro do cotidiano até a sua invenção.

Esta tese representa um reencontro do autor, com ele mesmo, no caminho da volta (mergulhamos na história do rádio) e da ida, parodiando Chico Science, “pés em Pernambuco e olhar na imensidão”, na elaboração de textos radiofônicos e na locução, no improviso, na disposição para contar histórias que provoquem a imaginação e o imaginário daquelas pessoas que escutam, mais do que ouvem, os conteúdos que trafegam nas ondas do rádio e contribuem no silêncio da imaginação,

ampliando as narrativas, acrescentando-lhes significados e levando o discurso sonoro às dimensões inimagináveis pela fonte de todo esse processo de criação compartilhada. Dizemos compartilhada porque o ouvinte torna-se parte integrante desse processo, mesmo sem saber que foi convocado a participar com sua imaginação e criatividade de algo sonoro que, graças a ele (o ouvinte), vai tomar corpo, porque é nesse corpo invisível que se inscreverá o enredo pensado. Não é sem razão que os teóricos da análise de discurso avançada definem a escuta como lugar do diálogo: no rádio, a escuta é considerada por antecipação.

A experiência com os retumbantes sucessos, bem como os estrondosos fracassos no radioeducativo que nos fez compreender a importância dos dois momentos; sorrimos com os “retumbantes sucessos” e, como “Zorba, o grego”, dançamos, como no ritual dos maravilhados, para os “estrondosos fracassos”.

Nada mais radiofônico do que a *adjetivação*: os *retumbantes e estrondosos* foram, para nós, o caminho **maravilhoso** do rádio até hoje. A utilização do adjetivo na linguagem radiofônica é algo que merece profundo estudo pelos significados e significantes que o lugar de fala cria e o imaginário da escuta amplia. Ser reconhecido pela voz representa algo emocionante e esse momento já vivemos muitas vezes: o senhor é ? (...) Sim, sou. (...) Reconheci pela voz (...).

Essas afirmações e constatações pessoais tomaram mais sentido quando nos livramos e estamos permanentemente atentos às armadilhas da esperança, que ao longo da vida vivida, trocamos pela vitória da experiência.

Quando nos propusemos a uma imersão no estudo das rádios comunitárias não tínhamos, ainda, uma visão precisa de como se comportava o real nesse campo. Foram necessárias várias aproximações, tanto teóricas quanto práticas; aproximações com o *estado da arte*, através de leitura de livros, de pesquisas sobre o tema e de estudos correlatos; aproximações com os radiofusores comunitários, com as suas associações representativas, com os movimentos sociais organizados em torno da democratização da comunicação, com os diretores da ABRAÇO-PE, com os comunicadores de rádios comunitárias e com as comunidades; observamos, *in loco*, as emissoras comunitárias, sua gestão, sua produção, sua grade de programação, sua operação e sua transmissão; mantivemos contato direto com os radiofusores e as aproximações com os espaços de debate locais, estaduais e nacionais, onde nos comportamos mais como observadores, do que falantes, embora mantendo a **escuta** ativa e, nos bastidores desses encontros, os contatos

com representantes das mais diversas localidades que fazem a radiodifusão nacional comunitária.

5.2 RADIO: um antigo novo olhar

Observamos, com Menezes (2007, p. 82) que:

[...] a literatura nos revela belos textos sobre a cultura do ouvir. Entre eles destacamos *As mil e uma noites*, onde um sultão, com medo de ser traído, mandava decapitar as jovens com as quais casava. O texto não chega a descrever a beleza da jovem Xerazade, mas informa que ela sabia contar histórias e que sua fala encantava de tal modo que o sultão adiou a sua execução por mil e uma noites.

A beleza da história é revelada nas palavras do educador, filósofo e psicanalista Alves (1992, p. 25).

Realizados os atos de amor físico que aconteceram nas noites de núpcias, quando o fogo do amor carnal já se esgotara no corpo do esposo, quando só restava esperar o raiar do dia para que a jovem fosse sacrificada, ela começa a falar. Conta histórias. Suas palavras penetram os ouvidos vaginais do sultão. Suavemente, como música. O ouvido é feminino, vazio que espera e acolhe, que se permite ser penetrado. A fala é masculina, algo que cresce e penetra nos vazios da alma. Segundo a antiquíssima tradição, foi assim que o deus humano foi concebido: pelo sopro poético Verbo divino penetrando os ouvidos encantados e acolhedores de uma virgem.

Mantemos nossa sintonia Menezes (2007, p. 82) ressaltando que:

Nessa história de amor percebemos a força da cultura do ouvir. Ao recontar e comentar a história de Rubem Alves como uma mãe ao redor do fogão à lenha ou como um locutor em seu estúdio encanta através das palavras e chega a firmar que o amor vive neste sutil fio de conversação balançando-se entre a boca e o ouvido.

Estudos como: Bianchi (2011) e Menezes (2007) lançam um novo olhar sobre as emissoras de rádio e seu papel no cotidiano das pessoas, principalmente no grande centros urbanos.

Não é possível falar de um novo olhar sobre o rádio, sem visitar o antigo novo olhar de Mario de Andrade, que já na década de 1940 escrevia nos ensaios sob o título “*O Empalhador de Passarinho*” (ANDRADE, 1972), o texto “*A Língua Radiofônica*”. A radiodifusão brasileira vivia nessa época, a chamada “*era de ouro do rádio*”. A década 40 representou uma grande transformação do rádio, devido à

permissão pelo Governo para veiculação de comerciais, na época chamados de “reclames”. Mário de Andrade, na época colocou-se na defesa da linguagem do rádio que contrariava a elite brasileira com o tratamento direto: você, ouvinte, está companhia de fulano de tal (apresentador do programa).

O Governo Vargas creditava ao rádio a missão de formar a cultura brasileira de modo elitista, em bases da cultura europeia. Entretanto, a realidade foi sendo formada de forma adversa a esse projeto para as elites, pelo gosto popular das massas por temas mais genuínos, brasileiros e gêneros que refletiam a diversidade do povo, entre eles, o samba.

O Movimento Modernista avançava, e Andrade (1976, grifo nosso) já havia anunciado, entre outras posturas, que:

Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. No país da cobra grande [...] nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental. [...]. A existência palpável da vida. [...] **Nunca fomos catequizados.** [...] Mas nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós. [...] O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo E as inquisições exteriores. Só podemos atender ao mundo orecular. [...]. O indivíduo vítima do sistema. Fonte das injustiças clássicas. Das injustiças românticas. E o esquecimento das conquistas interiores. Roteiros. [...]. O instinto Caraíba. Morte e vida das hipóteses. **Da equação eu parte do Cosmos ao axioma Cosmos parte do eu.** Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo. Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista [...] A magia e a vida. **Só não há determinismo onde há mistério. Mas que temos nós com isso?**

O rádio, na sua origem, encaixava-se nesta percepção de Andrade (1976), uma vez que o Estado brasileiro reservava para a radiodifusão um papel desenhado pela cultura europeia e, mais, com a função de formar a cultura nacional. Era a catequese radiofônica, até hoje, não aceita. Nesse sentido, ainda carecendo de um estudo mais profundo, parece-nos que está sendo reservado à radiodifusão comunitária um papel também desenhado por uma elite que pretende determinar o que a comunidade (hoje, muito mais que isso: um território de cidadania) deve ouvir e fazer. Não cremos que “*puxar as orelhas e esfregar o nariz*” das emissoras no manual da boa rádio comunitária, elaborado pelo Ministério das Comunicações (2005), seja a solução para a democratização desse tipo de radiodifusão; aliás, pensando nesse “manual” e nos pressupostos da democratização da comunicação, defendidos pelos fóruns estaduais e nacionais, é que se deve **escutar** os radiofusores comunitários, observar *in loco*, entender os seus problemas de

sustentabilidade, problemas de capacitação, de gestão e outros aspectos que compõem o real dessas emissoras.

A sustentabilidade é um dos pontos críticos da radiofusão comunitária, provocado pela Lei nº 9.612 (1998) e o Decreto nº 2.615 (1998), que regulamentou as atividades dessas emissoras. Nesse sentido, recorremos à afirmação: é necessário compreender as emissoras comunitárias como elas são e, não, como querem os manuais oficiais; só assim poderemos através do dialogismo promover as mudanças que, evidentemente, a radiofusão comunitária necessita.

5.3 RADIO: onde a *Fala* se encontra na *Escuta*

As teorias do rádio transitam entre os conteúdos radiofônicos e seus formatos; melhor detalhado: suas categorias, seus gêneros e seus formatos. Entretanto, o traço comum entre os dois campos – os conteúdos e os formatos - configura-se na realização do diálogo entre *fala e escuta*.

Ortriwano (apud MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008a, p. 57) em seu texto, afirma algo que nos parece quase uma unanimidade:

Bertolt Brecht não pode deixar de ser citado quando se pretende discutir as funções do rádio. Sobre o título *teorias do rádio* estão reunidos cinco textos dispersos, três dos quais divulgados na época em que foram escritos (entre 1927 e 1932) em publicações de pequena circulação. Os outros dois permaneceram inéditos, tendo sido os originais encontrados em cadernos manuscritos após a morte do autor, em 1956. [...] Nos textos que compõe a *Teoria do Rádio*, o poeta e ensaísta Bertolt Brecht mostra como captou as potencialidades e compreendeu as características do meio de comunicação que, nos anos 20, apenas engatinhava. Para Bassets, “nestes escritos (Brecht) mostra-se como uma das mentes de maior clarividência de nosso século no terreno dos meios de comunicação⁴³. Muitas potencialidades antevistas - ou sonhadas - por Brecht, passados mais de 50 anos, ainda não foram exploradas.

Barbosa Filho (2003a, p. 24) já observava, *os formatos e os programas em áudio*, que em sua singularidade este trabalho (o livro) visa horizontes bem mais extensos e insere o rádio na centralidade dos estudos contemporâneos sobre gêneros. E observa:

⁴³ Comentário de Luís Bassets à “Teoria de Rádio (1927-1932)”. In: De las ondas rojas a las rádios libres, p. 48-49.

O dramaturgo alemão Bertolt Brecht (in Meditsch, 2005) teria dito já no início do século XX que o rádio seria capaz de instituir uma “espécie de assembleia popular permanente” num espaço democrático. Para esse autor, o meio seria capaz de constituir uma ‘esfera pública cidadã’ em que os sujeitos poderia ser atores sociais dos processos culturais, o que concretizaria a máxima do ideal iluminista. [...].

Em diálogo com Barbosa Filho (2003b, p. 25-26) e Ortriwano (2008, p. 57, grifo nosso), após uma análise crítica da radiofusão sonora de hoje, sugere perspectivas para o rádio, colocando-se numa disponibilidade com a qual nos identificamos:

Resta agora **ajudar o menino da periferia dos grandes centros a se expressar**, a desenvolver mecanismos criativos através da produção de painéis sonoros, utilizando-se para tanto, de plataformas que, permitam a formulação de ideias representativas de suas angústias e esperanças e na tentativa de alcançar a complementação individualizada da informação pelo receptor da mensagem, atingindo o milagre do diálogo, da verdadeira interação. Começar pela base. E, ao mesmo tempo, atingir os públicos escolarizados, trazendo-os de volta ao convívio com o universo sonoro para, enfim, termos uma produção a altura das tradições do rádio brasileiro. E, por fim, iniciar uma luta por uma legislação nova, menos rarefeita, que defenda os interesses reais da cidadania brasileira, impedindo, por exemplo, que com o advento do rádio digital e sua conseqüente multiplicação de canais ou mesmo através do rádio por assinatura, os comportamentos sejam pautados sob o ponto de vista do interesse pelos resultados meramente pecuniários e a estratégia do ‘enxugamento de custos’ e sim, pela oferta de novas oportunidades para proliferação de novos produtos sonoros. E assim, poder fazer valer o pensamento sempre atual de Bertold Brecht em sua ‘Teoria do Rádio’: - ‘[...] O rádio seria o mais fabuloso e imaginável aparato da comunicação da vida pública, um sistema de canalização fantástico. Isto é, seria, se soubesse não só transmitir, mas também receber, ou seja, ouvir ao **rádio-escuta**, mas também faze-lo falar; não isolá-lo, mas pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, em conseqüência, afastar-se daqueles que a abastecem e constituir os rádio-ouvintes como fornecedores [...].

5.4 UMA EXPERIÊNCIA INTEGRADA DE RADIO EDUCATIVO

A experiência integrada de radio educativo com a participação das emissoras comunitárias do Vale do Goitá, em Pernambuco, já referido no terceiro capítulo desta pesquisa, encontra ressonância em Barbosa Filho (2003b, p. 21).

Com a explosão dos variados suportes de comunicação da atualidade, o homem tem, mais uma vez, ao longo de sua trajetória neste planeta, a oportunidade de aprender com ele e através dele, a conviver pacificamente com seus semelhantes, entendendo as regras da biodiversidade, tornando-se guardião dos tesouros naturais e na conseqüente busca da melhoria de sua qualidade de vida.

Utilizar as construções sonoras e/ou audiovisuais, separadamente ou de forma integrada, através dos canais abertos, sistemas fechados e, principalmente, na sala de aula, estimulando o conhecimento da realidade ecológica, como também, as ações externas de contato com a natureza, por certo colocarão a disposição do ser humano do terceiro milênio uma quantidade de instrumentos de informação, instrução e lazer suficientes para a construção de relações justas e estimulantes entre si.

O que possibilitou a experiência integrada de rádioeducativo no Vale do Goitá, em Pernambuco, ter alcançado resultados positivos pode ser creditado ao empenho das comunidades dessa região atuando como território de cidadania. As organizações não governamentais (SERTA, GIRAL, TELECENTRO), projeto PETI, as escolas dos Municípios, a parceria do Projeto Maleta Futura e a intervenção, como suporte, das rádios comunitárias demonstraram que é possível redimensionar o tempo-espço e construir territórios de cidadania. A experiência foi desenvolvida com quatro comunidades (Pombos, Lagoa de Itaenga, Feira Nova e Glória do Goitá) que formam o território de cidadania constituído pelo Vale do Goitá.

5.5 RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO SOCIAL: uma mesma finalidade

A gestão das emissoras comunitárias, a nosso ver, aponta para o problema mais crítico, entre outros já referidos, que afetam as emissoras comunitárias. O tipo de gestão mais comum, encontrado entre as rádios comunitárias, composta de ações gerenciais incipientes, repercute de forma direta: na grade de programação da emissora, na sua sustentabilidade, nas suas ações sociais junto às comunidades.

Consideramos fundamental um plano de capacitação, amplo, dos radiofusores comunitários, construído de forma abrangente, diversificada e objetiva; dizemos abrangente, porque o plano deve contemplar o campo da comunicação comunitária e seus atores como um todo; dizemos diversificada porque o plano deve contemplar as diversas funções da gestão, da produção, da locução, do jornalismo, da operação e da manutenção das emissoras; dizemos objetiva no sentido de que o plano deve priorizar a capacitação, começando pelos gestores, seguidos dos apresentadores, locutores e produtores e, assim por diante.

O gestor radiofusor, mais comum, é o que se costuma chamar de “o faz tudo”: exercem múltiplas funções, são administradores, locutores, técnicos, relações públicas, publicitários etc. Esse acúmulo de funções não lhe permite gerenciar a organização de forma eficaz, salvo pequenas exceções. Portanto, antes de serem

criticados, precisam de apoio nos mais diversos sentidos: financeiro, capacitação, assessoria jurídica, financiamentos para reposição de equipamentos etc.

Procuramos, nesta pesquisa, identificar o tipo de capacitação mais adequada à gestão das emissoras comunitárias, de modo que os efeitos desse treinamento pudesse refletir-se, principalmente, sobre a grade de programação e a sustentabilidade das rádios. Nesse sentido, buscamos nos pressupostos e experiências da *gestão social* o modelo mais adequado ao gerenciamento das emissoras comunitárias. Para tanto, propomos à direção da ABRAÇO-PE, um plano de gestão compartilhado com as emissoras comunitárias de Pernambuco. A característica de pesquisa participante nos facilitou a aproximação e a identificação dos problemas críticos que afetam essas emissoras quanto aos seus problemas de gerenciamento.

O novo olhar sobre as comunidades, como territórios da cidadania, proporciona uma visão mais clara e abrangente que, ao romper com o *status quo*, possibilita a essas comunidades (ao serem concebidas como territórios de cidadania) pensar o desenvolvimento local como algo possível. Mas o que são territórios da cidadania? O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 7 apud ALLEBRANDT; DECKERT; OLIVEIRA, 2012, p. 164, grifo nosso) esclarece:

[...] territórios são definidos como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais **elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial**.

É possível pensar nas comunidades sobre as quais temos nos debruçado nas zonas urbanas e rurais, onde se localizam as emissoras comunitárias, refletindo, segundo Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012, p.164, grifo nosso) que:

a abordagem territorial do desenvolvimento rural muda do foco meramente voltado às políticas agrícolas para a integração de todos os setores e atividades existentes no âmbito do espaço territorial. Assim, **amplia-se o conceito de desenvolvimento rural, integrado aí também o 'urbano'** dos municípios essencialmente rurais.

Para tanto é necessário:

[...] induzir, apoiar, fomentar processos de desenvolvimento territorial é algo que sugere, portanto, a necessidade de uma estratégia de concertação social em torno das formas de produção, distribuição e utilização dos ativos de uma região. O desafio é fazer tal movimento de maneira a **favorecer a construção de modelos sustentáveis** de geração de riquezas com melhoria da qualidade de vida do conjunto da população (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005, p. 8 apud ALLEBRANDT; DECKERT; OLIVEIRA, 2012, p. 164, grifo nosso).

O papel da ABRAÇO-PE, como órgão **gestor da aglutinação** das emissoras comunitárias nos parece convocada para essa linha de gerenciamento que possibilita pensar a comunidade não mais com o foco da periferia urbana ou rural; a ABRAÇO-PE pela sua abrangência, cobrindo todo o Estado pode (se estruturada para tal missão) facilitar a conexão do rural com o urbano a partir da construção de novos territórios de cidadania. Para tanto, Allebrandt, Deckert e Oliveira (2012, p. 164, grifo nosso) referem-se às quatro dimensões dos processos de desenvolvimento:

Esta concepção de desenvolvimento territorial completa quatro dimensões dos processos de desenvolvimento: a dimensão **econômica**, por meio da busca de resultados econômicos articulando recursos, fortalecendo cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas e agricultores; a dimensão **sociocultural**, buscando mais equidade social, com intensa participação cidadã para a construção da identidade territorial respeitando as diversidades culturais; a dimensão **político-institucional**, criando novas institucionalidades para a promoção de políticas que enfatizem o exercício da cidadania e a governabilidade democrática, e a dimensão **ambiental**, enfatizando a gestão sustentável e o uso social responsável da natureza.

O modelo de gestão social, que vem sendo desenvolvido pelo MDA, realiza-se dentro de um ciclo, voltado para o gerenciamento do desenvolvimento territorial conectando e dando amplitude às comunidades; por outro lado, como ciclo, a gestão social é retroalimentada sistematicamente, controlando e avaliando os resultados obtidos no planejamento.

O fundamental, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 166 apud ALLEBRANDT; DECKERT; OLIVEIRA, 2012, p. 166, grifo nosso) “é reter quatro princípios (**participação, descentralização, democracia e transparência**) contidos no desenho proposto e que podem ser operacionalizados de formas e em etapas distintas”.

Pelo que concluímos em relação à gestão incipiente das emissoras comunitárias e o seu intenso e extenso compromisso com as comunidades, acreditamos que um gerenciamento fundado nos pressupostos da gestão social bem como a concepção de territórios de cidadania alavancaria o desenvolvimento da radiofusão comunitária. Pode-se, inclusive, imaginar que a ABRAÇO-PE eleja, por exemplo, como territórios de cidadania os municípios agrupados por região no Estado de Pernambuco.

Esta é uma primeira possibilidade de indicar territórios de cidadania; entretanto, nada impede que possam ser eleitas as mais diversas combinações de territórios, desde que os princípios desse ordenamento gerencial sejam contemplados. Nesse sentido, relembremos, aqui, alguns trechos dos depoimentos de Joeides Pereira:

[...] existe uma **lei posta que precisa ser cumprida, é ruim? É ruim, a lei é péssima, ela é atrasada**, mas o importante é que as coisas caminhem juntas [...], **mas não se pode pegar a associação, jogar na gaveta e colocar a rádio como o ente principal, ou seja, a rádio é uma entidade mantida pela associação, ela não é a entidade principal, a rádio inexistente sem a associação.** [...] **é chegado o momento de vocês começarem a assumir o papel de presidentes, presidentes não só das rádios, mas das associações.** [...] **essa aglutinação, ou seja, não existe entidade de classe forte sem ter uma participação efetiva dos seus associados** [...] **o MST tem um papel importante, porque eles são organizados. Tendo em vista que a comunicação é ouro, eles não querem perder o controle disso** (informação verbal)⁴⁴.

O problema está posto: um dos problemas críticos da gestão na radiofusão comunitária reside na “não participação” da comunidade; e, nesse sentido, a gestão social implica *cidadania deliberativa* e concepção de comunidade como *território de cidadania*. Este novo e amplo olhar pode permitir à comunidade em seus aspectos internos atuar de forma deliberativa nas ações das emissoras comunitárias; por outro lado, como *território de cidadania* estender as suas possibilidades de desenvolvimento local, conectando-se com outras comunidades e, assim, gerando os territórios mais amplos de desenvolvimento.

⁴⁴ Depoimentos de Joeides Pereira concedido ao autor, 2013.

5.6 A GRADE DE PROGRAMAÇÃO: o *espelho* da emissora comunitária

- Espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?
Perguntou a bruxa malvada.
- Existe, sim [...] Branca de Neve! – respondeu o espelho
(BRANCA..., 2013).

Essa antiga história pode nos oferecer um excelente exemplo de avaliação. Nesse sentido, não faz muito tempo que a *grade de programação* era conhecida nas emissoras de rádio como *espelho da programação*. Assim, parece-nos pertinente a conceituação de *espelho* como algo que transparece e reflete, neste caso, o conteúdo da programação dessa ou daquela emissora.

A nossa segunda questão, trabalhada no quarto capítulo, procurou responder, sobre a adequação do conteúdo das grades de programação das emissoras comunitárias. Nesta pesquisa analisamos quinze emissoras localizadas no Estado de Pernambuco; das 15 emissoras, foram selecionadas doze para a análise de conteúdo da grade de programação; para a análise da experiência integrada de rádio educativo, selecionamos quatro das 15 emissoras, sendo que estas estão situadas no Vale do Goitá; as doze emissoras selecionadas para análise de conteúdo da grade de programação, foram distribuídas por região do Estado de Pernambuco e números de emissoras por município respectivamente; **Metropolitana**, seis emissoras: São Lourenço (1), Recife (1), Olinda (2), Jaboatão dos Guararapes (1) e Camaragibe (1) Paulista (1); **Mata Norte**, uma emissora: Glória do Goitá (1); **Mata Sul**, três emissoras: Escada (1) Ribeirão (1) e Sirinhaém (1); **Agreste Meridional**, uma emissora: Capoeiras (1); **Sertão do São Francisco**, uma emissora: Petrolina (1)

O que se observa, na Tabela 2 - as categorias radiofônicas, já referida, no que tange à categoria entretenimento é que as rádios comunitárias comportam-se como as emissoras comerciais, utilizando em sua grade de programação em torno de 60%, para mais, a categoria **entretenimento**; desse percentual o **musical** é gênero mais utilizado por motivos já referidos, geralmente justificado pelos baixo custo de produção; esse fato não significa que as comunitárias apenas repliquem as comerciais; esse problema para as rádios comunitárias apresenta razões para esse tipo de decisão e, no caso dessas emissoras, são muito mais graves do que para as

emissoras comerciais; historicamente esse é o quadro do rádio brasileiro: as dificuldades financeiras encontram no entretenimento uma possibilidade de redução de custos, uma vez que nessa categoria a quase totalidade do conteúdo compõe-se de músicas; e o mercado oferece através das empresas gravadoras essa matéria prima em forma de discos, acrescentando-se que, hoje, qualquer emissora pode baixar, da internet, o universo musical de sua preferência, para uso na sua programação; salvo algumas exceções, por exemplo, emissoras ligadas às redes nacionais, do tipo CBN, que trabalha segmentada, com ênfase na notícia. Só para uma comparação rápida e objetiva, re-analisemos o depoimento de Zaremba (2006, p. 1), já referido: “[...] Grande parte da Grade da Rádio MEC é de planilha musical, músicas direto”.

A conclusão, comparando os dois tipos de emissoras: a comunitária e a pública, neste caso, a Rádio MEC, é clara a constatação; trata-se de problemas estruturais, de orçamento e gestão. Observe-se que a emissora do MEC conta com orçamento público federal para custeio, folha de pagamento de pessoal etc. E as comunitárias? Já nos debruçamos sobre este assunto: o governo regulamentou as rádios comunitárias de uma forma tal que, parece, pretendia a falência desse tipo de radiodifusão. Recordemos a Luz (2011a, p. 11, grifo nosso) já referido no capítulo IV:

A maioria das atuais rádios comunitárias tem uma programação pouco criativa. O **radiojornalismo** é incipiente e a programação musical copia a dacomercial. Esta precariedade decorre , basicamente, de quatro fatores: **1) culturais2)problemas financeiros –A não-sustentabilidade resulta basicamente da legislação em vigor – é obra do Estado. A legislação existe para que as RCs sejam inviáveis; 3) falta de capacitação** – a grande maioria dos que fazem RC desconhece o conceito e o potencial social, político e cultural de uma rádio comunitária. **4) falta de movimento organizado** – se hoje tem rádio comunitária de todo tipo (comercial, evangélica, católica, sem classificação) é porque falta uma mobilização do setor.

Nesse sentido, Barbosa Filho (2003b, p. 21-22, grifo nosso), nas suas preocupações com as perspectivas do rádio atual e em relação à grade de programação das emissoras radiofônicas, expressa que:

Sempre quis conhecer a fundo o que se passa na cabeça do público em relação à programação radiofônica e audiovisual. Em alguns momentos penso que tudo parece uma reprodução bizarra de uma realidade, a qual, este público, a sociedade ali representada, está exposto. Digo, a programação parece. Não há propostas inovadoras, criativas. Ouvimos uma teatralização desnecessária acompanhada de doses homeopáticas de

‘merchandising’, de ‘clips’ e ‘spots’ que privilegiam o escatológico. E, isso, por um longo tempo de exposição. Que público temos hoje, por exemplo, em relação ao que assistiu a ‘época de ouro do rádio’, ou até, mais próximo, as copas de futebol? O que mudou? Será que o **hedonismo** envolvendo as produções audiovisuais e a exacerbação do culto pelo corpo mudaram a relação entre programação eletrônica e público justapondo-se ao tempo em que havia só rádio? Num tempo no qual quem dá cartas é a TV, o rádio tem necessariamente de copiá-la, assim o como TV o fez, em seu início, carregando consigo profissionais, agências de propaganda, e, principalmente programação, baseados no Rádio? O que será que as décadas fazem aos homens, expostos a banalidade diária das programações de rádio e TV? Resiste ainda propriamente, no Brasil, uma linguagem sonora? Uma linguagem que tenha a reciprocidade dos interlocutores como a tem a escrita, o cinema? Que dialogue com sinais próprios e que assim seja compreendida? Todos falam da força da imaginação proporcionada pelo exercício de **ouvir** as mensagens sonoras, de seu imediatismo e instantaneidade quando radiodifundidas, de sua possibilidade de permitir acompanhá-las mantendo outras atividades simultaneamente. Mas, temos utilizado todo este conhecimento para a conquista da inclusão das hordas de miseráveis que conosco convivem?

Quanto aos gêneros, é necessário salientar que alguns deles, considerados importantes para a educação, como, por exemplo, a dramaturgia foi desaparecendo. Vale a pena registrar que na academia, em trabalhos de conclusão de curso, os alunos de radicalismo têm escolhido o radio-teatro como formato para programas, na sua grande maioria, educativos. Por outro lado, as campanhas educacionais do Governo, nos mais diversos ministérios, têm se utilizado do formato radioteatro. Resta voltar às novelas, os casos especiais, embora já saibamos qual é o principal problema para essa investida: recursos financeiros para custear escritores, diretores, elenco, sonoplastas, contra regras, operadores etc. Dessa forma, os programas humorísticos desapareceram também do rádio bem como os de auditório.

Nesse sentido, a grade de programação depende de uma gestão social voltada para territórios de cidadania. Sugerimos que a ABRAÇO-PE capte recursos através de parcerias com o setor público, ONGs e, até mesmo, o mercado. Centralize a produção regionalmente e distribua os programas com maior qualidade de produção e edição final. Torna-se evidente que esses programas sugeridos, estariam voltados para as maiores carências, detectadas na análise que fizemos das categorias; educação, por exemplo, é uma área que está carecendo de apoio para que as emissoras comunitárias exerçam, mais plenamente possível, o seu papel. Nesse sentido, revisitando os dados sobre a grade de programação das 12 emissoras comunitárias analisadas no Gráfico 14 poderemos constatar esses resultados; pode-se ainda verticalizar a observação na Tabela 6, observando os gêneros educativos por emissora.

O ponto crítico da grade programação encontra-se no formato adotado para a realização de categorias e determinados gêneros. Em síntese, o formato pode enaltecer ou destruir uma categoria e o gênero do programa. O uso da espetacularização, por exemplo, como estratégia de popularidade tem provocado de fato, uma invasão de conteúdos alienados e alienantes, ora com base em credos religiosos ou a falsa popularização das programações musicais. Pergunta-se, então, de que comunidade estamos falando? Bauman (2003 p. 19) já nos chamava a atenção para o fato de que

A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá, portanto frágil e vulnerável, precisando sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas [...].

Mais do que provocações, as pontuações de Heller (2008, p. 12, 16, 20, 30), ao longo de vários capítulos, suscitam reflexões saudáveis:

A história é a substância da sociedade. [...] O tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos. [...] A realização é sempre absoluta; a perda, ao contrário, é relativa. [...] É a situação concreta que decide, em todos os casos, se pode considerar um comportamento como preservador de valores. [...] O crítico social tem razões para não submeter suas comparações ao crivo da história universal. [...] A arte sempre soube (e materializou segundo seu modo específico) que é muito extremo o caso em que uma alternativa ou os indivíduos que a escolhem careçam de todo valor; também sempre soube que é impossível encarnar um valor absoluto. Este fato pode ser formulado abreviadamente: em todo bom drama, cada personagem 'está certa de alguma maneira'. [...] A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual ou físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.

5.7 O CONTROLE SOCIAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

De volta ao começo, retomamos as questões do *dever ser* em relação ao *ser* das emissoras comunitárias. Nesse sentido, recordamos Andrade (1976, p. 49): “Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade”.

Como controlar a comunicação? Pelo cumprimento da legislação específica para o setor? Que órgãos, temos no País com essa difícil incumbência? A ANATEL com seu rigor e poder de polícia? O Ministério das Comunicações e sua apatia comunitária? E o *Conselho de Comunicação Social* (CCS), por que não consegue,

nem sequer, *auxiliar* o *Parlamento* brasileiro? E porque o *Parlamento* brasileiro não quer, nem, ser auxiliado pelo CCS? Por que o *Parlamento* brasileiro não quer controlar, como preconiza a legislação, os meios de comunicação?

Nesse sentido, por que as rádios comunitárias não atuam, na sua grande maioria, em sintonia com o *Conselho Comunitário*, previsto na legislação da radiofusão comunitária?

Depois dessas instâncias oficiais, regulamentadas pela Carta Magna de 1988, resta-nos perguntar: por que a *Sociedade Civil* não tem conseguido mudanças no setor, de modo eficaz, através dos movimentos sociais organizados em torno da democratização da comunicação?

Parece-nos que, como já foi referido (*Parlamento*, CCS, *Conselho Comunitário*, *Movimentos Sociais Organizados*) a questão do Controle Social dos meios de comunicação representa um campo extremamente complexo; de um lado, a força econômica e política; do outro um conjunto de órgãos que não consegue agir eficazmente. Portanto as questões dirigem-se para um encadeamento de interesses predominantes: quem controla o *quê*, em nome de *quem*? Torna-se extremamente difícil responder a essa questão, sem incorrer em erros anacrônicos.

Entretanto, procuramos nos debruçar sobre três órgãos críticos: O CCS, O FNDC (entenda-se a CONFECOM) e o *Conselho Comunitário*; os dois primeiros indiretamente ligados à radiofusão comunitária e o terceiro de fundamental importância para servir de referência, de baixo para cima, como se pode controlar um meio de comunicação, neste caso, as emissoras comunitárias.

Enfatizamos com Américo Antunes, na sua palestra *Democratização da Comunicação* por ocasião do XLV *Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, em julho de 1993, (apud CAVALCANTI FILHO 1994, p. 109, grifo nosso):

Não é sem razão, portanto, que o tema das comunicações sempre foi proibido neste país e sequer mereça atenção da mídia, nem em cantos de página. Na Constituinte, a comunicação foi a única área a não enviar relatório aprovado para a Comissão de Sistematização, tornando-o mais polêmico e mais polarizado – nos bastidores, é claro. Em vista do impasse, foi a própria Comissão de Sistematização que elaborou o texto para a comunicação, pressionada por entidades democráticas e populares, lideradas pela Federação Nacional de Jornalistas. É o que temos na Constituição Federal, no Capítulo V, do Título VIII, mas até hoje, cinco anos depois, sem qualquer regulamentação. Esta é outra situação absurda. O Conselho de Comunicação Social, previsto na Carta Magna como órgão auxiliar do Congresso para analisar as concessões, outorgas e renovações

enviadas pelo Executivo – **queríamos-lo como organismo de poder decisória e independente, como em outros países** – até hoje não foi efetivado, apesar da Lei que o regulamentou ter sido sancionada em dezembro de 91. [...].

Lins (2012, p. 4, 26, 31), em diálogo com Antunes (apud CAVALCANTI FILHO, 1994, p. 109, grifo nosso), em detalhado estudo sobre o Conselho de Comunicação Social, revela:

Esses **dezesseis anos de deliberada inoperância** sugerem que o Conselho, apesar de suas atribuições consideradas ‘fracas’ por muitos de seus críticos (BIGLIAZZI, 2007, p. 39-40, 48-50 apud LINS, 2012, p. 4, grifo nosso), oferece dificuldades a vários atores do setor da comunicação social, que estariam fazendo uso de sua influência para retardar ou dificultar a nomeação dos membros do CCS e sua efetiva atuação. **Tal conjectura, porém, é de difícil comprovação. Atividades de pressão e de lobby, especialmente quando conduzidas nos bastidores, dificilmente são reveladas e as evidências a seu respeito costumam ser incertas. Por tal razão, este texto abstém-se de discuti-las.** Porém, um olhar mais cuidadoso sobre as funções do CCS e sua efetiva operação podem lançar alguma luz sobre o tópico.

Lins (2012, p. 26), no detalhamento de seu estudo, observa que no texto constitucional aprovado, o Conselho de Comunicação Social ficou previsto no art. 224 da Constituição de 1988, que determina: “Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei”. O capítulo a que se refere o texto desse artigo é o Capítulo V – Da Comunicação Social, pertencente ao Título VIII – Da Ordem Social, da Carta. Portanto, quaisquer atos do Congresso relativos à matéria tratada no capítulo poderão, pelo comando constitucional, contar com a concorrência do Conselho de Comunicação Social a seu tratamento em caráter auxiliar. Nesse sentido, o estudo enfatiza:

[...] Observe-se, pois, que o comando legal alcançou os vários temas tratados no capítulo da comunicação social da Constituição de 1988. Os instrumentos de atuação do Conselho resumem-se à expedição de estudos, pareceres e recomendações, com previsão de outras ações quando solicitado pelo Congresso Nacional. Trata-se, pois, de **um órgão de caráter consultivo, que atuaria primordialmente por demanda** (LINS, 2012, p. 12, grifo nosso).

Entretanto, vale observar que a história, até o presente momento do CCS, tem se desenvolvido como “a história do que poderia ter sido”. Para tanto, basta

observar nos detalhes do estudo de Lins (2012, p. 11-12, grifo nosso) as constatações:

Merece ser observado que **a concepção inicial do conselho respondia a um modelo de organismo executivo**, responsável pela administração do setor de radiodifusão e pela garantia de pluralidade e de competição na comunicação. Refletia-se, conforme ficou claro nos debates da Subcomissão VIII b, nas agências reguladoras existentes nos EUA, em particular a Federal Communications Commission, e que, anos mais tarde, seria efetivamente adotado na administração do setor de telecomunicações, com a criação da Anatel.

Por outro lado Bolão (2010, p. 96 apud LINS, 2012, p. 12, grifo nosso) registra a respeito desse processo:

No seu interior [da Constituinte], grosso modo, duas grandes frentes – progressistas e conservadores – se defrontavam, inclusive nos debates que levaram à formulação de todo um capítulo dedicado à comunicação, o qual pode ser considerado como a base para um novo modelo de regulação setorial... **A Abert aparece, mais uma vez, como uma força poderosa, vinculada à ala conservadora**, conhecida como “Centrão”. A ala progressista, por sua vez, era influenciada pelas posições da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

A atuação do CCS, desde a sua criação merece uma síntese, uma vez que esse órgão seria a grande possibilidade que a sociedade civil tinha para realizar efetivamente o tão desejado controle social dos meios de comunicação. Entretanto, como refere-se (BIGLIAZZI, 2007, p. 33-35 apud LINS, 2012, p. 12, grifo nosso).

Nesse contexto, na medida em que se desenvolveu o debate constituinte, o formato do conselho **evoluiu para o de um órgão auxiliar** do Congresso Nacional, de funções consultivas, sem atribuições decisórias e com área de atuação ampliada. As atribuições de outorgar e administrar licenças no setor de comunicação social **permaneceram com o Poder Executivo** e a Constituição de 1988 estabeleceu, em seu art. 223, garantias adicionais à renovação de outorgas de radiodifusão, inserindo Legislativo e Judiciário no processo.

Alguns autores e pesquisadores consideram a existência do CCS, com todas as suas limitações, uma concessão feita à ala progressista do Governo. Bolão (2010, p. 96 apud LINS, 2012, p. 12, grifo nosso) observa que:

[...] esse **aparente aumento de poder das demais esferas de governo** em relação ao Executivo federal não deve ser confundido com um verdadeiro avanço democrático, tratando-se antes da manutenção do modelo então existente, com salvaguardas ainda maiores para os concessionários. O Conselho de Comunicação Social, nos moldes de um órgão auxiliar, foi a máxima concessão feita à ala progressista.

Nesse sentido, como veremos nos detalhes apresentados pelo estudo de Lins (2012, p. 15, grifo nosso), a Criação do CCS, em que pese a Lei nº 8.389, de 1991, ter sido sancionada, o Conselho de Comunicação Social **levaria uma década para ser formado e iniciar as suas atividades**. Em seu Relatório de 2002, o Conselho de Comunicação Social (apud LINS, 2002, p. 10, grifo nosso) fez constar um histórico com os episódios ocorridos no transcurso dessa década que antecedeu sua instalação.

Embora contem com o apoio das direções de ambas as Casas legislativas e das entidades patronais e sindicais que apontaram os representantes nomeados, os conselheiros tomaram **posse em clima de protesto** por parte de algumas entidades representativas de movimentos sociais do setor, que não se sentiram representadas, em especial o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC. A Deputada LUIZA ERUNDINA, na qualidade de presidenta da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, também contestou o processo de escolha dos conselheiros (BEZERRA, 2012 apud LINS 2012:21). Tais reações parecem confirmar o diagnóstico de BRITTOS et al. (2006: 8 apud LINS 2012:21) de que o CCS está cada vez mais **mapeado pela visão de mercado**, defendida pelos empresários, que ocuparam até as vagas destinadas à sociedade civil. [...].

Nesse sentido, é recente o pronunciamento público da FRENTECOM, em Brasília, 18 de julho de 2012, assinado pela Deputada Luiza Erundina de Sousa, Coordenadora da FRENTECOM:

A [...] FRENTECOM recebeu, na manhã de hoje, com estranheza e perplexidade a informação de que o Congresso Nacional aprovou na sessão de ontem (17) a nova composição do Conselho de Comunicação Social (CCS), desativado há quase 6 anos por omissão da Presidência do Congresso. [...] **O item sobre o CCS deve ter sido incluído como extra-pauta, sem discussão e à revelia da maioria dos parlamentares**, provavelmente com o conhecimento apenas dos líderes de bancada presentes à referida sessão. **A FRENTECOM reitera o firme compromisso de continuar lutando por um CCS plural e representativo que corresponda aos reais anseios democráticos da sociedade brasileira**, esperando contar com o apoio das senhoras e senhores Parlamentares para reverter esse grave equívoco do Congresso Nacional (FRENTE PARLAMENTAR PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO E O DIREITO À COMUNICAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO POPULAR, 2012, grifo nosso).

Nesse sentido, é importante não obscurecer os problemas reais do CCS. Segundo Lins (2012), na primeira reunião plenária (e única realizada até o momento) de 2012, ocorrida em 3 de setembro, foram tomadas providências administrativas e

discutida uma agenda de trabalho inicial. **Não houve deliberação sobre temas do setor.**

Quais as perspectivas do CCS? Nesse sentido, no detalhamento do seu estudo sobre o CCS, Lins (2012, p. 21, grifo nosso) aponta uma série de perspectivas, com suas respectivas implicações políticas e orçamentárias:

Uma avaliação a respeito do modo como o Conselho de Comunicação Social vem atuando e das limitações institucionais que cerceiam sua ação requer uma reflexão acerca dos objetivos desse tipo de organização e dos instrumentos de que pode vir a ser dotada [...]. O andamento de uma instituição pública depende do atendimento a alguns atributos, entre os quais se destacam: a) **Mandato formal**: a instituição deve existir e operar em decorrência de mandato formalmente delegado pelo Estado e dentro dos limites e condições especificados, executando única e precisamente os atos previstos no instrumento de sua criação e na legislação aplicável; b) **Eficácia**: os instrumentos e o processo decisório devem resultar em atos que satisfaçam aos objetivos para os quais a instituição foi concebida. c) **Desempenho e tempestividade**: a instituição deve produzir resultados dentro de custos e prazos adequados e com qualidade compatível com seus objetivos. d) **Continuidade**: a instituição deve dispor de organização formal, estrutura administrativa e corpo diretivo que assegurem seu funcionamento em caráter contínuo e ininterrupto. e) **Autonomia e independência**: a instituição deve cumprir suas atribuições dispondo dos recursos administrativos e financeiros para tal fim e sem aceitar pressões de pessoas ou entidades estranhas à linha de mando a que está sujeita. f) **Transparência**: a instituição deve oferecer informações públicas a respeito de seus atos, sua administração interna e sua interação com outros agentes sociais, sujeitando-se à fiscalização do público e estimulando e garantindo uma efetiva supervisão da sociedade.

Segundo Lins (2012, p. 27):

aplicando esse marco analítico ao Conselho de Comunicação Social, constata-se que, nos períodos em que operou regularmente, o CCS teve condições de cumprir suas funções com adequado desempenho, dentro dos limites do mandato legislativo e de modo transparente e participativo.

E observa os seguintes aspectos da atuação do CCS:

De fato, nos **cinco anos de operação ininterrupta entre 2002 e 2006**, o CCS reuniu-se com regularidade, tendo realizado 45 reuniões plenárias, debateu publicamente as demandas que lhe foram encaminhadas, utilizou-se dos instrumentos formais de que dispunha para conduzir suas atividades, mantendo as cinco comissões temáticas previstas em seu regimento, recebeu apoio do Senado Federal para conduzir seus trabalhos e construiu uma agenda independente de debates sobre temas relacionados à comunicação social no Brasil (LINS, 2012, p. 27, grifo nosso).

As críticas ao CCS decorrem de suas limitações decisórias bem como da sua própria atuação interna e externa. Nesse sentido, Lins (2012, p. 27, grifo nosso) observa:

No entanto, a **eficácia** do Conselho de Comunicação Social foi **limitada**. Por um lado, não logrou oferecer manifestações ou avaliações que sensibilizassem a sociedade a respeito do estado da comunicação social brasileira, de sua regulação e das relações entre mídia e Estado. Embora tenha conduzido análises relevantes acerca de vários temas, a exemplo da concentração da mídia no Brasil e da revisão da lei da TV por assinatura, a maior parte dos registros produzidos **se limitou às atas e pareceres registrados na imprensa oficial. Não houve um debate público vigoroso que refletisse as preocupações e os achados do Conselho. Por outro lado, o Conselho não se mobilizou na crítica ou na defesa das atividades legislativas concernentes à comunicação social.**

Um dos mais graves problemas do CCS tem sido desde a sua criação a descontinuidade de sua atuação. Aliando a descontinuidade à ineficácia, o problema torna-se mais grave ainda. Lins (2012, p. 28, grifo nosso) observa que “em relação à continuidade de atuação, **os dois episódios em que o Conselho de Comunicação Social ficou inoperante, totalizando 16 anos**”, sugerem que pode haver, em determinadas circunstâncias, interesses conflitantes com sua atuação ou mera falta de oportunidade administrativa para conduzir um processo de escolha e eleição de seus componentes. Nesse sentido, segundo Lins (2012, p. 228, grifo nosso) “**As dificuldades do CCS, portanto, situam-se nas dimensões da eficácia e da continuidade**”. Em relação a cada um dos problemas (eficácia e continuidade) o Consultor da Câmara dos Deputados, desenvolve três possíveis explicações:

Uma primeira explicação avançada por alguns críticos seria a de que o Conselho de Comunicação Social seja desimportante, em decorrência do modo como foi concebido e regulamentado, bem como de **um contexto de fragilidade institucional da regulamentação da mídia no Brasil** (PIERANTI e ZOUAIN, 2006: 10; ROTHBERG, 2006: 162-163; BARROS e ROSSETTO, 2011: 7 apud LINS 2012:28). Ao revisitarmos os debates da Assembleia Nacional Constituinte e acompanharmos a evolução que o dispositivo sofreu ao longo do processo de confecção da Carta, constatamos, de fato, que **houve uma transição de uma proposta de instituição executiva, nos moldes de uma agência reguladora vinculada diretamente ao Poder Legislativo, para um órgão assessor com atividades puramente auxiliares**, alternativa que acabou se impondo na redação final da nossa Constituição (LINS, 2012, p. 33, grifo nosso).

Contraditoriamente aos impedimentos do CCS, o Governo tomou a decisão de convocar um grupo com poderes para deliberar sobre a lei da TV a Cabo. Nesse sentido, ao comentar esse aspecto, Herz (2008 apud LINS, 2012, p. 8, grifo nosso)

“destacou que, na discussão da lei de TV a cabo formou-se, em 1992/93, **um grupo ad hoc com composição semelhante à do CCS** para assessorar a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados - CCTCI, cuja atuação foi efetiva no exame daquela matéria”. Desse modo, conclui:

os diversos setores profissionais, empresariais e da sociedade civil que se fizeram representar na negociação da Lei da TV a Cabo **anteciparam o papel que projetamos para o Conselho**. Isto é, um órgão com uma representação ampla, que cumpre a função de equacionar questões técnicas e políticas complexas e de buscar o estabelecimento de bases de consenso e de propor ao Congresso, consultivamente, soluções paraproblemas da área das comunicações (HERZ 2008 apud LINS, 2012, p. 8, grifo nosso).

Entre os órgãos e entidades voltadas para o movimento pela democratização do setor, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação foi o mais atingido pela frustração de suas propostas em torno do CCS como órgão deliberativo. Nesse sentido, Lins (2012, p. 28, grifo nosso), observa:

Há que se apontar, no entanto, **a frustração de setores da sociedade** com o funcionamento do CCS. AGUIAR et al (2010: 1095 apud , LINS 2012:28, grifo nosso) nos lembram que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC havia elaborado em 2001 o documento ‘Por uma Política Pública de Comunicação Social’, cujas diretrizes foram incorporadas ao programa de governo do PT para 2002, entre as quais havia sido incluída a questão da ‘democratização dos meios de comunicação, com a implementação imediata do Conselho de Comunicação Social’. Essa correlação esperada entre a atuação do Conselho e uma propensão a uma comunicação mais competitiva, plural e vocalizadora dos interesses representados na sociedade organizada certamente se frustrou. Por outro lado, BOLAÑO (2010: 97 apud LINS 2012:29) aponta que, mesmo considerando o fato do CCS ter funcionado efetivamente, com todas as limitações impostas pelo seu caráter consultivo, por um curto período, **‘trata-se, no essencial, de uma vitória dos setores progressistas do Congresso** em relação a certos princípios que embelezam a lei, cuja função é garantir o poder de mercado efetivo ao grande empresariado nacional’.

Para Lins (2012, p. 29, grifo nosso), outra possível explicação para a pouca eficácia do CCS “pode ser a de que **sua composição reflita uma relação de poder que tenda a impor uma postura de bloqueio da regulação vigente para o setor**, resultando em uma resistência do CCS a conduzir uma agenda agressiva” exemplo, o Consultor da Câmara dos Deputados, destaca:

Há que se destacar, de fato, que o **status quo** atual, em que pese as disposições já datadas da Lei nº 4.117, de 1962, e do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a respeito da radiodifusão, e o vácuo legal deixado pela derrubada

da Lei de Imprensa e da regulamentação profissional do jornalista pelo STF, **dão às empresas do setor uma confortável combinação de segurança jurídica e de liberdade de ação, com uma proteção contra iniciativas censórias do governo e contra uma entrada mais agressiva do capital estrangeiro.** Em suma, trata-se de uma situação ótima para o empresariado, em que qualquer nova disposição tenderia a piorar sua posição, seja em termos políticos ou pecuniários. Uma terceira possibilidade para explicar a pouca eficácia do CCS, segundo LINS (2012:29, grifo nosso) seria, enfim, a de que o Conselho tenha escolhido **formas de atuação que restrinjam sua eficácia operativa**, revelando uma inadequação entre seus objetivos e sua organização administrativa e modo de operar. Tais conjecturas são tratadas por HERZ (2008: 2-5 apud LINS (2012:29, grifo nosso), que sugere quatro diretrizes para uma atuação renovada do colegiado: **afirmar-se como instância mediadora dos conflitos de interesse do setor, promover uma gestão política do mercado de comunicação, estimular o debate da estética e da cultura e capacitar a sociedade e os cidadãos no exame dos efeitos da mídia** (LINS, 2012, p. 29, grifo nosso).

O estudo desenvolvido pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (apud LINS 2012, p. 29) propõe caminhos para o CCS, apontando duas iniciativas e alavancar oportunidades de atuação:

Uma destas seria a previsão, nos regimentos internos das duas Casas e no regimento comum, de modalidades de atuação conjunta do CCS com as Comissões e com o Conselho de Altos Estudos. A outra seria a de dotar o CCS das prerrogativas de promover eventos externos ou em parceria e de mediar conflitos envolvendo atores e temas da comunicação social. No entanto, tais indicações são até certo ponto inócuas: o mais importante é que o próprio CCS desenvolva uma ação estratégica e chame a si essas responsabilidades, administrando-as dentro dos limites legais já existentes.

O estudo sugere ainda que “mais eficaz é estender em lei as atribuições do CCS em temas específicos, determinando que o Conselho seja ouvido compulsoriamente em relação a matérias de interesse público” (LINS, 2012, p. 29). E cita como exemplos: 1) a Lei que cria a Empresa Brasil de Comunicação (Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008) o faz em seu art. 17, em relação às deliberações do Conselho Curador da EBC, e 2) a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011), em seu art. 42, em relação à regulamentação do serviço pela ANATEL e ANCINE.

Em relação à falta de continuidade do CCS, SIMIS (2010, p. 64 apud LINS, 2012, p. 30, grifo nosso) aponta algumas hipóteses; “tais como tentativas de retardo promovidas pelo Executivo ou por grupos de interesse. No entanto, **reputa mais provável que a inércia seja decorrente de conflitos internos ao próprio Poder Legislativo**”. Lembra, nesse sentido, que:

[...] uma divergência quanto às entidades que formariam o CCS e o presidente do Congresso, senador José Sarney, provavelmente era pressionado por parte de parlamentares detentores de concessões de rádio e TV [...] Complementando essa explicação, é provável que a 'falta de interesse' do presidente do Senado em conferir atribuições ao Conselho tenha resultado da disputa de poderes com o trabalho desenvolvido pelas Comissões Técnicas do Congresso: Comissão de Educação, no Senado, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados [...] É preciso recordar que ao menos a CCTCI, da Câmara dos Deputados, quando foi presidida pela deputada Irma Passoni no período de 1992 a 1993, criou, nas palavras de Ramos (2000, pp. 153-154, apud LINS (2012:30, grifo nosso), um 'grupo informal de assessoramento', incluindo desde o Fórum até as Organizações Globo, desde a Universidade de Brasília até a ABERT [...] **O 'grupo' exerceu o papel que caberia ao Conselho** e não por acaso esta [ação pode ser considerada o embrião de um complexo processo na busca do consenso que resultou na aprovação da Lei de TV a Cabo'. SIMIS (2010: 65, apud LINS (2012:30, grifo nosso) relembra, ainda, que a instalação do Conselho de Comunicação Social em 2002 resultou de um acordo entre os líderes do Senado, [...] no bojo da negociação da Emenda Constitucional nº 36, que admitiria a entrada de capital estrangeiro nas empresas de imprensa e de radiodifusão. Na sua avaliação, **a entrada do capital estrangeiro na mídia brasileira redobrava a importância do CCS, pois lhe caberia fiscalizar essa participação**. Ainda assim, a autora relembra, houve impasses na formação da chapa a ser apreciada, pois a indicação de um nome ligado à Rede Record desagradou à Globo e ao SBT, e o PT discordou da indicação de três funcionários da Câmara e do Senado para vagas destinadas a representantes da sociedade civil (SIMIS, 2010, p. 64 apud LINS, 2012, p. 30, grifo nosso).

Por fim a análise conduzida por Lins (2012, p. 29, grifo nosso) sugere que as dificuldades para dar continuidade ao funcionamento do Conselho se repetirão a cada vez que:

[...] uma nova composição deva ser negociada. Um mecanismo para garantir a continuidade de atuação do CCS seria, então, sua renovação por terços, ampliando-se o mandato dos conselheiros para três anos, na forma adotada por outras instituições de caráter consultivo e estabelecendo um processo de renovação por etapas, **a exemplo do que foi estatuído para o Conselho Consultivo da Anatel**. Para que isto fosse viável, seria necessário criar uma regra de transição, estendendo por dois anos o mandato de quatro conselheiros e por um ano o de outros quatro, ficando os cinco restantes com um mandato tampão de dois anos, equivalente ao prazo atualmente previsto em lei. Desse modo, na pior hipótese, o CCS ficaria a cada ano com oito representantes, podendo reunir-se e deliberar, ainda que em caráter precário. A própria continuidade de atuação do Conselho seria fator de pressão para que o Legislativo empreendesse uma indicação ou uma recondução para as vagas abertas.

Nossa realidade, conforme já foi referido, revela uma situação preocupante: temos um CCS que não delibera, não atua a contento, não tem seus membros escolhidos de forma democrática e transparente, conforme referido pela Deputada Luiza Erundina, enfim, trata-se de uma **figura coadjuvante de um roteiro**

previamente conhecido: nas deliberações do parlamento brasileiro, impera a força política das grandes corporações de mídia, representadas por parlamentares tanto da Câmara como do Senado.

A questão do controle social da comunicação exige muito esforço, não só reflexivo, mas uma série de atitudes que procurem construir um organismo formado pela sociedade civil e que tenha condições de responder a essa mesma sociedade pelos seus atos em favor da democratização da comunicação. O tema é amplo e, ainda, está em aberto.

5.8 AS PROPOSTAS DA I CONFECOM REVISTAS E PRIORIZADAS

Não bastassem as dificuldades para operacionalizar O CCS, das 671 propostas da I CONFECOM, o Seminário Pós-Confecom, sob o título, *Uma contribuição ao debate sobre propostas e ações prioritárias*, realizado em Brasília, no dia 1 de junho de 2010 (seis meses depois da I CONFECOM), no Plenário Adão Pretto (Câmara dos Deputados) priorizou um pouco mais de **10% do total das propostas originais** da Conferência, elegendo, assim, 78 propostas foram consideradas prioritárias. Selecionamos das 78 propostas, aquelas ligadas, direta ou indiretamente, às rádios comunitárias. É importante ressaltar que esse grupo de propostas – Regulamentação Geral – está colocando a necessidade de criar Conselho de Comunicação nos âmbitos federal, estaduais e municipais; como já foi referido, o país conta com o CCS, a nível federal, que não funciona a contento desde a sua criação; nota-se ainda que em nenhuma parte do texto encontra-se o conceito de **função deliberativa**. Outra questão que chama mais, ainda, a atenção é **a proposta de reativar o CCS**. Reativar o CCS: reativara Carta Magna DE 1988, no seu Título VIII, CAPITULO V, Art. 224? O que queremos com essas propostas que não explicitam suas razões finais? Criar mais do que foi criado, armadilhas da esperança?

A democratização da comunicação social carece de cumprimento das leis criadas para este fim.

5.8.1 Regulamentação geral. Regulamentação – Direitos humanos e diversidade. Órgãos competentes e participação social

Proposta: Criação de Conselhos de Comunicação nos âmbitos federal, estaduais e municipais de caráter paritário com membros eleitos e estrutura de funcionamento para que possa acompanhar a execução das políticas públicas, que garantam o exercício pleno do direito humano à Comunicação. Entre suas atribuições, deve constar a regulação de conteúdo, políticas de concessões, mecanismos de distribuição, dentre outras.

Proposta: Criação de um Conselho Federal de Jornalismo.

Proposta: Reativar imediatamente o funcionamento do **Conselho de Comunicação Social**, paralisado desde 2006, por omissão da Mesa Diretora do Senado. [...] (UMA CONTRIBUIÇÃO..., 2010, grifo nosso).

O segundo grupo de propostas clipadas, nos parecem coerentes e apontam para um dos problemas mais graves da radiofusão comunitária: a capacitação de pessoal; embora nos pareça amplo, apresenta conteúdos importantes; como se trata de uma priorização de propostas, a nosso ver, deveriam ser listadas algumas funções críticas para as RadCom como, por exemplos: a gestão, a produção, a locução e jornalismo comunitário.

5.8.2 Formação. Educação para a mídia. Espaços públicos e comunitários

Proposta: Reivindicar uma formação profissional que, além dos aspectos técnicos, valorize a **formação humanística** e a capacitação também para a atuação nos meios de comunicação públicos, universitários e comunitários.

Proposta: Criar um Fundo Nacional e estimular a criação de um Fundo Estadual de Comunicação que destine cota de recursos para a **formação de comunicadores populares** em favelas e periferias da cidade e em comunidades tradicionais, como quilombolas, caiçaras, ribeirinhas e indígenas, de modo a garantir a autonomia comunicativa desses segmentos sociais.

Proposta: Desenvolver estratégias de **qualificação de comunicadores** - em parceria com universidades, centros de pesquisa, organizações da Sociedade Civil e empresas de comunicação – com o objetivo de capacitar estes profissionais para a veiculação responsável e ética de imagens que respeite a identidade de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiências e que combata a violência de gênero, o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa. [...]

Proposta: Incluir a formação em Educomunicação dos educadores das escolas estaduais e municipais para ministrarem aulas de leitura crítica da mídia dentro do currículo transversal, com vistas a formar para a autonomia para a produção de conteúdo e **gestão de veículos populares**, e que seja estabelecido um plano de diretrizes e metas de seu cumprimento. [...] (UMA CONTRIBUIÇÃO..., 2010, grifo nosso).

5.8.3 Banda larga. Internet. Telecomunicações. TV por assinatura. Rádio e TV. Desenvolvimento industrial, tecnologia nacional e políticas de incentivo. Software livre. Novas tecnologias

A nosso ver, a proposta abaixo é de extrema importância, entretanto cria um descompasso entre a proposta e a sua efetiva realização, criando um tempo de espera para ser efetivada; enquanto isso as RadCom necessitam de recursos financeiros para reposição de equipamentos, operação e manutenção das emissoras. Dessa forma, não foi priorizada a criação de um fundo para atender a essa carência das rádios comunitárias e que torna, ainda mais, inviável o modelo legal posto pelo Governo para esse tipo de emissoras.

Proposta: Desburocratização das concessões de RadCom, por meio de: a) criação de Secretaria Nacional de Rádios e TVs comunitárias com conselho de acompanhamento de autorizações, com a participação da Sociedade Civil; b) abertura de aviso de habilitação nacional permanente, com prioridade para as regiões não atendidas pelo serviço, e respeito aos pedidos históricos; c) criação de uma lista única (disponibilizada na internet) dos processos, pela data de protocolo. Um processo só poderá passar na frente de outro anterior caso o requerente do processo não atenda as exigências de correção e/ou apresentação de documentos dentro dos prazos estabelecidos; d) agilização na tramitação dos processos com a realização de concurso público para contratação de servidores para o setor responsável pelo licenciamento das emissoras comunitárias; e) realização de mutirão para colocar em dia os processos que estão em tramitação no Ministério; f) resgate dos processos de solicitação de outorga arquivados pelo Minicom; g) **garantia de suporte técnico para as comunidades que queiram instalar rádios comunitárias**; h) fim do poder discricionário da ANATEL. As RadCom que solicitaram outorga há mais de 6 meses e não tiveram seu processo indeferido sem possibilidade de recurso na esfera administrativa não poderão ser multadas ou fechadas pela ANATEL pelo fato de não terem outorga. Essas emissoras só poderão ser autuadas ou fechadas se cometerem outras infrações tipificadas na lei e que atinjam igualmente as rádios com outorga; j) possibilidade de adequação às exigências técnicas e legais. Nenhum processo de solicitação de outorga poderá ser indeferido sem que sejam oferecidas, ao solicitante, amplas possibilidades para adequação às exigências locais e aos requisitos técnicos. Em todos os casos deve ser garantido o direito de recorrer administrativamente da decisão das instâncias superiores. [...]

CONSENSO - **Proposta:** Incentivar a indústria do cinema com financiamento para produção de cinema comunitário.

CONSENSO - **Proposta:** Ampliação dos critérios para destinação de verbas de publicidade governamental nos níveis federal, estadual e municipal, de maneira a democratizar a aplicação do dinheiro público no setor, **inclusive da comunicação livre, alternativa e comunitária**, visando à segmentação, à pluralidade e à regionalização, gerando um marco regulatório oficial e legal.

Proposta: Criar a Secretaria Nacional de Mídia Comunitária na estrutura do Ministério das Comunicações, com o objetivo de promover a política nacional de rádios e TVs comunitárias e outros projetos de mídia alternativa, envolvendo a sociedade e suas instituições no debate e nas ações.

CONSENSO - **Proposta:** Financiamento público para a **migração das rádios comunitárias para o sistema digital** e criação de um sistema brasileiro de rádio digital.

CONSENSO - **Proposta:** Aplicação imediata da legislação - artigo 20, Lei 9612/98 - que **garante verbas para a capacitação das emissoras do Serviço Nacional de Radiodifusão Comunitária.**

PLENÁRIA - **Proposta:** Que a legislação de rádios comunitárias leve em consideração que nas áreas e localidades isoladas – em função das características da comunidade, das condições técnicas do local e de outras especificidades da região tais como a topografia, a densidade populacional, dentre outras - poder-se-á **designar aumento de potência** das emissoras autorizadas.

Proposta: A não obrigatoriedade da **exigência de DRT** para os trabalhadores de rádios comunitárias.

Proposta: Fim das cobranças de direitos autorais de TVs e Rádios comunitárias. [...] (UMA CONTRIBUIÇÃO..., 2010, grifo nosso).

Nas propostas acima, é importante ressaltar que ao invés de propor a não obrigatoriedade de DRT, deveria ser proposto um sistema de reconhecimento de tempo de serviço nas diversas funções da radiofonia comunitária e torna-las profissionais e legalizadas; já passou da hora de contemplar o profissional de radiofusão comunitária. Por que não? Parece-nos, que em Pernambuco este é o anseio dos que fazem a ABRAÇO-PE, ou seja, profissionalizar os radiofusores comunitários em todos os níveis: dos gestores aos técnicos, passando por produtores, locutores etc.

Sobre a CONFECOM, Peruzzo (2010, p. 15) conclui que, “apesar das dificuldades e limites que as rádios comunitárias sempre estiveram sujeitas na história da Comunicações brasileiras, elas representam o inconformismo com o sistema e controle dos meios de comunicação no país. Ousam desafiar o poder público e, ao mesmo tempo, declarar suas pretensões de legalidade.” Sobre o papel das rádios comunitárias, acrescenta: “Sabem que são importantes no contexto de localidades porque podem colaborar no desenvolvimento social e da cidadania” (PERUZZO, 2010, p. 15).

Profunda conhecedora desse setor, e citação bibliográfica indispensável, Peruzzo (2010) tem desenvolvido várias pesquisas, publicado livros e artigos sobre radiofusão comunitária. A autora participou da I CONFECOM e sobre a conferência afirma:

[...] Em meio a distorções, ela (a CONFECOM) também construiu avanços. Provocou o debate, colocou à mesa de negociação segmentos antagônicos, revelou aos setores conservadores que há uma força civil articulada e experiente em praticar o exercício coletivo do poder. Enfim, a CONFECOM

foi um passo adiante na luta para democratizar a Comunicação (PERUZZO, 2010, p. 15).

E, adverte Peruzzo (2010, p. 5, grifo nosso), finalizando o artigo: “O processo não se encerra na realização da mesma (CONFECOM), pois, **a efetivação de suas propostas vai depender de ações do Poder Executivo**, da promulgação de leis pelo Congresso Nacional. Portanto, o embate seguirá difícil”.

Parece-nos que a experiente e ativa pesquisadora na área da radiofusão comunitária, previa esse descompasso entre a pauta de propostas e a positivação das mesmas pelo Parlamento brasileiro. Como já foi referido, das 671 propostas, seis meses depois, foram priorizadas cerca de 10 por cento das mesmas, caindo para 78 propostas, das quais selecionamos aquelas ligadas à radiofusão comunitária, direta ou indiretamente. Entretanto, mesmo reduzidas, as 78 propostas prioritárias esperam por decisões do Parlamento brasileiro e lá se vão quatro anos sem nada acontecer de concreto.

5.9 O FUTURO DO RADIO: entre tensões e incertezas

Em relação ao futuro do rádio, Meditschi (2001, p. 1-5) afirma:

O Velho fantasma da extinção do rádio ronda mais uma vez os nossos estúdios trazendo angústias e incertezas a seus profissionais e gerando confusão aos estudiosos do meio agora, a ameaça se chama internet. [...] Minha aposta é que o rádio assim definido – um meio de comunicação que transmite informação sonora, invisível em tempo real – vai continuar existindo, na era da internet e até depois dela, e vai ser aperfeiçoado pelas novas tecnologias que estão por aí e ainda por vir, sem deixar de ser o que é. [...] Cada vez mais, as pessoas vão precisar ser informadas em tempo real a respeito do que está acontecendo, no lugar em que se encontram, sem paralisar as demais atividades ou monopolizar a sua atenção para receber esta informação.

A questão do interesse do *coronelismo eletrônico*, estabelecido nas grandes corporações de mídia, traduzidos para *neocoronelismo eletrônico de novo tipo*, instalando-se rapidamente no setor da radiofusão educativa e comunitária tem suas explicações. No caso das rádios comunitárias, pode-se perceber, pelo Gráfico 1 – o crescimento das rádios comunitárias em relação aos demais veículos -, o alcance desse tipo de radiofonia e os resultados políticos que se pode obter, dominando o setor como proprietário direto e/ou indireto das emissoras.

Nesse sentido, políticos, principalmente, seguidos de grupos religiosos, têm invadido a reserva do espaço radiofônico comunitário, como já foi referido pelo estudo “O neo-coronelismo eletrônico de novo tipo” desenvolvido por Lima e Lopes (2007). O que desperta esse interesse, além da significativa simetria dessas emissoras com a sua escuta? O potencial verificado no Gráfico 1, responde a essa pergunta e pode ser, ainda, mais relevante, no caso das emissoras comunitárias poderem transmitir em cadeia, o que, ainda, é proibido pela Lei 9.612 (1998).

5.10 FLEXIBILIZAÇÃO E NOVAS INCLUSÕES NO PROCESSO DE OUTORGAS

Peruzzo (2005, p. 3, grifo nosso) ao analisar as finalidades das rádios comunitárias, afirma que:

[...] são claras e a lei federal brasileira número 9.612/98, apesar de todos os seus limites, prevê mecanismos que estimulam o cumprimento dessas finalidades, por exemplo, quando exige a formação de um **Conselho Comunitário**, a propriedade em nome de associação, programação de interesse social e a pluralidade de acesso ao cidadão. No entanto, quando indivíduos e instituições no Brasil - por interesses políticos-eleitorais, financeiros, religiosos ou de outro tipo - se apropriam do espectro de radiodifusão comunitária com outras finalidades estão gerando uma distorção no seu uso.

Em relação às conquistas da radiodifusão comunitária Peruzzo (2005, p. 3), considera uma “conquista do acesso aos meios de comunicação por parte dos movimentos populares e comunidades, que demorou a ser legalizado no Brasil, e constitui-se em umas das poucas formas viáveis de canais de comunicação ao alcance das comunidades”. Nesse sentido, é importante ressaltar a proposição de Peruzzo (2005), com a qual concordamos, e que revela, além de uma flexibilização, uma abertura para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária.

Por outro lado, os indivíduos e instituições têm o direito de usufruírem das ondas do rádio de baixa potência, seja com finalidades comerciais, políticas e/ou evangelizadoras, mas não no espectro da radiodifusão comunitária. Por que não criar uma legislação específica de rádio local que permita estes outros tipos de emissoras? Entende-se que uma lei específica que contemplasse estes tipos de segmentos atenderia uma demanda legítima por rádio de baixa potência por parte **de micro-empresários**, universidades e irmandades religiosas e evitaria o uso distorcido da radiodifusão comunitária. Seria uma maneira de **democratizar ainda mais os meios de comunicação no País** (PERUZZO, 2005, p. 3, grifo nosso).

Nesse mesmo texto, Peruzzo (2005, p. 9, grifo nosso), sugere para debate, entre outras, a seguinte questão: **“seria possível criar uma legislação específica de rádio local (ou seja, de baixa potência) que permita a operação por parte de micro empresas, igrejas e universidades”**.

Tratando-se de uma pesquisadora com uma vasta e profunda produção na área da comunicação comunitária, Peruzzo (2005) demonstra uma visão de futuro bastante clara e que permite dar passos significativos no sentido de romper com *ostatus quo* no qual estão **mantidas, por interesses escusos**, as emissoras comunitárias.

O problema não é “mais embaixo”, parece-nos; o problema é, de fato, mais, “muito mais acima”, como já nos referimos em capítulo anterior deste estudo. Enquanto se fala nas grandes corporações de mídia, pensando nas tradicionais redes de rádio, televisão e mídia impressa, passa despercebida, de uma certa forma, a presença de multinacionais que estão transformando, na velocidade da modernidade líquida, essas grandes corporações nacionais em **satélites de grupos multinacionais**. Nesse sentido, o tema não é novo, já vem sendo abordado pelos estudiosos da globalização; aqui, em Pernambuco, em 1998 durante a realização da XIV SBPC, nas afirmações de Almeida (apud CAVALCANTI FILHO, 1994, p. 41):

Os meios de comunicação são hoje, no Brasil, o resultado da ausência de qualquer política séria para garantir o pluralismo. [...] Tudo produzindo um cenário grave, considerando-se que a ‘concentração de propriedades de emissoras de rádio e TV têm sérios efeitos sobre a democracia’, sobretudo porque, quando um serviço de radiodifusão é parte de um conglomerado de informação de importância vital para o público, poderia ser manipulado pelos interesses do conglomerado.

Essa situação mudou, para pior. Em 2005, vale a pena recordar Costa (2005), já referido nesta pesquisa. Nesse sentido, o campo de forças indica que a permanência das rádios comunitárias, como agentes de participação direta na construção da comunicação democrática, estará sempre ameaçada e/ou em confronto com o poder dominante e pela forma de produção voltada para o mercado utilizada pelas empresas componentes das **grandes corporações de mídia internacional das quais as empresas da grande mídia brasileira são satélites**. Segundo o Instituto DNA/Brasil (apud COSTA, 2005), a concentração da mídia no Brasil, deslocou-se do local para o nacional e, na atualidade, o deslocamento ampliou-se para a escala internacional; entretanto a concentração da mídia replica o

modelo que vai do local ao internacional. Portanto, já referimos, recorrentemente, que a questão da concentração de mídia é muito mais ampla do que o nível que tem tomado conta dos debates, no Brasil, em torno da democratização da comunicação.

Além da flexibilização, entendida como novas formas de operar o setor da radiofusão comunitária, acreditamos que se torna necessário, neste momento crítico para a democratização da comunicação, que se atente para a recorrência a multiplicidade de controles, inclusive aquele que se volta para controlar o cumprimento da lei que regulamentou as rádios comunitárias. Diante desses marcos regulatórios, percebe-se a preocupação com uma comunicação fundada nas categorias: informação, cultura, educação, entretenimentos, entre outras, voltadas para a elevação do ser humano, no exercício da cidadania. Entretanto, é importante ressaltar o cuidado no processo de avaliação desses pressupostos, aqui tomados como *dever ser* em relação à complexa prática (*o ser*) da radiofusão brasileira e, principalmente da comunitária. Preocupa-nos a sequência de propostas associadas, contidas **(sic)** no Caderno de Propostas Aprovadas da I CONFECOM – GT 8 – Eixo Temático: Meios de Distribuição (BRASIL. Ministério das Comunicações, 2009). São as seguintes, as propostas às quais nos referimos: 1) Participação efetiva do Ministério Público e defensoria pública, em âmbito estadual e federal com a respectiva especialização de promotorias, procuradorias e defensorias, com o intuito de proteger os direitos dos usuários e usuárias dos serviços de comunicação. 2) Aperfeiçoar e fortalecer o sistema de fiscalização e fortalecer a estrutura administrativa responsável pela sua implementação, acelerando o processo de instalação das delegacias regionais do Ministério das Comunicações. **(sic) 3) Controlar o cumprimento das regras pertinentes à radiofusão comunitária, exigindo de quem tem outorga, a observância desse compromisso.**

O que se quer dizer, de fato com, a proposta: Controlar o cumprimento das regras pertinentes à radiofusão comunitária, exigindo de quem tem outorga, a observância desse compromisso? Quais regras devem ser cumpridas? Qual compromisso? Quem controla? A ANATEL? (Já o faz, com duro e injusto rigor) O Minicom? (Já o faz de forma absolutamente desinteressada, injusta e sem articulação com o Ministério da Cultura, inclusive, com a ANATEL).

O nível de controle, acima referido, segue um excelente propósito quando pede o envolvimento do Ministério Público na defesa dos usuários dos serviços de

comunicação e, em segundo lugar, a benéfica implantação das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações nos Estados

Ficam pendentes as interrogações: quem controlará o cumprimento das regras pertinentes à radiofusão comunitárias? Quais são as regras pertinentes à radiofusão comunitária? Parece-nos uma contradição, no momento em que se pede a reformulação dessa lei; que se pede um novo marco regulatório, e se propõe um controle, baseado na velha lei e no velho marco regulatório. Nesse sentido, propomos enfatizar e priorizar as propostas em torno da flexibilização quanto aos patrocínios, veiculados na grade de programação; antes disso, que o Governo destine verbas para a manutenção do custeio dessas emissoras e que destine parte de suas verbas para publicidade para o segmento comunitário; aumento de potência do transmissor e raio de cobertura; capacitação de pessoas nas mais diversas funções radiofônicas, inclusive considerar o tempo de atuação na radiofusão comunitária como condição para obter o registro de radialista profissional; possibilidade de transmitir em rede, visto que a radiofusão comunitária represente, hoje, número maior de veículo em relação a todos os demais; e a flexibilização quanto o aumento de espectro, permitindo a inclusão de micro empresas e empresários na faixa da baixa frequência.

O jornalista Washington Novais, na XLV SBPC (1994 apud CAVALCANTI FILHO, 1994, p. 90) finalizou a sua conferência com as seguintes afirmações:

Talvez, no futuro, a sociedade chegue a um estágio em que exija não ter mais representantes na comunicação - porque é isso que nós, jornalistas, teríamos de ser: representantes da sociedade, seus olhos, seus ouvidos, e, eventualmente, sua voz (e por isso mesmo deveríamos ser menos arrogantes, menos oniscientes, menos presunçosos, saber que exercemos a profissão por delegação, não por direito próprio). Talvez chegue o dia em que a sociedade exija escolher, ela mesma – talvez por voto direto -, os seus representantes na comunicação.

Pretendíamos encerrar aqui, deixando no ar as esperanças do jornalista Washington Novais, entretanto nos recordamos das nossas questões iniciais sobre a radiofusão comunitária e, entre elas: seria, então, como já preconizam segmentos dos movimentos de radiodifusão comunitária, de manter, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST a ocupação dos espaços, pressionando por uma reforma do monopólio do tipo “latifúndio do ar” que provocasse uma distribuição

das concessões de forma democrática e com a participação dos segmentos das populações subalternas das periferias urbanas e rurais do país?

Nosso estudo se voltou para duas questões, implícitas e resultantes desses questionamentos: primeiro, como se comporta a gestão das emissoras com unitárias e qual o modelo gerencial adotado e suas consequências nas ações da rádio, principalmente, na sua grade de programação? Em segundo, com total interdependência da primeira questão, qual o conteúdo da grade de programação das emissoras comunitárias: suas categorias, gêneros e formatos radiofônicos? Nesse sentido, esperamos ter contribuído para o avanço do entendimento das rádios comunitárias “como elas são” para que possamos apoiá-las nas suas carências mais prementes, inclusive, a proposição da grande transformação desse setor, como espera a sociedade na sua luta pela democratização da comunicação.

Esperamos que o nosso objeto de estudo permaneça aceso, estimulando questões e debates, pois não tivemos a intenção, como colocou o jornalista Washington Novaes, nem arrogante, em onisciente, nem presunçosa, mas sabendo que realizaríamos esse estudo por delegação, não por direito próprio. Julgamos, ainda, ser necessário chamar a atenção para as armadilhas da esperança da qual tem vivido a democratização da comunicação e, no caso das rádios comunitárias, criar, ao invés de armadilhas, experiências transformadoras.

Julgamos importante, ao ler, re-escutar, mesmo em parte, o texto da última edição do Repórter Esso, pelo rádio, em 31 de dezembro de 1968, pela Rádio Globo AM do Rio de Janeiro, na voz do locutor Roberto Figueiredo. A história do rádio é revelada por ele próprio, na mesma medida que o rádio revela a história do homem. Um exemplo desta afirmação foi a última edição do Repórter Esso (Museu Virtual do Rádio, 1968) pelo rádio.

LOCUTOR - Rádio Globo, Rio de Janeiro. Uma emissora de O Globo, o maio jornal do Brasil. São 20 horas e 25 minutos. Alô, alô, Repórter Esso, Alô ! Senhores ouvintes, boa noite, aqui fala o Repórter Esso, um **serviço público** da Esso Brasileira de Petróleo e seus revendedores com as ultimas notícias da UPI e dessa emissora. (PAUSA) Presidente Costa e Silva fala sobre o ato institucional e dirige mensagem ao povo brasileiro. [...] O Repórter Esso recorda as grandes notícias dos seus 27 anos de vida. O último dia de 1968 assinala também o término das transmissões do Repórter Esso no rádio. Fiel ao nosso *slogan* de '**testemunhaocular** da história', procuramos sempre, levar aos lares brasileiros, uma resenha dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo, sempre dentro do espírito de isenção e objetividade que tem norteado a atuação do nosso noticiário. Assim, queremos, em nome do patrocinador deste programa, a Esso Brasileira de Petróleo, agradecer à atenção e o prestígio com que sempre o

acompanhou e desejar a todos um feliz 1969, repleto de alegrias e realizações. [...] E atenção! Durante 27 anos, o Repórter Esso, **a testemunha ocular** da história, esteve presente aos mais importantes acontecimentos ocorridos no Brasil e do mundo. **Entrando no ar, pela primeira vez, em agosto de 1941**, durante os seus primeiros quatro anos de vida, o Repórter Esso foi sempre o primeiro a dar as últimas da Segunda Grande Guerra Mundial. Assim, nesta sua **última edição radiofônica** pode o seu Repórter Esso recordar as mais sensacionais informações transmitidas para todo o Brasil e em toda a sua vida. Autêntico recorde de manutenção no ar de um programa noticioso. **1941** - Os japoneses atacam a base norte-americana de Pearl Harbor; **1944** - Os aliados abrem a segunda frente e desembarcam nas praias da Normandia; **1945** - O Repórter Esso começa a transmitir notícias brasileiras e anuncia a deposição de Getúlio Vargas; **1946** - O Brasil entra em nova fase política com a promulgação da Constituição de 18 de setembro; **1948** - O Partido Comunista no Brasil é colocado fora da lei. O Brasil rompe relações com a União Soviética; **1949** - O Seu Repórter Esso vai aos Estados Unidos e transmite edições especiais de Nova York e Washington com a visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra; **1950** - Os comunistas atravessam o paralelo 38. Começa a Guerra da Coreia; **1951** - Eleito pelo voto direto, Getúlio Vargas volta ao Governo; **1953** - O Armistício de Panmunjong; **1954** - Suicídio de Getúlio Vargas; **1955** - Descoberta a vacina antipólio; deposição de Carlos Luz e Café Filho; **1956** - União Soviética esmaga, pela força, a rebelião anticomunista na Hungria; **1957** - Explode a primeira bomba de hidrogênio; **1958** - Os russos lançam no espaço o primeiro Sputnik; **1959** - Fidel Castro vence a Revolução Cubana; **1960** - O seu Repórter Esso vai a Brasília para transmitir os detalhes da inauguração nova Capital do Brasil; **1961** - Renúncia Jânio Quadros; **1962** - O Presidente Kennedy determina o bloqueio aéreo-naval de Cuba; **1963** - Assassinado em Dallas o presidente John Fitzgerald Kennedy; **1964** - Revolução Brasileira nas ruas. Deposto o Sr. João Goulart; **1965** - Os americanos promovem o primeiro encontro no espaço sideral; **1966** - Mao Tsé-tung lança sua revolução cultural na China vermelha; **1967** - O Papa Paulo Sexto divulga sua Encíclica Populorum Progreso; **1968** - Estados Unidos em foco: assassinados Luther King e Robert Kennedy. Os americanos fazem a primeira viagem em torno da lua; **1969** - O Repórter Esso, **um serviço público** [...] encerra aqui sua apresentação pelo rádio (ARQUIVOS..., 2013, grifo nosso).

Portanto, como nos bons tempos do rádio: ***Foi para o éter [...].***

REFERÊNCIAS

ABRAÇO NACIONAL. “**Ousar, resistir, transmitir sempre**”: slogan do Congresso Brasileiro de Radiofusão Comunitária. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://fndc.org.br/noticias/abraco-divulga-nota-publica-381296/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

AGÊNCIA ABRAÇO. **Plano Nacional de Outorgas–PNO 2012–2013**. Disponível em: <<http://www.agenciaabraco.org.br/plano-nacional-de-outorgas-pno-2012-2013>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALLEBRANDT, Sergio Luiz. Conselhos distritais e gestão do desenvolvimento local: relações de poder e participação na gestão pública. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., Santa Cruz do Sul, 2006. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. 1 CD-ROM.

ALLEBRANDT Sergio Luiz; DECKERT, Cristiele Tomn; OLIVEIRA, José Roberto. Gestão social no contexto de políticas públicas federais: leituras da experiência no território de cidadania Noroeste colonial. In: CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA Jr., Jeová Torres. **Gestão social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUI, 2012. p. 160-189.

ALVES, Rubem. **O retorno e terno**: crônicas. Campinas: Papyrus, 1992.

AMARAL, Márcia. **Jornalismo popular**. Rio de Janeiro: Contexto, 2006.

ANDRADE, Mário de. **O empalhador de passarinho**. Brasília, DF: INL, 1972.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976.

APOLLO 13: do desastre ao triunfo. Direção: Hon Howard. Produção: Brian Grazer. USA: Universal pictures do Brasil, 1993. 1 videocassete (140 min), VHS, son., color.

APREENSÃO dos jornais é censurada pela ABI. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

ARQUIVOS correlatos ao rádio: os dourados anos 50. Disponível em: <<http://outrasbossas.wix.com/museudoradio#!1950-1959/c1azo>>. Acesso em 23 maio 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIODIFUSÃO DE COMUNITÁRIA DE PERNAMBUCO. **Grade de programação das emissoras**. Disponível em: <<http://abracope.zip.net/>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS. **Estatuto**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.abraconacional.org/diretoria/estatuto-2/>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS. **O que é a Amarc?** Disponível em: <<http://amarcbrasil.org/o-que-e-a-amarc/>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

ATLAN, Henri. **Entre o cristal e a fumaça**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. Interaciones. **Revista Inernacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63076, set. 2000.

BALIEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras**: 1891. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

BALIEIRO, Aliomar; SOBRINHO Barbosa Lima. **Constituições brasileiras**: 1937. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

BARBANO, F. **Condizioni e forme della partipazione**. Tempi Moderni, [S. l.], n. 10, 1962.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. Pensando alto as perspectivas do rádio atual. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 21-26, Mayo/Ago. 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, Chalini; ROSSETTO, Graça. Direito à comunicação como valor da democracia: teoria e debate histórico. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., Salvador, 2011. **Anais...** Salvador: UFBa, 2011.

Disponível em:

<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307567057_ARQUIV_O_Artigo-BarrosRossetto_2011_DireitoacomunicacaocomovalordaDemocracia_paraConlab_.pdf>. Acesso em: 23 set. 2013.

BARROS, Laan Mendes. **Para que pesquisar? Comunicação**: uma ciência social aplicada. São Paulo: Loyola, 2003.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis de; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na comunicação**: informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BERELSON, B. **The analysis of communications research**. New York: Universidade de Chicago, 1948.

BERELSON, B. **The analysis of communications nallysis**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

BERELSON, B.; LAZARSELD, P. F. **The analysis of communications content**. New York: Universidade de Chicago, 1948.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. [**Entrevista concedida no Seminário Ética, Democracia e Direitos Humanos**: crítica histórica e transformação social]. Entrevistadores: Thiago Zaidan e José Mário. Recife: UFPE, 2008. 1 cassete sonoro.

BEZERRA, Kátia Soares. **Radiojornalismo**: uma análise comparativa da produção jornalística das rádios Favela FM e CBN Belo Horizonte. 2005. 45 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2005.

BIANCHI, Graziela. Sonoridade: elemento integrante da linguagem e cultura radiofônica. **Ciberlegenda**, [S. l.], v. 2, n. 24, p. 113-123, 2011.

BIGLIAZZI, Renato. **A constituição domada**: democracia e o Conselho de Comunicação Social. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Direito e poder**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2008.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOLAÑO, Cesar. O modelo brasileiro de regulação do audiovisual em perspectiva histórica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 94-103, 2010.

BORELLI, Silvia Helena Simões (Org.). **Gêneros ficcionais**: produção e cotidiana

cultura popular de massa. São Paulo: INTERCOM, 1994.

BOURDIER, Pierre. **Choses dites**. Paris: Inuit, 1987.

_____. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BRANCA de Neve e os sete anões. Disponível em:
<<http://www.contandohistoria.com/brancadeneve.htm>>. Acesso em: 11 maio 2013.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em:
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s>. Acesso em: 28 jul. 2013.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mar. 1824. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 fev. 1891. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 set. 1946. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>.

Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 out. 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm>.

Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Decreto nº 2.615, de 3 junho de 1998. Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 jun. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2615.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Decreto nº 16.657, de 5 de novembro de 1924. Aprova o regulamento dos serviços de radiotelegraphia e radiotelephonia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 nov. 1924.

BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jun. 1931.

BRASIL. Decreto nº 21.111, de 1 março de 1932. Aprova o regulamento para execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 mar. 1932.

BRASIL. Decreto nº 24.655, de 11 julho de 1934. Dispõe sobre a concessão e a execução dos serviços de radiodifusão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 1934.

BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm>. Acesso em: 18 maio 2003.

BRASIL. Emenda constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 junho 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>.

Acesso em: 18 maio 2003.

BRASIL. Emenda constitucional nº 36, de 28 maio de 2002. Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no

capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nas condições que especifica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 maio 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc36.htm>. Acesso em: 18 maio 2003.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 fev. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2003.

BRASIL. Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8389.htm>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2003/11/07112003/35892.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10610.htm>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 set. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm>. Acesso em: 13 set. 2013.

BRASIL. Medida provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 set. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm>. Acesso em: 13 set. 2013.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **I Conferência Nacional de Comunicação**: caderno de propostas aprovadas. Brasília, DF, 2009.

_____. **Como instalar uma rádio comunitária**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Plano Nacional de Outorgas**: PNO 2012-2013. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/planos-nacionais-de-outorga/316-temas/radiodifusao/planos-nacionais-de-outorga/23936-pno-2012-2013-radiodifusao-comunitaria>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Brasília, DF: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2005. (Documento Institucional, nº 3).

_____. **Territórios da cidadania**: integração de políticas públicas para reduzir as desigualdades. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL, Sales. **A literatura de Monteiro Lobato**: ou o comunismo para crianças. São Paulo: Edições Paulinas, 1959.

BRASIL. Senado. Conselho de Comunicação Social. **Regimento Interno**. Brasília, DF, 2004.

BRECHT, Bertold. **Teatro dialético**: ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. Teoria do rádio: 1927-1932. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1, p. 327-336.

BRITTO, Valério C.; NAZÁRIO, Paola Madeira; SIMÕES, Denis Gerson. Conselho de Comunicação Social: possibilidades e limites. **UNIrevista**, São Leopoldo, v. 1, n.

3, p. 1-12, 2006.

CALABRE, Lia. Políticas públicas e culturais de 1924 a 1945: rádio em destaque. 2003. **Estudos Históricos**, [S. l.], n. 31, p. 1-21, 2003. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_PolíticasPublicasCulturais_de_1924a1945.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

CAMPOS, Geir. Profissão de poeta. In: _____. **Antologia poética**. Organizado por Israel Pedrosa. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2003. p. 127.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

CARTA aberta à sociedade. In: SEMINÁRIO O DIREITO À COMUNICAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS, 2005, Recife. **Anais...** Recife: FOPECOM, 2005. Não paginado.

CARVALHO, J. Murilo de. Coronelismo. In: ABREU, A. A. de et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio, Vargas, 2001. v. 2, p. 1598-1600.

CASSAÇÃO de mandatos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Constituições brasileiras 1967**. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo (Org.). **Informação e poder: ampla liberdade de informar X responsabilidade no exercício dessa liberdade**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008. (Artes de Fazer, 1).

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Morar, Cozinhar, 2).

CHARLES, Chaplin. **O grande ditador**. Direção, produção e roteiro de Charles Chaplin. Elenco: Charles Chaplin, Jack Oakie, Maurice Moscovich, Paulette Goddard, Reginald Gardiner. Fotografia: Karl Struss, Roland Totheroh. Estados Unidos: Warner Home Vídeo, 1940. 1 DVD (126 min), widescreen, color.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COGO, Denise Mara. **No ar uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998. CONFERÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO DE PERNAMBUCO, 1., 2009, Recife. **Comunicação: meios para a construção de direitos de cidadania na era digital**. Recife, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 1., 2009, Brasília, DF.
[Documento base da CONFECOM]. Brasília, DF, 2009.

CONGRESSO em recesso. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

CONTRA a auto-censura e nota de Sodré. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

COSTA, Caio Túlio. As assimetrias da informação e a crise na comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005. 1 CD-ROM.

UMA CONTRIBUIÇÃO ao debate sobre propostas e ações prioritárias. In: SEMINÁRIO PÓS COFECOM, 2010, Brasília, DF. Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2010/08/as-78-bandeiras-prioritarias-da.html>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

_____. **Ética, jornalismo, e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (África). **“Deliberação genérica/Abril 2013”**. Disponível em: <<http://cnscangola.blogspot.com.br/2013/05/deliberacao-genericaabril-2013.html>>. Acesso em: 3 set. 2013.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros locais de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

COSTA PORTO, Walter. **Constituições brasileiras: 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COUTO, Marcelo Augusto. Público e privado em Hannah Arendt. **Revista Jus Vigilantibus**, Espírito Santo, p. 1-12, 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1821>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1998.

AS DETENÇÕES. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **O que é comunicação**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento**: o problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola, 1999.

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 41-54.

DUARTE, Marisa R. T. O conceito de controle social vinculado à educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-2087--Int.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

DUARTE JUNIOR, Ricardo César Ferreira. Correios: serviço público atividade econômica? **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-out-06/servico-postal-servico-publico-ou-atividade-economica>>. Acesso em: 20 maio 2013.

“ESTADO” é apreendido. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

ESTEVES, André Lúcio; GARCIA, Débora. **Anuário de programação 2009**: canal futura. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

FERNANDES, Millôr; RANGEL, Paulo. **Liberdade, liberdade**. [S.l.: s. n.] 2000.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40)**: dos pioneiros às emissoras comerciais. Cano: Ed. da ULBRA, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Gênero. In: _____. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 852.

FERREIRA, Marcos Ribeiro. Controle social dos meios de comunicação. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO PARA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA, 2009, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: 2009.

FORTES, Wanessa Mota Freitas. **Controle social e cidadania**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008.

_____. **Sociedade, direito e controle social**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8675>. Acesso em: 20 maio 2013.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil**: proposta de caminhos e atitudes para transformações revolucionárias na esfera pública do país. Salvador, 1994.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **[Documento básico da I CONFECOM]**. [S. l.], 2009. Disponível em: <fndc.org.br/download/...i-confecom/>. Acesso em 23 jul. 2013.

_____. **Incidência e acesso aos meios de comunicação refletem desigualdades sociais no País**. [S. l.], 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2008.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRENTE PARLAMENTAR PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO E O DIREITO À COMUNICAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO POPULAR (Brasil).

FRETECOM repudia método de composição do Conselho de Comunicação Social. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<<http://frentecom.wordpress.com/2012/07/19/frentecom-repudia-metodo-de-composicao-do-conselho-de-comunicacao-social/>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

GHEDINI, Fred. **Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias no Brasil**. São Paulo: Global-Ação Educativa, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1. (Caderno, 11).

_____. _____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3. (Caderno, 13).

GRUPO DE INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO E AÇÃO LOCAL. **Curriculum**. Glória de Goitá, PE: GIRAL, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HENRY, P.; MOSCOVICI, S. **Problèmes de l'analyse de contenu em languages**. Paris: [s. n.], 1968.

HERZ, Daniel. **"A necessidade do Conselho de Comunicação Social"**. [S. l.: s. n.], 2008. Mimeo.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HONDERICH, Ted. **Determinism and freedom philosophy**: it's terminology. Disponível em: <<http://ccet.ucs.br/suporte/openoffice/downloads.html>>. Acesso em: 15 maio 2013.

IANNI, Otávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI; José Claudinei, SAVIANI; Dermeval; SANFELICE; José Luiz (Org). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. cap. 2, p. 25-34. (Coleção Educação Contemporânea).

IBGE. **Divisão territorial brasileira**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **Relatório de pesquisas e informações municipais 1999/2006**. Disponível em: Brasília, DF, 2006. <<http://www.ibge.gov.br/home/.../perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA. **Cultura em números**: anuário de estatísticas culturais. 2. ed. Brasília, DF: MinC, 2010.

JACKS, Nilda (Org.). **Meios e audiências**: a emergência dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JARBAS Passarinho: biografia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

JOUVER, Louis Jouvert; BARRAULT, Jean Louis. **Je Suis Homme de Theatre**. Paris: Editions du Conquistador, 1955.

KOSIC, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de "fórmula" em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Tradução de Luciana S. Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LA FONTAINE, Jean de. O lobo e o cordeiro. Tradução de Luciano Vieira Machado. In: LAJOLO, Marisa (Org.). **Histórias sobre ética**. São Paulo: Ática, 2002. p. 9-14. v. 27. (Coleção para gostar de ler).

LA RUE, Frank. **ONU**: a comunicação é um serviço público. São Paulo, 2012. Entrevista concedida a Leandro Fortes. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/12/16/onu-defende-ley-de-medios/>>. Acesso em: 17 maio 2013.

LEITE, Ricardo (Org.). **Aqui do alto a história é outra**: a narrativa dos moradores

do Alto José do Pinho. Recife: Magis, 2009.

LIMA, Sóstenes. **Demandas simbólicas**. [São Paulo], 2012. Disponível em: <<http://www.laionmonteiro.wordpress.com/2012/03/06/demandas-simbolicas/>>. Acesso em: 18 maio 2013.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Recife: Observatório da Imprensa, 2007.

LINS, Bernardo F. E. **Conselho de Comunicação Social: motivação, objetivos e atuação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.

LOBATO, Monteiro. **Emília no país da gramática**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo**. São Paulo: Brasiliense, 1936.

_____. **História do mundo para as crianças**. São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

_____. **As idéias de Jéca Tatú**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

LOBO, Sonia Maria Pimentel. **Análise da evolução histórica da noção de serviço público, bem como de suas mutações mais recentes**. [São Paulo], 2009. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4860/A-evolucao-do-conceito-de-servico-publico>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LUZ, Dioclécio. **A arte de pensar e fazer rádios comunitárias**. Brasília, DF: [s. n.], 2007.

_____. **Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas**. 314 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011a.

_____. **Rádios comunitárias: trilha apaixonada e bem humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo**. Brasília, DF: [s. n.], 2004.

_____. A saga das rádios comunitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., Brasília, DF, 2011. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/a%20saga%20das%20radios%20comunitarias.pdf/view>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LUZ, Dioclécio. **Trilha apaixonada e bem humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo**. 2. ed. Brasília, DF: [s. n.], 2004.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: SENAC, 2001.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Cultrix, 2007.

MANIFESTO da frente parlamentar pela liberdade de expressão e o direito à comunicação com participação. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/cenario-pouco-animador-no-congresso>>. Acesso em: 23 maio 2013.

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Memória do rádio**: desenvolvimento histórico do rádio no Brasil. Recife: Ed. da UFPE, 2000.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: LP&M, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. O ensino de rádio jornalismo em tempos de internet. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP6MEDITSCH.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (Org.). **De Brecht aos (Des)caminhos do rádio Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2008a.

_____. **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2008b. v. 2.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

_____. **Elementos de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

_____. Serviço público e sua feição constitucional no Brasil. In: MODESTO, Paulo; MENDONÇA, Oscar (Org.). **Direito do estado**: novos rumos. São Paulo: Max Limonad, 2001. t. 2, p. 9-35.

MENEGUEL, Ivonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. **O rádio no Brasil**: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

MENEZES, José Eugênio de Oliveira. **Radio e cidade: vínculos sonoros**. São Paulo: Annablume, 2007.

MILLÔR, Fernandes; RENGEL, Flávio. **Liberdade, liberdade**. Porto Alegre: L7PM, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. Rio de Janeiro: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOMESSO, Luiz. Rádio e movimentos sociais em Pernambuco. In: ROLIN, Renata (Org.). **Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação**. Recife: Oito de Março, 2008. p. 5-291.

MONTEIRO, Laion. **[Reflexões]**. Disponível em: <<http://laionmonteiro.wordpress.com/page/45/?archives-list&archives-type=cats>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

MORAES, Vinicius; LYRA, Carlos. **Marcha da quarta feira de cinzas**. Rio de Janeiro: Universal Mercury, 1975. 1 CD-ROM.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.

_____. **Teoria geral da administração: uma introdução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NACHMANOVITCH, Stephen. **Ser criativo: o poder da improvisação na vida e na arte**. Tradução Eliana Rocha. 4. ed. São Paulo: Summus, 1993.

NASCIMENTO, Patricia Ceolin. Os mídia como espaço de troca simbólica: a informação como narrativa. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1999. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/126446318198711910661125856766157238469.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

NICOL, Eduardo. **Los principios de la ciencia**. México: Pondo de Cultura Econômica, 1965.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições brasileiras: 1824**. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

NÔVO ato. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968.

OLIVEIRA, Luciano. **10 lições sobre Annah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA MENEZES, José Eugênio. **Radio e cidade: vínculos sonoros**. São Paulo: Annablume, 2007.

UMA ONDA no ar. Direção: Helvécio Ratton. Produção: Simone Magalhães Mattos. [S. l.]: Quimera Produções, 2002. 1 DVD (92 min), widescreen, color.

O'SULLIVAN, Tim et al. **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**. Tradução de Margaret Grisse e Amós Nascimento. Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 2001.

PAULA, Zuleide de. **Peixinhos**: um rio onde navegam um povo e suas histórias. Recife: Magis, 2009.

PERANDIN DE MELO, Bruno. **Os elementos dos serviços públicos na atividade de radiodifusão e o princípio constitucional da complementaridade dos sistemas público, estatal e privado**. 2009. 49 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo, 2009.

PEREIRA, Néli Alves. Mario de Andrade: um talento poliédrico. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4., 2004, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149180486719271978430801065932238276403.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2013. 1 CD-ROM.

PERUZZO, Cecília Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **PCLA**: Revista Pensamento Comunicacional Latino-Americano, São Bernardo do Campo, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-2.htm>>. Acesso em: 20 out. 2005.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. _____. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. São Bernardo: Universidade Metodista, 2004.

_____. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. **Anuário UNESCO/UMESP de Comunicação Regional**, São Bernardo do Campo, ano 6, n. 6, p. 52-78, jan./dez. 2002.

_____. **Rádio comunitária na internet: empoderamento social das tecnologias**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

_____. **Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão**. In: SEMINÁRIO MAPA DA MÍDIA CIDADÃ, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/radio_comunitaria_controversias_legislacao_e_repressao.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

PERUZZO, Cecília Krohling. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano. **Mídia cidadã: utopia brasileira**. São Paulo: Ed. da Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 183-192.

_____. Rádios comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

PIRES, Hede Vilson; CHASSOT, Jean Piere; OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de. **Governança e governabilidade: interfaces entre a gestão social dos espaços públicos e as políticas públicas do Noroeste Gaúcho**. [Ijuí, 2013]. Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/Portal/Modulos/relacaoProjetos/?nhDtWdKIMq2L1DPpEhTtY2pDOSvcC__SLA__fiigeAahCAfc=>>. Acesso em: 22 set. 2013.

POMBO, Olga. **O meio é a mensagem**. In: POMBO, Olga (Org). **Macluhan: a escola e os media**. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa, 1994. p. 40-50. (Caderno de História e Filosofia da Educação, 1). Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/mcluhan/estudo_mcl_olgapdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

RÁDIO FAVELA FM. **História do Rádio**. Disponível em: <<http://radiofavelafm.com.br/programacao>>. Acesso em: 29 abr. 2013a.

_____. **Programação**. Disponível em: <<http://radiofavelafm.com.br/programacao>>. Acesso em: 29 abr. 2013b.

RAMALHO, Elba Braga. **Luiz Gonzaga: a síntese poética e musical do sertão**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

REBOUÇAS, Edgard; MARTINS, Mariana. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Evolucao_da_regulamentacao_da_midia_eletronica_no_Brasil%20.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. Paris: Éditions du Seuil, 1983. t. 1.

ROCHOL, Arno. **Comunipar é preciso: para radialista populares**. Recife: Associação das Rádios Populares de Pernambuco, 2004.

ROLIN, Renata (Org.). **Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação**. Recife: Oito de Março, 2008.

ROMEU, Carlos Alberto. **Formação de uma rede associativista**. [S. l.], 2007. Disponível em: <<http://www.gestaodecarreira.com.br/coaching/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Histórias que o rádio não contou**. São Paulo: Negócio, 1997.

ROTHBERG, Danilo. Conselhos de mídia e capital social. **Alceu**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 155-169, 2006.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Rádio comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 2004.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática da sociedade (em diálogo com Gramsci)**. 2. ed. Recife: Ed. da UFPE, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. **Arte e cultura: equívocos do elitismo**: São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Comunicação e pesquisa: projetos de doutorado e mestrado**. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTEM, Padma. **Relações e conflitos**. Viamão: Mandala do Lotus, 2006.

SANTOS, Pedro. **Resenha: uma onda no ar (2002)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://objethos.wordpress.com/2010/11/10/resenha-uma-onda-no-ar-2002/>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA. **Curriculum**. Glória do Goitá, PE: SERTA, 2010.

_____. **De que somos capazes: uma experiência de protagonismo juvenil na Bacia do Goitá**. Glória do Goitá, PE: SERTA, 2006.

SIMIS, Anita. Conselho de Comunicação Social: uma válvula para o diálogo ou para o silêncio? **RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 25, n. 72, p. 59-71.

SOARES DE LUCCA, Adalgisa França. **Como instalar uma rádio comunitária**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Luis Alberto. Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais. **Revista Síntese Nova Fase**, São Paulo, n. 48, p. 73-84, 1998.

TÁCITO, Caio. **Constituições brasileiras: 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2009.

TAIMO, Neila Sela; JALLOV, Brigitte. **Manual de pesquisa para rádios comunitárias**. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou**. São Paulo: Negócio, 1997.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social**: metodologia, casos e práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VALENTE, João Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

VALOURA, Leila Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro, autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. [S. l.], 2006. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

VÁSQUEZ, A.S. **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VICENTE, Eduardo. **Gêneros e formatos radiofônicos**. São Paulo: USP, 2013.

VIZER, Eduardo; FERREIRA, Jairo (Org.). **Mídia e movimentos sociais**. São Paulo: Paulus, 2007.

VON BERTANLANFFY, Ludwig. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

XAVIER DE MORAIS, Abdalaziz. **Diagnóstico de funcionamento nas regiões do São Francisco e Itaparica em Pernambuco**. Glória do Goitá, PE: SERTA, 2006.

ZAREMBA, Lilian; AURÉLIO, Marcus. **Gêneros radiofônicos**. [S. l.]: 2006. Palestra.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. Debatendo Brecht e sua teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1, p. 47-60.